



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

TESE DE DOUTORADO

**DE ESTOCOLMO, 1972 A RIO+20, 2012: O DISCURSO
AMBIENTAL E AS ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS**

ALEXANDRE HARLEI FERRARI

**ARARAQUARA/SP
JULHO DE 2014**

ALEXANDRE HARLEI FERRARI

TESE DE DOUTORADO

**DE ESTOCOLMO, 1972 A RIO+20, 2012: O DISCURSO
AMBIENTAL E AS ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina de Senzi Zancul, Departamento de Ciências da Educação.

Linha de Pesquisa: Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas.

**ARARAQUARA/SP
JULHO DE 2014**

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
UNESP – CAMPUS DE ARARAQUARA**

Ferrari, Alexandre Harlei

De Estocolmo, 1972 a Rio+20, 2012: o discurso ambiental e as
orientações para a educação ambiental nas recomendações
internacionais / Alexandre Harlei Ferrari – 2014
226 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras
(Campus de Araraquara)

Orientador: Maria Cristina de Senzi Zancul

1. Conferências internacionais. 2. Meio ambiente.
3. Educação ambiental. I. Título.

ALEXANDRE HARLEI FERRARI

DE ESTOCOLMO, 1972 A RIO+20, 2012: O DISCURSO AMBIENTAL E AS ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA:

Data: 24 de julho de 2014
Horário: 9h00
Local: Anfiteatro C
Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina de Senzi Zancul

FCL/UNESP – Campus de Araraquara

Membro Titular:

Prof^a. Dr^a. Alessandra Aparecida Viveiro

FCL/UNESP – Campus de Araraquara

Membro Titular:

Prof. Dr. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

Universidade de Brasília – Campus Planaltina

Membro Titular:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Matheus

CRHEA – Escola de Engenharia/USP – São Carlos

Membro Titular:

Prof^a. Dr^a. Flávia Cristina Sossae

Centro Universitário de Araraquara – UNIARA

AGRADECIMENTOS

Eu, particularmente, acho interessante este elemento discursivo nas dissertações e teses com as quais tive oportunidade de manter contato. De fato, ler os *agradecimentos* escritos nestes trabalhos, produzidos em diferentes momentos e situações, são um capítulo à parte para estes trabalhos acadêmicos. Não que os desmereça – longe disto – é que apenas são ricos em criatividade e eloquência (e até retórica).

Desta forma, meu primeiro agradecimento seria, sem dúvida, à família da minha orientadora, a Profa. Dra. Maria Cristina de Senzi Zancul e, não soando estranho isto, o faço no sentido de agradecer a eles a paciência que tiveram em aguentar as inúmeras inconveniências que é este trabalho de ser orientador. Sem horários para receber e atender seus orientandos. Suportar as inúmeras deficiências, incongruências e incompletudes destes para com o saber e as formalidades acadêmicas. Sem dúvida, não é fácil ser companheir@, filh@ ou net@ de orientador. Assim, meu muito obrigado a tod@s por dividir o tempo e a companhia da Maria Cristina conosco.

Os *defendedores* de mestrado e doutorado, invariavelmente agradecem aos familiares pela confiança neles depositada diante deste tipo de labor singular – a defesa de um saber – e, comumente, agradecem (ou se desculpam com) @s filh@s e companheir@s o tempo que não tiveram oportunidade de conviver com eles e que foi devotado a este princípio maior nos degraus do saber. Isto particularmente me incomoda e, embora não tenha filhos, tive oportunidade de viver todos os momentos ao lado do meu amor Andréia (meu Mozão), e aproveitei ao máximo os momentos em que não pudemos estar juntos para cumprir com os meus deveres. É claro, sem falsos discursos, que acabei deixando vez ou outra de ajudá-la na faxina pesada ou de ir às compras no supermercado (coisa que ela odeia fazer sozinha). Assim, portanto, aproveitei o máximo que pude, sem perder a oportunidade de viver com Ela os momentos (bons e maus) que o matrimônio nos proporciona.

Aos meus outros familiares, bem, isto me deixa um pouco triste, não tanto pela ausência de contato com eles (também não deixei de participar da vida, como é, propriamente, importante), mas lamento que poucos em minha família testemunharam o prazer e a realização de concluir estas etapas na escada do saber. Até o momento, sendo eu um dos seis filhos (o quinto na descendência) do casal Nylza e Deolindo (que não tiveram a oportunidade sequer de completar o antigo primário, o que seria hoje as séries iniciais do ensino fundamental), fui o único que alçou-se a esta empreitada, e, de fato, o primeiro (de apenas dois) a cursarem universidade pública (um outro teve que desembolsar seu suado salário para isto; e outros três não tiveram oportunidade de fazê-lo) e, neste patamar, fazer Mestrado e Doutorado e, sem que eles saibam, agradeço-os por caminharem junto comigo, mesmo à distância.

Os outros agradecimentos são sempre formais, mas não menos sinceros, bem porque não somos uma ilha isolada e – mesmo considerando-me pertencente a um arquipélago – existem sempre as ligações (por mar, terra ou ar). Assim, à Lidiane Mattos, Assistente Técnica da Seção de Pós-Graduação em Educação Escolar por ser sempre competente, esclarecedora e atenciosa em seus préstimos e atendimentos, e estendo estes agradecimentos à Rose do Departamento de Ciências da Educação, bem como ao pessoal da biblioteca, da portaria, e das demais seções e departamentos que, invariavelmente, são sempre tomados como invisíveis a este processo, mas que são fundamentais para que tudo funcione e aconteça. Minha gratidão pela gentileza e minhas desculpas pelas falhas que tenha vindo a cometer para com vocês.

Aos colegas de curso, vejo-me alijado de poder emitir sentimentos. Mesmo nos poucos momentos em que nos encontramos nas aulas das disciplinas cursadas (ou no almoço no bandeirão da FCL), foram poucas as oportunidades de vivenciar a amizade para além da sala de aula. De qualquer modo, se algum deles vier a ler estes agradecimentos, não se sintam desconsiderados. Apenas, pela minha natureza reclusa, não fui capaz de estabelecer maiores laços de amizade e companheirismo.

Aos Professores e Professoras (de outras datas e momentos, de outros cursos e situações, de outras praças e territorialidades), meus agradecimentos sinceros e verdadeiros por, mesmo sem saberem, terem contribuído para o meu desenvolvimento pessoal, profissional e intelectual. E aos Professores e Professoras que participaram diretamente nas bancas (qualificação e defesa) de mestrado e, agora, doutorado, pelas valiosas orientações, indicações e, por que não, advertências sobre os caminhos seguidos e os rumos a tomar. Nomeá-los me parece uma afronta

a todos que já não lembro o nome, mas que guardo na memória as palavras, as ações e, acima de tudo, os exemplos do *Ofício de Mestre* e da maturidade para com a vida.

Por último, mas não por fim, aliás, como tive oportunidade de ler nos agradecimentos de uma tese de doutoramento, meus agradecimentos aos invisíveis e milhares de brasileiros, anônimos e pagadores de impostos, que contribuíram, contribuem e contribuirão para que este mecanismo funcione. Seja na manutenção de programas deste porte, seja no aporte financeiro com as bolsas de mestrado e doutorado. Aliás, fui bolsista de doutorado CNPq/Demanda Social durante 21 meses, e isto, além de ter custos, tem implicações sociais óbvias. Seja como for, reitero meus agradecimentos aos pagadores de impostos que, mesmo não podendo compartilhar disto, arcam com os custos da exclusão e da vulnerabilidade social deste país de tantos sertões.

E, por fim, especialmente à Maria Cristina, por acreditar e por ser um exemplo. Espero não decepcioná-la nos caminhos que vier a escolher, bem como alcançar em minha competência acadêmica ao menos uma porção do que VOCÊ é enquanto Professora, Orientadora, Intelectual, Pesquisadora, Escritora (só não posso dizer matriarca, isto não me cairia bem, rs.). Que possamos ser sempre bons companheiros de caminhada neste mundo tão precisado de educação, sentidos e transformações.

Agradecimentos especiais

*Aos pesquisadores, professores, mestres e ativistas das diversas e inúmeras causas ambientais e engajados na árdua luta por um mundo ambientalmente mais justo **Michèle Sato** (Michèle Tomoko Sato, Universidade Federal do Mato Grosso), **Philippe Layrargues** (Philippe Pomier Layrargues, Universidade de Brasília), **Carlos Nobre** (Carlos Afonso Nobre, Ministério da Ciência e Tecnologia) e **Frederico Loureiro** (Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro), pela grande generosidade e gentileza em compartilharem seus conhecimentos, suas opiniões, suas ideias e ideais, contribuindo enormemente para enriquecer este trabalho de pesquisa ao responderem, prontamente, o questionário de entrevista que lhes foi enviado.*

A Todos... Nossos efusivos e sinceros agradecimentos!

À medida que liquidamos nossas vergonhas, arrancamos nossas máscaras. Mas chega um dia em que nosso jogo acaba: ficamos sem vergonhas e sem máscaras. E sem público. Superestimamos nossos segredos, a vitalidade de nossas misérias.

Emile M. Cioran*

*CIORAN, E. M. Silogismos da amargura. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. Transcrita como no original, esta epígrafe e as demais que seguirão ao início de cada capítulo, tem o singelo objetivo de refletir um efêmero estado de espírito de alguém que trabalha com Educação Ambiental, lecionando para crianças e adolescentes, num controverso sistema capitalista reinante, cujo apelo ao consumo individualizado é descaradamente maior do que o apelo à sobrevivência coletiva. Nas notas do editor, lemos que “Silogismos da Amargura”, publicado originalmente em 1952, representa o momento de insuportável cinismo do autor, numa obra que veio a tornar-se favorita de jovens “entusiasmados por uma visão tão negativa da história” e que partilham da noção de que “o homem pode desaparecer mais cedo do que pensa, mas tem razão em prolongar essa tragicomédia, nem que seja por distração ou vício”. Eu mesmo descobri isso em 1995, quando iniciei minha graduação em Ciências Sociais. Seja como for, este trabalho de doutoramento discorre sobre 40 anos da temática ambiental, e aquele que o escreve completa 40 anos de vida. Seriam ambos os fatos uma “insuportável tragicomédia”?

SUMÁRIO

O TEMA QUE NOS MOVE E O CAMINHO PERCORRIDO.....	13
ALGUNS APONTAMENTOS INICIAIS	14
O TEMA QUE NOS MOVE(U)	19
NOSSO OLHAR SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL.....	23
OBJETIVO, HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
UM OLHAR SOBRE O DISCURSO E A ANÁLISE DE/DO DISCURSO	39
O CAMINHO PERCORRIDO NESTE TRABALHO DE PESQUISA	48
ESTOCOLMO, 1972: A PRIMEIRA CONFERÊNCIA.....	52
OS ANTECEDENTES DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO-1972.....	58
DISCUSSÕES E CONFLITOS DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO	70
AS PRINCIPAIS CONQUISTAS DA CONFERÊNCIA	75
OS DESDOBRAMENTOS DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO-1972	80
RIO DE JANEIRO, 1992: A GRANDE CONFERÊNCIA.....	91
OS ANTECEDENTES DA CONFERÊNCIA RIO-92	95
OS DESDOBRAMENTOS DA CONFERÊNCIA RIO-92	98
O FÓRUM GLOBAL NA RIO-92.....	102
PRINCIPAIS DOCUMENTOS NEGOCIADOS NA RIO-92.....	105
DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.....	107
CONVENÇÃO SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA.....	110
TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL	116
AGENDA 21.....	123
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CONFERÊNCIA RIO-92	132
OS ACONTECIMENTOS APÓS A CONFERÊNCIA RIO-92.....	138
CÚPULA DE JOHANNESBURGO, ÁFRICA DO SUL: A RIO+10	143

RIO DE JANEIRO, 2012: A RIO+20 E ESTOCOLMO+40...	149
OS ANTECEDENTES DA CONFERÊNCIA RIO+20	155
OS RESULTADOS OBTIDOS NA CONFERÊNCIA RIO+20	159
OUTROS DISCURSOS: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA.....	166
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS... ..	189
SOBRE O TEMA, O BRASIL E O MUNDO NAS TRÊS CONFERÊNCIAS	190
SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	193
POR FIM, SOBRE UM POUCO MAIS DE 40 ANOS DE HISTÓRIA	211
REFERÊNCIAS	218
ANEXO... ..	226
CARTA DE APRESENTAÇÃO COM QUESTIONÁRIO PROPOSTO	226

RESUMO:

De 1972 a 2012, três grandes conferências mundiais (Estocolmo-72; Rio-92; Rio+20) e um grande número de encontros, reuniões, congressos e conferências menores, que precederam e sucederam estes eventos principais, foram realizados pela Organização das Nações Unidas – ONU e seus organismos institucionais. Com a participação de centenas de países, tais eventos tiveram o propósito de discutir temas voltados à problemática ambiental e meio ambiente (poluição, desertificação, esgotamento dos recursos naturais, aquecimento global, etc.), além de assuntos fundamentais como desenvolvimento econômico e social e, também, aspectos educacionais, buscando alternativas para enfrentamento dos problemas vivenciados pela humanidade. Tomando este percurso histórico, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o discurso ambiental contido nas recomendações internacionais e nas orientações para a Educação Ambiental nos documentos oficiais produzidos em todos estes eventos. Como hipóteses, consideramos que de Estocolmo-1972 à Rio+20-2012, as recomendações internacionais trazem um discurso com propostas para o enfrentamento das questões ambientais, apontando, entre outros tópicos, que as orientações, por si só, não são suficientes para desencadear as mudanças necessárias frente a estas questões; que o enfrentamento dos problemas ambientais envolve a participação de diferentes atores (países, governos, empresas, organizações, pessoas, etc.), com objetivos e ações nem sempre consensuais; que a Educação Ambiental é um fator importante no enfrentamento das questões ambientais. Como procedimentos metodológicos, foram adotados: a pesquisa documental em documentos oficiais produzidos nas conferências e encontros internacionais no referido período; a Análise de/do Discurso enquanto posicionamento teórico/conceitual acerca dos sentidos, contextos, conexões e autoria daquilo que foi produzido; a entrevista, por meio de questionário aberto enviado através de correio eletrônico e mensagens postadas em perfis pessoais em rede social na Internet. Em nossos resultados, observamos que tanto o discurso ambiental quanto aquele para a Educação Ambiental, contidos nas recomendações e orientações internacionais, repete-se ao longo das três grandes conferências e nos outros eventos menores, reverberando a mesma disposição em buscar alternativas frente às dificuldades de se encontrar mecanismos para que as soluções propostas sejam, efetivamente, colocadas em prática. Mesmo constatando mudanças positivas ao longo destes 40 anos, nossas considerações finais apontam que as ações engendradas foram tímidas, esbarrando na burocracia diplomática, na inércia governamental e na indisponibilidade econômica (de financiamento) dos países desenvolvidos para com os países em desenvolvimento.

Palavras-Chave: Conferências Internacionais, Meio Ambiente, Educação Ambiental.

ABSTRACT:

From 1972 to 2012, three major world conferences (Stockholm-72, Rio 92, Rio+20) and a large number of seminars, conferences and smaller meetings that preceded and succeeded these major events, were held by the United Nations - UN and its institutional bodies. With the participation of hundreds of countries, such events intended to discuss issues related to environmental problems and environment (pollution, desertification, depletion of natural resources, global warming, etc.) as well as fundamental topics as economic and social development and also, educational aspects, seeking alternatives to addressing the problems facing by humanity. Taking this historical background, the present study aimed to analyze the environmental discourse contained in international recommendations and in the Guidelines for Environmental Education in official documents produced in all these events. As hypotheses, it was considered that from Stockholm-1972 until Rio+20-2012, the international recommendations bring a speech with proposed changes to the treatment of environmental issues, pointing out, among other topics, that guidelines, by themselves, are not sufficient to trigger the necessary changes to face the environmental problems; that confront of the environmental issues involves the participation of different actors (countries, governments, businesses, organizations, people, etc.), with different goals and not always consensual actions; that environmental education is an important factor in addressing environmental issues. As methodological procedures, were adopted: the documentary research using official documents produced at international conferences and meetings in that period; the Discourse Analysis as a theoretical/conceptual foundation about the meanings, contexts, and connections of what was produced positioning; interviews, using open- questionnaire sent by email and posted as messages in personal profiles on social networking on the Internet. In our results, we observed that both the environmental discourse as that of Environmental Education, and the recommendations contained in the international guidelines, are the same, along the three major conferences and in other smaller events, reverberating the same disposition to seek alternatives face the difficulties of finding mechanisms so that the proposed solutions are effectively put into practice. Even noting positive changes over these 40 years, our conclusions point that the actions engendered was shy, bumping in diplomatic bureaucracy, in government inaction and in the economic availability (to funding) from developed to developing countries.

Keywords: International Conferences, Environment, Environmental Education.

O TEMA QUE NOS MOVE E O CAMINHO PERCORRIDO...

O instante em que acreditávamos haver finalmente compreendido *tudo* nos dá uma aparência de assassinos.

Emile M. Cioran

Só a ansiedade, utopia negra, nos fornece *precisões* sobre o futuro.

Emile M. Cioran

ALGUNS APONTAMENTOS INICIAIS

Quando apresentei o projeto de pesquisa à Professora Maria Cristina, com intenção de concorrer à uma das vagas ofertadas no curso de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP, em 2010, não imaginava o que de fato teria que fazer para concluí-lo.

Tendo completado o processo seletivo naquela ocasião, tinha em mente que, a despeito do projeto escrito e apresentado, conseguiria dar conta da empreitada, que era fazer uma compilação da discussão internacional e nacional, no tocante aos documentos produzidos sobre Educação Ambiental e Meio Ambiente, compreendendo o período entre 1972 e 2012¹.

Havia pensado que seria interessante fazer uma coletânea dos tratados, acordos e outros documentos que foram assinados pelos países membros da Organização das Nações Unidas, a fim de produzir um relato histórico sobre o assunto, tendo como foco a temática Meio Ambiente e Educação Ambiental.

Imaginava que, ao passo que fizesse este retrospecto histórico, poderia produzir uma análise do discurso ambiental empreendido pelas diferentes vozes e atores contidos neste universo temporal, em que estariam em evidência governos e organismos internacionais e os compromissos com a questão ambiental, incluindo a escola e professor como agentes deste processo.

Fica evidente agora, tendo chegado até este momento, que a Professora Maria Cristina acreditou neste trabalho e cumpriu seu papel de intelectual e orientadora, porém, fico a pensar se consegui realizar – a contento – o que havia proposto, tanto perante um compromisso pessoal (orientando-orientador), quanto um compromisso profissional e social.

Digo pessoal, no sentido do voto de confiança que recebi da orientadora; profissional, pois assumi junto ao Programa da UNESP e à Prefeitura de Araraquara, na qual sou professor, a empreitada de realizar este trabalho; e social, em vista do que representa formalmente ter chegado até aqui numa sociedade altamente excludente e meritocrática.

Aliás, como *mea culpa*, não imaginava quão intrincado seria compilar o processo histórico. Pensava (propositalmente) que seria tudo linear – uma cronologia simplificada e retilínea ao longo dos anos – seguindo um começo (pouco antes de 1972), indo até o ano de 2012, representando uma contingência temporal de 40 anos.

¹ Inicialmente o projeto vislumbrava o período entre Estocolmo-1972 a Copenhague-2009, mas, posteriormente foi ampliado até 2012 para incluir a Conferência Rio+20 e também o simbolismo dos meus 40 anos de vida completados naquele ano.

Mas, a propósito de que a própria história não é uma linha reta (de ontem para hoje, dia a dia, aqui e ali), assim também não são retilíneos os acontecimentos históricos que mobilizaram governos, instituições e demais atores ao redor do planeta em torno das questões ambientais, pois tudo acontece em muitas frentes, em diferentes direções, sob diversos olhares e interesses.

Esses 40 anos abordados na presente pesquisa, mostraram que os processos internacionais em torno de um mesmo enfoque – a problemática ambiental – e, dentro de nosso interesse, a Educação Ambiental, estão ramificados e edificados sobre dimensões complicadas e delicadas, que entendo serem políticas, instrumentais, econômicas e sociais, conforme detalho a seguir:

- ✓ Políticas: no sentido de que as relações internacionais estão atreladas a interesses e ideologias locais e, em especial, a questões partidárias – daqueles que estão no poder ou disputam o poder internamente nos países, além das relações e influências que estes exercem no cenário internacional;

De fato, a política (e não só a partidária), envolve questões bem mais amplas. Se toda ação, individual ou coletiva, é uma ação política, então pensar sobre os interesses locais e as divergências internas frente a estes interesses gerais e diversos, também representa uma ação e uma disputa política por parte de indivíduos, grupos e agremiações partidárias.

Não obstante, há correntes políticas que, não sendo necessariamente vencedoras ou perdedoras em relação a interesses particulares ou coletivos (como nos pleitos eleitorais), continuam sempre na disputa, conquistando interesses locais no micro espaço (nas cidades, por exemplo), ou cedendo a interesses no macro espaço (no estado e no país, por exemplo).

Neste panorama vemos, em todos os níveis, que os acordos e interesses políticos são extremamente vulneráveis (quando não voláteis), e que os atores se dispersam com a mesma rapidez que se aglutinam quando algo se mostra – ideologicamente – interessante, lucrativo ou danoso à imagem de suas agremiações e alianças políticas. Isto não implica dizer que sejam levianos, mas apenas constata que cada um defende aquilo em que acredita ou o que interessa.

Assim, do ponto de vista político (das ações empreendidas por sujeitos e agremiações), quando entram em conflito interesses diretos (eleições e programas políticos), como questões internas e externas (interesses e interferências locais, regionais e internacionais), imagine-se o tamanho deste campo de disputa quando outros atores (governos, instituições, organismos

internacionais, lideranças (empresários e empresas), oposições e outros) entram em conflito por, obviamente, declararem e defenderem interesses diversos aos até então propostos.

- ✓ Instrumentais: uma vez que incluem o arcabouço do Direito, ou seja, as legislações e a situação jurídica dos países, bem como o direito internacional, as relações exteriores que exercem as nações – propriamente a questão legal da autonomia de um país e seu direito de agir internamente em relação à abrangência das leis internacionais e suas interferências diretas nos países;

A história demonstra que desde que surgiram os estados/nações (ou até mesmo antes disso, com as cidades estado), a diplomacia sempre foi o principal canal de persuasão e de negociação entre os diferentes *sujeitos belicosos* pré-dispostos às conquistas e à tomada, à força, de outros territórios e seus distintos bens materiais e imateriais.

Nesse aspecto, à medida que se constituíam governos para as províncias, cidades, estados e nações, ampliou-se a cautela entre estes *sujeitos* no que diz respeito ao poderio bélico para ameaçar, defender ou conquistar outros *sujeitos*, o que levou ao desenvolvimento daquilo que podemos chamar de *a-arte-de-negociar*.

Especulo, sem ousar uma heresia histórica, que tornou-se necessário construir instrumentos que garantissem, minimamente, uma situação de acordo entre as partes e, vejo nisso, a evolução da diplomacia de cavalheiros para a diplomação de instrumentos, ou seja, para além da palavra, a construção de documentos (declarações, acordos e leis) que garantissem o que havia sido dito e concordado.

É com este princípio de leis e documentos que vejo a questão instrumental como uma dimensão para a delicada relação entre as nações na construção de acordos internacionais. Se internamente às nações (e suas partes), os próprios instrumentos legais e jurídicos são construídos a partir de concessões, revisões e disputas, o que seria isto em um nível internacional, no qual os interesses e as regulamentações são bastante distintas e a própria concepção de *direito e lei* é bem particular.

- ✓ Econômicas: no sentido das forças e interesses baseados na produção, apropriação e distribuição das diferentes riquezas produzidas pelos países e seus membros (indivíduos, coletividade, empresas, governos, etc.) – propriamente a questão financeira (dinheiro, bens e serviços) que envolve todo este processo de organização econômica e de interesses entre o público e o privado;

A humanidade, desde sempre, caminha *pari passu* entre a conquista e a riqueza. Deseja terras e territórios e almeja bens e fortuna. Busca ter e acumular. Todavia, num mundo que se tornou, aos poucos, menos bárbaro, trocou-se os termos da disputa – mudou-se o nome do que se queria, sem com isso mudar a essência do desejo de ter.

Evoluímos para um estado de coisas em que denominamos o trabalho como um instrumento para alcançar estes desejos e, nesse processo, nominamos *desenvolvimento econômico* o processo pelo qual o indivíduo, o coletivo e o estado (e os sujeitos nele empossados) alcançam seus objetivos, seja tanto no âmbito público, no terreno do coletivo e das riquezas das nações, quanto no privado, no chão da empresa e dos grupos empresariais.

Novamente, a partir desse esboço de teoria, vemos surgir o conflito de interesses internos e externos nos quais os sujeitos estão mergulhados, defendendo suas perspectivas a fim de obter o que lhes interessa, num confronto direto entre particular e privado, entre coletivo e público, isto é: nem todos tem os mesmos ideais e cada um defende o seu próprio interesse, mesmo altruísta ou egoísta.

Com isto vimos as disputas se acirrarem, os interesses se diversificarem, tudo tornou-se foco de disputa no campo do interesse econômico-financeiro e, inevitavelmente, quem pagou a conta desta contenda foi a natureza, que alimentou a sanha humana por posse, riqueza e poder. Isto pode até parecer leviano, mas apenas demonstra o conflito inerente às questões econômicas quando lidamos com interesses ambientais (e outros) nos âmbitos locais e internacionais.

- ✓ Sociais: quando consideramos o processo de desenvolvimento cultural e participativo da sociedade civil nas questões próprias da problemática ambiental e, portanto, o envolvimento dos indivíduos e da coletividade nos processos da Educação Ambiental e de defesa do Meio Ambiente, enquanto possibilidade de transformação coletiva.

Há muito mais a ser considerado do que apenas o processo de desenvolvimento cultural e participativo nas sociedades, uma vez que nos tornamos socialmente complexos e culturalmente heterogêneos desde que estabelecemos (involuntariamente) hierarquias sociais – líderes, conselheiros, serviços, páreas e outras denominações ao longo de nossa história, particularmente desde as grandes revoluções tecnológicas desencadeadas.

Penso que à medida que diversificamos os papéis sociais que os sujeitos exercem individualmente e coletivamente na comunidade, construímos diferentes tipos e níveis de

participação e envolvimento com os acontecimentos – alguns se sujeitam a ser expectadores de sua própria história, outros querem ser protagonistas, outros apenas servem, enquanto outros ditam regras e inventam necessidades e costumes ambientalmente inapropriados.

Assim, pensar nas questões ambientais, na dimensão que elas tomaram para a humanidade nos últimos 50 ou 40 anos², no volume de informações geradas, na produção e divulgação dos conhecimentos científicos, nos acontecimentos e nos diversos problemas enfrentados, inevitavelmente nos leva a pensar o conflito na ação humana, ou seja, quais são os mecanismos que levam à mobilização ou ao afastamento dos indivíduos diante das causas ambientais: por que algumas causas são socialmente encampadas pelos sujeitos, enquanto outras sofrem pela indiferença? Como alguns sujeitos se engajam em causas ambientais mais ou menos importantes enquanto outros se abstém a participar?

A questão ambiental tornou-se um problema de adesão das pessoas no sentido de responsabilidade individual e coletiva pelo que está acontecendo ao meio ambiente global e, mesmo não sendo nós, as atuais gerações, totalmente responsáveis pelo problema, estamos passando a conta da nossa inércia para a próxima geração porque não estamos sendo capazes de equilibrar nossa existência individual com a coletiva em relação ao planeta e à utilização dos recursos disponíveis e finitos que empenhamos na manutenção de nossa existência material.

Ao propor estas dimensões não o faço no sentido de construir alguma teoria crítica do percurso de enfrentamento da humanidade em relação aos problemas ambientais, tampouco uso enquadrar ou categorizar qualquer compreensão acerca da dinâmica com que indivíduos, grupos ou nações se debruçam por disputas e interesses em busca de soluções aos conflitos existentes.

Penso, porém, que estas dimensões – política, instrumental, econômica e social – esclarecem muito do que acontece quando vemos a morosidade e a dificuldade em se construir mecanismos locais, regionais e globais para resolver problemas que nós mesmos (há muitas gerações) criamos em nome daquilo que chamamos de desenvolvimento.

Criamos estes problemas que, já há algum tempo, estão simplesmente a ameaçar nossa própria existência em nome de um bem estar e de um conforto existencial (quando não o luxo inexorável ou mesmo o exacerbado privilégio de ter) que, infelizmente, não atende às necessidades de todos os seres humanos – enquanto uns tomam banho de água mineral, outros

² Serão 50 anos se, simbolicamente, considerarmos os eventos desde a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, em 1962; da Convenção da Universidade de Keele, em 1965; e a formação do Clube de Roma em 1968; e 40 anos ao estabelecermos o marco da Conferência de Estocolmo, em 1972.

passam sede; enquanto uns moram em palácios medievais, outros habitam as frestas dos viadutos na autovias construídas para a circulação de veículos de transporte individual.

Nos tornamos, ao longo de nossa história, muito hábeis em produzir discursos (e documentos) sobre a necessidade de mudanças e de engajamento individual e coletivo sob os mais variados argumentos (liberdade de expressão e crença; liberdade sexual e de reprodução; direitos trabalhistas; direito à educação, saúde e segurança; sustentabilidade ambiental, etc.), porém, na mesma proporção, também nos tornamos incrivelmente débeis em transformar discursos em ações.

Em essência, na medida que a humanidade tornou-se social e culturalmente complexa, defendendo localmente crenças e valores que destoam das necessidades globais (direito de explorar e poluir, direito de ter e acumular), vimos acontecer o paradoxo de que os discursos não foram capazes de mobilizar (ou convencer) as sociedades e seus membros a abrirem mãos de seus pequenos privilégios, de seus interesses particulares e individualistas.

De qualquer modo, este estado de ânimo (de amargura crônica) em que me encontro, não me permite reproduzir neste trabalho de pesquisa todos os aspectos políticos, instrumentais, econômicos e sociais do acontecido em quarenta anos de história dos diversos eventos e acontecimentos que mobilizaram o mundo (em diferentes graus de intensidade) para as causas ambientais.

Todavia, resta-me, diante dos caminhos, escolhas e recortes feitos na construção do presente texto, buscando atingir as exigências necessárias para um texto acadêmico, me questionar se consegui produzir o que aparentemente havia proposto.

O TEMA QUE NOS MOVE(U)

Chega parecer um *lugar-comum* ou um *eterno* retorno ou mesmo um *déjà vu*, essa ideia de recuperar os passos dados, trazendo para o presente aquilo que, por diferentes motivos ou circunstâncias, fizemos ao longo de nossa trajetória pessoal, profissional e acadêmica e que, de fato, culminaram neste singular momento.

Que seja, então, um lugar-comum, mesmo porque será o nosso, assim como outros acontecimentos similares na vida das pessoas (formatura, casamento, divórcio ou a volta ao mundo), pois valerá o clichê de ter sido a primeira vez mesmo, ainda que possa ser melhor ou pior no futuro, será o que é: a primeira vez.

Assim, foi em 2005 que comecei minha aventura pelos caminhos da Educação Ambiental como professor da rede municipal de ensino de Araraquara/SP, lecionando numa escola cujo projeto pedagógico era centrado nas questões ambientais, e que agregava uma sala de aula temática denominada Oficina de Pesquisas Ambientais.

Por força da situação foi necessário correr atrás dos conteúdos, das informações, das práticas e de tudo o mais que dissesse respeito ao trabalho com a temática ambiental em sala de aula, cuja prática diária voltava-se a um público na faixa etária de seis a catorze anos de idade, matriculados regulamente nos oito (hoje nove) anos do Ensino Fundamental.

Estava ali a semente de todo o trabalho acadêmico realizado do mestrado ao doutorado. Foi naquele momento, quando voltei à academia para continuar e concluir o curso de Pedagogia (2000 a 2006), que me matriculei na disciplina de Educação e Meio Ambiente, oferecida como optativa no curso de formação de professores.

Educação e Meio Ambiente, infelizmente é, até o momento, a única disciplina oferecida no rol dos cursos de Licenciatura (Ciências Sociais, Letras e Pedagogia) do Campus da UNESP de Araraquara que aborda, de forma sistemática e programática, os conteúdos de Educação Ambiental e Meio Ambiente.

Ministrada pela Profa. Dra. Maria Cristina de Senzi Zancul, a disciplina já foi oferecida como optativa aberta, recebendo alunos de todos os cursos do campus (além das licenciaturas, os cursos de Administração Pública e Economia), buscando oferecer, na formação dos graduandos e licenciandos, conteúdos sistematizados sobre Educação Ambiental e Meio Ambiente.

Posso dizer, despretensiosamente e sem entrar em outras discussões, que conciliava *teoria-e-prática* ao *discurso-e-ação*, uma vez que, à medida que agregava conhecimentos específicos e pedagógicos sobre os conteúdos da Educação Ambiental, os aplicava à sala de aula, ao cotidiano escolar, ao *dia-a-dia* da escola e dos alunos.

Daí surgiu meu primeiro trabalho voltado à temática ambiental: “Meu Bairro, Minha Casa – Educação Ambiental além da Sala de Aula”, que posteriormente foi apresentado na Jornada Científica de Educação Ambiental da UFSCAR, em 2005; e no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, realizado em Joinville, Santa Catarina, em abril de 2006.

Este primeiro trabalho, em 2005, foi desenvolvido a partir das atividades realizadas com os alunos na escola em que lecionava e como trabalho final da disciplina de Educação e Meio Ambiente, do curso de Pedagogia que, como disse, havia voltado a cursar depois de dois anos de “desapontamento”.

Foi desta parceria inicial, com um trabalho final de disciplina, que construímos ao longo destes anos, um projeto de pesquisa voltado à Educação Ambiental e Meio Ambiente, que sustentou a orientação no Mestrado em Educação Escolar, culminando agora com a orientação no Doutorado no mesmo programa de pós-graduação.

Do ponto de vista acadêmico, importa recuperar um pouco da pesquisa que realizamos no curso de mestrado, a fim de orientarmos os motivos que nos levaram a realizar o presente trabalho da forma como o fizemos; assim, ao revermos alguns acontecimentos, nos permitimos explicar o porquê fizemos o que fizemos do jeito que fizemos.

Realizada entre março de 2007, quando iniciamos o curso de mestrado e agosto de 2009, quando concluímos a defesa pública da dissertação, a pesquisa buscou investigar, junto às escolas da rede municipal de ensino fundamental da cidade de Araraquara, o que era feito em termos de Educação Ambiental (FERRARI, 2009).

Selecionamos oito escolas de ensino fundamental e deixamos três outras fora da pesquisa, por serem unidades ligadas ao projeto Escolas do Campo (duas situadas em assentamentos agrários e uma em um distrito municipal), além de duas escolas que foram inauguradas naquele momento da pesquisa³.

Tomamos como referencial teórico a documentação oficial (orientações pedagógicas, parâmetros curriculares nacionais, regulamentações e leis no âmbito federal, estadual e municipal), além de autores cuja obra e experiência com a temática ambiental contribuía para o entendimento da questão no contexto da educação escolar formal.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, utilizamos a análise das propostas de Educação Ambiental contidas nos projetos político pedagógicos das escolas selecionadas e entrevistas com roteiro semiestruturado com os Coordenadores Pedagógicos e com os professores que desenvolviam práticas com a temática.

Através da Secretaria Municipal de Educação, obtivemos acesso aos projetos político-pedagógicos de todas as unidades escolares, bem como às dependências das escolas e entramos em contato com coordenadores pedagógicos e professores que, voluntariamente, aceitaram participar da pesquisa, concedendo as respectivas entrevistas.

Para além destes detalhes, a pesquisa buscou conhecer, como indicamos a pouco, o que estava sendo feito nas escolas no tocante à temática ambiental, ou seja, quais eram os temas

³ Atualmente a rede municipal de Araraquara/SP é composta por 14 unidades escolares de ensino fundamental do primeiro ano nono ano, atendendo 7.126 alunos matriculados nesta modalidade. Fonte: INEP – Censo Escolar 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/basica-censo>> e <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

abordados e as formas como estes temas eram trabalhados no cotidiano escolar, analisando-os tanto do ponto de vista da prática pedagógica quanto dos fundamentos teóricos para esta prática.

Analisamos os projetos político pedagógicos, entrevistamos os diversos profissionais nas escolas, bem como os professores que desenvolviam projetos voltados às temáticas de Educação Ambiental e Meio Ambiente e pudemos construir, a partir destes levantamentos, um panorama da Educação Ambiental na rede municipal de ensino da cidade de Araraquara/SP.

Assim, a partir dos dados obtidos, construímos uma acurada análise de todo o trabalho com a temática ambiental, revelando a existência de uma gama diversificada de projetos e atividades em Educação Ambiental, desenvolvidas nos diferentes anos do ensino fundamental, nas escolas que fizeram parte da pesquisa.

Outro elemento significativo que foi percebido em nossa pesquisa, mas que não foi trabalhado devido às evidentes limitações existentes, dizia respeito às falas dos entrevistados (coordenadores pedagógicos e professores) quanto à pressão que a escola e o trabalho docente recebiam com vistas às necessárias mudanças exigidas pela humanidade em relação aos problemas ambientais que vinham se confirmando mundialmente.

Evidenciava-se, neste aspecto da fala dos diversos atores envolvidos no processo educacional, que a escola era a última linha de defesa quanto às expectativas de mudança no cenário ambiental global. Para os Coordenadores Pedagógicos e Professores a Escola, diante dos acontecimentos, passava a ser a instituição que, historicamente, havia sido incumbida de produzir mudanças no comportamento de crianças, jovens e adultos.

Isto nos levou, concluído o trabalho de Mestrado Acadêmico em Educação Escolar, a nos lançarmos ao próximo projeto que era o doutoramento no mesmo espaço acadêmico de antes. Todavia, se no mestrado fomos às escolas, analisamos documentos, entrevistamos pessoas, coletamos dados e observamos projetos, agora, para o doutorado, nosso foco passava a ser outro.

Preocupava-nos, então, lançar um olhar mais amplo sobre as questões ambientais, o que nos levou a pensar na presente pesquisa que retrata, para além do que acontece no cotidiano escolar, o que tem sido proposto em termos de Educação Ambiental e Meio Ambiente desde a primeira conferência mundial sobre meio ambiente em Estocolmo, no ano de 1972, até a conferência do Rio de Janeiro, no ano de 2012.

Aliás, ponderamos elaborar uma reflexão sobre o que vem sendo discutido nestes mais de quarenta anos pelas instituições e organizações internacionais, pelos governos e suas diferentes esferas, pelas agências de pesquisa e pesquisadores e por empresas e a sociedade

civil, nos diferentes graus e níveis de participação a respeito da temática ambiental ou, mais especificamente, o que o mundo espera que deve ser feito em termos de Educação Ambiental?

De fato, considerando-se as proposições oficiais internacionais e nacionais, quais os impactos para a escola e o professor? Diante das recomendações, o que se espera que a escola seja capaz de fazer? Afinal, do âmbito global para o local – do mundo para a escola/comunidade – o que se pretende realmente transformar com a Educação Ambiental?

NOSSO OLHAR SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

Um argumento comum utilizado tanto pela Educação Ambiental como por muitos outros campos do conhecimento para evidenciar a situação econômica, social e ambiental é o de descrever o crescimento populacional mundial, especialmente quando os números apresentados deixam claro o quanto o mundo cresceu, desde que se tornou habitável, ao menos em termos de seres humanos, os *Homo sapiens*.

Estimando que a idade do planeta Terra seja algo como 4,5 bilhões de anos, e que os primeiros seres vivos (por mais simples que fossem), surgiram há 3,8 bilhões de anos, torna-se ainda mais assustador apontar que o ser humano, não simplesmente enquanto um homínido de 7 ou 8 milhões de anos, mas sim enquanto uma forma de vida consciente de sua existência, tenha simplesmente algo como 200 mil anos de idade.

É assustador, pois, sendo apenas uma das muitas espécies que habitam o planeta, com tão pouco tempo de existência, deixou de ser nômade, saiu das cavernas, assentou-se e proliferou, partindo de pequenos grupos e chegando a grandes cidades e, assombrosamente, conseguiu transformar o meio no qual vive (e do qual depende) da forma como o fez.

Alguns estudos (BRANCO, 1990, 1994 e 2002), retratam a dimensão e o significado que o surgimento do homem teve para o planeta Terra, apontando que desde o aparecimento da espécie humana, impôs-se ao planeta uma série de “impactos ambientais que têm se diversificado e sua frequência aumentado muito” (Branco, 2002, p.20). Nas palavras do autor,

O primeiro tipo de impacto causado pelo homem provavelmente derivou-se do domínio do fogo. À medida que a espécie humana foi desenvolvendo novas tecnologias e ampliando seu domínio sobre os elementos e a natureza em geral, os impactos ambientais foram se ampliando em intensidade e extensão (BRANCO, 2002, p.20).

Aliás, com algumas correções, desde o primeiro impacto da existência humana até a revolução industrial, em fins do século 18, muitos poucos *seres humanos* (em termos de números) ocuparam as imensas e vastas planícies do globo terrestre. De fato, a variação populacional humana nunca foi significativa a ponto de ameaçar sua própria existência.

No princípio, cerca de 100 mil anos atrás, éramos apenas poucas centenas de milhares de seres humanos ocupando o planeta. Por volta de 1600 d.C, nos aproximávamos dos 500 milhões. Atingimos o primeiro bilhão de pessoas em 1850. Porém, em apenas 100 anos – uma fração de tempo planetário e humano–, por volta de 1950, atingimos 2,5 bilhões de pessoas.

E foi aí que o cenário mundial começou a mudar radicalmente e, do ponto de vista de alguns, infelizmente, para pior, pois, passados apenas 40 anos, já éramos cerca de 5,2 bilhões de habitantes, sendo que em outubro de 2011, atingíamos o expressivo número de 7 bilhões de seres humanos.

Aliás, estima-se que até a conclusão deste trabalho, no primeiro semestre de 2014⁴, a população humana será acrescida de mais 230 milhões de vidas, todas dependentes das mais diferentes necessidades materiais imagináveis (alimentação, vestuário, moradia e saneamento básico, transportes e serviços, etc.) e inimagináveis (o supérfluo – aquilo que alinha-se ao consumismo inconsequente).

É certo que esta comparação entre bens de consumo básicos/necessários versus supérfluos/desnecessários está implicitamente ligada aos padrões de consumo estabelecidos nas diferentes sociedades e seus distintos padrões sociais e culturais, sendo que nos países desenvolvidos, que já atingiram seu nível de satisfação básica (alimentação, vestuário, moradia, saneamento, etc.), ocorrem outros padrões de satisfação e consumo (tecnologia e itens exclusivos, artigos de luxo, arte e jóias, etc.).

Por outro lado, nas sociedades e culturas economicamente menos favorecidas, constata-se, ainda, a busca pelo básico, que são aquelas necessidades prementes, como alimentação, moradia, vestuário, emprego, etc. Assim, dentro deste aspecto, seria possível distinguir o que é “básico” daquilo que é “supérfluo, porém, seguramente, ainda teríamos outros parâmetros de comparação e fundamentação.

Com isto, diante destes contrastes, o grande problema da “civilização moderna, industrial e tecnológica” consiste no fato de ela não ter percebido que ainda depende da

⁴ À título de curiosidade ou ilustração o sítio <http://www.worldometers.info/pt/>, alimentado por dados da ONU, BBC News e National Media Museum (Inglaterra), traz uma atualização em tempo real dos números populacionais de nascimentos, mortes e outros (economia, saúde, etc.) do planeta. Acesso em: 20 fev. 2014.

natureza, ao menos em termos globais”, e que sua “liberação ainda não é total e que, provavelmente, nunca será” (BRANCO, 2002, p.22).

Na concepção do autor,

não é possível produzir artificialmente todo o oxigênio necessário à manutenção da composição atual da atmosfera, nem toda a matéria orgânica necessária ao seu próprio consumo; que não é possível manter, sem a participação da massa vegetal constituída pelas florestas, savanas e outros sistemas, os ciclos naturais da água de modo a garantir a estabilidade do clima, a constância e a distribuição normal das chuvas e a amenidade da temperatura (BRANCO, 2002, p.22).

Outra questão proposta por Branco (2002, p.24-25), consiste na situação de que o planeta, dividido em seus complexos ecossistemas auto-reguladores, suporta de forma quase infinita (mas que não é infinita), as mudanças cíclicas que ocorrem, como invernos rigorosos, inundações, desertificações e secas e outros fenômenos, sem que seja ameaçado por catástrofes em escala planetária.

Acontece, porém, que a espécie humana não segue nenhum ciclo e, pelo contrário, interfere nos ecossistemas de forma não cíclica, de modo contínuo e desordenado, alterando as características essenciais do sistema, modificando e retirando os elementos naturais, o que acaba provocando “danos irreversíveis”, que são os assim chamados “impactos ambientais” (BRANCO, 2002, p.26-27).

Com estas interferências, neste processo contínuo de frequentes e múltiplos impactos ambientais e do esgotamento dos recursos naturais disponíveis, a humanidade coloca em risco sua própria existência e, ainda mais grave, provoca eventos que podem levar ao “desequilíbrio total da biosfera” (BRANCO, 2002, p.27).

De qualquer modo, seja qual for o cenário para esta discussão do crescimento populacional (e de padrões ou níveis de consumo), bem como para a discussão dos impactos ambientais causados e provocados pela espécie humana, ou o questionamento se as taxas de natalidade para as próximas décadas serão baixas, média/moderadas ou altas, o fato é que continuaremos a avançar no número de pessoas habitando a superfície do planeta Terra, o que, necessariamente, imporá um impacto, pois todos terão, também, o direito de satisfazer suas necessidades básicas.

Voltando à ideia de que no começo dominávamos apenas o fogo e com o tempo, a partir da primeira revolução industrial, iniciávamos nosso domínio sobre as máquinas, chegamos ao (des)controle dos átomos com a bomba atômica e hoje culminamos com os

estudos sobre clonagem e células tronco, o fato é que a natureza sempre foi um objeto a ser dominado. Ou seja, do fogo ao átomo e a outras partículas, sempre procuramos dominar a natureza, numa clara demonstração de que nossos medos seriam superados pela nossa supremacia de *Homo sapiens* frente às dificuldades com que nos confrontávamos.

Ao subjugar a natureza ao capricho das nossas necessidades humanas, para além das necessidades reais (do que precisávamos para nascer, viver, nos abrigar, reproduzir e morrer), passamos a transformar tudo em produto e, se no princípio considerávamos tudo como infinito, chegamos agora, aos 14 anos do novo milênio, sabendo que tudo tem um limite, inclusive a natureza.

O crescimento populacional, da forma como aconteceu, representou um grande impacto na transformação do planeta, pois saímos de um estado de sobrevivência pouco ameaçadora para um estado em que colocamos em risco nossa própria existência, consumindo além de nossas necessidades, ignorando totalmente as futuras gerações.

Todavia, há uma discussão a ser posta: a pobreza humana é responsável pelo crescimento populacional desordenado ou o crescimento populacional é responsável pela evolução da pobreza? Diante dessa questão, quais elementos seriam responsáveis pela degradação ambiental mundial e seus consequentes problemas locais, regionais e planetários?

Claramente é falacioso pensar assim, porém, há uma ponta de veracidade quando discutimos o que ocorreu com o planeta, para além de seu próprio ciclo geológico natural (terremotos, erupções, maremotos, tsunamis, glaciações, desertificações, etc.), quando a espécie humana passou a controlar a própria existência alterando (ou subjugando) a natureza às suas necessidades (não tão) imediatas.

Estudos como o de Alves (2013), Rios-Neto (2009), Menezes (2005), e o *Relatório sobre a situação da população mundial 2011*, produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas (ONU/UNFPA, 2011), trazem discussões bastante interessantes para o assunto, nas quais, sob diferentes óticas, encontram-se as abordagens entre pobreza e crescimento populacional e vice-versa.

O que estes trabalhos apontam, em comum, é que a pobreza nos países (tanto ricos como pobres), embora diretamente ligada ao crescimento populacional, tende a reduzir-se à medida que as condições socioeconômicas tornam-se mais favoráveis. Em tese, argumenta-se que a melhoria das condições sociais e ambientais, retirando os indivíduos da pobreza, tende a reduzir as taxas de natalidade (ONU/UNFPA, 2011, p.7).

Essa discussão sobre população x pobreza/riqueza x meio ambiente/planeta torna-se ainda mais complexa à medida que passamos a discutir, paralelamente a isto, a questão da

transformação do modo de vida da população planetária e, ao mesmo tempo, o acúmulo de bens que produzem algum tipo de conforto e segurança ou mesmo uma condição de propriedade (ou até de *status* econômico-social).

Aliás, esta discussão, por si só, é bastante complexa, especialmente por não haver uma forma de compreender, linearmente, como se deu a evolução e o desenvolvimento das sociedades humanas ao longo das eras e desde os primórdios da espécie humana. Não há um roteiro que possa ser trazido ao debate que dê respostas aos inúmeros questionamentos de como ocorreu a evolução das sociedades humanas, ou mesmo como isto interferiu no desenvolvimento tecnológico, cultural e social em compasso com a superação das dificuldades ambientais enfrentadas⁵.

Isto parece confuso, mas explicamos: a população mundial, como já dissemos, cresceu significativamente, saltou de centenas de milhares para alguns bilhões, porém, a riqueza material acumulada pela humanidade teve uma evolução maior, ou seja, enquanto a população mundial cresceu em proporção aritmética a sua própria razão, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu na proporção de 40 vezes (ALVES, 2007).

Alves (2007), em artigo publicado sobre projeções populacionais e econômicas e os impactos sobre a pobreza e o meio ambiente, ao discutir as previsões de que a população humana crescerá mais do que a produção de recursos para sustentá-la, aponta que verificou-se haver um crescimento da riqueza proporcionalmente bem superior à da população.

De acordo com os dados apresentados pelo autor, enquanto a população mundial cresceu cinco vezes no período de 1820 a 1992, o crescimento da renda per capita mundial cresceu oito vezes neste mesmo período, o que levou diretamente a uma melhoria nas “condições econômicas, aliada à melhoria dos avanços médicos e sanitários”. O autor afirma, que o “alto crescimento demográfico do século XX foi o resultado da vitória humana sobre a mortalidade precoce” (ALVES, 2007, p.1).

Isto significa dizer que embora sejamos muitos no planeta, ainda assim conseguimos produzir uma riqueza mundial maior do que nosso crescimento enquanto espécie: em outras palavras, produzimos muita riqueza, mas não soubemos dividir ou compartilhar entre todos os habitantes do planeta, ao contrário, apenas criamos ou mantivemos situações em que uns acumulam muito e outros nada possuem.

⁵ Acerca disto há uma discussão interessante no artigo de Ely Berço de Carvalho, no qual o autor faz a resenha do livro de Jared Diamond (Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas. São Paulo: Record, 1998), ao mesmo tempo em que aponta uma série de incongruências nas análises e teorias produzidas por Diamond acerca do desenvolvimento das sociedades ao longo da própria história humana. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/136>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Se fomos capazes de produzir riqueza e ela é maior do que precisamos, por que não conseguimos distribuí-la? Mesmo tendo “vencido”, parcialmente, a mortalidade infantil precoce, por que ainda não conseguimos equacionar os outros problemas detectados e por que não desaceleramos o processo de destruição da natureza para que a justiça e a equidade ambiental sejam alcançadas?

Em setembro de 2000, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento conseguiu que 189 nações fizessem um compromisso para “combater a extrema pobreza e outros males da sociedade”⁶, o que acabou se concretizando em oito princípios identificados como “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, que deveriam ser alcançados até o ano de 2015.

Estes objetivos, foram assim elencados: 1. Reduzir a extrema pobreza no mundo; 2. Universalizar o acesso e permanência ao ensino básico; 3. Promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil em todo o planeta; 5. Melhorar os sistemas de saúde, especialmente os voltados à maternidade; 6. Combater às doenças sexualmente transmissíveis, além das doenças tropicais; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental planetária; e 8. Estabelecer uma parceria global com vistas ao desenvolvimento comum.

Num primeiro olhar parece que são o mínimo que se poderia esperar de um mundo que ampliou sua riqueza global sem contudo distribuí-la ou, ao contrário, concentrou-a nas mãos de poucos e socializou os problemas. Aliás, chegamos a 2014 e novamente, muito pouco, foi alcançado diante do desafio.

Segundo Alves (2012, s/p), o que mais chama atenção na (má)distribuição da riqueza é que os “29 milhões de adultos do alto da pirâmide⁷ possuem um patrimônio superior a 12 vezes o patrimônio da base de 3,2 bilhões de pessoas”. Segundo o autor, em 2000, na virada do milênio, a riqueza global era de US\$ 113,4 trilhões, uma média de US\$ 30,7 mil por adulto, em um total de 3,6 bilhões de pessoas na situação de maioria e, conforme os dados do autor,

Enquanto o capital natural tem sido depredado, a riqueza global (e o consumo) dos seres humanos cresceu cerca de 50% no século 21, passando de uma média per capita de US\$ 30,7 mil no ano 2000, para US\$ 43,8 mil em 2010 e para US\$ 49 mil, em 2012. Todavia, as necessidades e os sonhos humanos são

⁶ Informações obtidas no website do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Brasil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

⁷ Dados organizados a partir do relatório internacional Credit Suisse (*The Credit Suisse Global Wealth Report 2012*), que estabeleceu o volume de riqueza mundial. O Relatório encontra-se disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/ch/en/news-and-expertise/research/credit-suisse-research-institute/publications.html>>. Acesso em: 9 jan. 2014. Fonte: ALVES, 2012.

ilimitados e os de baixo da pirâmide aspiram o padrão de consumo daqueles do meio e do topo do status social. Mas é impossível haver um crescimento ilimitado da riqueza material em um planeta finito e a história mostra que, em vários momentos, pirâmides que pareciam sólidas se transformam em castelos de areia (ALVES, 2012, s/p).

Outros estudos, como os de Dollar & Kraay (2001) e Ramos (2002), também apontam para o significativo crescimento econômico global, proporcionalmente maior do que o crescimento populacional que, entretanto, não foi seguido por uma equidade na distribuição da riqueza produzida.

Ramos (2002, s/p), delineia que ao longo do século XX, embora o crescimento econômico tenha sido uma “tendência generalizada”, contraditoriamente “a riqueza gerada não se distribuiu simetricamente”. Para o autor, baseado em relatórios da ONU, ainda persiste a concentração de riqueza nos países ricos em detrimento dos países mais pobres.

Com dados mais atuais o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU, RDH/2013), demonstra que muito foi alcançado no desenvolvimento humano desde o início do século passado, contudo, ainda persiste a desigualdade entre os que tem mais e os que tem muito pouco.

Estas não são afirmações complexas, mas deixam claro que o nosso sucesso econômico se dá às custas da incapacidade de preservar nosso ambiente/planeta e é responsável por produzir um impressionante paradoxo: colocamos em risco nossa própria existência, para que esta mesma existência seja mais, digamos assim, *confortável* materialmente (porém, mais confortável para alguns – uma minoria – do que para muitos/todos).

Estas anotações sobre crescimento populacional, desenvolvimento econômico, pobreza e riqueza, destruição ambiental e risco planetário não são obviamente ideias consensuais, universalmente aceitas. Ou seja, são acompanhadas de discordâncias e questionamentos, uma vez que há diferentes visões sobre este contexto.

Há correntes, que acreditam que o desenvolvimento econômico e tecnológico poderá produzir melhorias nas condições de vida das pessoas, conseqüentemente, melhorando as condições de vida, de ocupação e de exploração do planeta, mesmo se a população humana vier (continuar) a aumentar (ALVES, 2007).

Para esta corrente de pensamento (ALVES, 2007, p.1-2), o que deve ser feito, de fato, é um investimento significativo nas “ações sociais que possibilitem maior retorno em termos de custo-benefício” e, ao passo que estas ações surtam efeito, as mudanças virão a reboque, causando transformações em cadeia.

Num primeiro momento isto parece fazer sentido, pois, ao pensarmos nas necessidades urgentes de ações de grande porte, o investimento pesado pode trazer resultados imediatos, mudando a situação. Porém, como poderíamos elencar, de modo apropriado, quais seriam estas ações imediatas de necessidade de grande aporte financeiro? As questões do clima? A erradicação da pobreza? O financiamento da Agenda 21? Parece que o grande problema é o de definir quais seriam estas ações urgentes.

De qualquer modo, não fazemos parte desta corrente, somos mais contundentes e apontamos – frente aos problemas existentes – que não há uma situação (única) possível para uma avaliação custo-benefício que dê conta de enfrentar a delicada situação ambiental global de nossos dias.

Há inúmeros problemas reais com custos verdadeiros postos atualmente ao ser humano e para os quais são necessários esforços significativos e urgentes. Estes custos são, por exemplo: o aumento da desertificação em regiões de produção de alimentos; a perda constante e significativa de biodiversidades em mares e florestas; o aumento da poluição do ar, água e solo, afetando significativamente toda população humana. Aliás, não há ninguém no planeta que não esteja à mercê de alguma dessas situações.

Relatórios como o *Panorama da Biodiversidade Global 3* (PANORAMA, 2010); *Ecosistemas e Bem-Estar Humano* (ECOSSISTEMAS, 2006); *Desertificação e Mudanças Climáticas no Semiárido Brasileiro* (DESERTIFICAÇÃO, 2011); *Keeping Track of Our Changing Environment* (KEEPING TRACK, 2011); *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial GEO-3* (PERSPECTIVAS GEO-3, 2004); e *Estado do Mundo 2012* (ESTADO DO MUNDO – ANO DE 2012, 2012), são excelentes referências – sob todos os aspectos – para se entender o tamanho dos problemas ambientais que assolam o planeta, não só hoje, mas desde o início do século passado.

Tratam-se de documentos produzidos por importantes organismos nacionais e internacionais, baseados em análises feitas em cooperação com diversos centros de pesquisa mundialmente reconhecidos, que compilam os dados das regiões globais e os problemas que cada uma destas regiões apresenta, tanto no sentido dos impactos ambientais a que estão submetidos, como no levantamento de suas riquezas naturais e biológicas.

Diante destas informações há que se considerar que a “racionalidade humana tem servido apenas para aumentar o poder do ser humano sobre o planeta à custa da degradação ambiental” (ALVES, 2007, p.2), nos levando a um ponto sem retorno e, mesmo que possamos nos adaptar às mudanças que virão, isto pode não ser suficiente para evitar a catástrofe da vida humana na Terra.

Alves (2007), sustenta que o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico, embora tenham se beneficiado um do outro, propiciando tanto a evolução populacional humana quanto os padrões de produção e acúmulo de bens/riquezas, ambos contribuíram para o óbvio, que foi a aceleração gradual no processo de degradação ambiental.

Em sequência a esta discussão sobre os impactos do crescimento populacional e do desenvolvimento econômico para a degradação ambiental, Alves (2007, p.9-12), inclui dois importantes estudos, que são o Relatório Planeta Vivo – biodiversidade, biocapacidade e desenvolvimento, da World Wide Fund for Nature – WWF⁸; e o Índice Pegada Ecológica Global, do Global Footprint Network⁹

Como o artigo em discussão é de 2007 e os dados trazidos pelo autor sobre o Relatório Planeta Vivo e Índice Pegada Ecológica são de 2006, optamos por pesquisar dados atuais e incluí-los à discussão que o autor faz. Antes, porém, cabe dizer que o Relatório Planeta Vivo é um acompanhamento feito pela WWF que mede a saúde do planeta e baseia-se na observação de cerca de oito mil populações de mais de 2.500 espécies de todo o mundo que, de modo geral, representam a biodiversidade global.

O Índice Pegada Ecológica, por sua vez, mede o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente (áreas terrestres, aquáticas e biologicamente produtivas), respectivamente à “disponibilização de recursos ecológicos e serviços: alimentos, fibras, madeira, terreno para construção e terrenos para a absorção do dióxido de carbono (CO₂) emitido pela combustão de combustíveis fósseis, etc.” (ALVES, 2007, p.12), necessárias para atender a demanda humana.

Em tese, este índice Pegada Ecológica, representa a comparação entre a capacidade que o planeta tem em fornecer recursos naturais (de toda ordem e espécie), e a própria capacidade regenerativa da Terra em recuperar-se neste processo. Ou seja, os resultados apontam que “a população mundial está transformando os recursos em resíduos mais rapidamente do que a natureza consegue regenerá-los” (ALVES, 2007, p.12).

O que estes dois índices trazem para a discussão nada mais é do que a alarmante constatação de que o mundo vem perdendo, assustadoramente, sua capacidade biológica de fornecer os recursos necessários à manutenção e reprodução da vida humana. Em outras

⁸ Esta é a atual denominação para a WWF fundada na Suíça em 1961 e com escritórios em vários países, porém, nos EUA e Canadá, ainda é utilizado, oficialmente, a denominação de World Wildlife Fund. Disponível em: <<http://worldwildlife.org/about/history>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

⁹ O Global Footprint Network é uma organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos, criada em 2003 para dar subsídios, através de metodologia específica de análise de impacto ambiental, na orientação de políticas ambientais à países, empresas e grupos. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

palavras, segundo o Relatório Planeta Vivo publicado pela WWF em 2012¹⁰, o planeta Terra perdeu cerca de 30% da sua biodiversidade baseada em nove mil populações de 2.700 espécies de aves, mamíferos, anfíbios, répteis e peixes, entre os anos de 1970 e 2008.

Hoje, segundo os dados do Global Footprint Network¹¹, a pegada ecológica da humanidade na Terra corresponde à utilização dos recursos naturais equivalente a um planeta e meio pelo período de um ano. Isto quer dizer que a humanidade consome hoje, em um ano, os recursos que o planeta leva um ano e seis meses para repor.

A constatação diante desta abordagem apresentada pela pegada ecológica consiste no fato, simples e inquestionável, de termos, tão somente, um planeta Terra, isto é, a humanidade hoje já está consumindo o que não tem. Temos somente um planeta, nada mais do que isso. E, ainda de acordo com o Global Footprint Network, a continuarmos neste processo de degradação (crescimento populacional e desenvolvimento econômico), precisaremos, por volta de 2030-2050, o equivalente a três planetas.

Para Alves (2007), a problemática torna-se ainda maior quando olhamos para estes dados em seu contexto global. Ou seja, quando consideramos a cena toda e observamos os padrões de consumo praticados por toda a humanidade em suas respectivas sociedades (países/comunidades), enxergamos que este consumo, bem como o crescimento populacional e esta ordem do desenvolvimento econômico vigente, não ocorrem de forma igual.

De fato, constata-se que estes padrões são diferentes para os países desenvolvidos (menor população, maior consumo de bens, serviços e energia), em relação aos países em desenvolvimento ou economicamente menos favorecidos (maior população, menor consumo de bens e serviços e energia).

Estamos, portanto, diante de um dos dilemas postos à humanidade em relação à sua capacidade coletiva de pensar soluções e saídas para esta crise sem precedentes. Para Alves o fato é que a humanidade precisa, por um lado,

crescer para reduzir a pobreza e a desigualdade e, por outro, precisa conservar e preservar o meio ambiente. Para enfrentar de maneira adequada este duplo desafio precisa mudar totalmente o modelo de produção e consumo prevalecente até aqui. Como fazer isto? Não existe uma resposta fácil e única. Qualquer proposta vai exigir enormes esforços. Contudo, não se pode ter posições esquivas, pois está cada vez mais difícil manter o sucesso relativo obtido nas últimas décadas no sentido de se criar as condições mínimas para alimentar a população e aumentar o bem-estar (ALVES, 2007, p.13).

¹⁰ Relatório Planeta Vivo 2012 – WWF. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

¹¹ Global Footprint Network. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

Diante deste desafio, Alves (2007, p. 14), mesmo considerando que a população mundial irá crescer até 2050, sob qualquer variante de projeção populacional (baixa, média/moderada ou alta), propõe que a humanidade realize a transformação da “sociedade de consumo de massa para a sociedade do conhecimento, em que o uso intensivo de energia e matérias-primas seja substituído pelo uso intensivo do cérebro e do saber”; e que com o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos se busque a “qualidade de vida da população em conformidade com o meio ambiente”. Resta saber, diante dos desafios que nos são postos (individual e coletivamente) como vamos alcançar esse objetivo.

OBJETIVO, HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em vista do que pensamos, frente ao que acabamos de expor e diante do que estamos a apresentar, ajuizamos que nosso objetivo central neste trabalho de pesquisa foi analisar o discurso ambiental contido nas recomendações internacionais e nas orientações para a Educação Ambiental em documentos oficiais produzidos nas conferências internacionais sobre meio ambiente, capitaneadas pela ONU/UNESCO/PNUMA¹² e seus braços institucionais, desde a Conferência de Estocolmo-1972 até a Rio+20-2012.

Enquanto hipóteses desta pesquisa, ponderamos as seguintes premissas:

- ✓ De Estocolmo-1972 à Rio+20, as recomendações internacionais trazem um discurso com propostas de mudanças para o tratamento das questões ambientais, entre as quais, a efetivação da Educação Ambiental;
- ✓ Recomendações e orientações por si só não são suficientes para desencadear as mudanças necessárias para o enfrentamento das questões ambientais;
- ✓ O enfrentamento das questões ambientais envolve a participação de diferentes atores (países, governos, empresas, organizações, pessoas, etc.), com objetivos e ações nem sempre consensuais;

¹² ONU – Organização das Nações Unidas. UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

- ✓ A Educação Ambiental é considerada um fator importante no enfrentamento das questões ambientais.

Em relação aos Procedimentos Metodológicos adotados no presente trabalho, temos a discorrer sobre a pesquisa documental realizada, cujo foco foi a compilação dos documentos oficiais produzidos nas conferências e encontros internacionais no referido período; a Análise de/do Discurso enquanto posicionamento teórico/conceitual acerca dos sentidos, contextos, conexões e autoria daquilo que foi produzido; e a utilização de entrevista por meio de questionário aberto enviado através de correio eletrônico (e-mail, gerenciador MS/Outlook©) e mensagens postadas em perfis pessoais em rede social na Internet (Facebook©).

Da Pesquisa Documental:

A pesquisa documental deu-se através da busca/compilação dos documentos produzidos nas conferências, encontros, congressos e outros eventos internacionais congêneres promovidos e/ou patrocinados pelos sistemas ligados à ONU e suas Agências, como a UNESCO e o PNUMA, disponibilizados na rede mundial de computadores ou em materiais impressos¹³.

Estes documentos encontram-se divididos em Acordos, Tratados, Resoluções e outras publicações oficiais ou patrocinadas, adotadas oficialmente nas reuniões da Assembleia-Geral das Nações Unidas e pelos respectivos Secretariados das conferências, encontros e eventos, cujos conteúdos abordam a temática sobre meio ambiente e Educação Ambiental.

Sobre o uso desses materiais, nos apoiamos em Lüdke & André (1986, p.38), que afirmam que os documentos incluem “desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares”.

Segundo as autoras,

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.39).

¹³ A diferenciação entre material digitalizado/disponível em meio eletrônico ou impresso/meio físico para os documentos trazidos/compilados nesta pesquisa encontra-se identificado nas referências bibliográficas.

Lüdke & André (1986, p.40), discorrem que a escolha, caracterização e a utilização de documentos não é aleatória, uma vez que dizem respeito diretamente aos “propósitos, ideias ou hipóteses” que guiaram a sua seleção tendo em vista o objetivo e as intenções do pesquisador diante de seu objeto de pesquisa.

Também consideramos a definição de Severino (2007, p.124), que define como documento

todo objeto (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, CD, etc.) que se torna suporte material (pedra, madeira, metal, papel, etc.) de uma informação (oral, escrita, gestual, visual, sonora, etc.) que nele é fixada mediante técnicas especiais (escritura, impressão, incrustação, pintura, escultura, construção, etc.). Nessa condição, transforma-se em fonte durável de informação sobre os fenômenos pesquisados.

De acordo com Severino (2007, p.122-123), a pesquisa documental tem como fonte “documentos no amplo sentido”, ou seja, compõe-se de “documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”, cujos conteúdos que “ainda não tiveram nenhum tratamento analítico”, tornam-se “matéria-prima” original que permitem ao pesquisador conduzir sua “investigação e análise”.

Para o autor, documentação é “toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador”, podendo ser tomada no sentido de ser o “levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho” (SEVERINO, 2007, p.124).

Paralelamente também foram utilizadas fontes textuais diversas – livros, artigos e outros gêneros (jornais, revistas, entrevistas, etc.) – em material impresso/meio físico, digitalizado (arquivos em PDF¹⁴ transmitidos por meio eletrônico ou de armazenamento¹⁵) ou disponíveis na rede mundial de computadores – Internet – em sítios, websites ou páginas (home pages), que abordam, diretamente o tema meio ambiente e Educação Ambiental no conjunto das conferências e eventos internacionais, como já identificado anteriormente.

¹⁴ PDF é a sigla para *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento), originalmente criado pela Adobe Systems™, com o objetivo de permitir a visualização de qualquer documento (texto ou imagem) em qualquer computador, de forma independente ao programa/software que criou o arquivo. Trata-se de um formato – agora aberto, disponibilizado pela Adobe®, incorporado a programas que produzem estes documentos, incluindo a captura (digitalização) de obras completas, como livros.

¹⁵ Entende-se que estes arquivos circulam por meio de troca de mensagens (e-mail ou redes sociais), bem como podem estar armazenados em websites que disponibilizam conteúdos de livre acesso e distribuição, que não infringem leis de direitos autorais e copyright.

Os textos/documentos pesquisados e utilizados, conforme qualificado nas referências bibliográficas, dão conta de proporcionar informações, conteúdos e subsídios às nossas análises e interpretações sobre elementos diretamente ligados à temática ambiental para além dos documentos oficiais.

Da Análise de/do Discurso:

A Análise de/do Discurso, que será abordada mais detalhadamente no próximo tópico do capítulo, nos permite direcionar nosso olhar para a descrição, análise e reflexão dos discursos existentes no repertório documental selecionado e trazido na pesquisa, possibilitando-nos adotar um posicionamento conceitual sobre os mesmos.

A Análise de/do Discurso, seus fundamentos e seus conceitos, com os devidos créditos aos intelectuais deste campo, nos auxilia no entendimento da história, da ideologia e dos sujeitos sob a ótica da materialidade discursiva, considerando: as condições de produção; a autoria dos discursos; os sentidos e os contextos; as vozes, os saberes e os poderes existentes.

Estes elementos nos auxiliam a reconhecer as condições sociais, culturais, históricas e materiais de produção dos documentos selecionados, proporcionando pistas e indícios com os quais construímos nossa possibilidade de verdade ou, mais precisamente, nossa perspectiva de verdade frente ao período compreendido entre as três grandes conferências mundiais sobre meio ambiente.

Da Entrevista por Questionário via Internet:

Diante das inúmeras possibilidades e facilidades que a Internet e sua constante evolução proporcionam enquanto meio de comunicação e de interação entre indivíduos e conteúdos por todos os cantos do mundo de forma instantânea e relativamente acessível¹⁶, optamos por buscar informações e outros elementos acerca da nossa temática de pesquisa junto a diversos interlocutores-especialistas.

Dentro das prerrogativas da pesquisa acadêmica, é certo afirmar que a Internet (a rede mundial de computadores e os conteúdos disponibilizados) se configura enquanto uma ferramenta e fonte de informações que podem ser tomadas como seguras e verdadeiras, desde

¹⁶ O acesso universalizado à Internet e seus produtos, no sentido de comunicação, informação e entretenimento, tende, no âmbito social, econômico, político e jurídico, a tornar-se um serviço público essencial, da mesma forma como são considerados o abastecimento de energia elétrica, água e esgoto e outros. Todavia, isto ainda carece de discussão no âmbito Federal, tanto pelo Executivo, como pelo Legislativo e Judiciário. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2800/a-internet-como-servico-publico-essencial-de-consumo>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

que adequadamente avaliada, validada, confirmada e confrontada com outras referências e cruzamentos de dados por parte do pesquisador.

Assim, diante desta perspectiva promissora de comunicação instantânea, que não impôs limites como custos com ligações telefônicas e locomoção física através de viagens, optamos por construir um questionário aberto com perguntas acerca da temática que nos mobilizou na realização desta pesquisa.

São questões que remetem a uma reflexão sobre o percurso histórico das conferências, o envolvimento de seus atores, as facilidades e dificuldades do processo e também sobre o olhar para a Educação Ambiental e para as expectativas com relação a ela, com o propósito de fomentar um diálogo, ainda que por via remota, sobre aquilo que buscamos debater em nosso trabalho de pesquisa.

Nesta perspectiva, as perguntas propostas encontram-se com a seguinte redação:

1. Na sua opinião, diante dos pouco mais de 40 anos de mobilização, a partir de Estocolmo/1972, que avanços você destaca em relação às propostas para o tratamento das questões ambientais no plano internacional e especificamente no Brasil?
2. Como você analisa a atuação dos diferentes atores (países/governos, instituições, pessoas, etc.) neste movimento histórico de pensar soluções aos problemas ambientais enfrentados pela humanidade?
3. Daquilo que foi proposto desde Estocolmo, o que vem sendo efetivamente colocado em prática?
4. Que elementos podem ser apontados como dificultadores para que os diversos acordos, tratados e convenções estabelecidos nestes encontros alcancem o seu efetivo cumprimento?
5. Como você vê o papel da Escola e da Educação Ambiental no processo de enfrentamento das questões ambientais presentes na sociedade?
6. Que rumos você percebe para a Educação Ambiental no Mundo e no Brasil?

Junto com estas perguntas, elaboramos uma carta de apresentação contendo detalhes da pesquisa ora realizada e do objeto de nosso interesse, além de um perfil dos realizadores – Orientando e Orientador – e formas de contato e referências dos mesmos. Também solicitamos o consentimento do respondente para a publicação das respostas fornecidas (Anexo 1),

Uma vez elaborado este questionário aberto, organizamos uma lista de possíveis respondentes, tendo como preocupação selecionar o seguinte perfil: profissionais cujo histórico pessoal, profissional, acadêmico, militante ou político fosse ligado, direta ou indiretamente, a assuntos, temas e discussões que abordamos nos conteúdos e recortes trazidos no presente trabalho de pesquisa.

Tendo em vista o universo dos possíveis respondentes frente ao perfil proposto, redigimos uma lista com dezesseis nomes de personalidades, sendo que, deste total, obtivemos respostas completas de quatro delas ao questionário proposto, conforme apresentamos nos “agradecimentos especiais”.

Outros três respondentes, que entraram em contato conosco após o envio das mensagens, relataram problemas com a indisponibilidade de tempo e outras responsabilidades que os impediam de responder ao questionário. Os demais dez contatos, não responderam às mensagens enviadas.

O mecanismo que utilizamos para enviar a carta de apresentação e o questionário foi o contato por e-mail e por mensagens postadas nos perfis pessoais em redes sociais. No caso do e-mail, usamos o programa de gerenciamento de mensagens Outlook® da suíte MS/Office®, por meio do qual enviamos mensagens de correio eletrônico aos possíveis respondentes. Quanto a rede social, utilizamos nosso perfil no Facebook® como contato para envio do questionário.

Considerando os preceitos da ética na pesquisa, todos os contatados foram comunicados de que eram livres para responder ao convite e enviar suas respostas, inclusive, fazendo questionamentos e observações que considerassem pertinentes.

Toda esta correspondência encontra-se registrada em mensagens eletrônicas nas redes sociais (arquivo e histórico), bem como nos arquivos de e-mails enviados e recebidos entre proponente e respondentes.

O envio e o recebimento das mensagens com as questões aos possíveis respondentes ocorreram no período entre novembro e dezembro de 2013 (pelos dois canais de comunicação), sendo que as respostas retornaram no endereço de e-mail disponibilizado aos respondentes.

Os quatro respondentes, que gentilmente aceitaram participar deste percurso, concordando com o uso das respostas em nosso trabalho, são personalidades que circulam no cenário histórico das discussões sobre meio ambiente e Educação Ambiental e como autores,

escritores, professores e pesquisadores exercem suas funções e militâncias em instituições e organizações.

Na premissa de preservar a identidade e a liberdade de expressão de cada um dos que contribuíram com a pesquisa, respondendo ao questionário proposto, foi atribuído ao respondente a identificação de [R] e o ordenamento numeral aleatório de 1 a 4.

UM OLHAR SOBRE O DISCURSO E A ANÁLISE DE/DO DISCURSO

Para além da linguagem oral e de seus símbolos e códigos próprios, particulares a cada cultura/civilização (países, povos e etnias, regiões geográficas, etc.), que produzem um entendimento particular entre os falantes desta mesma linguagem, existe a ideia do sentido que a oralidade produz entre os sujeitos.

Ou seja, a conversação (o diálogo) entre dois falantes de uma mesma língua, idioma ou dialeto produz um sentido próprio a estes, cujo entendimento e significado está intrinsecamente ligado ao próprio contexto linguístico da fala daquele momento/acontecimento que foi produzido pelos indivíduos (BARROS, 2005).

Porém, quando pensamos que há muito mais do que simplesmente um significado linguístico num diálogo (a conversação em um determinado código, sua reciprocidade e o entendimento entre as partes), damos a este diálogo uma materialidade que, por sua vez, atribui a este processo um sentido, que além de socialmente construído, é marcado e datado historicamente.

Não obstante a esta perspectiva da fala dentro de um código linguístico em particular (idioma ou dialeto), existe a transposição deste código oral para um outro formato, que pode ser a recodificação em forma de texto escrito, com regras próprias (sintaxe, enunciação e gramática – concordância, acentuação, pontuação, etc.) desta linguagem, ou mesmo representações como a música ou as artes plásticas (BARROS, 2005). Porém, quanto ao texto,

Este se organiza e produz sentidos, como um objeto de significação, e também se constrói na relação com os demais objetos culturais, pois está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas, como um objeto de comunicação (BARROS, 2005, p.188).

Em síntese, podemos dizer que tanto a fala como o texto são produzidos dentro de um código linguístico, sendo a fala a expressão imaterial do diálogo, da conversação, da

interlocução entre sujeitos, e o texto – a expressão material e o registro físico desta conservação (BARROS, 2005).

Seja como for, é certo que a fala ou o texto não se reduzem a estas acepções introdutórias que nos permitimos fazer¹⁷ uma vez que vão muito além disto. Contudo, este pequeno percurso apresentado, serve para que possamos principiar nosso olhar teórico sobre os sentidos que são produzidos na fala e no texto e que estão diretamente ligados ao referencial teórico que abordaremos a seguir sobre análise de discurso.

Assim, a Análise de Discurso, para Eni Orlandi (1999, p.9), é uma forma de “problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem”. Desse modo, entender o que é discurso e sua análise, é entender que “não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade” e que não há “neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”.

Para a autora, a contribuição da análise de discurso situa-se na quase obrigatoriedade de que “não temos como não interpretar” (ORLANDI, 1999, p.9) aquilo que é produzido nas diferentes manifestações linguísticas – sendo a fala um acontecimento individual próprio à língua e seus códigos, a materialidade que toma esta fala converte-se no discurso, que é a produção de sentido e que está inscrito no cruzamento da língua e da história.

Ao definir que a análise de discurso “não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem”, Eni Orlandi (1999, p.15), assevera que a análise do discurso trata do discurso que carrega a ideia de “curso, de percurso, de correr por, de movimento”. Assim, atribui o sentido de que o discurso é a “palavra em movimento, prática de linguagem”, que observa e estuda o “homem falando”. Para a autora,

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. [...] A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social (ORLANDI, 1999, p.15).

Nessa mediação entre homem e realidade, segundo a autora, o discurso é aquilo que torna possível não só a “permanência e a continuidade” como também o “deslocamento e a

¹⁷ É correto apontar que um monólogo, num contexto artístico e teatral, também é uma expressão oral dentro de um código linguístico com regras próprias, da mesma forma que um texto em sua forma escrita, registrada, não é necessariamente um diálogo, mas carrega toda intencionalidade daquele que o produziu. Isto vale para toda expressão oral e escrita que possa existir em quaisquer contextos, seja em veículos de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas, etc.), como também em placas de sinalização.

transformação do homem e da realidade em que ele vive”, sendo que o “trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (ORLANDI, 1999, p.15).

Orlandi (1999, p.15-16), afirma que a análise de discurso

não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas como a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Desse modo, observa Orlandi (1999, p.16), a análise de discurso leva em consideração o “homem na sua história” e os “processos e as condições de produção da linguagem”, existentes na “relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”.

Em essência, a autora considera que a análise de discurso, ao trabalhar com a língua e seus códigos não estritamente em si (o estudo linguístico dos códigos e das regras de uma língua), trabalha com a linguagem produzida por sujeitos dentro de um contexto social, histórico e ideológico, no sentido de que cada ator produz sua própria interpretação de mundo dentro de um conjunto de crenças e conhecimentos.

Aliás, para a autora, o discurso se materializa na interdependência das conjunções sociais, históricas e ideológicas vividas pelos indivíduos, cujos significados estão particularmente atrelados à ideologia – “a linguagem está materializada na ideologia” assim como a “ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 1999, p.16).

Orlandi (1999, p.17), explicita que a “materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. Nessa totalidade é trabalhada a relação “língua-discurso-ideologia”, pois “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, ou seja, o indivíduo é interpelado pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Conseqüentemente, “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”.

A Análise de Discurso, para Orlandi (1999, p.17-18), diferentemente da análise de conteúdo que procura “extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer?”, busca identificar e entender no texto o sentido de “como este texto significa?”, sendo este “como”, a produção de um “conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa”.

Orlandi (1999, p.19), define que a Análise de Discurso está circunscrita teoricamente nas filiações que esta fez nos domínios disciplinares¹⁸ da Linguística de Ferdinand de Saussure, no Materialismo Histórico de Karl Marx¹⁹ e na Psicanálise de Sigmund Freud, que rompem os postulados do século XX com os do século XIX.

Conforme a autora,

A Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem: ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para a Análise de Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade. Por outro lado, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica (ORLANDI, 1999, p.19).

O sentido que a linguagem produzida pelos indivíduos toma em seu contexto social, histórico e ideológico produz o discurso que, para Orlandi (1999, p.20-21), “distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe seus elementos, definindo o que é mensagem”, assim, deixa de ser “emissor, receptor, código, referente e mensagem²⁰”.

Para a autora, o discurso passa a ser mais do que apenas a “transmissão de informação” e deixa de ser somente uma “linearidade na disposição dos elementos da comunicação” ou mesmo um processo serializado em que “alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 1999, p.21).

¹⁸ Para Orlandi (1999, p.20), “a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele”.

¹⁹ Michel Pêcheux faz a leitura sobre o marxismo (materialismo histórico) a partir das leituras que seu par intelectual na academia francesa faz. Este par intelectual é Louis Althusser que relê Karl Marx e o transporta para a França dos anos de 1960. Um pouco sobre esta resignificação e a relação entre ambos pode ser explorada no artigo FERREIRA-ROSA, Ismael et al. (Re)ler e (res)significar Pêcheux em relação a Althusser. **Rev. Alfa**, São Paulo, 55 (1): 249-269, 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4176/3774>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

²⁰ No esquema da autora o “emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, mensagem essa formulada em um código referindo a algum elemento da realidade – o referente. O esquema é: Referente [E] → Mensagem → [R] Código (ORLANDI, 1999, p.21).

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relação de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 1999, p.21).

A autora esclarece que o estudo do discurso preocupa-se em

compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação (ORLANDI, 1999, p.26).

Nos permitimos, em nossa acepção, para dar conta do que está proposto na análise de discurso, entender que esta disciplina e seus desdobramentos situam-se, sem reducionismos aparentes, numa esfera do conhecimento que busca compreender os sentidos que objetos simbólicos como um texto, um documento, uma lei e outras manifestações diversas (imagem, pintura, música, símbolos, sinais, etc.), produzem no universo humano.

Particularmente, nos preocupamos em entender o funcionamento teórico da análise de discurso no sentido de apreender sua estrutura, sua concepção e sua construção, de modo que possamos revelar quais os possíveis sentidos produzidos no discurso empreendido historicamente ao longo destes quarenta anos que nos propomos analisar sobre Educação Ambiental e Meio Ambiente.

Outro aspecto abordado por Eni Orlandi na análise de discurso consiste na compreensão de dois elementos constitutivos sobre a materialidade do discurso, que são as “condições de produção” e o “interdiscurso”. Para a autora, as condições de produção

compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção é fundamental (ORLANDI, 1999, p.30).

De acordo com Orlandi (1999, p.30), as condições de produção são tanto as “circunstâncias da enunciação”, ou seja, o “contexto imediato” em que elas se dão (sentido

estrito), quanto o “contexto sócio-histórico, ideológico” em que acontecem e são produzidas (sentido amplo).

Já o elemento “interdiscurso” é definido por Orlandi (1999, p.31), como sendo a “memória”, que, por sua vez “tem suas características, quando pensada em relação ao discurso”. Nas palavras da autora, é nessa perspectiva – da memória enquanto histórica – que o discurso se constitui também como interdiscurso, sendo-o definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, ou seja:

é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 1999, p.31).

Nos elementos sobre “ideologia e sujeito”, Orlandi (1999, p.45), define que a análise de discurso “re-significa” a noção de ideologia a partir da consideração da “linguagem”. Segundo ela, o fato de não haver “sentido sem interpretação”, assegura a presença da “ideologia”.

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, constituindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 1999, 45-46).

Para Orlandi (1999, p.47), a ideologia, ao estar explícita na análise de discurso, passa a estabelecer uma relação necessária entre “linguagem” e “mundo”, de modo que a “linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”. Para a autora não há “realidade” sem “ideologia”.

Por fim, Eni Orlandi sustenta que estes fundamentos da Análise de Discurso, apontados neste trabalho de pesquisa, permitem ao *analista*, ao investir nos conhecimentos abordados, ampliar seu campo de compreensão, dando-lhe a clareza de que a relação entre

sujeito e linguagem, entre ideologia e história, entre simbólico e político não é, jamais, inocente e desprovida de propósitos e intencionalidades (ORLANDI, 1999, p.95).

Nos apropriamos destes conceitos e fundamentos teóricos básicos da análise de discurso com o devido respeito e deferência a seus competentes interlocutores e acadêmicos – no sentido de que estes nos permitem adotar um posicionamento sobre os discursos, foco de nossas análises, tendo em vista o conjunto histórico de posições e materialidades discursivas empreendidas em nossa pesquisa.

De fato, é adequado considerar que nosso trabalho de pesquisa tem na *Análise de Discurso* (seus conceitos, seus fundamentos e seus expoentes) a base para um posicionamento conceitual, que nos permita olhar para a história, a ideologia e os sujeitos (indivíduos, instituições, governos, etc.) sob uma ótica da materialidade discursiva. Ou seja, que nos permita justapor (sem sentidos pejorativos ou reducionistas) os óculos – as lentes – da análise de discurso, constituindo, assim, uma forma de realizar análise de discurso tendo como objetos os documentos produzidos neste intervalo histórico que nos propomos a estudar sobre as questões ambientais e a Educação Ambiental.

Não é nosso objetivo fazer uma análise de discurso em sentido estrito, mas sim, considerar os fundamentos que a embasam, no sentido de que tudo o que foi produzido ao longo dos quarenta anos abordados na presente pesquisa, foram frutos de uma expressão discursiva permeada por uma não transparência da linguagem e produzida por diferentes interlocutores que ocupavam diferentes posições sociais (cargos e responsabilidades governamentais e institucionais). Também, dentro destes fundamentos, considerar as condições sociais, culturais, históricas e materiais em que estes documentos foram produzidos.

Tendo em mente os elementos da *Análise de Discurso* que destacamos, que direcionam nosso olhar e que amparam nossas discussões sobre os diferentes documentos (materialidades discursivas) produzidos nestes quarenta anos, nos permitimos recorrer aos aspectos metodológicos destacados por Conceição Nogueira sobre Análise do Discurso (NOGUEIRA, 2001).

A autora traz uma objetividade que nos ajudou a compreender diversas questões sobre o que é discurso e do que ele trata. Na percepção de Conceição Nogueira (NOGUEIRA, 2001):

a Análise do Discurso preocupa-se com o modo como a linguagem constrói os objectos, os sujeitos, a subjectividade e o self;

na perspectiva da Análise do Discurso a linguagem parece dirigir as percepções dos indivíduos e “faz coisas” acontecerem, construindo e criando as interações sociais e os diversos mundos sociais;

a [linguagem tem especial] importância na construção da realidade social;

a linguagem não surge num vácuo social, pelo contrário, estrutura-se num espaço sócio-histórico e representa um conjunto de práticas de produção de significados;

o termo Discurso não se aplica unicamente à linguagem mas a qualquer padrão de significado, seja ele visual ou espacial, e portanto pode referir-se a textos visuais, tais como a televisão, o cinema, a banda desenhada, etc. Pode, ainda, referir-se a textos físicos, nomeadamente cidades, jardins, corpos, etc. A Análise do Discurso mais difundida baseia-se, contudo, em textos escritos, tais como, documentos, cartas, entrevistas, artigos de jornais, etc.;

a pesquisa do Discurso oferece rotas para o estudo dos significados, uma forma de investigar o que está implícito e explícito nos diálogos que constituem a acção social, os padrões de significação e representação que constituem a cultura. Permite uma série de abordagens aos “dados” e, mais importante, um conjunto de teorizações a esses mesmos dados;

a Análise do Discurso é o estudo aprofundado da linguagem que se utiliza, procurando a identificação de padrões;

o discurso tem um efeito decisivo no modo como se configura o mundo social;

[os analistas buscam] identificar padrões de linguagem com práticas com eles relacionadas e mostrar como estas constituem aspectos importantes da sociedade e das pessoas dentro dela;

[os discursos são] meios fluidos em mudança nos quais os significados são criados e contestados;

[um discurso é considerado macro] macro porque em vez de se preocupar com pequenos segmentos de texto recorre a métodos essencialmente taxonómicos, procurando identificar e descrever quais são os principais Discursos em questão. A questão é de saber relativamente a determinados tópicos quais são os Discursos disponíveis, como se desdobram e para que é que eles servem (NOGUEIRA, 2001, p.1-51, compilação).

Estes elementos da Análise do Discurso²¹ propostos por Nogueira (2001), delineiam nossa perspectiva de apontar “a lente” com a qual nos permitimos enxergar aquilo que elencamos, seleccionamos e organizamos sobre a questão ambiental e a Educação Ambiental na presente pesquisa, que parte dos anos anteriores à conferência de Estocolmo, em 1972 e vai até a conferência do Rio de Janeiro (Rio+20), em 2012.

Desse modo, diante do que propõe Nogueira (2001, p.33), aceitamos que:

²¹ Conceição Nogueira não trabalha com a expressão *Análise DE discurso*. Todas as suas afirmações e citações utilizam a preposição *DO*, definindo *Análise DO Discurso*. Consideramos que isto se deve ao fato de os teóricos do discurso observarem que existem *muitos discursos* – diversidades discursivas, enquanto que a autora em questão prefere trabalhar com uma definição no singular para discurso.

Aquilo que se considera como sendo material só se torna verdadeiramente “dados” depois das decisões teóricas dos pesquisadores acerca das diferentes abordagens discursivas, dos posicionamentos epistemológicos subjacentes, assim como acerca do tópico específico de pesquisa.

Em sua perspectiva, a autora estabelece um conjunto de *elementos* que permitem compor o olhar da *análise do discurso* a partir da visão do *analista do discurso*, os quais adotamos, uma vez que estes elementos nos permitem aprimorar nossas reflexões sobre o material em estudo.

Adaptando os elementos expostos por Nogueira (2001, p.34-35), buscamos, de uma maneira geral:

- ✓ procurar objetos nos textos, tratando a fala acerca destes objetos como objeto de estudo;
- ✓ especificar sujeitos (pessoas, assuntos, temas, etc.), como tipos de objetos no texto, especulando acerca de como eles podem falar;
- ✓ traçar uma imagem do mundo e das redes de relações entre estes objetos;
- ✓ identificar contrastes entre as formas de falar destes objetos, identificando neles pontos de sobreposição;
- ✓ relacionar as maneiras como estes objetos falam para diferentes audiências (públicos e sujeitos);
- ✓ analisar como esses discursos emergem na história (memória, contexto), questionando como eles contam a história acerca de sua origem;
- ✓ identificar instituições reforçadas pelos discursos, bem como os interlocutores a que estes se destinam ou que são atacados;
- ✓ analisar que categorias de pessoas ganham e perdem, questionando quem os promoverá e quem se lhes oporá;
- ✓ analisar como eles se ligam (Ideologia e ideologias) com outros discursos (opressivos ou não), descrevendo como eles se justificam no presente;

Nogueira (2001, p.36), preocupa-se com o fato de que o analista do discurso deve prestar atenção – ter uma postura especial –, “não só aquilo que está no texto, mas também às ausências, pois estas podem ser de extrema importância”. Para ela,

Assumir que não existe neutralidade, que o enviesamento produzido pela visão do “mundo” e valores dos próprios pesquisadores não só existe, como é

necessário ter em consideração, é um ponto fundamental, porque completamente antagônico ao assumido pela pesquisa tradicional. Como posicionamento face a esta postura, a autoconsciência e a reflexividade são competências necessárias, para os pesquisadores nesta abordagem (NOGUEIRA, 2001, p.36).

Entender que não existe neutralidade, compreender as condições materiais de produção e observar a posição e o lugar de quem fala quando nos defrontamos com documentos oficiais que discutem visões de mundo, dão orientações e fazem recomendações, é essencial para manter uma consciência reflexiva e analítica sobre o discurso produzido.

De fato, a Análise de/do Discurso é eminentemente descritiva, analítica e reflexiva e busca, com base nas pistas fornecidas pelo que foi *dito/escrito/transmitido*, entender a língua a partir de suas manifestações (oralidade/texto/imagem/etc.) enquanto uma materialidade possível de ser interpretada.

Assim, toda análise tem prazo de validade, insere-se num determinado contexto cultural, refere-se a um sentido de autoria e está ligada a uma possibilidade de verdade – uma perspectiva analítica – que encontra-se atrelada ao olhar do analista, ao seu referencial e ao seu objeto de pesquisa.

O CAMINHO PERCORRIDO NESTE TRABALHO DE PESQUISA

Com o intuito de orientar os leitores quanto ao caminho que percorremos neste trabalho de pesquisa, mesmo já tendo apresentado até aqui um *bom-tanto* de informações, cabe-nos especificar que a presente Tese de Doutorado, expressão (quase) última de todo nosso percurso acadêmico, encontra-se dividida em seis capítulos.

O primeiro, pelo qual passamos e estamos a concluir, propôs-se a tratar de alguns apontamentos sobre as dimensões do nosso projeto de pesquisa, abordando os elementos conceituais que nos alertaram para os limites do trabalho que poderíamos, de fato, fazer, mesmo sabendo que nossa contribuição poderia ter sido maior.

Nele também traçamos uma perspectiva sobre o tema que nos move(u), discorrendo sobre nossa trajetória acadêmica e profissional que se misturou com o percurso da pesquisa, desde a graduação até aqui na conclusão deste percurso acadêmico, no que discorremos sobre como a temática ambiental nos foi apresentada, num primeiro momento enquanto obrigação de ofício profissional e, posteriormente, enquanto escolha de pesquisa e caminho acadêmico.

Assim, apresentamos um pouco do que o tema ambiental nos faz pensar e refletir diante dos muitos questionamentos e encaminhamentos que pudemos apreender na tessitura desta pesquisa, evidenciando quão laboriosa e intrincada é a dimensão de se projetar no papel as relações estabelecidas entre nós, seres humanos, e o mundo que habitamos.

Há também, no mesmo capítulo, a descrição do objetivo deste trabalho, das hipóteses refletidas e dos procedimentos metodológicos utilizados, o que inclui um tópico específico sobre a Análise de Discurso que orienta nosso olhar sobre o tema em discussão, no qual ousamos nos apropriar (tanto quanto possível) de conhecimentos da Análise de/do Discurso, com o objetivo de orientar nosso olhar sobre o percurso e o discurso ambiental que impregna estas quatro décadas.

Efetivamente, buscamos percorrer os fundamentos da Análise de/do Discurso para dar conta do que está proposto neste campo de estudos, entendendo como esta disciplina e seus desdobramentos podem nos situar e ajudar a compreender os sentidos simbólicos da temática ambiental ao longo dos anos, a qual nos preocupamos em empregar enquanto um posicionamento teórico e conceitual, que nos permitisse olhar para a história, a ideologia e os sujeitos sob a ótica da materialidade discursiva, dos significados e entendimentos que existem subjacentes às discussões sobre as questões ambientais.

Isto posto, seguimos aos próximos três capítulos, que são: Estocolmo, 1972: A Primeira Conferência; Rio de Janeiro, 1992: A Grande Conferência; e Rio de Janeiro, 2012: A Rio+20 e Estocolmo+40, nos quais buscamos, dentro das escolhas possíveis, dos recortes necessários, dos objetivos pretendidos, das fontes disponíveis e de outros limites comuns à qualquer pesquisa, discorrer, minimamente e dentro dos preceitos acadêmicos, sobre a trajetória de quarenta anos de conferências internacionais relacionadas ao meio ambiente.

Em Estocolmo, 1972, buscamos construir a perspectiva que alçou o mundo aos princípios globais da discussão da temática ambiental. Se, até então, as discussões eram localizadas e regionalizadas (assim como a visão sobre os problemas), este evento trouxe para o mundo a necessidade de que era fundamental discutir, em níveis globais, os problemas ambientais que afetavam, em maior ou menor grau, a população humana.

Aliás, o olhar para a época, como assim retratam os documentos e os discursos proferidos, focava o “homem e o meio humano”, ou seja, no centro das relações da existência de vida no planeta Terra, estava o homem e, ao redor, os outros elementos disponíveis (recursos naturais e toda a natureza, além do patrimônio biológico) para alimentá-lo em todas as suas necessidades.

Na análise que trazemos neste trabalho de pesquisa, Estocolmo, 1972, foi o primeiro momento em que o homem deixava, mesmo que por um instante, de ser o centro das atenções e se colocava como DEPENDENTE de todos os outros elementos existentes no planeta.

O capítulo seguinte, por sua vez, discorre sobre a, assim chamada, grande conferência mundial sobre meio ambiente, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou Rio-92 ou Eco-92 ou Cimeira da Terra.

O teor deste capítulo busca demonstrar a grandeza deste evento, as repercussões nacionais e internacionais, antes, durante e depois do megaevento, bem como as possíveis reverberações que aquele momento histórico trouxe para o debate mundial, seja para instituições, países e outros organismos como também para as pessoas.

Concluindo esta parte que abrange as três grandes conferências, o terceiro capítulo discorre sobre a última conferência que, representativamente, simbolizou os vinte anos após a Rio-92 e os quarenta anos após Estocolmo-72.

Assim, o texto busca descrever como o mundo caminhou desde a primeira conferência, tocando, na medida do possível, no percurso com o qual diferentes atores (governos, instituições, empresas, sociedade civil, etc.), passaram a lidar com a temática ambiental – seus problemas, questionamentos e outros tópicos – ao longo das três conferências e seus quarenta anos de história.

Notadamente, estes três capítulos não representam qualquer intenção de ser um olhar acabado sobre a história, tampouco há de esgotar o assunto, representando-o à exaustão, mas indicam o olhar de um pesquisador (com todas as suas limitações), para os diferentes momentos em que o mundo se viu (forçado ou não) a discutir os problemas ambientais.

O quinto capítulo, intitulado “Outros Discursos: Um Olhar sobre a História”, é uma tentativa de interlocução com outros atores que, ao longo de suas trajetórias pessoais, profissionais, políticas e acadêmicas, se debruçaram sobre a temática ambiental em seus estudos.

Neste sentido, buscando conversar com estas pessoas, lançamos mão de suas respostas a um questionário-entrevista que nos forneceram elementos adicionais para interpretar o que representou um período da história, no qual ensaiamos, coletivamente, mudanças para os problemas ambientais que estão a atingir, indistintamente, todos os seres vivos e todos os recursos naturais existentes no planeta.

É certo, sobre todo este pequeno (grande) percurso, que não sabemos se os objetivos propostos para esta pesquisa foram alcançados e se, de fato, pudemos contribuir para a discussão ambiental nos desejáveis patamares acadêmicos, especialmente em tempos como os

de hoje, nos quais as informações são rapidamente transmitidas e os conhecimentos obtidos aceleradamente desbancados por novos saberes.

No último capítulo, optamos por aquilo que chamamos de “Algumas Considerações Finais”, por meio das quais tecemos, a par de nossa própria trajetória de vida, um olhar singular e com direito a algumas divagações, sobre como transcorreu o percurso histórico das grandes conferências mundiais, bem como o discurso ambiental contido nestes eventos.

A propósito disto, tendo em vista a necessidade de muitas considerações finais, o capítulo encontra-se dividido em três partes, sendo a primeira intitulada *Algumas considerações finais sobre o tema, o Brasil e o Mundo nas três conferências*; a segunda diz respeito a *Algumas considerações finais sobre a Educação Ambiental no Brasil*, e a terceira parte, encerrando o texto, discorre sobre *Algumas considerações finais, por fim, sobre um pouco mais de 40 anos de história*.

ESTOCOLMO, 1972: A PRIMEIRA CONFERÊNCIA...

Só podemos agir em função de um tempo limitado: um dia, uma semana, um mês, um ano, dez anos ou uma vida.

Porque se por desgraça relacionamos nossos atos ao Tempo, tempo e atos se evaporam; e é então a aventura do *Nada*, a gênese do Não.

Emile. M. Cioran

Realizada em Estocolmo, capital da Suécia, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, também conhecida como *Conferência de Estocolmo*, foi a primeira grande conferência mundial organizada para tratar exclusivamente das questões ambientais em âmbito global.

Todavia, esta conferência, diferentemente das outras que viriam, não foi diretamente convocada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), mas sim recomendada pelo *The Economic and Social Council* (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC), através da resolução 1346 (XLV)²² – *Question of convening an international conference on the problems of human environment* –, aprovada na reunião plenária de 30 de julho de 1968 (1555th plenary meeting).

Esta resolução 1346 (XLV), de julho de 1968, expressava, através de seu Conselho Econômico, os questionamentos principais para se convocar uma conferência internacional sobre os problemas do ambiente humano, como expresso no próprio título do documento acima, em inglês.

A referida resolução discorre sobre os impactos que o planeta estava a enfrentar, as consequências destes para o ambiente humano e a necessidade premente de intervenção para sua melhoria, como destacamos nos trechos:

a continuar e acelerar o comprometimento da qualidade do ambiente humano causado por fatores como a poluição do ar e da água, erosão, e outras formas de degradação do solo, efeitos secundários de biocidas, resíduos e ruído

com os consequentes efeitos sobre a condição do homem, o seu bem-estar físico e mental, a sua dignidade e o seu gozo dos direitos humanos fundamentais

da necessidade urgente de uma ação intensificada, a nível nacional e internacional, a fim de limitar e, quando possível, para eliminar a deterioração do ambiente humano, a fim de proteger e melhorar o ambiente natural no interesse do homem (ONU, RES/1346, tradução livre).

Outro aspecto expresso na resolução do ECOSOC, dizia respeito ao convencimento do Conselho sobre a necessidade de dar a “devida atenção aos problemas do meio ambiente humano”, pois isto seria “essencial para o sadio desenvolvimento econômico e social” (ONU, RES/1346, tradução livres).

²² Resolução ECOSOC E/RES/1346 (XLV), 1555th plenary meeting, 30 July 1968. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/RES/1346%28XLV%29>. Acesso em: 2 jan. 2014.

A resolução aponta, inclusive, o envolvimento de outros organismos da própria ONU neste processo de discussão, uma vez que, à época, havia atividades por parte da Comissão Econômica para a Europa, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras “atividades de organizações e programas relevantes para o ambiente humano das Nações Unidas” (ONU, RES/1346, tradução livre).

Embora calcado no discurso econômico, o documento evidencia que o ECOSOC estava “ciente da importância do trabalho que está sendo feito sobre os problemas do meio ambiente humano por parte dos governos”, bem como de “organizações não-governamentais nacionais e internacionais”, com destaque à União Internacional para a Conservação da Natureza e do Programa Biológico Internacional²³ (ONU, RES/1346, tradução livre).

Para corroborar com o tratamento dado à questão ambiental, o texto da resolução traz a chamada para a “Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre a base científica para o uso racional e conservação dos recursos da biosfera”, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com a participação da FAO e da OMS, que seria realizada em Paris de 4 a 13 Setembro de 1968, bem como a decisão da Comissão Econômica para a Europa de convocar, em 1970 ou 1971, uma Reunião de Peritos Governamentais sobre os problemas relativos ao Meio Ambiente (ONU, RES/1346, tradução livre).

O que fica explícito nesta resolução do ECOSOC é a preocupação com as questões ambientais, notadamente por meio do discurso do desenvolvimento econômico em relação ao homem e ao ambiente humano, bem como para a preocupação de que a Organização das Nações Unidas com seus organismos (OMC, OIT, FAO, UNESCO e outros), mobilize o estados-membros a iniciarem discussões sobre esta temática. Para tanto, explicita:

Desejando incentivar o trabalho neste campo e para dar-lhe uma perspectiva comum e direção,

Acreditando que é desejável fornecer um quadro para uma consideração abrangente dentro das Nações Unidas dos problemas do meio ambiente humano, a fim de chamar a atenção dos governos e da opinião pública sobre

²³ A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN na sigla em inglês), foi fundada em 1948 na Suíça e reúne 181 países além de diversas organizações ambientais, tendo como objetivo fomentar a conservação dos recursos naturais. Já o Programa Biológico Internacional (IBP na sigla em inglês), lançado em 1964, é um programa fomentado pela ONU através da FAO e do Conselho Internacional de Ciências (ICSU), e tem como objetivo promover o estudo sobre a produção e o potencial de recursos naturais, inclusive sobre a adaptação humana às condições ambientais. Disponível em: <<http://migre.me/hgApa>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

a importância desta questão e também para identificar os aspectos que só podem ser resolvidos através da cooperação e acordos internacionais:

Recomenda que a Assembleia-Geral [...] considere formas e meios para promover os objetivos acima enunciados, incluindo, em particular, a conveniência de convocar uma conferência das Nações Unidas sobre os problemas do meio ambiente humano, levando em consideração, entre outros, as opiniões expressas [pelo] Conselho Econômico e Social e os resultados da Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre a base científica para uso racional e conservação dos recursos da biosfera (ONU, RES/1346, tradução livre).

O texto considera, ainda, “a fim de garantir o sucesso de uma conferência”, que esta deve ser decidida e convocada pela Assembleia-Geral, recomendando que, depois de obter a “opinião dos Governos dos Estados e as do Comitê Consultivo sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento”, bem como em cooperação com as organizações pertinentes ao sistema das Nações Unidas, incluindo as comissões econômicas regionais, seja solicitado ao Secretário-Geral da ONU um relatório sobre:

o âmbito e o andamento dos trabalhos que estão sendo feitos sobre os principais problemas do meio ambiente humano por parte de organizações internacionais e nacionais, a nível intergovernamental, governamental e não-governamental, e as principais áreas que requerem a cooperação internacional;

as áreas que podem, com especial vantagem ser consideradas em uma conferência internacional sobre os problemas do meio ambiente humano e um programa sugerido de trabalho para uma conferência (ONU, RES/1346, tradução livre).

E, por fim, é salientado no documento, como proposta de item para pauta de discussões na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o tema “Os problemas do meio ambiente humano” (ONU, RES/1346, tradução livre).

Assim, diante das recomendações e considerações do ECOSOC, coube à Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em 3 de dezembro de 1968, convocar a primeira conferência mundial sobre meio ambiente, como é atestado pela resolução n.º 2398²⁴ (1733rd plenary meeting, 3 December 1968).

Esta resolução, intitulada *Problemas do Ambiente Humano*, por sua vez, traz as considerações que a Assembleia-Geral da ONU, através da representatividade dos países membros, expressa quanto às questões ambientais iminentes ao ambiente humano.

²⁴ Resolução n.º 2398, da reunião plenária 1733: Os problemas do Ambiente Humano; de 3 de dezembro de 1968 da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r23_en.shtml>. Acesso em 2 jan. 2014. Tradução livre.

O documento, que segue a mesma orientação conceitual daquele produzido pelo Conselho Econômico do ECOSOC (RES/1346), reitera os seguintes pontos:

a relação entre o homem e o seu meio ambiente está passando por mudanças profundas, na sequência dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos modernos,

estes desenvolvimentos, oferecendo oportunidades sem precedentes para mudar e moldar o ambiente do homem para satisfazer suas necessidades e aspirações, também envolvem graves perigos se não forem devidamente controlados,

o contínuo e acelerado comprometimento da qualidade do ambiente humano causado por fatores como a poluição do ar e da água, erosão e outras formas de degradação do solo, os resíduos, o ruído e os efeitos secundários de biocidas, que são acentuadas pelo rápido aumento da população e acelerada urbanização (ONU, RES/2398, tradução livre)

De fato, o documento agora ressalta os efeitos sobre a “condição humana”, bem como seu “bem-estar físico, mental e social, a sua dignidade e o seu gozo dos direitos humanos básicos”, de modo que os países em desenvolvimento e desenvolvidos encontrem-se convencidos de que o “aumento da atenção para os problemas do meio ambiente humano é essencial para um sadio desenvolvimento econômico e social” do planeta (ONU, RES/2398, tradução livre), expressando ainda

a forte esperança de que os países em desenvolvimento, através de uma cooperação internacional adequada, possam obter determinado benefício a partir da mobilização de conhecimentos e experiências sobre os problemas do meio ambiente humano, permitindo-lhes, nomeadamente, evitar a ocorrência de muitos desses problemas (ONU, RES/2398, tradução livre).

Neste sentido, a resolução n.º 2398 de 3 de dezembro de 1968, segue a proposição do ECOSOC e dá prosseguimento à convocação para a realização de uma “conferência internacional sobre os problemas do meio ambiente humano”, destacando a importância do que vinha sendo feito pelas organizações do sistema das Nações Unidas, bem como da conferência realizada em Paris, entre 4 e 13 de setembro daquele ano. E diz,

Convencidos da necessidade de intensificar, a nível nacional, regional e internacional, a fim de limitar e, quando possível, eliminar a deterioração do ambiente humano e, a fim de proteger e melhorar o ambiente natural no interesse do homem,

Desejando incentivar o trabalho neste campo e para dar-lhe uma perspectiva comum e direção,

Acreditando que é desejável fornecer um quadro para análise global dentro das Nações Unidas dos problemas do meio ambiente humano, a fim de chamar a atenção dos governos e da opinião pública sobre a importância e a urgência desta questão e também para identificar os aspectos que podem melhor ser resolvidos através da cooperação e acordos internacionais (ONU, RES/2398, tradução livre).

Por fim, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, em sua Resolução n.º 2398, decide convocar uma Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano e solicita que o Secretário-Geral submeta à Assembleia-Geral um relatório sobre:

(a) A natureza, o âmbito e o andamento dos trabalhos atualmente sendo feitos no campo do meio ambiente humano;

(b) Os principais problemas enfrentados pelos países desenvolvidos e países nesta área, ou que podem, com especial vantagem ser considerados em tal conferência, incluindo as possibilidades de uma maior cooperação internacional, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social, em particular dos países em desenvolvimento.

A Conferência de Estocolmo é considerada como a primeira grande conferência sobre o homem e o meio ambiente, e foi, sem dúvida, um evento singular e fundamental para a conscientização ambiental internacional.

Foi a primeira vez que os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global foram discutidos num fórum intergovernamental com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas (McCORMICK, 1992, p.97).

Para McCormick (1992, p.97), a conferência objetivava “criar no seio da ONU bases para uma consideração abrangente dos problemas do meio ambiente humano”, além de “fazer convergir a atenção de governos e opinião pública em vários países para a importância do problema”. Segundo o autor,

O evento resultou diretamente na criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP – United Nations Environmental Programme). E marcou igualmente uma transição do Novo Ambientalismo emocional e ocasionalmente ingênuo dos anos 60 para a perspectiva mais racional, política e global dos anos 70. Acima de tudo, trouxe o debate entre os países menos desenvolvidos e mais desenvolvidos – com suas percepções diferenciadas das prioridades ambientais – para um fórum aberto e causou um deslocamento fundamental na direção do ambientalismo global (McCORMICK, 1992, p.97).

Não existem números oficiais sobre a conferência, no que diz respeito à participação popular ou mesmo quanto ao envolvimento das pessoas (opinião pública) e, exceto para os números que são repetidos nas diversas publicações: 113 países e cerca de 250 instituições governamentais e não governamentais –, não existem registros desta movimentação²⁵.

Aliás, pesquisando os arquivos de jornais da época, como o acervo do Jornal *Folha de São Paulo*²⁶, existe apenas uma pequena nota, em meio às diversas colunas da página, relatando seu início: “Começa hoje a **reunião** sobre meio-ambiente” (grifo nosso).

A pequena coluna é pautada por uma nota da Agência de Notícias *Associated Press* em Estocolmo e traz as seguintes palavras do Secretário Geral, o canadense Maurice Strong: “se tiver êxito a Conferência das Nações Unidas sobre Ecologia, poderia se criar, no início do próximo ano, uma nova organização mundial que ponha fim a autodestruição da raça humana”. Ele complementa que a *reunião* representava um “esforço para criar o marco adequado para a adoção de medidas globais que evitem o cumprimento dos sombrios prognósticos dos ecólogos”.

Seja como for, mesmo não sendo a primeira iniciativa global²⁷ a discutir os problemas ambientais, a Conferência de Estocolmo foi a mais contundente e ensejou, de fato, as discussões ambientais em patamares que envolveriam a participação de todos os países, deixando latente a polarização entre nações desenvolvidas e em-desenvolvimento.

OS ANTECEDENTES DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO-1972

É prudente consignar, de antemão, que a conferência de Estocolmo-1972 não foi, como observado anteriormente, exatamente o primeiro movimento ambiental global, embora seja o primeiro mais expressivo, do ponto de vista do envolvimento das nações a partir do engajamento da Organização das Nações Unidas.

Para Bursztyn & Persegona (2008, p.13),

²⁵ McCormick (1992, p.105), descreve que participaram da Conferência 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 organizações intergovernamentais e não-governamentais, bem como sobre a presença da China em contraponto a ausência de todos os países do leste europeu que boicotaram a Conferência em função do status de país observador não-votante dado à Alemanha Oriental.

²⁶ Acervo Jornal Folha de São Paulo: Primeiro Caderno, folha 2, de 5 de junho de 1962. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/06/05/2/>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

²⁷ Para McCormick (1992, p.97-98), a Conferência da Biosfera, realizada sob os auspícios da UNESCO em setembro de 1968 na cidade de Paris/França, teria sido um dos primeiros grandes movimentos a discutirem as questões ambientais, em especial, a partir da definição de qual seria a parte do mundo em que poderia existir vida.

A história dos grandes fatos relevantes para o entendimento da questão ambiental é tão antiga quanto a própria contagem do tempo. Sua narrativa tem vários inícios possíveis. Pode-se partir do big bang (quanto tudo começou); do início das eras geológicas, há milhões de anos (quando nosso planeta registra os primeiros indícios de vida unicelular); dos vulcanismos (como o que provocou o início da separação dos continentes); das glaciações (como a que extinguiu os grandes mamíferos pré-históricos); da revolução neolítica (quando os homens começaram a se impor sobre a natureza); do princípio da civilização (quando nos sedentarizamos); ou dos tempos bíblicos da arca de Noé (possivelmente o primeiro grande desastre ecológico relatado).

Segundo eles, “vários autores vêm se dedicando ao estudo dos primórdios da ação degradadora da humanidade sobre o ambiente”, bem como sobre a “questão ambiental como eixo central”. Contudo, um olhar no passado permitirá ver-se que os “elementos que hoje ocupam o debate ambiental estavam presentes na vida cotidiana e no legado que as antigas civilizações nos deixaram” (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.13).

A história dos povos da antiga Mesopotâmia, por exemplo, não poderia ser contada sem a consideração do papel estratégico de seus rios. O mesmo se aplica ao Nilo para o antigo Egito. A gestão do meio natural (que hoje chamamos recursos naturais) sempre foi a base dos sistemas econômico, social e político, e serviu de pano de fundo para os conflitos entre povos (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.13).

Para os autores, este percurso biológico e civilizatório, lento nos primeiros cem séculos, mas acelerado nos últimos, determinou o processo como o ser humano agiria sobre o mundo e, de forma determinante, como reagiria às consequências desta ação (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008).

Numa linha do tempo imaginária²⁸, os autores apresentam a “evolução” do processo de domínio e de conseqüente reflexão sobre as ações humanas planetárias, partindo de 60.000 a.C, com ações de desmatamento, saneamento, abastecimento de água (que continuam até os anos 80, 1000, 1500, 1900... da era cristã), ao mesmo tempo em que apontam o surgimento de ações contrárias a este movimento de extração inesgotável.

Quanto a isto, apontam para os anos de 1500 com a proliferação dos livros e da ideia do planeta Terra como ser vivo, seguindo para os anos de 1900-1972 como os mais profícuos em relação ao surgimento de ações e movimentos ambientalistas, como os acordos ambientais e as conferências (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.20-21).

²⁸ Esta “linha imaginária” é organizada a partir da “Linha do tempo do desenvolvimento sustentável”, organizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Afora esta passagem que trazemos do texto de Bursztyn & Persegona (2008), podemos entender que não há um marco inicial para as discussões ambientais ou, melhor dizendo, para a tomada de consciência do ser humano para as consequências de suas ações no meio ambiente. Contudo, este movimento que não poderia ser chamado de “movimento ambientalista”, dadas suas características históricas e temporárias vistos os atores isoladamente (países, organismos e instituições, sociedade civil, etc.), toma corpo e forma justamente nos anos 1960, com uma série de eventos mais contundentes e, especialmente, pela conscientização dos catastróficos acontecimentos passados²⁹.

Diante destes recortes históricos, entendemos ser justamente a década de 1960 a mais profícua a produzir elementos que levaram a humanidade a principiar reflexões sobre suas ações planetárias. Aliás, particularmente quanto a isto, elencamos quatro acontecimentos singulares para aquela década: primeiro, a publicação, em 1962, do livro da bióloga Rachel Carson *Primavera Silenciosa* (Silent Spring, Houghton Mifflin ed.); depois, a realização da Conferência na Universidade de Keele (Hertfordshire, Inglaterra), em 1965, que cunhou o termo *Educação Ambiental* (Environmental Education); no ano de 1968 a Fundação do Clube de Roma, por um grupo de industriais europeus e alguns cientistas engajados na discussão ambiental; e, em setembro de 1968, a realização da Conferência da Biosfera, patrocinada pela UNESCO na cidade de Paris.

Começamos com a simbólica publicação pela bióloga Rachel Carson, em 1962, do livro *Primavera Silenciosa*, que traz uma nova compreensão sobre a relação entre o homem e a natureza e o (des)equilíbrio ambiental produzido por esta relação de uma forma não percebida até então.

A história do livro diz que o mesmo foi, em primeira instância, visto como uma *alucinação* da autora, desacreditado por constatar a danosa interferência humana na delicadeza dos ecossistemas. Aliás, a própria publicação do livro foi cercada de desafios, de boicotes e outras dificuldades próprias à mentalidade da época.

Segundo Bursztyn & Persegona (2008, p.122), o livro *Primavera Silenciosa* trouxe a público o que a obra prima da química moderna havia produzido, ou seja, desmascarou o DDT – Dicloro-Difenil-Tricloroetano (o primeiro pesticida moderno), usado largamente após a II

²⁹ São exemplos destes eventos alçados à execração pública mundial: a constatação das consequências da utilização da energia nuclear como armamento, tendo em vista os efeitos da radiação dos testes nucleares nos locais; a contaminação por mercúrio na baía de Minamata, Japão, que veio a público em 1956, com os dados médicos dos problemas de saúde das pessoas contaminadas; a elevação constante da poluição do ar, dos mares e do solo, constatada nos diversos relatórios dos organismos internacionais. Fonte: BURSZTYN & PERSEGONA, 2008.

Guerra Mundial e que atacava, invisivelmente, tanto os insetos nocivos às lavouras e plantações, quanto aqueles benéficos à mesma, como as abelhas e as borboletas.

Para os autores, o estudo publicado por Rachel Carson em seu livro, “mostrou como o DDT penetrava na cadeia alimentar e acumulava-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do homem”, chegando a ser detectado até no leite materno. E mais,

A grande polêmica movida pelo instigante e provocativo livro é que não só ele expunha os perigos do DDT, mas questionava de forma eloquente a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico. Dessa forma, ele ajudou a abrir espaço para o movimento ambientalista que se seguiu (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.122).

Para Bursztyn & Persegona (2008, p.122), Rachel Carson foi uma das “pioneiras da conscientização de que os homens e os animais estão em interação constante com o meio em que vivem”, o que tornou sua obra um verdadeiro alerta que não poderia ser ignorado. De fato, o risco de contaminação de alimentos, de doenças como o câncer e alterações genéticas, além da morte de espécies inteiras, pela primeira vez, deixou clara a “necessidade de regulamentar a produção industrial para proteger o meio ambiente”.

É sobre este conflito de comportamento (mentalidade) entre uma nova verdade (trazida com a publicação) e a contestação desta verdade, que ensejamos o dilema existente nos discursos ambientais de então. Neste sentido, nos ocupamos do discurso empreendido por atores sociais distintos (autora e equipe, instituições, população, governos, imprensa, empresas, etc.), acerca das implicações do estudo produzido e trazido a público.

Havia, naquele momento uma situação histórica e material própria do percurso da época, qual seja: a de desenvolvimento dos meios de produção agrícola, com o objetivo de alimentar as populações do mundo, às custas da utilização de agrotóxicos no controle das pragas das culturas em plantio, o que era necessário para o aumento e controle da produção.

Isto implicava numa ordem do discurso que atraía os interlocutores a aceitarem que o uso do DDT, mesmo sendo um mal, ainda era defendido pela indústria química, que contava com a esquivia do governo norte americano de tomar posição oficial, deixando pairar sobre todos a ideia de que os agrotóxicos eram necessários para matar as pragas que infestavam as lavouras, garantindo a produção de alimentos para matar a fome do povo.

Por outro lado, havia o (re)nascimento do discurso ambiental, afirmando que era necessário ponderar as ações humanas sobre o meio ambiente. Assim, colocava-se também naquele momento, através de posições ideológicas contrárias, que era preciso (re)pensar como o homem agia sobre a natureza e de como reagia sobre os efeitos desta ação.

Aproveitando-nos da pergunta proposta por Eni Orlandi (ORLANDI, 1999, p.17), de “como este texto significa?”, a adaptamos para as seguintes ponderações: Como aquele momento discursivo de *Primavera Silenciosa* significa para a mudança do olhar sobre as questões ambientais? Como dar significado de transformação a este discurso que passa a ser inserido na cultura de uma época que não via a relação homem x natureza como possível de trazer consequências desastrosas?

A princípio disto, sob o aspecto discursivo, entendemos que a publicação de Rachel Carson causou impacto sobre sujeitos e objetos (pessoas, assuntos, temas, ações, etc.), provocando mudanças na sociedade daquela época e também sobre a imagem do mundo e as redes de relações estabelecidas entre governos e indústrias/empresas, bem como na atitude com que estes falavam a sujeitos e públicos.

Viu-se, assim, que a forma como esses discursos emergiram na história (memória e contexto), passaram a relacionar-se com a dimensão do discurso utilizado para identificar e justificar o presente (passado e futuro), o que promoveu uma nova ordem de assimilação na relação do ser humano com o meio ambiente.

Notadamente, é possível observar que o *significado* da publicação e suas repercussões comportaram novos sentidos, arrastando a sociedade a exigir de governos e indústrias/empresas posicionamentos mais claros e corretos em relação às ações empreendidas, bem como na responsabilidade quanto à produção e uso de substâncias químicas.

Avançando em nossa discussão, podemos pousar agora nosso olhar sobre a construção da expressão ou do termo *Educação Ambiental*³⁰ que, segundo fontes consultadas (MEDINA, 1997; ALVES, 2006), deu-se na conferência itinerante realizada na Universidade de Keele, Hertfordshire, Inglaterra, entre 26 e 28 de março de 1965.

Naquela ocasião reuniram-se, sob a atenção e a coordenação do The Nature Conservancy and the Council for Nature do governo britânico, cerca de 125 delegados de mais de 80 organizações representativas do magistério, educadores, cientistas, latifundiários, empresários e ambientalistas (*The Conference on Education* – TCE, 1965, p.13-1, tradução livre).

³⁰ É de Naná Mininni Medina, no artigo *Breve histórico da Educação Ambiental* (MEDINA, 1997), a argumentação de que foi na Conferência da Universidade de Keele, Inglaterra, em março de 1965, a primeira vez que se utilizou a expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education). Por falta de outros registros e por esta ideia ser replicada amplamente (ALVES, 2006), sem conseguirmos outras fontes documentais sobre o assunto, fomos aos registros desta conferência. Todavia, não sabemos se isto realmente procede, contudo, nos arriscamos a trazer para a presente discussão este posicionamento, conforme segue.

O encontro teve como objetivo proporcionar a discussão de temas sobre educação e meio ambiente e de contribuir para a organização de um sistema de ensino que pudesse “trazer para o sábio uso e fruição da paisagem” as formas que o “próprio campo podem contribuir para todos os níveis do sistema educativo” (TCE, 1965, p.13-1, tradução livre). Assim, considerava-se naquele momento, a articulação entre os saberes sobre os estudos do campo e os saberes sobre os processos educativos, calcados na premissa da conservação da natureza.

Segundo nossa leitura sobre o documento, buscava-se naquela conferência agregar o que a escola ensinava sobre natureza, com a aplicação do método científico, tendo como laboratório o próprio campo (TCE, 1965, p.13-1, tradução livre). Em outras palavras, busca-se, na Conferência, pensar o que a escola deveria ensinar em relação a meio ambiente e natureza e, inclusive, os Oradores, na abertura do evento, salientavam a necessidade de se criar uma sociedade mais “plenamente em harmonia com o seu ambiente” (TCE, 1965, p.13-1).

Conforme exposto no texto, evidenciava-se na Conferência de Keele (TCE, 1965, p.13-1), o pressuposto de que o bem-estar do homem exigia “um ambiente saudável”, de que o campo é parte essencial para isto e de que as “demandas crescentes de uma sociedade moderna, móvel e afluente” exigiam “políticas nacionais, regionais e locais” tanto para as cidades quanto para a zona rural.

Neste sentido, os participantes da conferência decidiam, naquele momento, que:

Eram necessários métodos educacionais positivos que estimulassem a conscientização e a valorização do ambiente natural, bem como promovessem a responsabilidade por parte dos cidadãos;

O sistema educacional tinha uma contribuição decisiva para fazer criar esta consciência e este sentido de responsabilidade individual;

A paisagem (a natureza) serviria como fonte de inspiração e material didático para poder contribuir substancialmente para a educação em todos os níveis – os estudos de campo forneceriam um valioso meio para que isto ocorresse;

Os estudos de campo (da natureza) seriam devidamente integrados aos currículos escolares, de forma a poderem contribuir valiosamente em todo o curso escolar, oferecendo oportunidades de se relacionar com muitos assuntos diretamente ligados ao meio ambiente natural, promovendo uma compreensão mais profunda das forças que o afetam (TCE, 1965, P.13-1, tradução livre, adaptado do original).

Desta forma, a partir das conclusões apresentadas na Conferência de Educação de Keele, dezessete recomendações sobre a temática ambiental foram indicadas, sendo que selecionamos apenas as que dizem respeito à *Educação Ambiental* e que reproduzimos a seguir:

5. Ter a investigação como método fundamental e, contando com a participação de professores, intensificar os estudos para determinar exatamente o conteúdo da **educação ambiental**³¹ e os métodos de ensino mais adequados às necessidades modernas.

12. As autoridades locais devem desenvolver instalações temáticas e firmar parcerias com museus e outros, a fim de criar espaços abertos para a **educação ambiental**.

13. Na recuperação de terrenos baldios e na renovação urbana, as autoridades locais devem ter em conta as exigências da **educação ambiental**.

16. A **educação ambiental** deve fazer parte do treinamento básico de agricultores e outros profissionais envolvidos com a terra e a água, particularmente urbanistas, arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros florestais e engenheiros hídricos. (TCE, 1965, P.13-2-3, tradução livre, adaptado do original, grifos nossos).

Estes excertos nos quais o termo Educação Ambiental aparece na conferência de Keele, Inglaterra, março de 1965, nos permitem, para além de seu significado próprio (conteúdos, dados e informações), tecer considerações sobre os sentidos que este objeto discursivo carrega.

Tendo em mente, novamente, a pergunta que Eni Orlandi propõe, de “como este texto significa?”, poderíamos explorá-lo sob várias perspectivas:

- ✓ pertence a uma memória discursiva datada historicamente na necessidade de mudança, mais propriamente, na relação homem x natureza – o valor do campo (natureza), e o valor do trabalho do homem do campo (trabalhador rural, camponês);
- ✓ carrega, ao menos, três concepções ideológicas sobre a *educação*: educação como um processo formador, que educa as crianças para a tomada de atitudes positivas e (conforme o texto) liberais (um comportamento ideológico da época); educação como ferramenta para transmitir conteúdos e conhecimentos próprios à relação homem x natureza; e educação como processo de conscientização dos alunos para o trato com a natureza e a relação de “conservação” do meio urbano;

³¹ Este conteúdo, retirado da obra em referência, por se tratar de apenas um resumo publicado na mesma, não nos permitiu obter informações mais completas sobre o tema e os fundamentos da Educação Ambiental para além daquilo que foi tratado na introdução do próprio resumo/compilação do evento.

- ✓ historicamente esta materialidade discursiva é objeto de uma reocupação do passado, dos conhecimentos (prévios) até então existentes e que não aparecem exatamente naquele momento da conferência, mas que tratam da relação homem e meio ambiente; de uma interpretação do (então) presente – já que havia a preocupação em se produzir mudanças; a ocupação do espaço educacional enquanto meio/veículo/ferramenta de mudanças;
- ✓ ainda no contexto histórico, a ebulição social dos anos de 1960 – os estruturalistas franceses, a academia no mundo, as novas leituras de mundo com outras possibilidades de interpretação do liberalismo e do marxismo – todos estes elementos influenciando a cena social, cultural e – certamente – política (institucional e partidária) para aquele momento;
- ✓ no campo ideológico – que recupera muito da cena social, cultural, política, econômica e acadêmica da época – podemos ler os “sentidos” impregnados de acepções e posicionamentos ideológicos: educação liberal, homem do campo, responsabilidades dos cidadãos (cidadania enquanto conceito), etc.

Sobre o Clube de Roma, este foi fundado em abril de 1968, “numa vila silenciosa³² em Roma”, ocasião em que se reuniu um “pequeno grupo de profissionais das áreas de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil”, convidados pelo industrial italiano Aurelio Peccei, com apoio do cientista escocês Alexander King. Tinham como objetivo, discutir “suas preocupações com relação ao consumo de recursos ilimitados num mundo em constante interdependência”³³.

No que diz respeito às pessoas – o Clube de Roma foi composto por *ilustres representantes* da indústria (grupos industriais) e de instituições financeiras (bancos), economistas e cientistas, líderes políticos e de governos, ou seja, uma *pequena e exclusiva parcela da sociedade mundial*.

Diante do que vinha sendo estudado sobre o uso e os estoques disponíveis de recursos naturais em um mundo cada vez mais necessitado de matérias primas, eles estavam preocupados com o que o futuro poderia guardar sobre escassez, poluição, apropriação e outros condicionantes internacionais em relação à posse e distribuição destes recursos.

³² Este termo é originalmente usado na própria página oficial – website – do Clube de Roma. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=4771>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

³³ Website *The Club of Rome*. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=4771>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

Estes sujeitos ocupavam postos sociais distintos (e privilegiados) e exerciam relações de poder com o seu dizer, ou seja, o que eles estavam dizendo (discursando, produzindo ideias, emitindo opiniões, etc.), tinha força de uma verdade, exercia pressão sobre outros discursos e tinha óbvias intenções de produzir sentidos e verdades em seus interlocutores (ouvintes).

Os discursos produzidos por este grupo (sendo em si uma ostentação de poder) e, por conseguinte, por seus representantes (altos executivos, figuras eminentes, autoridades internacionais, etc.), expressavam uma opção de verdade (um posicionamento político-partidário e ideológico), pois emitiam valores que não eram para serem questionados, mas adotados.

Segundo McCormick (1992, p.86), as metas do Clube de Roma eram “incentivar a compreensão dos componentes econômicos, políticos, naturais e sociais interdependentes do sistema global”, de modo a “encorajar a adoção de novas atitudes, políticas e institucionais, capazes de minorar os problemas”, tendo a “degradação ambiental” como um destes problemas.

Os outros incluíam a expansão urbana, a perda de fé nas instituições, rejeição dos valores tradicionais e deterioração econômica, todos os quais o Clube via como de tal complexidade que extrapolavam a competência das instituições e políticas tradicionais (McCORMICK, 1992, p.86).

Notadamente, a grande contribuição trazida pelo Clube de Roma, foi a pesquisa que patrocinou junto ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), pela qual os pesquisadores Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III, produziram o relatório intitulado “Os Limites para o Crescimento” (The Limits to Growth).

Publicado em 1972, o relatório trazia, a partir de modelos matemáticos utilizando computação, as implicações sobre o conflito entre o rápido crescimento tecnológico e a demanda por recursos e matéria prima versus os impactos ambientais e o crescimento dos conflitos entre homem e meio ambiente.

Outro evento, relacionado à ebulição dos anos 1960, foi a realização da Conferência da Biosfera, ocorrida em Paris durante os dias 4 a 13 Setembro de 1968, patrocinada pela ONU através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, da sigla em inglês).

Esta conferência, segundo McCormick (1992, p.97), concentrou-se nos “aspectos científicos da conservação da biosfera”, e foi resultado do aumento da coordenação

internacional promovido pela pesquisa ecológica então encorajada pelo Programa Biológico Internacional³⁴.

Para o autor, a Conferência da Biosfera deu continuidade ao tema da “cooperação internacional em pesquisa ecológica”, enquanto tema já tratado em outros momentos. Por ocasião da conferência sobre parques nacionais, realizada na cidade de Seattle/Estados Unidos, em 1962, a UNESCO cogitou a realização desta conferência sobre a biosfera de forma a atender os temas com maior abrangência e repercussão, mobilizando as nações para as questões abordadas sobre recursos e conservação biológica (McCORMICK, 1992, p.97-98).

A Conferência da Biosfera (a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera) foi realizada em Paris, sob os auspícios da UNESCO, de 12 a 13 de setembro de 1968. A biosfera foi definida como “aquela parte do mundo na qual a vida pode existir, incluindo-se portanto certas partes da litosfera, da hidrosfera e da atmosfera”. A conferência discutiu o impacto humano sobre a biosfera, incluindo os efeitos da poluição do ar e da água, o excesso de pastagens, o desmatamento e a drenagem das wetlands³⁵ (McCORMICK, 1992, p.98).

McCormick (1992, p.98), salienta que a conferência chegou a um acordo entre os participantes e produziu uma lista com vinte recomendações, sendo as oito primeiras baseadas na “necessidade de mais e melhores pesquisas sobre ecossistemas, ecologia humana, poluição e recursos genéticos e naturais”, bem como sobre a necessidade do desenvolvimento de práticas de inventário e monitoração de recursos”.

As recomendações de nove a treze, “defendiam a necessidade de novos enfoques para a Educação Ambiental”. Além do mais, nas palavras de McCormick (1992, p.98), as recomendações repercutiam o que o ECOSOC já havia adotado anteriormente em suas deliberações, visto que os “delegados em Paris receberam bem essa proposta, percebendo que o uso e conservação racionais do meio ambiente humano dependiam não só das questões científicas, mas igualmente das dimensões política, social e econômica”.

Estes temas corroboraram para a afirmação da necessidade de se realizar uma conferência mundial sobre meio ambiente, como já endossado pelo ECOSOC à Assembleia-

³⁴ O Programa Biológico Internacional (IBP – International Biological Programme, em inglês), foi lançado em julho de 1964, tendo como tema os estudos sobre a “base biológica da produtividade e do bem-estar humano”, cujos objetivos eram “promover o estudo internacional da produção orgânica, o potencial e usos de recursos naturais novos e existentes e a adaptação do ser humano às condições em transformação”. Este programa, financiado pelo sistema das Nações Unidas, funcionou até 1974. Fonte: McCormick, 1992, p.74.

³⁵ Regiões pantaneiras ou alagadas.

Geral das Nações Unidas (RES/1346), especialmente porque os temas abordados ali iam além da esfera de ação dos delegados presentes.

A recomendação 19 percebia a necessidade de levar em consideração os impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento de grande escala. Os delegados temiam que a industrialização e a exploração intensiva dos recursos naturais em países menos desenvolvidos pudessem causar danos irreparáveis em ambientes pouco perturbados e ecologicamente frágeis e, assim, inibir o desenvolvimento sócio-econômico (McCORMICK, 1992, p.98).

O aspecto mais louvável e destacado desta conferência, segundo McCormick (1992, p.98-99), foi a ênfase ao caráter inter-relacionado³⁶ do meio ambiente.

Os delegados concluíram que a deterioração do meio ambiente era culpa do crescimento populacional, urbanização e industrialização rápidos. Um vasto movimento de êxodo rural havia provocado o desaparecimento de tradições, direitos costumeiros e mudanças em estilos de vida, trazendo problemas particularmente sérios para os países menos desenvolvidos. O mundo “carecia de políticas ponderadas e abrangentes para a administração do meio ambiente. Está agora perfeitamente claro que políticas nacionais são obrigatórias se o que se pretende é restaurar e preservar a qualidade ambiental” (McCORMICK, 1992, p.98-99).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, segundo Lago (2006, p.25), foi “convocada para examinar as ações nos níveis nacional e internacional que poderiam limitar e, na medida do possível, eliminar os obstáculos ao meio ambiente humano”.

Independentemente dos elementos a pouco destacados, segundo Lago (2006, p.26), a preparação para a realização da Conferência de Estocolmo foi precedida por um “momento histórico marcado pelo forte questionamento tanto do modelo ocidental de desenvolvimento quanto do modelo socialista”. Para o autor,

nos anos 60, assistiu-se nos EUA à intensa luta pelos direitos civis, ao debate em torno da Guerra do Vietnã e à emergência de novos padrões de comportamento, inclusive no que se refere aos direitos do consumidor. Na Europa ocidental, o ano de 1968 simbolizou a resistência de uma nova geração aos valores estabelecidos. No mesmo ano, a União Soviética enterrou o sonho tcheco do “socialismo com rosto humano” (LAGO, 2006, p.26).

Ele continua,

³⁶ Um conjunto organizado e complexo, interdependente, que forma um todo unitário.

Fora dos dois centros de poder, que constituíam os pólos por excelência da Guerra Fria, os questionamentos concentravam-se na busca de soluções para os graves problemas sociais e econômicos. Em grande número de países em desenvolvimento, do Brasil à Espanha, o temor à expansão do comunismo “justificava” regimes autoritários que buscavam legitimar sua presença no poder com resultados marcantes na área econômica (LAGO, 2006, p.26).

Lago (1992, p.25-26), explicita, reproduzindo o discurso proferido por Maurice Strong na abertura da conferência, que iniciava-se ali um “movimento de libertação, para livrar o homem da ameaça de sua escravidão diante dos perigos que ele próprio criou para o meio ambiente”. Para o autor, ficava claro que a conferência “permitiu elevar o patamar de discussão dos temas ambientais a um nível antes reservado a temas com longa tradição diplomática”.

Sobre as questões ambientais, Lago (2006, p.27), salienta que a maior atenção às questões sobre meio ambiente e humanidade deu-se por uma série de acidentes ecológicos de grandes proporções (a chuva ácida dos testes nucleares; a poluição na baía de Minamata; a utilização do DDT e suas consequências, etc.), e que mobilizaram a opinião pública ao redor do mundo, tanto quanto nos locais em que ocorreram.

Para o autor, a força do movimento ecológico nos anos 1960, vem, sobretudo,

do fato de as conseqüências negativas da industrialização, como poluição, tráfego e barulho, terem passado a afetar a maior faixa da população dos países ricos – a classe média, cuja educação e cujo grau de liberdade permitiam explorar alternativas políticas para expressar sua insatisfação. A classe média nas sociedades mais ricas, após vinte anos de crescimento ininterrupto, durante os quais haviam sido supridas as suas necessidades básicas nas áreas de saúde, habitação, educação e alimentação, estava pronta a alterar suas prioridades para abraçar novas idéias e comportamentos que alterassem diretamente seu modo de vida (LAGO, 2006, p.27-28).

Por fim, é prudente asseverar que estes *antecedentes da Conferência de Estocolmo-1972*³⁷, não são necessariamente os elementos determinantes para que esta conferência fosse convocada ou mesmo realizada. Porém, marcaram definitivamente o início do debate ambiental no âmbito global, e deram a tônica da discussão que vinha sendo trazida lentamente das décadas anteriores, pois trouxeram, a partir daí, de modo progressivo e contundente, o envolvimento das pessoas para o debate ambiental.

³⁷ Cabe mencionar, como apontado na obra de McCormick (1992, p.100-101), que a Conferência de Estocolmo foi, ainda, precedida por encontros preparatórios organizados pela ONU. Estes encontros foram regionalizados e contaram com distintas participação dos países-membros. Ademais, estes encontros preparatórios serviram para a discussão e a elaboração de documentos que seriam, posteriormente, apresentados oficialmente na conferência.

DISCUSSÕES E CONFLITOS DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

Estocolmo-1972, na observação de Bursztyn & Persegona (2008, p.150), foi uma conferência que, por sua dimensão e para o momento histórico despertou a “atenção das nações para o fato de que a ação humana estava causando séria degradação da Natureza” e, além disso, de que esta ação estaria criando “severos riscos para o bem-estar e para a própria sobrevivência da humanidade”. Ainda para os autores,

A Conferência foi marcada pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos estavam preocupados com os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, propondo um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, pregando que medidas preventivas teriam de ser encontradas imediatamente para que se evitasse um grande desastre. (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.150).

No outro extremo desta discussão, capitaneados pelos países em desenvolvimento, encontravam-se os contra-argumentos de que estas imposições dos países ricos agravariam ainda mais o caos em que os países pobres estavam. Segundo a alegação dos representantes destes países, eles se “encontravam assolados pela miséria, com graves problemas de moradia, saneamento básico, atacados por doenças infecciosas e que necessitavam se desenvolver economicamente”. Assim, questionavam a

legitimidade das recomendações dos países ricos, que já haviam atingido o poderio industrial com o uso predatório dos recursos naturais e queriam impor a eles complexas exigências de controle ambiental que poderiam encarecer e retardar sua industrialização (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.150).

O que estava sendo proposto, em especial aos *países pobres*, era uma “moratória do crescimento”, que constava do estudo produzido pelo Clube de Roma – Os Limites do Crescimento –, e que serviu de “pano de fundo para os debates da Conferência de Estocolmo”. Os autores esclarecem que “era o início de uma complexa fase de negociações e discussões internacionais em torno dos riscos ao meio ambiente, por um lado, e dos papéis dos diferentes países, por outro” (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.151).

Para Bursztyn & Persegona (2008, p.151), iniciava-se a problemática sobre a polêmica da “partilha das responsabilidades”, o que tornar-se-ia um “lugar-comum tanto no âmbito diplomático quanto na Academia”.

Afinal, se o crescimento da economia provoca degradação ambiental, o entendimento geral era no sentido de frear a economia. Mas seria essa fórmula justa, se concebida de maneira isonômica a todos os países? Seria plausível supor constrangimentos à expansão econômica dos países pobres? Não seria essa proposta uma condenação fatal dos pobres à pobreza? (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p.151).

Esta teoria do “crescimento zero”, colocada em discussão através da publicação do relatório *Os Limites do Crescimento*, em março de 1972, pouco antes da própria realização oficial da Conferência, causou um grande alvoroço acadêmico, econômico, político e social entre as delegações de países, pela própria repercussão internacional provocada pela ousadia da obra e por suas proposições.

Segundo Lago (2006, p.29), este documento “apresentava perspectiva quase apocalíptica das conseqüências do ‘progresso’ nas bases em que se estava desenvolvendo”. Para ele, o livro refletia a visão de que a “sociedade moderna se encaminhava para a autodestruição”, sendo esta uma concepção muito forte adotada naquele momento histórico, o que acabou por promover e dar popularidade às teorias de Thomas Malthus “de que a população mundial ultrapassaria a capacidade de produção de alimentos”.

Para o autor, quanto ao conteúdo do relatório,

As soluções apresentadas colocavam em questão diversos aspectos da sociedade industrial moderna, mas pressupunham a necessidade de ações drásticas nas áreas demográfica e de preservação de recursos naturais, “problemas” associados aos países do Terceiro Mundo. Estes, naturalmente, viam com temor o apoio do Clube de Roma às idéias de alguns setores do movimento ecológico, que interpretavam o desenvolvimento dos países pobres como uma ameaça para o planeta. Para estes setores, os países desenvolvidos poluem, mas, se os pobres se desenvolvem, a escala da destruição será muito maior (LAGO, 2006, p.30).

Em que pese os posicionamentos observados entre os países participantes e suas delegações, desde antes da conferência, através das reuniões preparatórias setoriais e regionais e propriamente durante a conferência, restou latente o posicionamento marcado pelo embate entre países desenvolvidos (ricos e socialmente estruturados) e os países em-desenvolvimento (pobres e socialmente fragilizados).

De um lado, fortemente influenciados pela posição norte americana, estavam os países contrários à livre exploração dos recursos naturais pelos países pobres, tendo como discurso central (ideologizado) a necessidade de conservação dos recursos naturais e do patrimônio

global, além de restrições ao financiamento indiscriminado às políticas ambientais, assim como a defesa de uma austera política de controle da natalidade (McCORMICK, 1992; LAGO, 2006).

Do outro lado, capitaneados pelo Brasil, sobressaía-se o posicionamento de que os países pobres teriam todo o direito de poluir, uma vez que ainda não haviam conquistado o desejável patamar de bem-estar e conforto que os países ricos já haviam obtido. Afirmava-se, neste discurso, que o desenvolvimento econômico dos países pobres estava acima das questões ambientais (McCORMICK, 1992; LAGO, 2006).

Ainda sobre os impactos do relatório *The Limits to Growth*, McCormick (1992, p.88), afirma que a tese essencial do trabalho, baseado em modelos matemáticos aplicados a simulações computacionais (uma abordagem inovadora para a época), era de que a crise ambiental residia no crescimento exponencial, tanto do ponto de vista populacional (as teses de Malthus), quanto na vertiginosa necessidade de recursos naturais. Para o autor,

a catástrofe era inevitável já no final do século, causada pela exaustão dos recursos e pelas taxas de mortalidade crescentes devido à poluição e à carência de alimentos. Um aumento do suprimento de alimentos, a descoberta de novas fontes de energia e avanços tecnológicos para o controle da poluição poderiam reverter essa tendência. Em última análise, porém, havia uma necessidade urgente de atingir um equilíbrio global através do reconhecimento dos limites do crescimento econômico e populacional (McCORMICK, 1992, p.88).

McCormick (1992, p.88), destaca ainda que esta publicação levou o Clube de Roma (que a financiou e patrocinou), a postular uma série de conclusões acerca das questões ambientais e, em muitos sentidos, conclusões bastante severas sobre o futuro ambiental global. Segundo o autor, estas conclusões diziam que:

era essencial que houvesse consciência quanto às restrições quantitativas do meio ambiente mundial; a pressão populacional por si só era suficiente para impelir a sociedade a buscar um estado de equilíbrio global;

o desenvolvimento global estava tão intimamente entrelaçado a outras questões, que era necessário conceber uma estratégia geral, a fim de enfrentar todos os problemas principais, particularmente a relação do homem com o ambiente;

se a sociedade pretendesse tomar um novo rumo, eram necessárias medidas internacionais concatenadas e planejamento conjunto de longo prazo numa escala sem precedentes; a imposição de uma interrupção no crescimento econômico e populacional não deveria conduzir a um congelamento do desenvolvimento econômico (McCORMICK, 1992, p.88).

O autor define o modelo apresentado pelo pesquisadores como sendo um modelo “apocalíptico”, pois o mesmo acabou por tornar-se um tema notável para debates e críticas, uma vez que estas eram especialmente dirigidas à “recomendação de uma política abrangente de não-crescimento” – drasticamente sobre o populacional –, que acabaria por produzir uma “recessão industrial de grandes proporções nos países mais desenvolvidos”, além do que também colocaria um “freio no desenvolvimento dos menos desenvolvidos” (McCORMICK, 1992, p.91).

No mais, segundo McCormick (1992, p.91), o relatório interessava aos “políticos conservadores de linha dura”, que buscavam, claramente, fundamentações políticas que sustentassem seus anseios para “bloquear o que consideravam como reformas sociais excepcionalmente progressivas”.

Seja como for, Lago (2006, p.32), assevera que a Conferência de Estocolmo, “constituiu etapa histórica para a evolução do tratamento das questões ligadas ao meio ambiente”, tanto como temática internacional como também enquanto problemática interna de muitos países. Todavia, para o autor,

O tema, no entanto, ao ganhar crescente legitimidade internacional, passou a ser discutido cada vez menos do ponto de vista científico, e cada vez mais no contexto político e econômico. Como consta no relatório da Delegação brasileira à Conferência de Estocolmo, “o ‘meio ambiente’ corresponde a [...] uma problemática essencialmente política. [...] o que realmente importa saber é quem toma as decisões, a quem estas últimas devem beneficiar e a quem deve caber o ônus (LAGO, 2006, p.32)³⁸.

Se tomarmos esta afirmação de Lago, podemos refletir que as discussões ambientais que vinham sendo conduzidas dentro do âmbito científico, a exemplo das questões específicas sobre poluição, contaminações e outros (o livro Primavera Silenciosa ou o acidente na Baía de Minamata), em compasso com as questões econômicas e sociais (ECOSOC 1968 – os perigos para o desenvolvimento e o ambiente humano), Estocolmo, em 1972, elevava as discussões a outro nível – de fato internacional –, porém, vinculado às questões diplomáticas.

Isto é, os países chamados a participarem abertamente das discussões sobre os problemas ambientais, tendo em vista os aspectos amplos destas questões, também passaram a questionar as decisões, ou melhor, os rumos que eram dados aos assuntos e os encaminhamentos

³⁸ As afirmações que Lago (2006, p.32), faz, são compilações a partir dos documentos “Relatório da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – Vols. I e II”, produzidos pelo Ministério do Interior em 1972. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/proclima/publicacoes/344-conferencias-internacionais-sobre-meio-ambiente>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

propostos. Nesta tônica, os países em-desenvolvimento, conforme as colocações que o autor faz, não se permitiam tão somente a observar, como expectadores, o que estava sendo proposto e, assim, tomaram as rédeas (para o bem ou para o mal), daquilo que definiria a própria soberania destes países em alcançar seus patamares de desenvolvimento.

Com ênfase neste foco de negociações – e de discursos – por meio dos quais se buscava encontrar um caminho dentro das perspectivas econômicas, políticas, diplomáticas e – também – ambientais, Lago (2006, p.33), pondera que essas negociações podem conduzir a avanços. Para o autor,

de maneira geral, no entanto, a importância do tratamento diplomático do tema do meio ambiente, e os resultados obtidos graças às negociações internacionais, não são percebidos pelo grande público, pela imprensa e, muitas vezes, sequer por autores de influentes livros sobre a matéria. O processo negociador é visto muito mais sob um ângulo pessimista – como um triturador de idéias progressistas – do que de maneira positiva, como um mecanismo de introdução e fortalecimento de algumas idéias progressistas, de maneira imperfeita, mas consideravelmente democrática.

Por sua vez, McCormick (1992, p.106), avalia que a Conferência de Estocolmo, atestou a “nova percepção da posição dos países menos desenvolvidos”, o que os encorajou a equipararem, nas discussões engendradas, diversas temáticas ambientalistas a problemas sociais maiores, como poluição e degradação da natureza às questões de desenvolvimento.

Nas palavras do autor, muitos destes países viam a “poluição como uma evidência externa de desenvolvimento industrial”, ao passo que os “esforços para controlá-la eram vistos como esforços para restringir o desenvolvimento”, notadamente uma imposição dos países desenvolvidos aos anseios dos países em-desenvolvimento (McCORMICK, 1992, p.106).

O embaixador Keith Johnson, da Jamaica, relator geral da conferência, observou que muitos dentre os países menos desenvolvidos sentiam um “temor latente de que a conferência fosse simplesmente outro expediente dos países desenvolvidos para evitar o apoio à revolução do desenvolvimento”. Um tema que esteve presente em muitos discursos do Terceiro Mundo era que não se deveria permitir que os fatores ambientais viessem a restringir o crescimento econômico. A questão foi bem colocada. (McCORMICK, 1992, p.106).

McCormick (1992, p.106), continua afirmando, a partir das reverberações diplomáticas instadas na conferência que, depois de Estocolmo, tornar-se-ia muito difícil para os “ambientalistas ocidentais” continuarem encarando a temática ambiental de modo “provinciano”. Segundo o autor,

o ponto de vista dos países menos desenvolvidos dominou as discussões em quase todos os assuntos e forçou os ambientalistas ocidentais a abandonar o provincianismo e a começar a ver os problemas ambientais numa perspectiva global. Os países mais desenvolvidos tinham ido para a conferência determinados a discutir suas próprias definições dos problemas ambientais críticos, e viram-se levados pelas discussões a uma posição de compromisso sobre as prioridades relativas dos países menos desenvolvidos e as suas próprias (McCORMICK, 1992, p.106).

Por fim, McCormick (1992, p.107-108), destaca a presença das Organizações Não-Governamentais como outro fator importante nos debates de Estocolmo. Segundo ele, embora apartadas diretamente dos debates oficiais, mais de quatrocentas ONGs estavam representando oficialmente países desenvolvidos e em-desenvolvimento (embora estes últimos em minoria). Mesmo assim, apesar do “peso limitado das ONGs nos assuntos da ONU”, a era “pós-Estocolmo” veio a demonstrar um “crescimento revigorado na formação de novas ONGs³⁹”.

AS PRINCIPAIS CONQUISTAS DA CONFERÊNCIA

Segundo Lago (2006, p.47-48), a Conferência de Estocolmo definitivamente viria a fortalecer a ONU bem como os seus sistemas de organismos como FAO, UNESCO e OMS, especialmente pela forma como ela se organizou (conferências preparatórias), mas também pela possibilidade de diálogo diplomático entre as nações. Aliás, segundo o autor,

o sucesso do modelo de Conferência acabou gerando uma série de outras importantes Conferências nos anos seguintes – como a de População, em Bucareste (1974); a de Mulheres, no México (1975); e a Habitat, em Vancouver (1976) –, mas também porque, de certa maneira, o meio ambiente dava uma nova *raison d'être* a uma organização acusada de não acompanhar as rápidas mudanças do mundo moderno (LAGO, 2006, p.48).

Ainda para Lago (2006, p.48), “independentemente dos êxitos ou derrotas de países específicos ou de grupos negociadores”, como pode ser observado nos extensos debates políticos que acabaram por não fazer cena no histórico acadêmico da Conferência, evidenciava-se ali, a “entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre meio ambiente”, bem como a criação do Programa

³⁹ Segundo McCormick (1992, p.108), em 1982, dez anos após Estocolmo, estimava-se que havia 2.230 ONGs ambientalistas nos países menos desenvolvidos, estimando que mais de 60% haviam sido formadas após a conferência de 1972, além de outras 13 mil organizações em atuação nos países desenvolvidos.

das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, assim como o “estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão de meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham”, bem como o “fortalecimento das organizações não-governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões ambientais”. Para o autor,

A entrada definitiva do temário ambiental na agenda multilateral deu-se principalmente pela noção dos principais atores de que seria necessário estar plenamente preparados para enfrentar as ameaças que o tema avançaria e, eventualmente, para aproveitar as oportunidades. A Declaração e o Plano de Ação de Estocolmo criaram a base sobre a qual se iniciaria um processo de negociações que atingiriam tal importância e tamanho grau de complexidade que, à época, nenhum governo podia imaginar (LAGO, 2006, p.48).

Na acepção de Lago (2006, p.48-49), outra importante ação engendrada foi a criação do PNUMA⁴⁰, que mostrou-se determinante para que se “mantivesse um ritmo mínimo de progresso nos debates sobre meio ambiente no âmbito das Nações Unidas nos anos seguintes”. Todavia, ironicamente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente é uma “microscópica agência das Nações Unidas, perdida em Nairóbi [Quênia/África]”, cuja difícil missão, “desde a sua criação”, é a de “estimular e coordenar os trabalhos de agências maiores e mais poderosas” dentro do sistema de agências da ONU.

McCormick (1992, p.109), por sua vez, afirma que a Conferência de Estocolmo, ao produzir uma Declaração, uma Lista de Princípios e um Plano de Ação, teria um caráter “inspiracional”, que acabou por registrar os “argumentos essenciais do ambientalismo humano, e atuar como um prefácio para os princípios, delineando metas e objetivos amplos”. Para o autor, foi notável que “tantos países – com sistemas políticos, sociais e econômicos diferentes”, tivessem sido capazes de concordar, apesar dos fervorosos conflitos, com um “um exercício filosófico de espectro tão amplo”.

O autor (McCormick, 1992, p.109-110), argumenta que a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano [ou Declaração de Estocolmo], sabiamente não forçou a definição para o termo “meio ambiente humano”, justamente porque “sentia-se

⁴⁰ Desde a sua criação em 1972, o PNUMA tem a função de ser, enquanto órgão diretivo e agência integrante do sistema de organizações das Nações Unidas, com uma rede de escritórios espalhados pelo mundo, a “principal autoridade global em meio ambiente”, sendo “responsável por promover a conversação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável”. Assertivamente, embora tenha, como apontado por Lago (2006, p.48-49), sérias dificuldades de governança e poder de atuação, ainda assim tem a responsabilidade de manter um contínuo monitoramento ambiental através de parcerias com inúmeras instituições internacionais de pesquisa, além de setores governamentais e não governamentais, acadêmicos e privados, alertando os países sobre as ameaças ao meio ambiente, além de “recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras”. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnuma/>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

que poderia ser difícil, naquele estágio, alcançar uma definição que não fosse indevidamente restritiva”.

McCormick (1992, p.110), organiza os vinte e seis princípios da Declaração de Estocolmo em cinco grupos principais de proposições que, em sua visão, afirmam:

- 1) Os recursos naturais deveriam ser resguardados e conservados, a capacidade da terra de produzir recursos renováveis deveria ser mantida e os recursos não renováveis deveriam ser compartilhados.
- 2) O desenvolvimento e a preocupação ambiental deveriam andar juntos e deveria ser dada toda a assistência e incentivo aos países menos desenvolvidos no sentido de promover uma administração ambiental racional. (Este grupo tinha o propósito de tranquilizar os países menos desenvolvidos.)
- 3) Cada país deveria estabelecer seus próprios padrões de administração ambiental e explorar recursos como desejasse, mas não deveria colocar em perigo outros países. Deveria existir cooperação internacional voltada para o melhoramento ambiental.
- 4) A poluição não deveria exceder a capacidade do meio ambiente de se recuperar e a poluição dos mares deveria ser evitada.
- 5) Ciência, tecnologia, educação e pesquisa deveriam ser utilizadas para promover a proteção ambiental.

McCormick (1992, p.110), afirma ainda que o documento final, que tornou-se a declaração oficial, tanto para as expectativas quanto para os dissabores, não provocou grandes discordâncias e, de fato, levou a Assembleia-Geral da ONU a concluir que o “intercâmbio de informações subsequentes a Estocolmo, não deveria ser encarado como um instrumento que capacitasse um estado a interferir no desenvolvimento dos recursos naturais de outro”.

No mais, para o autor, evidenciava-se o fato de que os princípios da declaração não interfeririam no direito dos países de explorar os recursos naturais que tinham disponíveis, somente deixavam clara a “responsabilidade de assegurar que estes não causassem dano a outros estados, e que deveriam cooperar no sentido de desenvolver uma legislação internacional sobre responsabilidade e compensação” (McCORMICK, 1992, p.110).

Por fim, a declaração afirmava que as políticas ambientais de todos os Estados “deveriam aumentar e não afetar adversamente o desenvolvimento presente ou potencial dos países em desenvolvimento” (McCORMICK, 1992, p.110).

Particularmente no tocante à educação, a Declaração de Estocolmo, além de ser considerada um símbolo dos efetivos esforços globais, governamentais e intergovernamentais,

por parte dos países mais desenvolvidos e em-desenvolvimento e suas respectivas sociedades, permitiu ensinar uma discussão importantíssima.

Embora, de fato, não seja contundente no âmbito daquilo que conhecemos hoje como *Educação Ambiental*, permitiu fomentar o movimento para a sua consolidação, como ver-se-ia nos anos seguintes. Cabe, então, a este respeito as seguintes considerações:

Primeiro, enquanto “proclamação” contida na Declaração, o termo [educação] aparece com o significado de [ausência], ou seja, o item 4 das proclamações, insere que os problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento, situação na qual “milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas”⁴¹.

Neste sentido, [educação], aparece com um dos itens, entre outros, que são essenciais à desejável qualidade de vida e que encontra-se ausente nos países em-desenvolvimento (e pobres), que não conseguem atender, adequadamente, às suas populações.

O elemento [educação], do ponto de vista discursivo, pode representar tanto que a pobreza é uma consequência de sua ausência (ou precariedade, falta de investimentos, etc.), como também uma (co)responsável pelo próprio martírio do subdesenvolvimento e, desta forma, pelas consequências dos problemas ambientais existentes.

A este aspecto, veja-se a conclusão da proclamação, ao discorrer que os “problemas ambientais” nos países mais desenvolvidos (e, conseqüentemente, mais industrializados), estão geralmente relacionados, à “industrialização e o desenvolvimento tecnológico”, que, de fato, somente seriam possíveis em uma sociedade relativamente desenvolvida do ponto de vista educacional.

O outro (e último) momento em que aparece o elemento [educação], é constatado no princípio 19 da Declaração. Nele, evidencia-se que é “indispensável um esforço para a educação em questões ambientais”, referindo-se que esta deve ser “dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos”, notadamente na forma de prestar “atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos”, bem como de “empresas e das coletividades”.

A essência deste princípio, na perspectiva do discurso, volta-se ao fomento da educação enquanto fonte de instrução e informação aos indivíduos em todas as fases da vida, o

⁴¹ Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 21ª Reunião Plenária do Secretariado-Geral, em 16 junho de 1972. Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2014.

que incluiu o ambiente empresarial e coletivo, incluindo os meios de comunicação, que são instados a contribuir com campanhas educativas.

Particularmente, nestes princípios postos a partir desta Declaração, a educação toma o sentido de *educar para o conhecimento ambiental*, informando os sujeitos menos privilegiados, excluídos em sua maioria do processo educativo, das questões que envolvem a problemática ambiental, evidenciando que o *meio ambiente* é um elemento deteriorável quando exposto à inconsequente exploração humana.

Já o Plano de Ação, com suas 109 recomendações, nas palavras de McCormick (1992, p.110), consistiu em um documento genérico com propósitos idem, composto por um “conjunto de atividades internacionalmente coordenadas”, cujo objetivo seria “o desenvolvimento do conhecimento sobre as tendências ambientais e seus efeitos sobre homens e recursos” e “a proteção e o aumento da qualidade do meio ambiente e da produtividade dos recursos através de uma administração e planejamento integrados”. No contexto, o documento, com suas recomendações específicas e gerais, poderia ser organizado em três grandes categorias: de “avaliação ambiental”, de “administração ambiental” e de “medidas de apoio”.

Para McCormick (1992, p.110-111), quase a metade das recomendações versava sobre a “conservação de recursos”, enquanto o restante cobria “questões relativas a assentamentos humanos, poluição e poluição marinha, desenvolvimento e meio ambiente, além de educação e informação”.

Na visão de McCormick (1992, p.111), a Conferência de Estocolmo foi o “acontecimento isolado que mais influiu na evolução do movimento ambientalista internacional”. Para o autor, a conferência apresentou quatro resultados importantes, sendo o primeiro o fato de que ela “confirmou a tendência em direção a uma nova ênfase sobre o meio ambiente humano”, permitindo que o pensamento global progredisse das metas “limitadas de proteção da natureza e conservação dos recursos naturais”, para uma visão mais “abrangente da má utilização da biosfera por parte dos humanos”. Além disso, nas palavras do autor,

a própria natureza do ambientalismo mudou: da forma popular, intuitiva e provinciana com a qual emergiu nos países mais desenvolvidos no final dos anos 60, para uma forma de perspectivas mais racionais e globais, a qual enfatizava o esforço no sentido de uma compreensão plena dos problemas e do acordo sobre uma ação legislativa efetiva. O Novo Ambientalismo evoluiu para termos que eram politicamente mais aceitáveis, encorajando mais governos nacionais a fazer do meio ambiente uma questão de política (McCORMICK, 1992, p.111).

O segundo aspecto positivo que McCormick (1992, p.111), define para a Conferência, foi o fato de que a mesma forçou um “compromisso entre as diferentes percepções sobre o meio ambiente defendidas pelos países mais e menos desenvolvidos”, o que seria, na visão do autor, uma constatação irônica, pois a conferência foi “inicialmente produto da preocupação existente nos países industrializados na década de 60”.

Durante os primeiros debates da ONU na conferência, os países menos desenvolvidos fizeram uso de seu poder de voto na Assembleia-Geral das Nações Unidas para compelir os países mais desenvolvidos a reconhecer a necessidade de equilibrar as prioridades na administração ambiental com os objetivos do desenvolvimento econômico. Os países mais desenvolvidos foram pelo menos incentivados a começar a reinterpretar as prioridades do ambientalismo, a assumir uma visão mais ampla do caráter globalmente correlato de muitos problemas e a começar a entender quantas dessas questões estavam arraigadas em problemas políticos e sociais, particularmente nos países menos desenvolvidos (McCORMICK, 1992, p.111).

O autor realça que, antes de Estocolmo, as prioridades ambientais foram, muito amplamente, “determinadas pelos países mais desenvolvidos” e, pós-Estocolmo, “as necessidades dos países menos desenvolvidos tornaram-se um fator chave na determinação de políticas internacionais” (McCORMICK, 1992, p.111).

A terceira constatação que McCormick (1992, p.111), faz sobre a Conferência consiste no papel que as ONGs tiveram durante o evento, marcando o “começo de um papel novo e mais persistente no trabalho dos governos e das organizações intergovernamentais”.

Por fim, o quarto produto inestimável da Conferência de Estocolmo, segundo o autor, foi a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) e, embora com suas limitações e deficiências, foi “provavelmente a melhor forma institucional possível naquelas circunstâncias” para se concretizar um plano global para o meio ambiente.

OS DESDOBRAMENTOS DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO-1972

O cenário internacional para o debate ambiental tornou-se propício após a Conferência de Estocolmo, tanto por ter levado a temática ao patamar de tema fundamental à humanidade com relevância global, quanto pelas discussões sobre os diferentes posicionamentos entre os países e organismos participantes, além de trazer à tona o discurso ambientalista e os conflitos inerentes ao desenvolvimento econômico e à justiça social planetária.

De fato, mesmo antes de Estocolmo, como já apontado, foram muitos os encontros internacionais, porém, sem a mesma dimensão no envolvimento dos países, o que passou a mudar após 1972, detonando uma sequência de eventos, conferências e o estabelecimento de acordos sem precedentes.

Neste aspecto, embora apenas de passagem, é importante ressaltar que Estocolmo-1972 deu início a um movimento internacional que favoreceu a legitimidade dos acordos internacionais, locais, regionais e globais, tendo em vista o princípio da responsabilidade de todos os países com o uso dos recursos naturais disponíveis.

Desde Estocolmo, viu-se florescer, por assim dizer, os princípios do Direito Ambiental, que fomentou o surgimento de convenções e acordos, cujo propósito, com base nos fundamentos do Direito Internacional, buscavam limitar os riscos e os impactos para eventos que pudessem trazer prejuízos ambientais globais.

Acerca destas considerações sobre os princípios do Direito Ambiental instalados a partir de Estocolmo-1972, os autores Mazzuoli & Teixeira (2013, p.200), expõem:

os perversos efeitos do vazamento das indústrias químicas, a poluição transfronteiriça em rios internacionais, os acidentes com os superpetroleiros, os riscos de catástrofes provenientes das usinas nucleares, a independência dos países africanos nos anos 1960 e a inserção de novos atores na geopolítica mundial complementaram o mosaico de fatores que aceleraram os debates e o nascimento do direito internacional ambiental em 1972, com a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano...

Para Mazzuoli & Teixeira (2013, p.200-201), viu-se nascer, naqueles momentos, um “processo de construção de uma ordem internacional em que as políticas ambientais são orientadas por princípios”, que são relativos àquilo que se instituiu chamar de “responsabilidade comum, porém diferenciada”, que imprimia uma nova ordem na utilização dos recursos, a partir dali, compartilhados, impondo a “justiça ambiental, os princípios do poluidor pagador, do desenvolvimento sustentável, da precaução e da prevenção”.

Eles continuam afirmando que, após 1972, uma série de “textos e reformas constitucionais supervenientes incluíram a proteção ao meio ambiente no rol de direitos humanos fundamentais”, de tal forma que atualmente “mais de cem constituições asseguram o acesso ao meio ambiente “saudável”, “seguro”, “limpo”, ou “equilibrado” (MAZZUOLI & TEIXEIRA, 2013, p.205). Na visão dos autores,

Esta “ecologização da ordem jurídica” das constituições pós-Estocolmo é marcada pelo fortalecimento do princípio da solidariedade das gerações, que implica a obrigatoriedade de as sociedades atuais aplicarem medidas que atendam aos interesses das futuras gerações, garantindo à humanidade o acesso a um ambiente sadio, a direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (MAZZUOLI & TEIXEIRA, 2013, p.205).

Tomando a perspectiva dos desdobramentos que se seguiram ao término da Conferência de Estocolmo-1972, destacamos, por opção de relevância ao quadro histórico mais amplo, quatro eventos que marcaram a era pós-primeira grande conferência: a criação, por intermédio do PNUMA e da UNESCO, do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), instituído oficialmente em 1975; o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, realizado em Belgrado, em 1975, que produziu a Carta de Belgrado; a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, em 1977, que produziu a Declaração de Tbilisi; e o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, realizado em Moscou, em 1987, que produziu a Carta de Moscou.

Todos os quatro eventos têm relevância singular na era pós-Estocolmo, pois representam o compromisso assumido coletivamente de que as questões ambientais, para além das perspectivas político-diplomáticas e econômicas, viessem a ser tratadas também no campo educacional, ou seja, se instituíam, a partir dali, a educação como possibilidade de mudanças futuras.

Em relação à Conferência de Estocolmo, Díaz (2002, p.51), afirma, aliás, que esta foi o “primeiro pronunciamento solene sobre a necessidade da educação ambiental”, tendo em vista que nos momentos anteriores em que se discutia os problemas ambientais, muito pouco fora colocado sobre a importância do processo educativo em relação a estes problemas.

De acordo com o autor,

a Conferência de Estocolmo fez uma reflexão profunda sobre os elementos ambientais de nossa época e suas causas. Ao apelar à responsabilidade do ser humano no tratamento do meio, a educação adquiria uma importância singular (DÍAZ, 2002, p.51-52).

Ainda para Díaz (2002, p.52), foi somente a partir da Conferência de Estocolmo que a “educação ambiental converte-se em uma recomendação imprescindível, e põem-se em marcha importantes projetos”, sendo um deles a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Lamentavelmente, a título de consideração, Estocolmo-1972 não traz, de fato, nenhuma orientação sobre Educação Ambiental. Aliás, em seu histórico, nada é mencionado

sobre isto, ficando, por assim dizer, enquanto resultado mais importante relacionado à Educação Ambiental, somente a criação do PNUMA.

Do trabalho do PNUMA com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi pensada a necessidade de “estender a formação e a educação ambientais ao conjunto da população” (DÍAZ, 2002, p.52), o que acarretou na criação, em 1975, do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

O PIEA representou avanços notáveis em aspectos como o intercâmbio de informação, a pesquisa, a formação ou a elaboração de materiais educativos. Assim, graças ao intercâmbio, foi possível difundir interessantes publicações e materiais em reuniões regionais e nacionais, como seminários, oficinas, etc. O boletim Contato, difundido pela UNESCO, permitiu também informar periodicamente (a cada três meses) sobre experiências de educação ambiental (DÍAZ, 2002, p.52-53).

Embora o programa tenha sido criado em 1975, sua primeira experiência foi anterior, em 1974, no Seminário de Educação Ambiental, realizado pela Comissão Nacional Finlandesa e a UNESCO, em Jammi na Finlândia, quando foram estabelecidos os princípios para a Educação Ambiental (MEDINA, 1994).

Segundo Medina (1994), este seminário concluiu que a Educação Ambiental permitiria alcançar os objetivos da proteção ambiental em seu sentido mais amplo, não tratando da Educação Ambiental apenas como um ramo da ciência ou uma matéria de estudos separada das demais, mas sim entendendo-a enquanto princípio de uma Educação integral e permanente.

O Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), foi criado como um mecanismo de aplicação de muitas das recomendações que saíram de Estocolmo. O programa foi colocado na Seção de Educação da UNESCO, como parte da Divisão de Ciência, Ensino Técnico e Profissional. Segundo Blackburn (1983, p.270, tradução livre), uma “pequena equipe foi montada composta por pessoas familiarizadas com os problemas ambientais e os sistemas de ensino em cada uma das regiões de abrangência da UNESCO”, tendo como objetivos:

facilitação, coordenação, planejamento e elaboração de projetos e atividades essenciais para o desenvolvimento de um programa de educação ambiental internacional conjunto;

promoção de um intercâmbio de ideias e informações;

conduta de investigação, especialmente em métodos inovadores adequado à educação ambiental; e

projeto e avaliação de novos métodos, currículos, materiais e programas para jovens e adultos dentro e fora da escola (BLACKBURN, 1983, p.270, tradução livre).

Segundo a autora, o PIEA tinha ainda a tarefa de “organizar um senso sobre o progresso da educação ambiental no mundo” e, mesmo sendo uma tarefa complexa, reconheceu-se que o programa era importante para “determinar os tipos de projetos-piloto que precisavam ser suportados”, bem como para a “formulação de políticas e estratégias e através de quais perspectivas a educação ambiental poderia ser integrada aos sistemas de ensino em todo o mundo” (BLACKBURN, 1983, p.270, tradução livre).

O próximo evento que destacamos é a realização do Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, na cidade de Belgrado, ex-Iugoslávia e atual Sérvia, entre os dias 13 a 22 de outubro de 1975, patrocinado pela UNESCO e PNUMA (pelas afinidades e atribuições congêneres), que contou com a participação de pesquisadores e cientistas de 65 países.

Segundo Dias (2012, p.19), este Seminário Internacional teve como objetivo “delinear o planejamento para a organização de grupos regionais de trabalho”, discutir a “formação profissional, o aperfeiçoamento de métodos e recursos educativos”, organizar o “desenvolvimento de investigações sobre as práticas de Educação Ambiental realizadas no mundo”, e a “consequente criação de uma rede mundial para a difusão das informações”. Neste sentido, o Seminário contou com “quinze documentos iniciais, informativos originados das visitas de consultores do PNUMA a diversos países e dados de pesquisas sobre a atual situação da EA”.

Segundo a autora, a meta principal dos participantes do seminário era “dar forma a um marco mundial para seu desenvolvimento nos espaços formais e fora deles”, o que levou à construção do documento intitulado Carta de Belgrado, que apresentou as “metas, os objetivos e as diretrizes” para a Educação Ambiental (DIAS, 2012, p.19-20). Ela afirma, ainda, que:

os fundamentos da EA na Carta de Belgrado pretendiam desenvolver uma população consciente, comprometida e preocupada com o meio ambiente caminhando na busca pelas soluções e prevenções dos problemas ambientais. Para tanto, defendiam seus objetivos: contribuir para aquisição de consciência, vínculos afetivos, habilidades, sensibilidade e valores sociais, estimular a capacidade de avaliação, desenvolver o senso de responsabilidade e propiciar compreensão básica do ambiente como um todo (DIAS, 2012, p.20).

Dias (2012, p.20), assevera que a Carta de Belgrado se configura como um “documento elaborado no contexto da necessidade de uma nova ética global”, alicerçando um

“modelo de crescimento econômico com controle ambiental como a alternativa ao impasse entre desenvolvimento e meio ambiente”.

Quanto a seu teor, a Carta de Belgrado traz, em sua abertura, uma análise sobre a situação ambiental global, na qual aponta para aspectos referentes aos impactos do crescimento e do progresso tecnológico na sociedade contemporânea como nunca havia sido sentido antes, acarretando graves consequências sociais e ambientais, deixando latente a desigualdade existente entre ricos e pobres.

O texto assinala para a necessidade de um novo conceito de desenvolvimento, que leve em conta a “satisfação das necessidades e desejos de todos os habitantes da Terra, o pluralismo das sociedades e o equilíbrio e harmonia entre a humanidade e o meio ambiente”, atacando a pobreza como grande responsável pelas mazelas ambientais e do ser humano (CARTA DE BELGRADO, 1975).

De modo geral, este perfil introdutório da Carta de Belgrado reproduz a ordem do discurso ambientalista para a época, haja visto um mundo em conflito entre o desenvolvimento econômico e tecnológico que trouxe conforto e comodidade aos mais economicamente abastados (tanto nos países pobres como já acontecia nos países ricos), versus o acirramento da pobreza e dos conflitos ambientais ao redor do mundo, além do aumento do nível de poluição dos mares, ar e solo, aquecidos pela crise do petróleo.

O texto da Carta, enquanto expressão de seus signatários, evidencia um caráter pessoal – da responsabilidade do indivíduo – quando afirma ser “absolutamente vital que os cidadãos do mundo insistam em medidas que apoiem um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões prejudiciais para as pessoas, para o seu ambiente e suas condições de vida”. Isso é reforçado na referência à necessidade de uma nova ética global, uma ética que “defenda atitudes e comportamento de indivíduos e sociedades consoantes com o espaço da humanidade na biosfera, que reconheça e responda com sensibilidade aos relacionamentos complexos e sempre mutante entre a humanidade e a natureza, e entre as pessoas” (CARTA DE BELGRADO, 1975).

Neste sentido, atribuindo à Educação o papel de promover mudanças na relação homem x meio ambiente, o texto explicita que:

A reforma dos processos e sistemas educacionais é decisiva para a elaboração desta nova ética de desenvolvimento e de ordem econômica mundial. Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, **mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação.** Esta

implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral (CARTA DE BELGRADO, 1975, grifos nossos).

Para aqueles que construíram a carta, esta deve promover fundamentos para um programa mundial de Educação Ambiental, possibilitando “o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, de valores e atitudes, enfim, um esforço visando a melhor qualidade do ambiente e, sem dúvida, uma qualidade de vida digna para as gerações presentes e futuras” (CARTA DE BELGRADO, 1975).

Impressionante, enquanto Meta para a Educação Ambiental, a Carta de Belgrado estabelece, num discurso bastante ambicioso, nada menos do que “desenvolver uma população mundial”, que esteja “consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados”, como pode ser observado na íntegra abaixo.

Desenvolver uma população mundial que esteja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimento, habilidade, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção de novos (CARTA DE BELGRADO, 1975, grifos nossos).

Os objetivos da Carta também não são menos expressivos, pois propõem, entre outros pontos, a “conscientização”, para que os “indivíduos e grupos sociais adquiram consciência e sensibilidade em relação ao ambiente como um todo e a problemas a ele relacionados” e o “conhecimento”, a fim de “propiciar aos indivíduos e grupos sociais uma compreensão básica sobre o ambiente como um todo, os problemas a ele relacionados, e sobre a presença e o papel de uma humanidade criticamente responsável em relação a esse ambiente”, e há ainda, entre os objetivos, trabalhar “atitudes”, “habilidades”, “capacidade” e “participação” (CARTA DE BELGRADO, 1975).

Seja como for a Carta de Belgrado tornou-se um marco neste processo de pensar os fundamentos para a Educação Ambiental e, mesmo sendo ambiciosa em sua meta e objetivos, tem o inegável mérito de ter conseguido aglutinar a comunidade internacional para estabelecer, em âmbito global, as diretrizes e bases para programas e outros movimentos para a Educação Ambiental. Tanto é que a Carta, em sua conclusão, traz oito diretrizes básicas para os programas de Educação Ambiental, servindo como fonte de referência para políticas de Estado de formação, tanto em nível internacional, quanto local.

Com esse movimento em marcha, na busca de soluções aos problemas ambientais, foi realizada, em 1977, na cidade de Tbilisi, na Geórgia (antiga URSS), a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Patrocinada pela UNESCO, pelo PNUMA e também sob os auspícios do PIEA, essa conferência teve como resultado a publicação do “primeiro documento técnico com orientações específicas para o desenvolvimento de ações de educação ambiental” (IZUWA et al., 1997, p.14).

As autoras apontam que a Conferência de Tbilisi,

avança mais na formulação dos princípios postulados pela Carta de Belgrado, ampliando o propósito fundamental da Educação Ambiental de modo a mostrar com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter conseqüências de alcance internacional (IZUWA et al., 1997, p.14).

Para Díaz (2002, p.53), a Conferência de Tbilisi é a “continuação do seminário de Belgrado”, em que “especialistas de todo o mundo deram prosseguimento ao debate e ofereceram à Conferência uma plataforma rica em discussão”. O autor destaca que em Tbilisi, de 14 a 26 de outubro de 1977, reuniram-se mais de 300 especialistas representando 68 países⁴² e vários organismos internacionais (DÍAZ, 2002, p.53).

A Conferência passou em revista os principais problemas ambientais da sociedade contemporânea e examinou as realizações da educação no sentido de contribuir para resolvê-los. A análise das atividades de educação ambiental que vinham sendo realizadas ajudou a perfilar conceitos mais rigorosos sobre essa nova dimensão educativa, e a determinar prioridades para sua aplicação (DÍAZ, 2002, p.53).

Para o autor, a Declaração e suas Recomendações, na esteira da Carta de Belgrado, “convertem-se em uma referência indispensável para os organismos e para pessoas preocupadas com a educação” (DÍAZ, 2002, p.53).

Como continuação do que havia sido iniciado e proposto em Belgrado-1975, a declaração resultante da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi-1977, traria aprofundados os temas abordados anteriormente.

A preocupação naquela oportunidade era a de reforçar os pressupostos construídos em Belgrado, afirmando que a “Educação Ambiental deve atingir pessoas de todas as idades, todos

⁴² Segundo Silvia Czapski (CZAPSKI, 1998, p.30-31), o Brasil não participou – oficialmente – desta Conferência, por, à época, não manter relações diplomáticas oficiais com o Bloco Soviético.

os níveis e âmbitos, tanto da educação formal, quanto da não-formal”, tendo os meios de comunicação social a “grande responsabilidade de colocar seus recursos a serviço dessa missão educativa”. Assim, devendo os “especialistas em questões ambientais, assim como aqueles cujas ações e decisões podem repercutir de maneira perceptível no ambiente”, deveriam adquirir, no decorrer de sua formação, “os conhecimentos e as atitudes necessários e perceber plenamente o sentido de suas responsabilidades a esse respeito” (DECLARAÇÃO DE TBILISI, 1977).

A Declaração de Tbilisi congrega quarenta e uma recomendações que buscam reforçar o que já havia sido abarcado na Carta de Belgrado, contudo, procuraram dar mais ênfase ao fato de que o caminho apontado é essencial, necessário e imprescindível para que mudanças possam, efetivamente, ocorrer no cenário ambiental global.

Sem as mudanças recomendadas e sem que a Educação Ambiental seja levada a sério – este é o teor do discurso contido na Declaração de Tbilisi – não seria possível mudar a realidade ambiental que se apresentava no cenário mundial. Observe-se que naquele momento histórico, agravava-se, ainda mais, as crises ambientais ao redor do planeta, especialmente em decorrência da crise econômica que estagnava tanto o crescimento nos países mais desenvolvidos, quanto acachapava ainda mais os países em-desenvolvimento.

Neste cenário de preocupação, o texto traz um apelo direto para que os países “incluam em suas políticas de educação medidas orientadas no sentido de incorporar conteúdo, diretrizes e atividades ambientais em seus sistemas”, tendo como base os objetivos e as características constantes nos documentos elaborados internacionalmente (DECLARAÇÃO DE TBILISI, 1977).

Para concluir este capítulo, destacamos o último dos quatro eventos mais significativos realizados após a Conferência de Escotolmo-1972. Trata-se do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, realizado pela UNESCO-PNUMA, na cidade de Moscou, em 1987, que teve como objetivo analisar os progressos obtidos desde Tbilisi-1977 e propor orientações para a década de 1990 (IZUWA et al., 1997, p.14).

Em Moscou-1987, foi produzido um importante documento intitulado Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 90, sendo este, segundo Izuwa et al. (1997, p.14), uma “reafirmação do papel da Educação frente à necessidade de conscientização da sociedade com relação ao meio ambiente”.

Realizado em Moscou, de 17 a 21 de agosto de 1987, o evento contou com a impressionante participação de 110 países e de outros organismos internacionais, cujos

representantes estavam dispostos a discutir, negociar e avançar nas propostas para as políticas de Educação Ambiental.

Durante o congresso, segundo Díaz (2002, p.54), as discussões foram organizadas “em torno dos elementos decisivos da educação ambiental, tal como havia sido definida em Tbilisi”, sendo: informação, pesquisa e experimentação de conteúdos e métodos, formação de pessoal encarregado da educação nos diferentes âmbitos, cooperação regional e internacional.

O autor afirma que o Congresso de Moscou, ao preservar o que havia sido definido em Tbilisi, concebia a educação como um “conjunto” e não como “ações isoladas”, de tal modo que “os objetivos e as atuações” definidas em Moscou, constituíam uma “verdadeira estratégia para a introdução da educação ambiental nos países” (DÍAZ, 2002, p.54).

Para Díaz (2002, p.54), o Congresso de Moscou viria a propor a “urgência máxima de definir objetivos e recorrer a novos meios”, tendo como finalidade crucial permitir aos indivíduos “ser mais conscientes, mais responsáveis e estar funcionalmente mais bem preparados para fazer frente aos desafios da preservação do meio ambiente”, tornando, assim, mais operacional aquilo que fora construído desde Belgrado (DÍAZ, 2002, p.54).

Segundo Díaz (2002, p.54), o Congresso de Moscou adotou um “conjunto de atuações”, que deveriam ser integradas em um planejamento que incluía a “introdução da educação ambiental nos planos de estudo de todos os níveis de ensino, a qualificação de pessoal e a elaboração de materiais didáticos de qualidade”, além da necessidade de fruição das informações construídas globalmente e também da “necessidade de envolver os meios de comunicação de massas”.

De acordo com Díaz (2002, p.54-55), instituiu-se no Congresso de Moscou, uma série de oito objetivos fundamentais que versam sobre: o fortalecimento do sistema internacional de intercâmbio e dados do PIEA; o fortalecimento da pesquisa e experimentação; o fomento da Educação Ambiental mediante programas e materiais didáticos para o ensino geral; a promoção da formação inicial e da capacitação de pessoal; a intensificação da educação e da informação para todo o público em assuntos ambientais; o fortalecimento da integração da dimensão ambiental no ensino geral (em todos os níveis); o fomento à formação científica e técnica especializada em matéria de meio ambiente; o desenvolvimento da Educação Ambiental mediante uma cooperação coerente em nível internacional.

Por fim, Díaz (2002, p.55), aponta que a grande contribuição do Congresso de Moscou foi ter definido, a partir dos objetivos construídos, um “marco referencial de estratégia para o desenvolvimento da educação ambiental” que, segundo ele, “pode ser avaliado por qualquer país ou estado”.

Analisando o discurso empregado pelas autoridades desde os impactos de Estocolmo-1972, percorrendo estes quinze anos de proposições, até Moscou-1987, observa-se que, independentemente dos inúmeros acordos, tratados e convenções que foram, paralelamente construídos em prol de se buscar soluções para os problemas ambientais, o tópico relativo à Educação Ambiental não deixou de concentrar a carga de mudança no indivíduo.

De fato, mesmo evidenciando-se a necessidade de fomento e de intensificação das parcerias e dos acordos nacionais e internacionais em prol dos objetivos firmados, a Educação Ambiental continuava atrelada à ideia de transformação do comportamento das pessoas.

Ou seja, à medida que o indivíduo mudasse seu comportamento em relação ao mundo em que vive, conseqüentemente, os problemas ambientais seriam resolvidos. Todavia, isto deixava de considerar, obviamente, o caráter particular de cada sociedade e a forma como encontrava-se organizada.

Aliás, as interpretações de McCormick (1992), Lago (2006) e Bursztyn & Persegona (2008), a respeito da evolução do movimento ambientalista, dão conta de que este movimento tornou-se relevante internacionalmente quando as sociedades mais desenvolvidas, que já contavam com bom nível de satisfação das necessidades primárias, começaram a sentir os efeitos diretos da poluição do solo, do ar e da água, do acúmulo de lixo sem destinação e das catástrofes ambientais que se espalhavam pelo mundo. Para os autores, o movimento ambientalista não nasceu das demandas dos países mais pobres, mas sim das queixas dos indivíduos nos países ricos.

De qualquer modo, para concluir, é certo que o discurso voltado à Educação Ambiental, como proposto nas décadas de 1960 a 1980 e que foi reproduzido até o início da década de 1990, catapultou o indivíduo como arauto da necessária mudança e da conseqüente saída para a crise ambiental mundial.

RIO DE JANEIRO, 1992: A GRANDE CONFERÊNCIA...

Durante muito tempo acreditei nas virtudes metafísicas do Cansaço; é verdade que ele nos faz mergulhar nas raízes do Tempo; mas o que trazemos dele? Algumas ninharias sobre a eternidade.

Emile M. Cioran

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92 ou ECO-92, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. A proposta para a sua realização havia sido aprovada por uma resolução na reunião da Assembleia-Geral da ONU em 1988⁴³, ocasião em que o Brasil ofereceu-se para sediá-la.

Foi sem dúvida, o maior evento mundial a discutir as questões ambientais, tanto pelo objetivo de avaliar o que havia sido feito desde a primeira conferência de Estocolmo (como proposto na resolução da ONU de 1988), quanto pela dimensão que tomou ao discutir o futuro do planeta em relação aos problemas ambientais globais enfrentados.

A Rio-92 reuniu representações diplomáticas de cento e setenta e dois países e foi acompanhada por cento e oito chefes de Estados/Governos que, no final, subscreveram os atos da conferência. Além disso, estiveram presentes representantes de mil e quatrocentas organizações não-governamentais e cerca de dez mil jornalistas credenciados.

A Cúpula da Terra (outra referência para a conferência Rio-92), foi convocada pela Organização das Nações Unidas com a finalidade de que as lideranças mundiais e a sociedade civil como um todo pudessem discutir os problemas urgentes de proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico enfrentados globalmente.

Conforme a Resolução n.º 44/228⁴⁴, aprovada na reunião da Assembleia-Geral das Nações Unidas de 22 de dezembro de 1989, a conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, tinha vários objetivos referentes à abordagem das questões ambientais, entre as quais selecionamos alguns, mais relevantes à nossa discussão.

examinar o estado do ambiente e as mudanças que ocorreram desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo – 1972, **tendo em conta as opções tomadas por todos os países para proteger e melhorar o meio ambiente;**

identificar as estratégias a serem coordenadas regional e globalmente, conforme o caso, de uma ação combinada **para lidar com as principais questões ambientais** nos processos de desenvolvimento sócio-econômico de todos os países;

recomendar as medidas a serem tomadas a nível nacional e internacional **para proteger e melhorar o meio ambiente**, tendo em conta as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, através do desenvolvimento e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável;

⁴³ Conforme Resolução 43/196, de 20 de dezembro de 1988.

⁴⁴ Resolução n.º 44/228, de 22 de dezembro de 1989 da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/44/ares44-228.htm>>. Acesso em 14 jan. 2013. Tradução livre.

examinar as estratégias para a ação nacional e internacional, com vista a chegar a acordos específicos e compromissos dos governos para atividades definidas **para lidar com as grandes questões ambientais**, a fim de restaurar o equilíbrio ecológico global e de evitar a deterioração do meio ambiente;

promover o desenvolvimento de recursos humanos, particularmente em países em desenvolvimento, para a proteção e valorização do meio ambiente;

promover a troca aberta e oportuna de informações sobre as políticas nacionais de meio ambiente, situações e acidentes;

promover a criação ou o fortalecimento de instituições adequadas, a nível nacional, regional e global **para lidar com as questões ambientais** no contexto dos processos de desenvolvimento sócio-econômico de todos os países;

promover a educação ambiental, especialmente da geração mais jovem, assim como outras medidas para aumentar a consciência do valor do meio ambiente (ONU, RES/44/228, grifos nossos).

Para esses objetivos selecionamos uma série de destaques a fim de construirmos algumas considerações que envolvem tanto a temática ambiental quanto o que se pretende alcançar ao trabalhá-la.

Do primeiro tópico, destacamos que a Rio-92 foi organizada para verificar a situação ambiental naquele momento e realizar um balanço dos vinte anos decorridos desde a primeira conferência em Estocolmo, 1972, considerando o que os países haviam feito “para proteger e melhorar o meio ambiente”.

Denota-se deste aspecto o caráter de ter sido a Rio-92 um momento de reflexão e balanço sobre as ações que deveriam ter sido tomadas pelas nações desde Estocolmo-72 em comparação àquilo que foi efetivamente levado a cabo pelos países signatários daquele encontro.

A par deste percurso, podemos ter indícios significativos de quão delicado e moroso é o processo de mudanças. Cada país enfrenta internamente diferentes desafios (sociais, políticos, econômicos e legais), que se multiplicam na relação com os outros países. São muitos interesses em jogo e aspectos de legislação que precisam ser estabelecidos e negociados entre si (regional e globalmente) para que as nações cheguem a um acordo satisfatório.

Infelizmente, a solução para os problemas ambientais detectados não pode ficar à mercê deste lento processo de soluções e mudanças, pois, à medida que se tornam mais danosos, também se tornam mais caros de serem resolvidos, o que leva a um novo estágio de negociação internacional, gerando com isto um ciclo lento de mudanças em relação a um ciclo acelerado de problemas.

Víamos assim, em 1992, mais uma conferência sendo realizada para tentar cooptar os países e seus respectivos governos/representantes com vistas a “identificar as estratégias a serem coordenadas” e lidar com as “principais questões ambientais”, como destacamos no segundo tópico. Veja-se aí a confirmação de que os tratados e acordos negociados anteriormente não haviam surtido o efeito desejado, havendo a demanda de novos acordos e outros arranjos internacionais com vistas às mudanças necessárias.

Isso não significa dizer que não houvesse avanços, porém, frente às pretensões iniciais de resolução dos problemas existentes e sentidos naquele momento (poluição em geral, risco de esgotamento dos recursos naturais, equalização da pobreza, etc.), é possível observar que estes não eram suficientes para atender o que era preciso.

Quanto ao tópico “recomendar as medidas a serem tomadas a nível nacional para proteger e melhorar o meio ambiente”, a Assembleia-Geral confirmava o delicado estado da situação ambiental em fins do século, lançando mão dos alertas para que algo fosse feito a respeito, exigindo dos países um compromisso firme frente aos acordos assinados.

Isto levou a mesma Assembleia-Geral a considerar a necessidade de “examinar as estratégias para a ação nacional e internacional”, objetivando que os países construíssem “acordos específicos e compromissos dos governos”, para “lidar com as grandes questões ambientais” – vemos nestes excertos as preocupações em pauta na agenda política, que exigiam estabelecer ações concretas e acordos satisfatórios que, acima de tudo, pudessem apresentar mudanças no quadro dos problemas ambientais.

Quanto a “promover o desenvolvimento de recursos humanos”, “promover a troca aberta de informações sobre políticas nacionais e meio ambiente” e “promover a criação ou o fortalecimento de instituições adequadas para lidar com as questões ambientais”, a Conferência Rio-92, deixou transparecer a dúvida sobre a eficiência dos canais diplomáticos na comunicação e na troca de experiências e informações entre as nações, seus governos e suas instituições.

Neste aspecto é importante ponderar sobre até que ponto os países signatários dos acordos haviam cedido em suas posições frente a algumas cláusulas e se estavam, de fato, dispostos a investir naquilo que estavam assumindo, uma vez que alguns pontos, talvez, não atendessem de fato a objetivos desses países, especialmente tendo em vista o volume de recursos necessários a ser empreendido nas ações, bem como a transparência das informações organizadas, tanto em âmbito local como em âmbito internacional a respeito dos países participantes

Este consenso “precário” comprometeu a projeção e elaboração de projetos de alcance local e global, bem como evidenciou a ineficiência dos organismos nacionais e internacionais em conduzir os rumos das questões ambientais e, acima de tudo, a carência global na formação de recursos humanos para lidar com os vários aspectos e, portanto, a falta de ações concretas para frear e reverter os problemas ambientais detectados vinte anos antes.

Quanto ao objetivo de “promover a educação ambiental, especialmente da geração mais jovem, assim como outras medidas para aumentar a consciência do valor do meio ambiente”, a conferência da Cúpula da Terra, sob os olhares da Organização das Nações Unidas e de todos os governos presentes e demais participantes, não deixa de nos proporcionar dúvidas sobre suas intenções, uma vez que não são as gerações mais jovens as responsáveis pelos problemas existentes, mas, no teor da proposta, recairia sobre elas uma grande responsabilidade de caminhar rumo às soluções necessárias.

Nos excertos destacados na Resolução n.º 44/228, especialmente em relação ao discurso que atribui à Educação a responsabilidade de aumentar a consciência do valor do meio ambiente junto às gerações mais jovens, encontramos indícios que nos permitem indagar sobre o desvio na responsabilidade de governos, empresas e outras instituições e até das gerações anteriores na solução para os problemas que já haviam sido sinalizados nas conferências e encontros internacionais realizados desde o início dos anos de 1960.

OS ANTECEDENTES DA CONFERÊNCIA RIO-92

Os sinais de que o mundo enfrentava uma crise ambiental sem precedentes já haviam sido denunciados na década de 1960⁴⁵, porém, foi particularmente com a crise do petróleo, na década de 1970, que os países – tanto industrializados como em desenvolvimento – viram-se em apuros para lidar com a situação da escassez de matérias primas e recursos naturais.

Observava-se naquele momento dos anos de 1970, mesmo após a Conferência de Estocolmo-1972, que as mudanças ambientais sentidas globalmente afetariam diretamente a

⁴⁵ Talvez possamos ter como marco desta crise ambiental a discussão que trouxe a publicação do livro *Primavera Silenciosa* em 1962, momento no qual a autora, Rachel Carson, chamou a atenção para os problemas ambientais sob a ótica da interdependência das espécies e dos ecossistemas e especialmente o fato de ser o homem um dos elementos desta rede. Aliás, aquele *momento* representa o desastroso uso do pesticida DDT desde a Segunda Guerra Mundial nos campos de batalha até o domínio público com a venda a populares nos anos seguintes, e a extrema dificuldade que teve a pesquisadora em publicar os resultados de seus estudos sobre os problemas detectados. Talvez a maior contribuição que esta publicação trouxe ao mundo tenha sido provar que a natureza em seu conjunto e equilíbrio é extremamente vulnerável à intervenção humana.

economia dos países, tanto pelos custos ambientais de degradação, quanto pelos custos da inevitável escassez de recursos.

A partir das ideias de Turner e Pearce (1993)⁴⁶, Lago (2006, p.57) afirma que

a teoria econômica, nesse período, integrou progressivamente as questões ambientais, e certos autores chegaram a afirmar que o meio ambiente não seria uma entidade separada da economia e que não haveria mudança no meio ambiente sem impacto econômico.

Esta concepção teórica da economia conectada às questões ambientais trouxe ecologistas e economistas para o debate sobre as relações entre o homem, o desenvolvimento, a economia e o meio ambiente, aproximando, segundo Lago (2006, p.57), as teorias dos ecologistas às questões humanas e econômicas; e as teorias dos economistas às questões do meio ambiente.

Foi em meio a este cenário de diálogo internacional que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento produziu o Relatório *Nosso Futuro Comum*⁴⁷ – também conhecido como relatório Brundtland – fruto da Comissão criada pela ONU em 1983, presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Por este relatório e pelo impacto que trouxe nos países desenvolvidos, o mundo voltou seu olhar novamente para a crise ambiental planetária, o que foi decisivo para que a Assembleia-Geral da ONU reconhecesse a necessidade de convocar uma nova conferência mundial sobre meio ambiente (LAGO, 2006, p.62).

O que se depreende desta proposição é que a questão ambiental, muito pelos “custos estimados pelos países desenvolvidos para a promoção de mudanças estruturais em nível global”, foi deixada de lado. Nota-se, assim, que o período de fins da década de 1970 e início da década de 1980, com situação econômica mundial de estagnação no crescimento, o meio ambiente deixava de ser tema prioritário (LAGO, 2006, p.63).

Para Lago (2006, p.65), o relatório considera o peso e a responsabilidade de países desenvolvidos (além dos padrões de consumo destes) e dos países em desenvolvimento quanto às questões ambientais, ao passo em que busca oferecer “alternativas” e “caminhos” possíveis que promovam o desenvolvimento de ricos e pobres.

⁴⁶ TURNER, R. Kerry, PEARCE, David, and BATEMAN, Ian. **Environmental Economics: an elementary introduction**. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1993.

⁴⁷ CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Entre os temas e proposições abordados no Relatório Nosso Futuro Comum, o que mais se destaca é justamente a definição de *desenvolvimento sustentável*, que veio a nortear a Conferência do Rio de Janeiro em 1992. É neste documento que se encontra cunhada a expressão que definiu a forma como a temática ambiental passaria, doravante, a ser tratada globalmente.

Em *Nosso Futuro Comum*, desenvolvimento sustentável é conceituado como sendo o desenvolvimento global que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46).

Este conceito, em tese, garantiria aos países ricos a manutenção de suas economias sem com isto ameaçar o resto do mundo, ao mesmo tempo em que permitiria aos países em desenvolvimento (ou países pobres, se esta aceção for permitida) atender às necessidades prementes de sua população: alimento, vestuário, habitação, emprego, saúde, educação, etc.

Segundo o Relatório,

para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

padrões de vida que estejam além do mínimo básico só são sustentáveis se os padrões gerais de consumo tiverem por objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

a satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. [...] o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades (CMMAD, 1988, p.47).

Em conclusão, o Relatório Nosso Futuro Comum deixa explícito que o desenvolvimento sustentável “é um processo de transformação” em que a “exploração dos recursos”, a “direção dos investimentos”, a “orientação do desenvolvimento tecnológico” e a “mudança institucional” estão em equilíbrio e “reformam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1988, p.47).

O relatório, ao admitir a necessidade de um *futuro comum*, nos permite vislumbrar uma nova ótica no enfrentamento dos problemas ambientais, uma vez que exalta a participação

solidária e aberta das nações e suas sociedades, exigindo delas que repensem seus compromissos e seus objetivos no conflito entre riqueza material e justiça social.

É neste conflituoso panorama de crise econômica internacional, de queda nos investimentos em ações ambientais prioritárias e de mudança de visão entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável que se constrói a necessidade de retomar o diálogo comum e global na busca por soluções e investimentos, o que acaba por levar a comunidade internacional a invitar uma nova conferência mundial.

Assim, com base nos amplos acontecimentos do período e diante dos princípios do desenvolvimento sustentável estabelecidos, a Conferência Rio-92 veio a registrar a grande responsabilidade dos países industrializados, apontando a urgente necessidade de que as nações em desenvolvimento viessem a receber recursos financeiros e tecnológicos para avançarem em relação ao desejado patamar de desenvolvimento sustentável e equilíbrio ambiental.

OS DESDOBRAMENTOS DA CONFERÊNCIA RIO-92

Frente aos dados levantados sobre a Conferência Rio-92, podemos dizer que estes são realmente muito expressivos, pois representam um momento em que o mundo civilizado parou para discutir o estado da situação ambiental e o que poderia ser feito em relação aos problemas ambientais e socioeconômicos globais existentes.

Segundo Lago (2006, p.53), a Rio-92 mostrou que vinte anos depois de Estocolmo, a questão do meio ambiente “havia se tornado suficientemente importante na agenda internacional para justificar o deslocamento de um número inédito de Chefes de Estado e de Governo para uma única reunião”. Para o autor, o fato de o encontro ser realizado no Brasil, um país em desenvolvimento, “marca uma sensível diferença com relação a 1972” e indica que “o tema não era mais considerado um ‘luxo’ de países ricos” e, sim, uma questão que exigia um engajamento coletivo da comunidade internacional.

Se por um lado via-se a questão ambiental sob uma ótica e uma importância até então nunca vistas, por outro lado, conforme aponta o autor, os interesses entre os países presentes, no que dizia respeito às questões ambientais – desenvolvimento econômico x sustentabilidade ambiental – não estavam na mesma pauta, pois, de fato, “os objetivos dos países em desenvolvimento e os dos países desenvolvidos continuavam, no entanto, sensivelmente diferentes” (LAGO, 2006, p.53).

Para Lago (2006, p.53-54), a Conferência de 1992 trouxe para o cenário mundial o clima do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, marcado pelo encerramento do conflito latente entre as duas superpotências – Estados Unidos e ex-União Soviética – que até então havia influenciado negativamente as relações internacionais por quase quatro décadas, sendo a opinião do autor que, naquele momento, a humanidade recuperava o interesse pelos direitos humanos e a proteção ambiental.

Via-se naquele período, de acordo com o autor, o “enriquecimento do debate em torno da questão do meio ambiente nas duas décadas entre Estocolmo e o Rio de Janeiro”, coisa que acontecia em todos os níveis – governos, instituições, setor empresarial, acadêmico e científico (LAGO, 2006, p.54-55). O autor aponta, também, que o aumento do número de países com sistemas democráticos, que havia crescido de 24,6% para 45,4% entre 1973 e 1990

favoreceu a discussão dos chamados “novos temas” – além de meio ambiente, direitos humanos, narcotráfico e diferentes tipos de discriminação – nos níveis comunitário, regional e nacional em países em desenvolvimento. Estes temas, provenientes muitas vezes da agenda internacional, e introduzidos de maneira parcial e “de cima para baixo” na agenda interna, passaram a ser discutidos “de baixo para cima”, graças à maior participação da sociedade civil nos planos político, social e econômico. Assim, o meio ambiente conquistou, progressivamente, maior legitimidade nos países em desenvolvimento (LAGO, 2006, p.55).

Na perspectiva do autor, saíamos de um estado que privilegiava o progresso à custa do domínio da natureza pelo homem, para um estado de sustentabilidade, num entendimento de que o “equilíbrio do meio ambiente não é incompatível com o progresso”, passando a aceitar que este equilíbrio torna-se uma nova alternativa ao crescimento econômico inconsequente (LAGO, 2006, p.55).

Fundamentalmente, a Rio-92 veio a confirmar o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que busca equilibrar ou conciliar os processos de *desenvolvimento econômico* e *desenvolvimento social* empreendidos no mundo com a consequente preservação e proteção dos ecossistemas planetários. Para Lago (2006, p.56):

a noção de que o desenvolvimento sustentável se baseia em três pilares – o econômico, o social e o ambiental – favorece, nas discussões do Rio de Janeiro, tanto as prioridades dos países desenvolvidos, quanto aquelas dos países em desenvolvimento.

Para a Organização das Nações Unidas a Conferência da Cúpula da Terra na cidade do Rio de Janeiro em 1992, foi “sem precedentes” em todos os aspectos, tanto pelo tamanho (a

participação de governos e chefes de estado, as organizações não-governamentais, a imprensa e a sociedade civil), quanto por promover aos governos um novo olhar sobre o desenvolvimento econômico global, procurando “ajudar os governos a repensarem o desenvolvimento econômico e encontrar formas de deter a destruição dos recursos naturais insubstituíveis e a poluição do planeta” (ONU, 1992, tradução livre).

A mensagem da Cúpua da Terra foi a de que “nada menos do que uma transformação de nossas atitudes e comportamentos traria as mudanças necessárias” à situação ambiental plenatária, transmitida pelos nove mil jornalistas presentes e ouvida por milhões de pessoas em todo o planeta (ONU, 1992, tradução livre). Tal mensagem

reflete a complexidade dos problemas que enfrentamos: de que a pobreza, bem como o consumo excessivo por populações abastadas, podem colocar sob estresse prejudicial o meio ambiente (ONU, 1992, tradução livre).

Diante de tal situação, os governos reconheciam

a necessidade de reorientar os planos nacionais e internacionais e suas políticas para assegurar que todas as decisões econômicas levem em conta qualquer impacto ambiental (ONU, 1992, tradução livre).

Em síntese, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a Rio-92 ou ECO-92 ou Cúpua da Terra – acabaria por influenciar todas as conferências subsequentes da ONU, especialmente por tornar ítem imprescindível à qualquer discussão sobre direitos e mudanças sociais, a problemática do desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Para além do que destaca a ONU em relação às reverberações produzidas na Conferência Rio-92, trazemos a seguir alguns autores (SIQUEIRA, 1992; CORDANI, 1992; FERREIRA & FRANÇA JR, 2008), para esboçar, a partir de óticas diversas, os “ecos” que esta conferência trouxe em diferentes âmbitos, notadamente para a discussão sobre meio ambiente.

No texto “Ecos da Eco”, Siqueira (1992, p.123), discorre sobre a dimensão que o evento tomou em relação à opinião pública, aos conflitos ambientais em discussão e à tomada de consciência sobre os problemas ambientais. Para ela, no Brasil, a luta ambiental definitivamente não seria mais a mesma.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Riocentro e, principalmente, no Fórum Global das Organizações Não-Governamentais – ONGs, ocorrido no Aterro do Flamengo, a consciência sobre as causas da destruição da natureza no planeta adquiriu uma clareza

estranhecedora. Se, no RioCentro, reuniram-se cerca de 160 chefes de estado, o Fórum Global recebeu diariamente 35 mil pessoas (SIQUEIRA, 1992, p.123).

Segundo Siqueira (2006), para além de a conferência ter evidenciado os conflitos econômicos e políticos relativos aos interesses entre países ricos e os países pobres (desenvolvidos, em desenvolvimento e aqueles muito distantes disto), também deixou claro ao mundo a real situação ambiental do planeta.

Em “Ecos da Eco 92”, Cordani (1992) descreve as repercussões que a Conferência Rio-92 levaram à Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em julho do mesmo ano. Nela, por meio de um workshop, produziu-se uma avaliação dos resultados da Rio-92, no qual diversas vozes foram ouvidas sobre o que havia acontecido de fato naquele evento. Para o autor, a Rio-92 representou

uma inflexão na história da humanidade, com a redefinição do direcionamento do desenvolvimento humano. Novos caminhos, em busca de um novo equilíbrio, que envolva uma situação de desenvolvimento sustentável, em bases equitativas para a humanidade (CORDANI, 1992, 97).

O autor observa que os temas em evidência na Conferência Rio-92 “já eram conhecidos”, ou seja, não eram necessariamente novidades para o mundo, porém, desde que estes problemas haviam sido apontados, lento foram seus enfrentamentos, o que permitiu que eles atingissem suma importância naquele momento em que o mundo se voltava para pensar soluções aos problemas detectados (CORDANI, 1992).

Para Cordani (1992), a temática havia sido trazida para a SPBC tanto pela importância do acontecimento como pelo fato de a entidade representar um segmento da sociedade brasileira intimamente ligado às questões referentes ao meio ambiente. De modo especial, ele afirma,

os cientistas têm um papel fundamental a exercer, porque a ciência e a tecnologia têm muito a ver com ambiente e desenvolvimento e porque as esperanças de atingir um mundo melhor residem em novos avanços do conhecimento, e nas adaptações que permitirão descobrir novos caminhos para o desenvolvimento, sustentável e ambientalmente sadio (1992, p.99-100).

Cordani (1992, p.100-101), enfatiza a ideia de que os cientistas têm papel fundamental na “observação” e no “monitoramento” dos problemas ambientais que atingem todas as formas de vida no planeta, reconhecendo que esses intelectuais devem trabalhar coletivamente para a

obtenção de respostas satisfatórias e que a Rio-92 foi fundamental para que isto passasse a ocorrer no cenário global.

No trabalho “Os ecos da ECO na mídia...”, Ferreira & França Jr. (2008), trazem um levantamento sobre a recuperação da Eco-92 e a inserção da temática ambiental na mídia jornalística impressa antes, durante e depois da realização da conferência. Os autores destacam que a conferência representou um “marco histórico” para o jornalismo especializado pelo número de reportagens que produziu, além de ter permitido a um público leigo tomar conhecimento das discussões e dos temas abordados.

Segundo eles, o número de jornalistas credenciados para cobrir o evento (cerca de nove mil) superou as expectativas da ONU, que havia previsto algo em torno de mil e quinhentos profissionais. Grandes redes de emissoras de TV, como a brasileira Globo, a norte-americana CNN, a alemã ZDF e a japonesa NKD entre outras, montaram estruturas para cobrir o evento, possibilitando a divulgação de notícias durante todo o período de realização (FERREIRA & FRANÇA JR., 2008, s/p).

Para Ferreira & França Jr. (2008, s/p), a participação dos profissionais que cobriram a conferência foi fundamental para fomentar o aumento no volume de reportagens temáticas sobre as questões ambientais, o que rendeu uma grande diversidade de publicações alusivas ao tema. Segundo eles, à medida que os jornais ampliavam significativamente as matérias diárias sobre o assunto em todos os cadernos, via-se nesse movimento a “importância que a ECO-92 teve para os meios de comunicação”.

O FÓRUM GLOBAL NA RIO-92

O Fórum Global aconteceu paralelamente à Rio-92, reunindo membros de aproximadamente dez mil organizações não-governamentais e foi considerado um dos mais importantes movimentos por direitos sociais dos anos 1990. Configurou-se, também, como uma bandeira de lutas socioambientais e de mobilização contra o neoliberalismo (SIQUEIRA, 1992; LANDIM, 1993; MELLO, 2012).

Constituído enquanto Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, desde então, reconhecido como Fórum Global, este evento foi patrocinado e financiado pela ONU, por empresas multinacionais, bem como pelas próprias organizações não-governamentais que participaram dele, tornando-o, naquele momento, o maior exemplo de participação da sociedade civil organizada durante uma conferência internacional.

Estiveram presentes cerca de sete mil organizações não-governamentais de todos os cantos do planeta, com as mais diversificadas e temáticas bandeiras ambientais que mobilizaram, diariamente, mais de trinta e cinco mil pessoas em suas reuniões de sessões de debate e discussão (SIQUEIRA, 1992; LANDIM, 1993; MELLO, 2012).

Segundo Siqueira (1992, p.123), o Fórum Global foi considerado pelos seus idealizadores como um “grande guarda-chuva institucional”, permitindo que a sociedade civil expressasse seus pontos de vista sobre as questões sociais, econômicas e, dado o momento, fizesse uma avaliação sobre as questões ambientais que afetavam o mundo todo. Para ela, a conferência oficial deixou latente os conflitos e divergências nos interesses entre países ricos e pobres, no entanto, no Fórum Global

estes conflitos tiveram outros desdobramentos, surgindo esperanças para a viabilidade de nossa frágil Terra e sua população. No Fórum, “tribos” do mundo todo se reuniram para discutir e trocar idéias sobre o nosso destino comum. Afinal, George Bush⁴⁸ não representa o pensamento de todo o povo americano. Os ambientalistas deste país [EUA], presentes no Fórum Global, fizeram questão de deixar este fato muito claro. Isto também aconteceu com militantes ambientalistas de outros países, que discordavam abertamente da política de seus governantes quando esta era contrária aos interesses da população mundial (SIQUEIRA, 1992, p.124).

Em seu texto, Siqueira (1992, p.124-125), descreve alguns exemplos dos debates que ocorreram entre ONGs de diferentes partes do mundo, destacando o clima favorável às discussões e reflexões sobre os problemas ambientais que afligem, igualmente, mas de diferentes modos, todos os cantos do planeta. Na opinião dela, o Fórum Global provou que a sociedade civil – “os oprimidos do mundo” – tinham espaço e direito a voz, sem precisar de “intermediários para se fazerem ouvir”.

Para Mello (2012, s/p), o Fórum Global gerou “um conjunto de tratados das ONGs e movimentos sociais que organizaram uma rica plataforma de lutas que expressava um ambiente de unidade”. Segundo ela, o mundo havia acabado de sair da queda do muro de Berlim e estava diante da luta pelos direitos civis, pela liberdade de expressão e na luta contra o neoliberalismo econômico que assolava os mais pobres.

⁴⁸ Aqui a menção à George Bush se deve ao fato de ser ele, naquele momento, o Presidente dos Estados Unidos da América e de ter assumido uma posição contrária a muitos interesses ambientais globais postos em discussão naquela conferência. Especula-se que os interesses internos (lobbies) foram mais fortes do que o interesse comum da humanidade.

A autora aponta que aquele momento histórico de mobilização geral representou um bastião de resistência frente aos interesses econômicos dominantes e gerou significativas conquistas. Segundo ela, o Fórum Global de 92

plantou sementes férteis, nos abasteceu de esperanças e coragem para lutar. Quebramos a hegemonia do neoliberalismo, derrotamos a Alca [Aliança do Livre Comércio das Américas], paralisamos a OMC [Organização Mundial do Comércio] e conquistamos um novo ciclo político na América Latina, com tudo de bom e de esgotamento que nossas análises possam apontar (MELLO, 2012, s/p).

Do ponto de vista organizacional, Landim (1993, p.17), descreve o evento como sendo composto pelos mais diversificados atores, cuja “base institucional foi uma enorme quantidade de entidades designadas pelo termo ONGs”. Para ela, o Fórum Global materializou-se através de “conferências, panfletos e publicações diversas, eventos culturais, celebrações religiosas, propostas variadas”.

Não só a existência, mas também a vocação transnacional das “ONGs” ficou empiricamente provada através da variedade de raças, línguas e personagens “exóticas” de tudo quanto é parte do mundo que desembarcou no Parque, convivendo em um clima de reconhecimento mútuo que conformava certa ideia de conjunto – diversidade e “unidade” palpável também para os milhares de brasileiros participantes ou curiosos que transitaram por ali, nesses dias (LANDIM, 1993, p.17).

Este Fórum veio a representar, institucionalmente, segundo Landim (1993, p.32-33), um movimento catalizador que repercutiu positivamente na sociedade, vindo a valorizar e legitimar o trabalho daquelas organizações. Para ela, os eventos produzidos dentro do Fórum, representaram, verdadeiramente, a existência de uma “sociedade civil organizada”.

Frente às opiniões trazidas, podemos considerar que o Fórum Global foi o momento e a oportunidade em que os movimentos sociais tiveram vez e voz. Foram nas reuniões e nos debates temáticos que tornou-se possível à sociedade civil estabelecer seu *ponto de vista* sobre a situação ambiental e, assim, coube às Organizações Não-Governamentais capitanear esta mobilização que, tanto fiscalizou o que estava sendo decidido pelas delegações governamentais, quanto propôs deliberações em prol das soluções ambientais.

A significativa mobilização de pessoas é um aspecto importante no Fórum Global. De fato, ao considerarmos a presença diária de trinta e cinco mil pessoas construindo, participando ou mesmo assistindo aos eventos, nos leva a crer que parte delas não pertenciam a nenhuma agremiação, grupo ou sequer empunhavam alguma bandeira em particular.

Isso mostra que o interesse pelas questões ambientais – naquele momento em evidência no cenário mundial – impeliram as pessoas a participarem ativamente das discussões e, em se pensando nos números apresentados, é certo que a maioria não estava ali por um modismo casual (uma oportunidade de momento), mas deixava claro seu interesse pelos rumos e pelos temas discutidos.

PRINCIPAIS DOCUMENTOS NEGOCIADOS NA RIO-92

Para além dos objetivos da conferência, de sua dimensão enquanto evento, dos números que representou e da sua singularidade histórica por oportunizar um momento de debate sobre o futuro do planeta, a Rio-92 promoveu a assinatura de cinco importantes documentos oficiais referendados pelas delegações governamentais. Já, por parte do Fórum Global, foi produzido uma série de tratados não-oficiais, com objetivos claros e ligados aos movimentos sociais.

No âmbito dos documentos oficiais, estão a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a *Agenda 21*, o *Princípio para a Administração Sustentável das Florestas*, a *Convenção sobre a Diversidade Biológica* e a *Convenção sobre Mudança do Clima*.

Entre os documentos não oficiais, produzidos dentro do Fórum Global, que contabilizaram 36 tratados aprovados em plenário, destacamos o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*.

Vamos discorrer primeiramente sobre os documentos oficiais, começando pelo tratado *Princípio para a Administração Sustentável das Florestas*. Suscintamente, este foi um acordo internacional negociado durante a Rio-92, com vistas à proteção de todos os tipos de florestas, objetivando o seu “manejo, conservação e desenvolvimento sustentável”. Por se tratar de um documento complexo, envolvendo diferentes interesses locais/regionais, acabou sendo uma “declaração de princípios”, sem que houvesse, por parte das delegações governamentais um compromisso real em efetivá-lo como proposto (SÃO PAULO, 1997a, p.23).

Este documento seria, segundo Lago (2006, p.85), tão somente uma declaração de princípios e intenções e não necessariamente implicaria aos países signatários o compromisso de ratificá-lo⁴⁹. Para o autor, verificou-se um embate entre os interessados na preservação destes

⁴⁹ Vale aqui a menção que o fato de um país “assinar” a convenção, o leva tão somente a concordar com as intenções e princípios propostos no mesmo, ao passo que “ratificar”, implicaria na aceitação tácita, obrigando o

recursos – os países desenvolvidos, e os países em desenvolvimento, com uma posição conservadora, uma vez que são eles os que possuem maior número de reservas e recursos florestais e interesse em explorá-los.

Dado esse embate, o documento acabou por se tornar uma “Declaração de Princípios com Autoridade e Não-Juridicamente Obrigatória para um Consenso Mundial sobre o Manejo, Conservação e o Desenvolvimento Sustentável de todos os Tipos de Florestas” (LAGO, 2006, p.84).

Lago (2006, p.84), assevera que o tratado *Princípio para a Administração Sustentável das Florestas*⁵⁰, traz um indigesto dilema: de um lado a não aceitação por parte dos países em desenvolvimento da interferência externa em suas políticas internas sobre manejo e conservação de florestas e, de outro, a incapacidade dos países desenvolvidos em “oferecer argumentos sólidos ou propostas objetivas que justifiquem o maior envolvimento”.

O segundo documento ao qual nos referimos é a *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, que afirma o compromisso das nações signatárias⁵¹ sobre tudo que diz respeito ao patrimônio mundial em termos de biodiversidade. A convenção estabelece três objetivos básicos: a conservação da diversidade biológica (seres, espécies, organismos, habitats, etc.); o uso sustentável desta riqueza (ecossistemas, espécies e recursos genéticos); e a utilização equilibrada e justa dos benefícios oriundos deste patrimônio local e universal⁵².

A questão problema existente nesta convenção trata de duas situações potencialmente opostas. De um lado a constatação de que a maior parte da riqueza em diversidade biológica (recursos genéticos, biodiversidade, recursos naturais, etc.), encontra-se nos países em desenvolvimento. De outro, o fato de que a tecnologia que pode ser usada para a exploração ambientalmente responsável destes recursos, está concentrada nos países desenvolvidos (ricos e com domínio tecnológico avançado).

país a cumprir com o que está postulado. Daí o fato de vermos nestes tratados ambientais países que assinam o documento, mas não necessariamente o ratificam.

⁵⁰ Sobre a temática de manejo e exploração das florestas brasileiras, o Governo Federal promulgou, após muitos debates político-partidários, idas e vindas no Senado e Câmara dos Deputados, assim como o enfrentando a lobbies ruralistas e conflitos com ambientalista, a lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, denominada como Novo Código Florestal Brasileiro. Esta lei, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, a gestão de áreas de preservação permanente e sobre a exploração florestal, alterou conteúdos de diversas leis (6.938/1981; 9.393/1996; 11.428/2006), revogando completamente outras (4.771/1965 – antigo código florestal; 7.754/1989). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 12 fev. 2013.

⁵¹ Por ocasião de sua proposição, na Conferência Rio-92, 156 países haviam assinado o documento. Atualmente, o número de signatários é pouco superior à 160 signatários. Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em 22 jan. 2013.

⁵² A este respeito, consideramos *local*, no sentido de que cada país possui sua diversidade e sua riqueza biológica, tanto no contexto de espécies quanto na organização destas no meio em que existem; e *universal*, no sentido de que existe uma riqueza que não pertence a nenhum país, mas que faz parte do patrimônio mundial, que ultrapassa fronteiras e que também impõe sua dinâmica existencial.

Desta forma, embora muitos países tenham assinado a convenção, colocá-la em prática exige a abertura e o licenciamento da tecnologia para os países em desenvolvimento, o que envolve a discussão dos custos com direitos de propriedade (royalty e copyright). Resolvida esta questão, isto lhes permitiria usufruir de seu patrimônio⁵³, ao mesmo tempo que possibilitaria aos países desenvolvidos obter ganhos com a transferência de tecnologia e exploração biológica (LAGO, 2006; MAIA Filho, 2010).

Embora essa visão possa estar um tanto quanto limitada à questão econômica, há que se pensar que isto é apenas uma especulação de retorno financeiro, pois não se pode dizer que toda a diversidade biológica planetária seja passível de ser economicamente explorada, gerando recursos indefinidos, segundo os interesses dos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Quanto aos dois documentos apresentados é oportuno observar aquilo que mencionamos no início, a respeito da fragilidade destes instrumentos para garantir, efetivamente, sua aplicabilidade, ou seja, mesmo sendo decorrentes de acordos, revisões e discussões internacionais, eles não dão conta de satisfazer os diferentes interesses locais e globais das nações signatárias.

Infelizmente, embora caiba o compromisso de cada país em estabelecer sua legislação ambiental, este processo retarda as necessárias mudanças e resoluções de problemas em função dos quais os acordos foram firmados internacionalmente. Especulamos que eles podem até dar conta de alguns aspectos, mas com o passar do tempo, tornam-se ineficazes, especialmente por não terem força de lei que obrigue seu cumprimento integral.

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

O terceiro documento, a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*⁵⁴ (DECLARAÇÃO DO RIO, 1992), é uma carta de princípios que, de forma análoga à

⁵³ Para MAIA Filho (2010, p.39-40), este patrimônio mundial, traduzido em riqueza monetária, seria superior a 50 trilhões de dólares ao ano, sendo que tal diversidade biológica seria “responsável por cerca de 75% das matérias primas para a produção farmacêutica mundial”, cujo valor dos medicamentos, posteriormente comercializados, alcançaria um faturamento próximo a 150 bilhões de dólares por ano.

⁵⁴ A *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* na verdade representa um documento substituto à iniciativa “Carta da Terra”. Proposta pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Comissão Brundtland) em 1987 para ser uma carta de princípios, uma “declaração universal sobre proteção ambiental e desenvolvimento sustentável”, a Carta da Terra teve sua primeira versão finalizada na Conferência Rio-92 dentro do Fórum Global das ONGs. Entretanto, os governos presentes não chegaram a um acordo sobre seu teor, o que resultou, assim, na propositura e aprovação da Declaração do Rio. Fonte: GADOTTI, 2010, p. 13. Website oficial da Carta da Terra Brasil. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/history.html>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, vislumbra ser uma Declaração Universal dos Direitos da Terra, estabelecendo um “novo estilo de vida, um novo tipo de presença do homem na Terra” (SÃO PAULO, 1997a, 17).

Organizada sob a ordem de 27 princípios universais, a Declaração do Rio salienta o compromisso das nações quanto à “proteção dos recursos naturais e da busca pelo desenvolvimento sustentável e de melhores condições de vida para todos os povos” (SÃO PAULO, 1997a, p.17).

Basicamente a Declaração do Rio, reforça os princípios contidos nos diversos tratados ambientais até então referendados internacionalmente, dando ênfase ao direito dos países em explorar seus recursos naturais (princípio 2), respeitando suas necessidades de desenvolvimento e vislumbrando as necessidades futuras, sem com isso ameaçar a natureza, tida esta como parte “interdependente e integral” do planeta Terra.

Observa-se no documento, a perspectiva de que os “seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável” (princípio 1), e que o “direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de gerações presentes e futuras” (princípio 3).

Destacamos alguns outros princípios, como o 4, segundo o qual, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, as nações devem garantir a “proteção ambiental”, sendo isto “parte integrante do processo de desenvolvimento”.

Os princípios estabelecidos na Declaração do Rio propõem o compromisso de Estados e Indivíduos para com a erradicação da pobreza, “reduzindo as disparidades, nos padrões de vida” para “melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo”, conforme o princípio 5.

No princípio 6, nota-se uma preocupação sensível com os países em desenvolvimento e também como aqueles mais vulneráveis no cenário mundial em relação à sua situação ambiental.

O princípio 8 assevera a necessidade de que os países devem “reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”, a fim de atingir-se um desejável equilíbrio entre população, produção e consumo.

Outros temas abordados nos princípios são: a participação de todos os cidadãos (acesso à informação e acesso aos processos decisórios) como melhor maneira de se tratar as questões ambientais (princípio 10); adoção de legislação ambiental eficaz refletindo o direito

internacional (princípio 11); cooperação entre os países para o estabelecimento de um “sistema econômico internacional aberto e favorável” propício ao “crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países” (princípio 12).

No documento, os princípios 13 a 19 apontam para as ações relativas à responsabilização, punição e ressarcimento de danos decorrentes de poluição, impactos e degradação ambiental, àqueles que à estas consequências deram causa, tanto no âmbito dos Estados como no de empresas e/ou indivíduos.

Os princípios 20, 21 e 22 fundamentam a importância da participação das mulheres, dos jovens, das populações indígenas e suas comunidades neste novo cenário global que se deseja construir, considerando que sua participação é “essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável” e para se “assegurar um futuro melhor para todos”.

Os princípios 23, 24, 25 e 26 dizem respeito à pressão que o meio ambiente e os recursos naturais sofrem nos países submetidos à opressão ou em guerra e que, portanto, a paz deve ser buscada por todos, num esforço conjunto dos países, entendendo-se que a paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são “interdependentes e indivisíveis”.

Por fim, o princípio 27 estabelece o exercício de cooperação e “boa fé” que os países devem ter nas soluções aos problemas ambientais, garantindo – num “espírito de parceria”; a realização dos princípios consubstanciados nesta declaração global de intenções e ações para com a questão ambiental planetária.

A *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* pode ser entendida como o primeiro documento consensual produzido no âmbito das Nações Unidas a trazer uma série de princípios que busca reconhecer o direito ao desenvolvimento e suas responsabilidades individuais e coletivas (de países e entre países), ao mesmo tempo em que reconhece a pressão sobre o meio ambiente oriunda dos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos.

Todavia, chama atenção o fato de que esta *Declaração* não traz, em nenhum de seus princípios, um apontamento específico no que diz respeito à educação. Ainda que expresse a centralidade do ser humano em harmonia com a natureza, não toca em como os seres humanos serão *formados* para esta harmonia.

Ainda que possamos dizer que a educação esteja implícita a todos os aspectos envolvidos no processo, e mesmo que possamos apontar alguns temas para a questão – a capacitação para o desenvolvimento, o aprimoramento científico e o desenvolvimento tecnológico de que tratam o princípio 9 – não há muito mais a ser destacado neste documento no que se refere à educação (ou ao processo educativo).

Não obstante, é certo – ou implícito como dissemos a pouco – que nenhum destes princípios pode ser alcançado sem que se construa uma educação em todos os aspectos voltados à superação dos problemas na relação ser humano x desenvolvimento socioeconômico x natureza e meio ambiente.

CONVENÇÃO SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA

Outro importante documento que veio a ser assinado durante a Conferência Rio-92 foi a *Convenção sobre a Mudança do Clima*, ao qual faremos uma abordagem mais detalhada, uma vez que este *documento* teve desdobramentos que culminaram com o estabelecimento de um acordo internacional, conhecido como Protocolo de Quioto.

Assim, a *Convenção sobre Mudança do Clima* surgiu das discussões sobre as mudanças climáticas em curso no planeta, que já haviam sido apontadas em estudos e pesquisas desde a década de 1980, e que tomaram força com a criação do *Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima*⁵⁵ pela Organização Meteorológica Mundial (OMM)⁵⁶ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1988. Naquele momento, a comunidade internacional passava a dar mais crédito ao que estes estudos indicavam (SÃO PAULO, 1997b, p.14), visto que

uma série de conferências internacionais apelavam para a urgência de um tratado mundial para enfrentar tal problema. O Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) responderam a esses chamados criando o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), encarregado de apoiar com trabalhos científicos as negociações desse tratado (SÃO PAULO, 1997b, p.15).

Entre 1988 e 1989 o PNUMA conjuntamente com o IPCC e a OMM realizaram uma série de reuniões setoriais com vistas a construir o documento e, em fins de 1990, a Assembleia-

⁵⁵ IPCC (na sigla em inglês) – Intergovernmental Panel on Climate Change. O IPCC, composto por mais de 1000 cientistas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, não realiza nenhuma pesquisa científica sobre o clima, porém, constitui-se enquanto o principal foro de avaliação e discussão das pesquisas climáticas e meteorológicas desenvolvidas globalmente pelos diversos institutos de pesquisa existentes.

⁵⁶ A OMM – Organização Meteorológica Mundial é a agência da ONU especializada nos assuntos ligados às questões climáticas e meteorológicas globais. “Originou-se da Organização Meteorológica Internacional (OMI) que foi fundada em 1873. Estabelecida em 1950, a OMM tornou-se em 1951 a agência especializada das Nações Unidas para Meteorologia (tempo e clima), hidrologia operacional e as ciências geofísicas relacionadas”. Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=omm>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

Geral das Nações Unidas constituiu⁵⁷ o *Comitê Intergovernamental de Negociação para a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima*, encomendando a este comitê a redação de uma convenção internacional sobre o tema (SÃO PAULO, 1997b, p.15).

Entre 1991 e 1992, outras cinco reuniões, com a participação de representantes de mais de 150 países, foram realizadas a fim de se construir o documento final – o que ocorreu em maio de 1992, na sede das Nações Unidas, quando foi adotado pelos países envolvidos a versão que seria levada à Conferência Rio-92 (SÃO PAULO, 1997b, p.16).

Ela foi assinada logo depois, em junho de 1992, durante a Cúpula da Terra, por 154 países e mais a comunidade europeia e entrou em vigor em “21 de março de 1994, 90 dias após o depósito da quinquagésima ratificação. Em meados de 1996, quase 160 países já a haviam ratificado e se tornado Partes da Convenção” (SÃO PAULO, 1997, p.16).

A *Convenção sobre Mudança do Clima*, considera basicamente a pressão da concentração de gases do efeito estufa na atmosfera para o aquecimento da superfície do planeta, como efeito da ação humana e tem como objetivo: “estabilizar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera num nível que possa evitar uma interferência perigosa com o sistema climático”; “assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada”; e “possibilitar que o desenvolvimento econômico se dê de forma sustentável” (SÃO PAULO, 1997a, p.24).

De fato, com a assinatura da *Convenção sobre a Mudança do Clima* pelos países membros da Organização das Nações Unidas, ocorrida na Conferência Rio-92, as nações signatárias daquele documento passaram a preocupar-se efetivamente com os problemas climáticos globais, atentando para o controle das emissões de gases do efeito estufa.

Por meio dessa convenção reconhecia-se a necessidade de redução nas emissões de gases poluentes e apontava-se para a responsabilidade comum dos países diante deste compromisso. Além disso, entendia-se que os países, que historicamente mais contribuíram para a emissão dos gases do efeito estufa deveriam se responsabilizar por uma diminuição ainda maior no nível de suas emissões.

O documento *Convenção sobre a Mudança do Clima* (CMC, 1992), encontra-se estruturado em um preâmbulo, que expõe o entendimento dos países-membros quanto ao

⁵⁷ No entendimento de Lago (2006, p.72), o que na verdade ocorreu foi uma substituição de foro negociador, ou seja, as negociações que vinham sendo realizadas pelo Pnuma foram substituídas pelo Comitê Intergovernamental, ocorrendo tanto por uma posição dos países desenvolvidos, quanto por interesse de um grupo de países em desenvolvimento liderados pelo Brasil. Conforme o autor, estes países “preferiam ver a Convenção ser negociada muito mais sob o ângulo político e econômico do que sob uma orientação técnica e científica”.

reconhecimento das mudanças climáticas originadas direta ou indiretamente pela ação humana na natureza, seguido por 26 artigos.

Em sua abertura, observamos que o documento reconhece “que a mudança do clima da Terra e seus efeitos negativos são uma preocupação comum da humanidade”, “que as atividades humanas estão aumentando substancialmente as concentrações atmosféricas de gases do efeito estufa”, e que o acúmulo destes gases resulta no “aquecimento adicional da superfície e da atmosfera da Terra” (CMC, 1992, p.3).

A responsabilidade dos países desenvolvidos pela maior parcela (histórica e atual) nas emissões globais é destacada no documento, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento de que as emissões dos países em desenvolvimento são relativamente baixas. O texto diz que a “parcela de emissões globais originárias dos países em desenvolvimento crescerá para que eles possam satisfazer suas necessidades sociais e de desenvolvimento” (CMC, 1992, p.3-4).

O teor do documento evoca a natureza global da mudança do clima e chama atenção para a “maior cooperação possível de todos os países e sua participação em uma resposta internacional efetiva e apropriada”, observando-se as responsabilidades comuns e diferenciadas diante da capacidade e condições sociais e econômicas dos mesmos (CMC, 1992, p.3-4).

O preâmbulo do documento recupera outras disposições que aparecem desde a Conferência de Estocolmo em 1972, bem como diversos tratados e acordos internacionais feitos pelos países ao longo dos anos, reforçando, contudo, as características do Direito Internacional sobre a soberania dos países de utilizar e explorar seus próprios recursos conforme suas políticas ambientais e de desenvolvimento, desde que assegurem que as “atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional” (CMC, 1992, p.4).

Nota-se o reconhecimento da importância do *saber técnico-científico* na busca de soluções que embasem a adoção de planos de ação, “reavaliadas à luz de novas descobertas nessas áreas”, assim como a justificativa para o investimento econômico necessário a estes fins, que “também podem ajudar a solucionar problemas ambientais” (CMC, 1992, p.4).

O texto identifica ainda a necessidade imediata de ações concretas e globais por parte dos países desenvolvidos (avaliando suas responsabilidades nas emissões dos gases), qualifica a fragilidade de países situados em regiões costeiras, insulares, áridas e semi-áridas sujeitas às mudanças anunciadas e percebe a dificuldade dos países em desenvolvimento em mobilizar recursos para estes fins.

Segundo o texto, existe a necessidade de coordenação nas medidas para enfrentar a mudança do clima, que devem estar integradas ao desenvolvimento social e econômico, de

maneira a evitar “efeitos negativos neste último, levando plenamente em conta as legítimas necessidades prioritárias dos países em desenvolvimento para alcançar um crescimento econômico sustentável e erradicar a pobreza” (CMC, 1992, p.5).

Por fim, na conclusão do texto, defende-se a ideia de que

todos os países, especialmente os países em desenvolvimento, precisam ter acesso aos recursos necessários para alcançar um desenvolvimento social e econômico sustentável e que, para que os países em desenvolvimento progredam em direção a essa meta, seus consumos de energia necessitarão aumentar, levando em conta as possibilidades de alcançar maior eficiência energética e de controlar as emissões de gases de efeito estufa em geral, inclusive mediante a aplicação de novas tecnologias em condições que tornem essa aplicação econômica e socialmente benéfica (CMC, 1992, p.5).

Já os 26 artigos⁵⁸ da convenção encontram-se discriminados como: definições e propósitos da convenção (artigo 1); o objetivo final (artigo 2); os princípios gerais (artigo 3); as obrigações das partes/países-membros (artigo 4, dividido em 10 subitens); a pesquisa e observação sistemática (artigo 5); a educação, treinamento e conscientização pública (artigo 6); a obrigatoriedade de realização de conferências sistemáticas para aprimoramento das ações (artigo 7); as funções do secretariado nas conferências das partes (artigo 8); o subsídio institucional para a assessoria científica e tecnológica e implementação da convenção (artigos 9 e 10); do mecanismo de financiamento (artigo 11); da publicização da implantação das ações (artigo 12, com 10 subitens); soluções de questões relativas a implementação e solução de controvérsias (artigos 13 e 14); da interposição de emendas à convenção, da adoção de anexos à mesma e dos protocolos regimentais (artigos 15, 16 e 17); do direito de voto, da ONU como depositário do documento, da assinatura por parte dos países membros e das disposições transitórias (artigos 18 ao 21); da ratificação, aceitação, aprovação ou adesão aos países membros (artigo 22); da entrada em vigor (artigo 23); da consideração de que nenhuma reserva pode ser feita ao documento (artigo 24); das denúncias feitas por países membros (artigo 25); e dos diferentes idiomas em que o documento é redigido (artigo 26).

No tocante à educação, a *Convenção sobre a Mudança do Clima* traz no campo das obrigações das partes (artigo 4, parágrafo 1, alínea i), o compromisso de que os países signatários do tratado devem

⁵⁸ De acordo com o documento *Convenção sobre Mudança do Clima* (CMC, 1992), editado e traduzido pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores, foram adotados títulos para cada artigo a fim de orientar o leitor no entendimento dos mesmos.

promover e cooperar na educação, treinamento e conscientização pública em relação à mudança do clima, e estimular a mais ampla participação nesse processo, inclusive a participação de organizações não governamentais (CMC, 1992, p.9).

O artigo 6, diz respeito especificamente à “educação, treinamento e conscientização pública”, expressando que os países membros, tendo cumprido o que foi expresso na alínea “i” (acima transcrita), devem:

- a) Promover e facilitar, em níveis nacional e, conforme o caso, subregional e regional, em conformidade com sua legislação e regulamentos nacionais e conforme suas respectivas capacidades:
 - i) a elaboração e a execução de programas educacionais e de conscientização pública sobre a mudança do clima e seus efeitos;
 - ii) o acesso público a informações sobre a mudança do clima e seus efeitos;
 - iii) a participação pública no tratamento da mudança do clima e de seus efeitos e na concepção de medidas de resposta adequadas; e
 - iv) o treinamento de pessoal científico, técnico e de direção.

- b) Cooperar, em nível internacional e, conforme o caso, por meio de organismos existentes, nas seguintes atividades, e promovê-las:
 - i) a elaboração e o intercâmbio de materiais educacionais e de conscientização pública sobre a mudança do clima e seus efeitos;
 - e
 - ii) a elaboração e a execução de programas educacionais e de treinamento, inclusive o fortalecimento de instituições nacionais e o intercâmbio ou recrutamento de pessoal para treinar especialistas nessa área, em particular para os países em desenvolvimento (CMC, 1992, p.13).

A partir da transcrição acima, destacamos a concepção de que é compromisso e obrigação dos países membros (das partes signatárias) promover processos educativos que permitam às suas populações tomarem consciência do tema “mudanças climáticas” (mais um tópico no rol dos problemas ambientais locais, regionais e globais), bem como terem acesso às informações necessárias a fim de que lhes permitam participar dos processos decisórios com vistas às mudanças necessárias.

É pertinente observar que a proposta de educação, apontada no documento, persegue tanto uma vertente informativa – ao expressar que os governos devem promover e facilitar o acesso às informações, tornando pública o conhecimento e a problemática sobre mudanças climáticas; quanto formativa – ao cobrar dos governos programas educacionais para

conscientização pública e de fomento à participação na tomada de decisões, além de treinamento de pessoal científico, técnico e de direção.

De qualquer modo, podemos ponderar que há uma intencionalidade prática na proposta educacional do documento que visa recomendar aos Estados/Governos que assumam um efetivo compromisso na mudança de cenário em relação às mudanças climáticas.

Não obstante, o documento ainda reforça a concepção de “conscientização pública” (parágrafo b, alíneas i e ii (um e dois)), através do intercâmbio de materiais educacionais, promovendo assim, a nosso ver, que seja possível aos países (desenvolvidos e em desenvolvimento) ter acesso aos diferentes aspectos da mesma problemática que é, eminentemente, a emissão de gases do efeito estufa oriundos dos processos industriais e civilizatórios (produção e consumo de bens e serviços) de cada país.

A entrada em vigor desta convenção, dar-se-ia 90 dias após a assinatura (ratificação, aceitação, aprovação ou adesão) do documento pelo quinquagésimo país⁵⁹, conforme previsto no artigo 23 da Convenção sobre Mudança do Clima.

O mais significativo desta Convenção foi o compromisso de que as Partes (países signatários) deveriam realizar periodicamente conferências para o acompanhamento dos objetivos propostos, e especialmente de que estas conferências – definidas como *Conferência das Partes (COP)* – passassem a avaliar e implementar metas e acordos, a fim de que a Convenção sobre Mudança do Clima tivesse efetivo provimento.

A primeira *Conferência das Partes* ocorreu em Berlim/Alemanha (COP 1), em 1995, momento no qual as Partes passaram a considerar os mecanismos adicionais necessários a serem implementados para que a Convenção sobre Mudança do Clima obtivesse o sucesso desejado quando de sua fundamentação.

Foi nesta primeira conferência que surgiu a discussão para a elaboração de um novo documento, com força de acordo internacional, que pudesse obrigar os países a cumprirem suas metas de redução na emissão de gases poluentes. Isso acabou acontecendo com a apresentação do Protocolo de Quioto, na conferência realizada em Kyoto/Japão (COP 3), em 1997.

A Convenção sobre Mudança do Clima foi, certamente, o documento que produziu mais debates internacionais desde sua apresentação na Conferência Rio-92, não tanto pela forma como foi construído – acordos e negociações internacionais, aceitação e endosso,

⁵⁹ O documento diz respeito à Estado-Membro (países) e Organização de Integração Econômica Regional (blocos econômicos como ALCA/NAFTA (América do Norte), União Européia, MCCA (Europa), Mercosul (América do Sul), APEC (Ásia e Pacífico), CEI (Rússia e ex-repúblicas soviéticas), etc.), como sendo partes possíveis de aceitação/endosso à Convenção.

intenção ou mesmo ratificação – mas muito mais pelas exigências e responsabilidades que trazia conceitualmente e, é claro, pelo que devia ser feito pelos países quanto à problemática da mudança climática global (LAGO, 2006).

Segundo o autor (LAGO, 2006, p.73), estavam em questão não somente as responsabilizações individuais e coletivas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento pelo agravamento do processo de mudança climática, mas também as incertezas científicas sobre como seriam estas mudanças e o que deveria ser feito para evitá-las (contorná-las, mitigá-las, adaptá-las, etc.), além, é claro, dos custos exorbitantes estimados para alcançar os objetivos propostos.

Em síntese, a Convenção sobre Mudança do Clima assinada pelos países membros durante a Conferência Rio-92, mesmo se tornando um conjunto de intenções e compromissos ambiciosos e pouco realizáveis, conseguiu, segundo Lago (2006, p.74), ao menos ser um documento que apontou para a imprescindível “necessidade de redução das emissões de gases de efeito estufa”, como solução para um dos mais preocupantes problemas ambientais da atualidade, o aquecimento global.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Neste tópico trataremos o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, construído no âmbito do Fórum Global, evento paralelo à Rio-92, com a participação de representantes das Organizações Não-Governamentais e de movimentos sociais presentes à conferência.

Discutido na Tenda 6⁶⁰ do Fórum Global, que encampava a “Jornada Internacional de Educação Ambiental”, o tratado foi fruto de uma consulta internacional que contou com a participação de diversos países em todos os continentes, e que precedeu a realização do próprio evento.

Segundo Viezzer (2004), a estruturação do documento no sentido de um *tratado*, foi objeto de “seminários, oficinas e encontros em diversos países” com a participação do Brasil e

⁶⁰ *Tenda(s)* foi o nome dado aos espaços temáticos criados dentro do Fórum Global, evento paralelo à conferência oficial Rio-92. Neles, por mobilização das Organizações Não-Governamentais que participaram do evento, discutiram-se temas e assuntos variados, como “Planeta Fêmea”, sobre o universo feminino e “Povos Indígenas”, sobre a cúpula das nações indígenas.

de todos países da América Latina. O texto revela contribuições vindas também da Europa (Alemanha, Itália, França, Bélgica e Rússia), e de países da Ásia e do Pacífico, além de Estados Unidos e Canadá.

Havia depoimentos impressionantes vindos de lugares desconhecidos, querendo contribuir para a elaboração de um “pacto humano” que dissesse como queremos construir este planeta de agora em diante e qual é o compromisso para o novo milênio que nós queremos assumir (VIEZZER, 2004, s/p).

No texto intitulado “Somos todos aprendizes: lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental”, a autora relata que o tratado significa o “início de um processo de se pensar a educação de forma holística e a partir da vida”, que passou a orientar pesquisas e programas educacionais, “tanto na rede formal de ensino como em ONGs e movimentos sociais” (VIEZZER, 2004, s/p).

Neste texto em referência, a autora, uma das responsáveis por coordenar, junto com Fábio Cascino, Nilo Diniz e Marcos Sorrentino, a Jornada Internacional de Educação Ambiental durante a Rio-92 (GADOTTI, 2001), declara que o Tratado, desde a construção de seu título até o conteúdo, foi “alvo de muita reflexão antes da aprovação”, apontando inclusive que “tudo foi objeto de diálogo e, por vezes, de discussões acaloradas” (VIEZZER, 2004).

Veja-se sobre este aspecto, as questões de por que ser apresentado como um “tratado” em vista do significado do termo, uma vez que não partia do contexto da ONU, mas sim de um evento não-governamental paralelo; de ser de “educação ambiental” e não de “educação”, uma vez que educação, por si só, já é ampla e abrangente. Houve também a questão do “desenvolvimento sustentável”, por trazer a implicação de que mesmo sustentável, todo desenvolvimento implica a exploração dos recursos disponíveis; e finalmente a situação da “responsabilidade global”, tendo em vista os diferentes impactos e responsabilidades dos diferentes atores globais (norte, desenvolvido; sul, em desenvolvimento) no processo de exploração do planeta (VIEZZER, 2004).

O destaque que trazemos, a partir do retrospecto histórico de Viezzer, está no excerto abaixo:

Chegamos ao ponto de fazer concessões. Por exemplo, a palavra ideologia e a palavra política na versão em inglês não consta. Por quê? No item em que dizíamos: “a educação ambiental é um ato político”, os ingleses e canadenses pediram que na versão deles não entrasse e, caso entrasse, não assinariam o Tratado, porque em seu país, se uma ONG usasse a palavra política não teria mais financiamento. Por outro lado, também os paquistaneses pediram que

não entrasse esta expressão, porque podiam ser presos se eles compartilhassem de uma organização que assinava um Tratado que falasse que educação ambiental tinha conteúdo político. Então se caminhou para uma negociação onde tivemos um tratado elaborado e redigido por várias mãos, por muitas pessoas e acima de tudo importante para quem o escreveu e aprovou, em função da continuidade (VIEZZER, 2004, s/p).

Viezzzer argumenta que a multiplicidade de diálogos e concessões existentes na versão final do Tratado não implica que o mesmo aborde a Educação Ambiental como uma colcha de retalhos, em que cada ator acabe fazendo um tipo diferente de EA, mas que as ações “passem pela nossa capacidade de dialogar outros afazeres educacionais”, no sentido de que seja possível aprimorar a “capacidade de fazer Educação Ambiental, enquanto pessoa, grupo, coletivo”, sem negligenciar a experiência que cada um tem em diferentes formas (VIEZZER, 2004, s/p).

Para Tozoni-Reis (2004, p.6-7), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis merece destaque por “tratar-se de posições não-governamentais, isto é, posições da sociedade civil organizada em entidades ambientalistas”, ecoando o anseio social por mudanças ambientais para além das proposições governamentais-oficiais.

A autora qualifica que o tratado “reconhece a educação como direito dos cidadãos”, bem como “firma posição na educação transformadora”, uma vez que incita às populações que estas assumam suas responsabilidades de forma “individual e coletiva”, agindo no “ambiente local, nacional e planetário” (TOZONI-REIS, 2004, p.6-7).

O Tratado de Educação Ambiental, construído neste cenário apresentado, encontra-se organizado em um preâmbulo indicativo de seu significado enquanto documento coletivo seguido de mais seis tópicos: I. Introdução; II – Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; III. Plano de Ação; IV. Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação; V. Grupos a serem envolvidos; e VI. Recursos.

O preâmbulo descreve que o tratado, assim como a educação, é um “processo dinâmico em permanente construção”, e que deve propiciar a “reflexão, o debate e a sua própria modificação”, asseverando que os signatários do documento – “pessoas de todas as partes do mundo”, estão comprometidas com a “proteção da vida na terra”. Além disso aponta que o tratado, em si, tenta “trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta” (TEASSRG, 1992).

O tópico de introdução discorre sobre a perspectiva da Educação Ambiental, no sentido desta contribuir rumo à “transformação humana e social e para a preservação ecológica”, estimulando a formação de “sociedades socialmente justas e ecologicamente

equilibradas”, apontando para a responsabilidade “individual e coletiva a nível local, nacional e planetário” que ela enseja.

A conclusão do tópico dá-se na afirmação de que é “fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes”, apontando para o fundamento de que é necessário a “abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana” (TEASSRG, 1992).

Em *Princípios da Educação para Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global*, estão postos 16 itens (princípios) que fundamentam a ação da Educação Ambiental frente à necessária construção de uma *sociedade sustentável* e à *responsabilidade global*. Destes princípios, destacamos alguns, a saber:

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.

5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.

14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (TEASSRG, 1992).

Em que pese os valores dos demais princípios (não os desqualificando), selecionamos estes por representarem, conceitualmente, a essência de uma manifestação educacional que busca qualificar e orientar para a necessária compreensão do processo educativo no tocante à Educação Ambiental.

Em nosso entendimento, reconhecer a EA como crítica e inovadora, ideológica, potencializadora do poder do povo, emancipadora (ao capacitar as pessoas), promovendo a cooperação e o diálogo e reconhecendo a necessária democratização dos meios de comunicação, permite que as transformações, dentro de uma consciência ética planetária, sejam possíveis e alcançáveis.

O tópico III, Plano de Ação, está organizado em 22 itens-diretrizes e diz respeito ao compromisso firmado por todos que assinaram o tratado no sentido de implementá-lo, fazendo com que se torne, de fato, um instrumento capaz de mudar a realidade do mundo diante dos problemas ambientais impostos à vida no planeta. Neste tópico, destacamos os seguintes pontos:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio-92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.
4. Trabalhar os princípios deste Tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.
5. Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal, para todas as faixas etárias.
7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.
12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir que os governos destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.
15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados por comunidades locais.
16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossas próprias práticas.

19. Mobilizar instituições formais e não-formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras (TEASSRG, 1992).

Os itens selecionados, notadamente não mais importantes que os demais, apenas trazem o enfoque do compromisso com a questão educacional, tanto no sentido de sua estruturação, quanto no aspecto do compromisso que deve assumir no âmbito institucional formal e não formal, diante das esferas governamentais, sociais, públicas e privadas.

Daí, frente à nossa perspectiva, reforçam-se os indícios quanto às exigências que recaem sobre a escola e o professor, para desenvolverem o que está sendo proposto. Acima de tudo, essas exigências são endossadas pelos que assinam e ratificam o tratado, mesmo sendo este construído no âmbito das organizações não-governamentais e da sociedade civil organizada⁶¹.

O tópico IV, Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação, organizado em 8 itens, diz respeito à concordância, por parte de todos que assinam o tratado, quanto a: 1. difundir e promover globalmente o tratado; 2. estimular e criar organizações para implantar, implementar, acompanhar e avaliar o tratado; 3. produzir materiais de divulgação, tanto do tratado quanto de seus desdobramentos (repercussão, aplicação, desenvolvimento, etc.); 4. formar um grupo internacional para coordenar o desenvolvimento do que é proposto no tratado; 5. estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais; 6. garantir a realização, no prazo de três anos, de um “encontro planetário de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis”; 7. coordenar ações de apoio aos movimentos populares que buscam melhorias para a qualidade de vida e sustentabilidade; e 8. estimular articulações entre organizações não-governamentais e movimento sociais para “rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação”.

A leitura que depreendemos deste tópico diz respeito à preocupação daqueles que (coletivamente) construíram o documento na busca em assegurar que os signatários tivessem o compromisso verdadeiro com sua aplicação, divulgação, acompanhamento e melhoramento,

⁶¹ Fica aqui a observação, encontrada em inúmeros websites espalhados pela Internet, de que este tratado influenciou a definição e a elaboração de políticas para Educação Ambiental adotadas no Brasil, tendo como destaque a Lei 9.795/99, o Decreto 4.281/02 e o ProNEA. Entretanto, como este tema encontra-se disperso e bastante pulverizado, optamos apenas por fazer esta observação, já que as referências a estes fatos não dispõem de fontes (acadêmicas) organizadas.

com relevância à participação popular dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais.

Enquanto o tópico IV explicita sobre o compromisso dos signatários na coordenação, monitoramento e avaliação do tratado, o tópico V, Grupos a Serem Envolvidos, por sua vez, identifica a quem o tratado é dirigido, apontando serem estes grupos que podem assumir o compromisso de colocá-lo em prática.

No tópico V, dividido em 9 itens, podemos destacar que os atores evidenciados são: as organizações dos movimentos “sociais-ecologistas, mulheres, jovens grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro”; organizações não-governamentais comprometidas com os movimentos sociais; profissionais da educação; imprensa independente⁶²; cientistas e instituições científicas, grupos religiosos; governos locais e nacionais; empresários comprometidos⁶³; e comunidades alternativas.

Por fim, o tópico VI, Recursos, descreve o compromisso de “todas as organizações que assinam” o tratado, com o que é, obviamente, o financiamento e a estruturação de mecanismos econômicos para sua viabilidade. Em 5 itens, o tópico VI descreve a responsabilidade para: reserva de recursos para programas educativos; investimento governamental, de parte significativa do PIB, para programas educacionais; política econômica para empresas com vistas ao desenvolvimento de novas tecnologias; incentivo às agências financiadoras para projetos educacionais; contribuição para a organização de um sistema bancário planetário para organizações não-governamentais e movimentos sociais.

O *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* é, em seu conjunto, um ambicioso documento que pretende, a partir das diferentes perspectivas de atuação de seus atores (signatários e aqueles que tiverem coragem de colocá-lo em prática), mudar a situação do mundo no que diz respeito às condições ambientais e sociais, notadamente por meio de um processo voltado à Educação Ambiental.

⁶² O item 4 do tópico 5 diz: “responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas”. Sobre isto, tendemos a considerar que, diante da concentração dos meios de comunicação nas mãos de grupos de interesses econômicos particulares, só uma imprensa livre, comprometida com a verdade, poderia assumir este compromisso exposto no tratado. Referências casuais: TOGNOLLI, Claudio. *A falácia genética: a ideologia do DNA na imprensa*. São Paulo: Escrituras Editora, 2003. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. 3a. ed. São Paulo: Com-Arte / EDUSP, 1990 (do original, 1920).

⁶³ Um parênteses para os itens 6 – grupos religiosos; 7 – governos locais; e 8 – empresários comprometidos. Como pensar a atuação e o compromisso destes *agentes* indicados, uma vez que estão envolvidos com outros aspectos da questão, que incluem posicionamentos ideológicos (princípios e fundamentos religiosos, verdade, afirmação e partidarismos políticos), e econômicos (interesses específicos e particulares)?

AGENDA 21

Tendo sido o Tratado de EA construído a partir da mobilização das organizações não-governamentais, dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada, de educadores e cientistas no evento paralelo à Conferência Rio-92, por outro lado, a Agenda 21, outro documento ambicioso propondo uma nova visão para o desenvolvimento global aprovado no mesmo evento é, por sua vez, um documento oficial, fruto da mobilização da ONU e dos Estados/Governos.

A Agenda 21 foi apresentada oficialmente aos 179 países e às suas respectivas delegações durante a Conferência Rio-92. Entretanto, a elaboração e a organização deste documento são frutos de inúmeras consultas, construções, negociações e revisões que ocorreram entre os países (seus corpos diplomáticos e técnicos) durante os dois anos que antecederam a realização da conferência.

Aliás, os princípios para uma “agenda global” começaram a ser esboçados em fins dos anos 1980 no Relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Naquele momento, a pobreza extrema dos países do hemisfério sul e o consumismo exagerado dos países ricos/desenvolvidos (hemisfério norte) eram apontados como as principais causas das crises ambientais e de desenvolvimento desencadeadas no planeta.

Inclusive, como já destacamos, a recomendação para realização de uma conferência mundial para tratar de tais assuntos, que veio a ser a Rio-92, e a construção de um plano de ação baseado nos princípios da sustentabilidade global foi decorrente da Comissão e do relatório elaborado. Assim, logo após a reunião extraordinária das Nações Unidas, em dezembro de 1989, teve início a consulta internacional para a construção do documento.

Participaram desse trabalho técnicos do secretariado da organização da convenção, sob orientação do Secretário Geral Maurice Strong, além de diplomatas e especialistas nomeados por governos e organizações não-governamentais (LEMOS, 2006).

A Agenda 21 encontra-se organizada em quarenta capítulos, subdivididos em quatro seções temáticas, sendo o primeiro deles um preâmbulo introdutório, que descreve o cenário global que deu sentido e originou a construção deste documento (AGENDA 21/MMA⁶⁴).

⁶⁴ Utilizaremos esta indicação AGENDA 21/MMA, para designar toda a referência bibliográfica utilizada para o documento em discussão, uma vez que adotamos como fonte o conteúdo hospedado no portal do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

Do Capítulo 1 – Preâmbulo, que se encontra subdividido em seis itens, trazemos os seguintes excertos:

1.1. A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar [...].

1.2. Essa associação mundial deve partir das premissas da resolução 44/228 da Assembleia-Geral de 22 de dezembro de 1989, adotada quando as nações do mundo convocaram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [...].

1.3. A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. [...].

1.4. O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 acerca de desenvolvimento e meio ambiente exigirá um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, destinados a cobrir os custos incrementais necessários às ações que esses países deverão empreender para fazer frente aos problemas ambientais mundiais e acelerar o desenvolvimento sustentável [...].

1.5. Na implementação das áreas pertinentes de programas identificadas na Agenda 21, especial atenção deverá ser dedicada às circunstâncias específicas com que se defrontam as economias em transição [...].

1.6. As áreas de programas que constituem a Agenda 21 são descritas em termos de bases para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação. A Agenda 21 é um programa dinâmico. Ela será levada a cabo pelos diversos atores segundo as diferentes situações, capacidades e prioridades dos países [...] (AGENDA 21/MMA).

Os excertos selecionados destacam a preocupação daqueles que conseguiram produzir o documento (intensivamente negociado e revisado, é claro) com a situação do mundo e a necessária transição de um estado de pobreza e degradação ambiental para uma condição de equidade e sustentabilidade planetária.

É reconhecida, ainda, por parte de todos os envolvidos (especialmente as nações ricas), a necessidade de financiamentos, ou seja, para se chegar às mudanças desejadas exigir-se-ia um gigantesco investimento financeiro (que nem todos estão dispostos a fazer, diga-se de passagem).

A Seção I – Dimensões Sociais e Econômicas é dividida em sete capítulos que tratam dos seguintes pontos: cooperação internacional frente às questões do desenvolvimento

sustentável (cap.2); combate à pobreza (cap.3); mudança de padrões de consumo (cap.4); dinâmica demográfica e sustentabilidade (cap.5); proteção e promoção das condições da saúde humana (cap.6); promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos (cap.7); integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões (cap.8).

A Seção II – Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento, encontra-se dividida do capítulo 9 ao 22 e diz respeito aos aspectos: proteção da atmosfera (cap.9); abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento dos recursos terrestres (cap.10); combate ao desflorestamento (cap.11); manejo de ecossistemas frágeis – a luta contra a desertificação e a seca (cap.12); gerenciamento de ecossistemas frágeis – desenvolvimento sustentável das montanhas (cap.13); promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável (cap.14); conservação da diversidade biológica (cap.15); manejo ambientalmente saudável da biotecnologia (cap.16); proteção de oceanos, de todos os tipos de mares – inclusive mares fechados e semifechados e das zonas costeiras de proteção e uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos (cap.17); proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos – aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos (cap.18); manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluída a prevenção do tráfico internacional ilegal dos produtos tóxicos e perigosos (cap.19); manejo ambientalmente saudável dos resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico internacional ilícito de resíduos perigosos (cap.20); manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com esgotos (cap.21); manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos radioativos (cap.22).

A Seção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais, encontra-se dividida em dez capítulos, sendo o capítulo 23 um preâmbulo aos temas que serão abordados na referida seção, e os demais sobre: ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável equitativo (cap.24); a infância e a juventude no desenvolvimento sustentável (cap.25); reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades (cap.26); fortalecimento do papel das organizações não-governamentais – parceiros para um desenvolvimento sustentável (cap.27); iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21 (cap.28); fortalecimento do papel dos trabalhadores e de seus sindicatos (cap.29); fortalecimento do papel do comércio e da indústria (cap.30); a comunidade científica e tecnológica (cap.31); fortalecimento do papel dos agricultores (cap.32).

Por fim, a Seção IV – Meios de Implementação, compreendida por oito capítulos, discorre sobre: recursos e mecanismos de financiamento (cap.33); transferência de tecnologia ambiental saudável, cooperação e fortalecimento institucional (cap.34); a ciência para o

desenvolvimento sustentável (cap.35); promoção do ensino, da conscientização e do treinamento (cap.36); mecanismo nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento (cap.37); arranjos institucionais internacionais (cap.38); instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais (cap.39); informação para a tomada de decisões (cap.40).

Ainda que não caiba uma análise detalhada do conteúdo completo da Agenda 21 neste trabalho, julgamos que os destaques trazidos nesta discussão nos fornecem indícios quanto às intenções de seus proponentes. Em nossa avaliação, aqueles que elaboraram o documento pretendiam criar um instrumento que fosse capaz de contribuir para modificar a relação do ser humano com o meio em que vive, estabelecendo novos padrões de existência e desenvolvimento.

Acerca desta percepção, destacamos o Capítulo 23 (Seção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais), que destaca – genuinamente – a necessidade de participação de “todos os grupos sociais”, atribuindo a estes a “importância decisiva na implementação eficaz dos objetivos, das políticas e dos mecanismos ajustados”.

Segundo o documento:

um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões [...]. Isso inclui a necessidade de indivíduos, grupos e organizações de participar em procedimentos de avaliação do impacto ambiental e de conhecer e participar das decisões, particularmente daquelas que possam vir a afetar as comunidades nas quais vivem e trabalham (AGENDA 21, capítulo 23.2).

Já o capítulo 24 desta seção – Ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo –, é dedicado à participação da mulher, no qual destacamos:

24.1. A comunidade internacional endossou vários planos de ação e convenções para a integração plena, eqüitativa e benéfica da mulher em todas as atividades relativas ao desenvolvimento, em particular, as Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Progresso da Mulher, que enfatizam a participação da mulher no manejo nacional e internacional dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental. Aprovaram-se várias convenções, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (resolução 34/180 da Assembleia-Geral, anexo) e convenções da OIT e da UNESCO, para acabar com a discriminação baseada no sexo e assegurar à mulher o acesso aos recursos de terras e outros recursos, à educação e ao emprego seguro e em condições de igualdade [...]. **A implementação eficaz desses programas dependerá da participação ativa da mulher nas tomadas de decisões políticas e econômicas e será decisiva**

para a implementação bem sucedida da Agenda 21. (AGENDA, 21, capítulo 24.1, grifos nossos).

Vemos, particularmente neste tópico, a mudança na ótica machista, até então latente, em conceber a relação ser humano x natureza sob o lugar do homem como chefe, líder e promotor do domínio da natureza para a sustentação da família. Fixa-se, a partir destas considerações, que não é mais esta figura masculina que detém a ordem das coisas, tendo a partir daqui a mulher o papel de promover uma nova relação homem x natureza.

Para concluir, trazemos outros dois destaques, um sobre os *Meios de Implementação* (Seção IV) – Capítulo 33 – *Recursos e Mecanismos de Financiamento*, que dizem respeito às – sempre presentes – questões financeiras e econômicas necessárias à implantação da Agenda 21; e outro sobre *Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento* (Capítulo 36), que trata do desenvolvimento e da difusão do conhecimento científico como elemento no “apoio ao manejo prudente de meio ambiente e desenvolvimento para a sobrevivência diária e desenvolvimento futuro da humanidade”.

Sobre a questão econômica e financeira (recursos e mecanismos de financiamento), destacamos, a partir do texto, os seguintes pontos:

33.3. O crescimento econômico, o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza são as prioridades principais e absolutas dos países em desenvolvimento e são essenciais para alcançar os objetivos nacionais e mundiais de sustentabilidade. [...] o oferecimento aos países em desenvolvimento de meios eficazes, recursos financeiros e tecnologia, sem os quais dificilmente poderão cumprir plenamente os seus compromissos, servirá aos interesses comuns dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e à humanidade em geral, inclusive as gerações futuras.

33.4. O custo da inação pode superar o custo financeiro da implementação da Agenda 21. A inação limitará as opções das gerações futuras.

33.6. As condições econômicas, tanto nacionais como internacionais, que estimulem o livre intercâmbio e acesso aos mercados contribuirão para que o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente se apoiem mutuamente em benefício de todos os países [...].

33.9. Para que haja uma associação dinâmica entre todos os países do mundo, particularmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, são necessárias estratégias de desenvolvimento sustentável e **níveis altos e previsíveis de financiamento para apoiar os objetivos a longo prazo.** Com esse propósito, os países em desenvolvimento devem definir suas ações prioritárias e necessidades de apoio e **os países desenvolvidos devem comprometer-se a atender essas prioridades** (AGENDA 21, Capítulo 33, grifos nossos).

Verifica-se, com o exposto, que as questões financeiras compõem um item (entrave, diríamos) à parte, na dimensão da implantação da Agenda 21. De fato, se de um lado o ônus (naturalmente) recai sobre os países desenvolvidos/ricos, é certo que esta responsabilidade não passa despercebida aos mesmos, sendo, portanto, um problema a ser resolvido.

Outro aspecto, observado no item 33.4, diz respeito ao fato de que, em não se concretizando os investimentos previstos, os custos dos problemas (das consequências da não mobilização) tornar-se-ão, proporcionalmente, mais caros, ou seja, é mais barato (mesmo sendo caro), fazer algo agora, do que deixar a conta para mais tarde.

Já sobre o contexto educacional – capítulo 36 da Agenda 21 – observamos que seus propósitos são delineados na seguinte ótica:

O ensino, **o aumento da consciência pública e o treinamento** estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. Este capítulo formula propostas gerais, enquanto que as sugestões específicas relacionadas com as questões setoriais aparecem em outros capítulos. **A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e o PNUMA e celebrada em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas deste documento (AGENDA 21, capítulo 36.1, grifos nossos).**

Este excerto denota a perspectiva com a qual a educação é apresentada na Agenda 21 – *aumento da consciência pública e o treinamento* –, além de fundamentar que estes princípios educativos estão estabelecidos desde 1977, quando da Conferência de Tbilisi que aprovou a configuração da Educação Ambiental.

A Agenda 21, deixa explícito o ensino como processo pelo qual

os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. **O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento.** [...] Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los. O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do socioeconômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-

se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação (AGENDA 21, capítulo 36.3, grifos nossos).

Concluindo, o texto também menciona que a educação – os processos educativos constituídos pelas nações – devem

endossar as recomendações da Conferência Mundial sobre Ensino para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990), procurar assegurar o acesso universal ao ensino básico, conseguir, por meio de ensino formal e informal, que pelo menos 80 por cento das meninas e 80 por cento dos meninos em idade escolar terminem a escola primária, e reduzir a taxa de analfabetismo entre os adultos ao menos pela metade de seu valor de 1990. Os esforços devem centralizar-se na redução dos altos níveis de analfabetismo e na compensação da falta de oportunidades que têm as mulheres de receber ensino básico, para que seus índices de alfabetização venham a ser compatíveis com os dos homens; (AGENDA 21, capítulo 36.4, item “a”, grifos nossos).

Acerca deste último excerto, nos permitimos apenas apontar as contradições que outros trabalhos acadêmicos já fizeram sobre as concepções educacionais expostas e propaladas na Conferência de Jomtien. De fato, este seria outro capítulo sobre a educação, porém, não nos é possível fazer esta discussão aqui. De qualquer modo, fica o registro de como a Agenda 21 concebe o princípio *Educação*.

Isto posto, para além do que está contido no documento, é importante considerar, como aponta Lemos (2006), que, embora consensualmente se diga que a Agenda 21 foi assinada formalmente durante a conferência Rio-92 por todos os governos presentes ao evento, o que aconteceu foi apenas a sua aceitação naquela ocasião por parte das delegações, o que, de todo modo, não a torna menos importante.

A Agenda 21 (o documento original tinha cerca de 800 páginas) não foi discutida em detalhes e nem aprovada formalmente durante a Rio 92, que apenas tomou conhecimento do documento (“*We take note...*”). Entretanto, isto não diminui a importância deste documento, aceito tacitamente por todos os governos, para uso voluntário dos países. Embora não tenha força legal, a Agenda 21 contém um roteiro detalhado de ações concretas a serem executadas pelos governos, agências das Nações Unidas, agências de desenvolvimento e setores independentes (como o setor produtivo e as organizações não governamentais), para iniciar o processo de transição na direção do desenvolvimento sustentável (LEMOS, 2006, s/p).

Destacamos desta perspectiva apontada por Lemos duas situações: “aceito tacitamente por todos os governos para uso voluntário dos países” e “embora não tenha força legal [...] contém um roteiro detalhado de ações concretas a serem executadas”, que dão indícios, mais

uma vez, da problemática que envolve as questões ambientais quando se trata de tomada de decisões e compromissos para mudanças.

Aceitando-se que a Agenda 21 seja um documento ambicioso, que visa propor às nações um outro modelo de desenvolvimento, baseado nos ideais de sustentabilidade planetária, é um tanto quanto frustrante perceber que as nações apenas tomam nota (“we take note...”), que é de “uso voluntário” e que não tem “força legal”, muito embora seja um “roteiro detalhado de ações concretas”.

E, ainda que possamos questionar se um documento desse teor deveria ou não ter força de lei, é fundamental ponderar que são justamente as leis, por imposição de sua estrutura ordenadora, que garantem a execução de ações por parte de seus entes, como é o exemplo da própria legislação ambiental existente.

Lemos (2006, s/p), afirma que o documento é construído baseando-se na premissa de que a humanidade atravessa um tempo

de definição em sua história: continuar com as políticas atuais significa perpetuar as disparidades econômicas entre os países e dentro dos países, aumentar a pobreza, a fome, as doenças e o analfabetismo no mundo inteiro, e também continuar com a deterioração dos ecossistemas dos quais dependemos para manter a vida na Terra. É uma proposta de planejamento estratégico participativo, nos níveis local, regional e global.

A Agenda 21, ao propor mudanças de rumo para a humanidade, busca construir um “melhor padrão de vida para todos, ecossistemas melhor gerenciados e protegidos, e um futuro mais próspero e seguro” e, sendo este um documento político de mobilização global, também “pressupõe a ampla participação da sociedade na tomada das decisões necessárias” (LEMOS, 2006). Para o autor, isto remete a um

processo de transformação cultural, de mudança de mentalidades e de comportamentos em direção a uma sociedade com padrões sustentáveis de produção e consumo. Pressupõe que os governos e a sociedade em geral sentem-se à mesa para discutir e diagnosticar os problemas, identificar e entender os conflitos envolvidos, e decidir sobre a melhor forma de resolvê-los, para iniciar o caminho na direção da sustentabilidade da biosfera (LEMOS, 2006, s/p).

Por sua vez, Lago (2006, p.76), descreve a Agenda 21 como sendo um documento “longo e ambicioso” que busca trazer “propostas de ações em mais de uma centena de áreas”, cuja execução aconteceria ao longo de décadas, o que o torna um “documento profundamente relevante”, tratando-se, para o autor, de

um programa de ação que atribui novas dimensões à cooperação internacional e estimula os governos, a sociedade civil e os setores produtivo, acadêmico e científico a planejar e executar juntos programas destinados a mudar as concepções tradicionais de desenvolvimento econômico e de proteção do meio ambiente (LAGO, 2006, p.76).

Segundo Lago (2006, p.76-77), a Agenda 21 havia sido concebida como um “plano de ação dirigido a governos”, servindo de base não somente para a atuação destes, mas também “atribuindo papel primordial à sociedade civil e às organizações não-governamentais”. Ainda para o autor, a Agenda 21 era composta de três elementos que davam a ela uma importância ímpar comparada a outros planos de ação, sendo estes:

um mecanismo financeiro com autonomia e recursos vultosos; um compromisso que permitisse a criação de um sistema eficaz de transferência de tecnologia; e a reforma e o fortalecimento das instituições para que o objetivo do desenvolvimento sustentável fosse levado adiante de forma efetiva e para que houvesse acompanhamento atento a esse processo (LAGO, 2006, p.77).

É certo que existem outras discussões a serem levantadas sobre a Agenda 21, em especial quanto aos bastidores de sua apresentação na Rio-92 – como bem aborda Lago (2006) respectivamente às questões de gerenciamento, acompanhamento, desenvolvimento e, em especial, sobre o financiamento de suas ações.

De todo modo, para finalizar, cabe expor que a Agenda 21 propõe, ainda, mais três níveis de desdobramentos, que são: a Agenda 21 dos países (a agenda nacional, dos países); a Agenda 21 local (das comunidades, das cidades) e a Agenda 21 Escolar (esta última uma derivação das propostas globais adaptadas à dimensão das unidades escolares, ou seja, no sentido de promover o fomento à participação dos alunos nas questões ambientais).

A Agenda 21 Nacional inicia-se já como um desdobramento da Agenda 21 Global, no sentido de que cada país passasse a construir sua própria agenda, elaborando seu plano de ações e metas, de controle e de desenvolvimento e – notadamente – de financiamento, diante da realidade, da estrutura e da organização de cada país.

E, uma vez determinando-se a Agenda 21 Nacional, caberia aos outros espaços (regiões, estados, cidades, comunidades, etc.), estabelecerem, respectivamente, suas agendas – mantendo-se a base dos princípios postulados na Agenda 21 Global, porém, estas pautas locais teriam o olhar de suas próprias particularidades, suas necessidades, urgências e outras considerações.

Em todas estas etapas caberia a articulação entre poder público, instituições governamentais e não-governamentais, sociedade civil, empresas, instituições de ensino e demais interessados, a fim de promover sua execução (em todos os sentidos). Portanto, mais do que um complexo documento com propostas, a Agenda 21 é, de fato, um importante instrumento de mobilização com vistas às mudanças necessárias, ainda que não tenha, como poderia ser desejável sob alguns aspectos particulares, força de lei para o seu cumprimento efetivo por parte de todos os países/nações/governos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CONFERÊNCIA RIO-92

Para Lago (2006, p.85), a Conferência do Rio, “sob os mais diversos pontos de vista”, foi, efetivamente, um grande sucesso. Naquele momento, duas décadas após a primeira conferência sobre meio ambiente, em Estocolmo – 1972, o mundo parecia pronto a “colocar o meio ambiente entre os temas prioritários da agenda mundial”. Todavia, segundo o autor,

a perspectiva de que o desenvolvimento sustentável seria a base de um novo paradigma da cooperação internacional, no entanto, revelou-se ilusória, uma vez que o processo de globalização se sobrepôs. O desenvolvimento sustentável não é necessariamente incompatível com a globalização: para muitos, ao contrário, a preocupação com o meio ambiente é uma das conseqüências da globalização. (LAGO, 2006, p.85).

Nesta ótica, Lago (2006), salienta que um dos elementos conceituais que minou as perspectivas sobre a efetividade de mudanças que poderia (realmente vir) propor os sem número de discussões, de negociações e de acordos que brotaram (ou germinaram) na aclamada mundialmente Rio-92, foi a globalização. Segundo o autor,

vários aspectos apontam para as dificuldades que a globalização representa para a tentativa de se impor o desenvolvimento sustentável como novo paradigma, como a incompatibilidade entre o crescimento das empresas transnacionais e a mudança dos padrões de produção e consumo (LAGO, 2006, p.85-86).

Por outro lado, para Lago (2006, p.86), outras críticas pontuais ainda foram feitas sobre a conferência, sendo uma delas a que dizia respeito à declaração de proteção e o uso responsável das florestas. Conforme o autor, a “opinião pública, em todo o mundo, havia sido convencida de que algo tinha de ser feito para acabar com a destruição das florestas”, entretanto, as atitudes

protecionistas fomentadas pelos lobbies dos (e nos) países produtores de petróleo e consumidores de carvão acabou por minar esta ampla expectativa.

Lago (2006), conclui sua exposição acerca da Conferência Rio-92, apontando que um dos motivos que podem ser elencados para explicar a frustração geral com alguns dos resultados alcançados nela, foi o fato de todos os países ali presentes terem direito de veto, ou seja, qualquer governo poderia rejeitar qualquer proposta que não lhe agradasse diretamente (ou que não representasse adequadamente os interesses dos lobbies existentes internamente).

Washington Novaes, no artigo “Eco-92: avanços e interrogações”, publicado no mesmo ano da Conferência no periódico *Estudos Avançados*, aborda a Conferência Rio-92, sob uma ótica bastante interessante. De acordo com ele,

um evento como a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pode, deve e precisa ser visto por muitos ângulos. Cada um deles revelará um pedaço da história e ajudará a entender nuances e minúcias importantes para a apreensão das grandes questões globais. A chamada Eco-92 tem história e desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político, social e da comunicação. E ainda exige uma compreensão específica a partir de uma realidade brasileira. Da mesma forma que pressupõe abordagens apropriadas para cada um dos grandes temas da Conferência (NOVAES, 1992, p.79).

Para o autor, um dos quadros de destaque desta conferência (sob seus muitos ângulos), seria a discussão realizada em torno da temática sobre as mudanças climáticas que culminou no Tratado Sobre Mudanças Climáticas. Para Novaes (1992, p.79), sentia-se, desde o princípio das negociações, já nos meses que antecederam a realização da conferência, uma grande animosidade entre os países: “muitas das divergências seriam na verdade insuperáveis, dados certos fatores de ordem política e econômica, numa fase de transição para uma nova ordem mundial”.

Para Novaes (1992, p.79), estas divergências insuperáveis estavam postas diretamente na participação e no entendimento particular que o governo norte-americano impunha às discussões, tendo em vista, especialmente, o cenário interno das lideranças e lobbies neste país. Segundo o autor,

já enfrentando os problemas da recessão e do desemprego num ano de campanha presidencial, os EUA vêm-se às voltas também com a necessidade de desmontar parcialmente o complexo industrial militar, inviabilizado por falta de objetivos. A desmontagem, entretanto, agravaria a recessão e o desemprego. Não por acaso, um Escritório de Conversão criado pelo Congresso e entregue à direção do Pentágono só utilizou em 1991 metade dos 200 milhões de dólares que lhe foram atribuídos. Por isso, em lugar de

desativação, aprovou-se a construção de mais dois submarinos Seawolf, ao custo de 3 bilhões de dólares. Embora não tenham alvos, os submarinos asseguram 20 mil empregos. Da mesma forma, aprovou-se a construção de 5 aviões Stealth, ao custo de 4 bilhões de dólares, porque asseguram milhares de ocupações na Califórnia. ‘Temos de reconhecer que não estamos preparados para a paz’, afirmou dramaticamente um senador, na primeira página do New York Times, ao discutir a impressionante perda de competitividade da economia norte-americana diante da alemã e da japonesa nos últimos 30 anos (NOVAES, 1992, p.79).

Este excerto dá a dimensão do discurso interno que orientava as políticas norte-americana de investimentos, trabalho, emprego e consumo. Neste sentido, a desejada ótica de promoção de mudanças estruturais nos processos de consumo e desenvolvimento engendradas na Rio-92, seria uma clara ameaça a estas políticas, o que levou, taxativamente, o governo norte americano a não endossar o tratado sobre mudanças climáticas.

Novaes (1992) argumenta, ainda em relação às discussões sobre as mudanças climáticas, que outros países, como o Japão, já haviam se antecipado que não conseguiriam cumprir qualquer acordo efetivado – naquele momento – que exigia as reduções nos níveis de emissão de gases do efeito estufa. Em pauta, os países desenvolvidos, capitaneados pelos EUA, estavam menos preocupados com os custos ambientais e mais inclinados à manutenção da economia – compartilhavam desta ideia, os países produtores de petróleo, que discordavam dos impactos que o consumo de combustíveis fósseis pudesse (de fato) impor mudanças climáticas no globo terrestre.

A questão em torno dos combustíveis fósseis levou a proposta, apresentada pela Comunidade Econômica Européia, de criação de um “imposto sobre o consumo” destes combustíveis, condicionando o ônus aos países pobres, que seriam levados à “redução de consumo e a alta de preços” (NOVAES, 1992, p.81). Para o autor, isto penalizaria os pobres, no lugar dos ricos, e,

em lugar de transformações profundas nas estruturas de produção – que custariam investimentos fortíssimos aos países industrializados – se estaria tentando minimizar as ameaças de mudanças climáticas à custa dos países mais pobres. Quando, na verdade [...], mesmo que se pudesse resolver todos os problemas ambientais do chamado Terceiro Mundo, isso em termos globais não faria diferença significativa (NOVAES, 1992, p.81).

Outro tópico polêmico à Conferência Rio-92, foi sobre a *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, que, no entendimento de Novaes (1992), representou as delicadas questões sobre apropriação e exploração (nacional e internacional) dos recursos e da

diversidade biológica existente – em especial pelo fato de o Brasil ser detentor de praticamente 30% desta diversidade global.

Estavam postas naquela situação – na discussão sobre a convenção – as perspectivas incompatíveis entre cientistas e diplomatas, os primeiros com uma preocupação com a conservação e universalização dos conhecimentos advindos desta riqueza, enquanto os diplomatas inclinavam-se muito mais por uma perspectiva econômica dos recursos (direitos de exploração, de registros de patentes e outras pesquisas). Aliás, segundo Novaes (1992), estava em jogo nesta convenção a diferença entre o direito aos recursos enquanto propriedade dos países e a secular relação de apropriação e expropriação estabelecida pela “forma das armas”. Segundo o autor,

ao estabelecer a soberania dos países detentores da biodiversidade sobre esses recursos e seu direito de participar dos resultados científicos e financeiros da exploração, a convenção aprovada no Rio de Janeiro muda a relação de apropriação entre países ricos e pobres (NOVAES, 1992, p.83).

Para Novaes (1992, p.83), o grande mérito da negociação e aprovação da Convenção sobre Diversidade Biológica foi a conscientização do mundo para a importância da questão, uma vez que na preservação dos ecossistemas está a garantia do nosso futuro, naquilo que o autor vislumbra como os “futuros materiais, medicamentos e alimentos” a serem produzidos e fornecidos à humanidade.

Outra preocupação da conferência, segundo Novaes (1992, p.87), consistia em ser a Rio-92 uma “conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento”, sendo toda permeada pela questão “populacional”. Segundo o autor, questões do tipo “como reduzir a pressão sobre recursos naturais se a população do Planeta não cessa de crescer?” ou “como enfrentar problemas ambientais em âmbito planetário se uma parte considerável deles tem relações estreitas com os problemas da miséria?”, estavam postas diretamente aos governos, delegações, instituições, especialistas, leigos e demais participantes.

Para Novaes (1992, p.88), obrigou-se discutir na Rio-92, mesmo com os notáveis posicionamentos econômicos em jogo, formas de se pensar a “dignidade humana”, bem como sobre a adequação de “padrões civilizatórios às possibilidades de recursos e de equilíbrio da vida na Terra”. Porém, segundo ele, deixou-se a desejar nas decisões, notoriamente, a profundidade destes temas, “uma vez que a humanidade perdeu a disputa diante da ordem econômica estabelecida”.

Quanto à questão financeira, ou seja, sobre a proposição multilateral dos participantes (países ricos x países em desenvolvimento) na organização e estabelecimento de mecanismos de financiamento às ações ambientais, Novaes (1992), argumenta que não houve avanço nesta matéria devido às enormes dificuldades na discussão dos recursos necessários. Para ele, ironicamente,

não falta quem considere puro blabláblá tudo o que aconteceu no âmbito da Conferencia oficial, quando nada porque, na hora de estabelecer os recursos financeiros para as centenas de páginas de programas da Agenda 21, os países mais ricos, na sua maioria, fugiram a compromissos – seja de quantitativos, seja de datas (NOVAES, 1992, p.89).

Evidenciava-se, segundo o autor (NOVAES, 1992), que os ricos (os países desenvolvidos) não estavam dispostos a arcar com as contas das mudanças, mesmo sendo os maiores responsáveis pelos problemas ambientais. De fato, a diplomacia internacional não foi capaz de extrair compromissos e,

ficou claro que os países ricos preferem continuar como estão: determinando, eles mesmos, qual é sua contribuição e quais são os seus parceiros, em lugar de prover recursos para fundo e outros organismos internacionais que se comportariam segundo regras que lhes fugiriam ao controle (NOVAES, 1992, p.89).

Mais do que estarem dispostos a contribuir para mudanças, os países ricos estavam interessados em controlar o destino e as aplicações do dinheiro, o que, além de significar uma ingerência (na ótica dos países subvencionados), limitava as articulações e as alianças entre países com diferentes posições políticas na relação (imperialista) norte-americana.

Sobre o volume de recursos necessários ao enfrentamento da situação ambiental mundial e o que ficou acertado na Rio-92, o autor aponta que:

Calculou a ONU que, para enfrentar hoje os problemas ambientais e da miséria no Planeta, são necessários em torno de 600 bilhões de dólares por ano. Desse total, 80% teriam de ser providos pelos próprios países onde estão os problemas. Restariam 20% ou 120 bilhões de dólares/ano para a cooperação internacional, que, por várias formas, já destina hoje uns 50 bilhões. Dias e noites de negociações para amarrar um compromisso de mais 70 bilhões de dólares anuais foram inúteis. Nem mesmo a proposta de chegar a isso até o ano 2000 vingou (NOVAES, 1992, p.89).

O grande dilema desta contenda não se refere somente ao fato de que os recursos não eram suficientes, tampouco que os países tinham outras políticas de interesse para a aplicação

de seus superávits econômicos, mas contrastava-se com a falta de explicações de como era possível, ainda, admitir-se que o orçamento mundial com despesas militares, ultrapassava a exorbitante cifra de 1 trilhão de dólares anualmente (NOVAES, 1992).

Por que não poderia investir um décimo disso na solução dos problemas ambientais e da miséria? Só os Estados Unidos tiveram em 1991 um orçamento militar próximo dos 300 bilhões de dólares e ainda não chegaram à metade dos 0,7% ao ano do PIB para a ajuda internacional, seu compromisso de 12 anos atrás. Quanto ao Primeiro Mundo no seu conjunto, por que não poderia destinar 0,1% do seu PIB de 15 trilhões de dólares à solução ambiental? (NOVAES, 1992, p.89).

Acerca dos pontos negativos da Conferência Rio-92, o autor observa que – exortando a questão financeira – este teria sido um dos elementos que mais desagradou a opinião mundial. Para ele, seguramente, este foi o “o ângulo menos esperançoso da Conferência”, o que levou “muitos observadores a temer que só a iminência de catástrofes possa produzir mudanças mais profundas de comportamento (NOVAES, 1992, p.90).

Adjacente a esta posição, Novaes (1992, p.90), argumenta que este temor se pauta também nas “críticas mais radicais dos ambientalistas”, especialmente porque estes esperavam da Conferência “questionamentos mais profundos, capazes de levar a transformações decisivas nos modos de viver, nos padrões civilizatórios, nas matrizes energéticas, nos padrões de consumo”. E assevera:

Esperavam que os países ricos demonstrassem concretamente sua decisão de reduzir o nível de consumo de suas populações (**hoje, apontou o relatório brasileiro, um habitante do Primeiro Mundo tem um poder de impacto sobre os recursos naturais 25 vezes maior que o de uma pessoa do Terceiro Mundo**). Esperavam caminhos para uma distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho no mundo. A renúncia a formatos políticos, econômicos e sociais que colocam a vida em risco no Planeta (NOVAES, 1992, p.90, grifos nossos).

Para Novaes (1992, p.91), seria preciso, para mudar este cenário, uma “nova ética, fundada na solidariedade, e não na competição”. Uma ética que incluirá, necessariamente, o princípio de que, “se estamos condenados a viver juntos, estamos condenados também a nos pôr de acordo juntos”.

De qualquer modo, tanto pelas expectativas frustradas (as lições que todos aprenderam), como também pelos passos dados (mesmo que pequenos), permitiram à Conferência Rio-92, na opinião de Washington Novaes, uma extraordinária conquista por expor

ao mundo todo (o que não é pouco), os “problemas ambientais e científicos, em geral confinados a pequenos espaços e abordagens superficiais”, além de ter “incorporado a questão ambiental ao cotidiano dos cidadãos comuns, que puderam avançar sua consciência” (NOVAES, 1992, p.92-93).

De fato, em que pesem os diversos aspectos negativos sobre a não concretização de ações efetivas no combate aos problemas ambientais, é certo que a Rio-92 solidificou, de uma vez por todas, a temática no cotidiano dos cidadãos comuns, o que significa muito.

OS ACONTECIMENTOS APÓS A CONFERÊNCIA RIO-92

Após a Conferência Rio-92 outros eventos de âmbito internacional foram promovidos, patrocinados e organizados pela Organização das Nações Unidas e suas agências de desenvolvimento, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Dentre estes eventos, destacaremos, sucintamente, alguns destes, que são: Fórum Rio+5, realizado na cidade do Rio de Janeiro em março de 1997; a Conferência Internacional em Ambiente e Sociedade, realizada na cidade de Thessaloníki, Grécia, em dezembro de 1997; e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, 2002, também conhecida como RIO+10.

Os dois primeiros eventos relativos à Rio+5, infelizmente, não estão contemplados com ampla referência e divulgação (são poucos os registros confiáveis disponíveis), sendo considerados eventos muitos mais do tipo reunião estratégica ou de balanço do que propriamente um evento de grande porte.

Já a Cúpula de Johannesburgo em 2002 – RIO+10, teve uma dimensão considerável, mesmo porque assumiu um importante referencial temático e cronológico ao debruçar-se sobre os eventos decorridos nos últimos dez anos desde a Rio-92. Neste sentido, a Cúpula foi considerada um momento no qual se pretendia corrigir as falhas de 1992.

O Fórum Rio+5⁶⁵, marca o aniversário de cinco anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e foi, também, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 13 e 19 de março de 1997, no qual participaram organismos nacionais e

⁶⁵ As informações aqui trazidas foram compiladas a partir dos sítios do Senado Federal Brasileiro – Fórum Rio+5 (disponível em: <<http://migre.me/eNvPw>>. Acesso em 30 mai. 2013), e do International Institute for Sustainable Development (iisd.org) – Five Years After Rio (disponível em: <<http://www.iisd.org/rio+5/>>. Acesso em: 30 mai. 2013).

internacionais (governamentais e não-governamentais), com o intuito de refletir sobre os pressupostos adotados na Rio-92 sobre desenvolvimento sustentável.

Teve como objetivos, propostos pelos organizadores, discutir os seguintes temas: avaliar os progressos alcançados desde a Rio-92; identificar os temas e propostas (tratados assinados e acordados) que avançaram em suas execuções, apontando os pontos problemáticos e as possíveis explicações para os casos negativos (o que não deu certo); e compartilhar soluções que, neste período, tiveram sucesso em promover a sustentabilidade em diferentes instâncias (nível local, nacional e global).

Segundo os dados coletados nas referências (Senado Federal e IISD.org), as discussões levadas a cabo nesta conferência serviriam de base para as discussões temáticas que ocorreriam na quinta sessão da Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), realizada em Nova York entre 7 e 25 de abril de 1997.

Estes dois eventos – o primeiro sendo um balanço geral da Rio-92 sobre ações concretas de desenvolvimento sustentável levadas a termo; e o segundo, uma reunião para construção de documentos formais, acabaram por produzir uma “declaração de compromissos”, que viria a ser ratificada na Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em junho de 1997 em Nova York, reiterando tudo aquilo que havia sido assumido, internacionalmente, na Conferência Rio-92.

Já a Conferência Internacional em Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, realizada na cidade de Thessaloníki, Grécia, de 8 a 12 de dezembro de 1997, contou com a participação (além de instituições governamentais e ONGs) da sociedade civil e de mais 83 representações diplomáticas de nações/governos. Por sua vez, esta conferência não foi patrocinada pelo PNUMA, mas sim por outra agência da ONU⁶⁶ a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

É certo observar que, em sendo patrocinada pela UNESCO, não teria o mesmo caráter funcional de uma conferência com aportes decisórios (nos mesmos moldes da Rio-92), mas

⁶⁶ Seria um capítulo a parte (e muito interessante por sinal), abordar todos os desdobramentos das Organizações das Nações Unidas (ONU), compilando todos os seus *braços*. Veja-se que a ONU articula-se por uma infinidade de Programas, Fundos e Agências Especializadas como são os casos mais conhecidos PNUMA, UNESCO, UNICEF, OIT (Organização Internacional do Trabalho), OMC (Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional), por exemplo; e outros pouco conhecidos, como UNODA (Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento), UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos), UNICRI (Instituto Inter-regional das Nações Unidas para Pesquisas sobre Crime e Justiça). De fato, mais do que *braços*, são *tentáculos* que dificilmente viríamos a estabelecer todas as ramificações e influências diretas e indiretas que exercem no cenário político-diplomático internacional. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/siglas-da-onu-programas-fundos-agencias/>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

conduzir-se-ia na perspectiva de recuperar e reafirmar pressupostos na ordem educacional, de ciência e cultura.

Neste sentido, Thessaloníki-1997, vem reafirmar outros três eventos internacionais, ocorridos anos antes, que foram a Conferência de Belgrado (antiga Iugoslávia), em 1975; a Conferência de Tbilisi, Geórgia (ex-URRS), em 1977; e a Conferência de Moscou, em 1987, que tiveram por princípio construir os pressupostos teóricos e os fundamentos sobre Educação Ambiental.

Notadamente, Thessaloníki configurava, simbolicamente, os vinte anos desde a conclusão do projeto que estruturou os fundamentos da Educação Ambiental, fomentados pelo Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), criado pela ONU/UNESCO em 1974, que culminou no evento da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, em 1977.

Este evento de 1997 salientou os princípios postos desde os anos de 1970 sobre Educação Ambiental, asseverando que todos eles eram válidos (ainda depois de duas décadas), não haviam sido explorados em sua potencialidade/totalidade e que os progressos alcançados desde aquela época não eram suficientes para suprir as necessidades prementes de mudanças em relação aos problemas ambientais.

No mais, os participantes deste evento, aprovaram o documento intitulado “Declaração de Thessaloníki”, que é composto por oito reafirmações (que recuperam os argumentos já postulados nos eventos de 1975, 1977 e 1987) e catorze recomendações que explicitam os valores, ideais e compromissos que os governos devem ter quanto à educação, ciência e cultura, em relação aos princípios e fundamentos da Educação Ambiental.

As reafirmações são da ordem de que, para se atingir a “sustentabilidade e a mudança rápida e radical de comportamentos e estilos de vida” torna-se necessária (e imprescindível), uma educação “apropriada” além da conscientização pública (THESSALONÍKI, 1997, p.1). No mais, as recomendações abordam:

- que a pobreza torna a educação e outros serviços sociais mais difíceis, acarretando o “crescimento populacional e degradação ambiental” – “a redução da pobreza é então uma meta essencial e condição indispensável para a sustentabilidade”;
- que a educação (enquanto processo) deve acontecer de forma coletiva, articulando parcerias e envolvendo “governos, autoridades locais, instituições de ensino, empresas, consumidores, ONGs, mídia e outros setores”, de modo a se

obter “conscientização, busca de alternativas e mudanças comportamentais e estilos de vida, incluindo padrões de consumo e produção com vistas à sustentabilidade”;

- que a educação é um meio “indispensável para fornecer a todas as mulheres e homens no mundo a capacidade de conduzirem suas próprias vidas”;
- que a educação deve ser reorientada em direção à sustentabilidade, e deve envolver “todos os níveis de educação, formal, não-forma e informal, em todos os países” (adaptado de THESSALONÍKI, 1997, p.1).

Neste tópico, em particular, a Declaração de Thessaloníki, reforça os princípios de “sustentabilidade” que foram base para as discussões internacionais da Conferência Rio-92, orientando a perspectiva global (desde o relatório da Comissão Brundtland – Nosso Futuro Comum, 1983), sobre desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade compreende não somente o ambiente, mas também a pobreza, a população, a saúde, a segurança alimentar, a democracia, os direitos humanos e a paz. A sustentabilidade é, numa análise final, um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser respeitados (THESSALONÍKI, 1997, p.2).

- que a educação ambiental – como desenvolvida no quadro das recomendações de Tbilisi (“como evoluiu desde então, dirigindo-se para itens globais incluídos na Agenda 21 e nas Conferências das Nações Unidas”), também volta-se à construção da sustentabilidade global;
- que todas as áreas relacionadas – ciências humanas e sociais – precisam “dirigir seus interesses para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável” – pautando-se por uma “abordagem holística, interdisciplinar, que opere junto às diferentes disciplinas e instituições”;
- que a “tradução desses parâmetros na ação para educação” precisam ter um lugar no contexto “local, regional ou nacional” – a “reorientação da educação como um todo, deve envolver não somente a comunidade educacional, mas também o governo, as instituições de financiamento e todos os outros atores” (adaptado de THESSALONÍKI, 1997, p.2).

Quanto as recomendações endossadas pelos signatários da Conferência, podemos destacar, dentre os quatorze pontos acordados, os seguintes:

- que espera-se dos Governos e líderes mundiais que “honrem os compromissos já realizados durante a série das conferências das Nações Unidas”, oferecendo à “educação as condições necessárias para cumprir seu papel na construção do futuro sustentável”;
- que sejam elaboradas estratégias para “educação não-formal e informal” em nível local e nacional – a “educação deve ser parte integral das iniciativas locais da Agenda 21”;
- que as “instituições financeiras internacionais, regionais e nacionais” tanto quanto o setor produtivo, sejam encorajados para “mobilizar recursos adicionais e incrementar investimentos em educação”;
- que todos os “atores reinvestam seu trabalho no processo de ampliação da educação ambiental”, contribuindo para a informação e conscientização pública;
- que a mídia seja “sensibilizada e convidada a mobilizar”, disponibilizando canais de distribuição e de difusão do conhecimento e das ações empreendidas;
- que as escolas “sejam encorajadas e auxiliadas a ajustar seus currículos” frente às necessidades educacionais que estão sendo impostas a este novo olhar de transformação;
- que se dê “ênfase especial” ao “fortalecimento e à eventual reorientação de programas de capacitação de professores e identificação e intercâmbio de práticas inovadoras” – na perspectiva proposta – deve ser dado apoio à “pesquisa em metodologias de ensino interdisciplinares e à avaliação de impacto dos programas educacionais relevantes” (adaptado de THESSALONÍKI, 1997, p.2);

Em síntese, estas recomendações são da ordem de que a educação em todas as suas instâncias (governo, escola, professores, currículo, etc.), atendam à necessidade de promover mudanças estruturais, em todas as esferas sociais. Aliás, de fato, não se poderia esperar nada diferente em uma Conferência internacional deste porte e com os objetivos de conscientizar a população mundial para a sustentabilidade, como foi Thessaloníki-1997.

Inclusive, no que tange à análise do discurso e a partir dos elementos observados (instituições e interlocutores e suas falas; as sobreposições das propostas; a memória e o contexto das recomendações; as repetições e a história), observa-se os diferentes pesos e medidas com as quais atribuem-se responsabilidades aos governos e instituições (financiamento

da educação e orientações pedagógicas) em relação às escolas e professores (organização escolar e trabalho docente).

CÚPULA DE JOHANNESBURGO, ÁFRICA DO SUL: A RIO+10

Dentre os eventos realizados no âmbito da Organização das Nações Unidas e de suas agências e programas de fomento após a Rio-92 e que contou com maior repercussão dos que os citados a pouco, foi a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável na cidade de Johannesburgo, África do Sul, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002.

Aliás, os pressupostos para a realização desta Cúpula constam da Resolução 55/199⁶⁷ adotada na Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em fevereiro de 2001⁶⁸, atendendo aos objetivos de se produzir uma “revisão de dez anos de progressos alcançados na implementação dos resultados”, tendo em vista a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Desta resolução da Assembleia-Geral, trazemos os seguintes destaques iniciais:

- que se reafirmava naquele momento a importância política da revisão de dez anos dos “progressos alcançados” desde Rio-92, inclusive salientando que a revisão deveria “concentrar-se na implementação da Agenda 21 e os outros resultados” obtidos naquela conferência;
- que a atividades de revisão devem levar em conta os “resultados relevantes para o desenvolvimento sustentável” obtidos até então nas demais conferências já realizadas;
- que seria importante considerar nesta revisão, especialmente sobre a continuidade de implementação da Agenda 21, os relatórios produzidos por governos e outros grupos;
- que os pressupostos construídos na Agenda 21 e na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento não deveriam ser “renegociados” e que a

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r55.htm>>. Acesso em: 31 mai. 2013. Tradução livre.

⁶⁸ É interessante observar que a Sessão da Assembleia-Geral da ONU ocorreu em fevereiro de 2001, porém, os elementos constitutivos desde documento (Resolução 55/199), foram estabelecidos na 87ª Reunião Plenária ocorrida em 20 de dezembro de 2000. Este dado, talvez simbólico talvez acessório, nos permite ter, outra vez, uma pequena dimensão de como as coisas funcionam no universo diplomático, ou seja, como tudo tem que ser, antes de aprovado, objeto de consenso, acordos, negociações e revisões.

revisão deveria “identificar medidas para a continuação de sua implantação” (adaptado de RESOLUÇÃO 55/199, p.1-2).

Estas considerações acordadas na quinquagésima quinta sessão da Assembleia-Geral da ONU tonalizam a preocupação do mundo (ou das representações diplomáticas), naquele momento, em focar as experiências que deram certo, a inclinação à continuidade de implementação e à não (re)negociação dos termos postos nestes dois documentos, que são, a Agenda 21 e a Declaração do Rio.

A respeito disto, observamos a preocupação de que era importante fazer valer tudo aquilo que já havia sido conquistado em termos de proposições e acordos, e que não caberia revisar ou promover novas negociações acerca do que estava certo – queria-se, a bem da verdade, reforçar a importância de que era necessário ir adiante com as mudanças propostas e conforme o que estava contido nos documentos – não se aceitaria, na ótica da reunião – mudanças de propostas e objetivos.

Há ainda na Resolução 55/199, entre outros elementos a serem abordados, a contundente afirmação sobre a avaliação dos progressos desde a Conferência de Estocolmo, 1972. Segundo o documento em análise, a sessão da Assembleia-Geral deixa transparecer que, embora progressos haviam sido alcançados neste período, estava claro que “o meio ambiente e os recursos naturais que sustentam a vida na Terra continuarão a deteriorar-se a um ritmo alarmante” (RESOLUÇÃO 55/199, p.2).

Esta resolução, estabelece a recomendação da não-renegociação dos termos e objetivos já acordados – com clareza à Agenda 21 e à Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e ainda expressa uma série de vinte e dois tópicos – que incluem deliberações e indicações – a serem considerados na realização da Cúpula de Johannesburgo.

Em vista da extensão destes tópicos, destacamos os seguintes:

- objetivava-se que a revisão dos dez anos após a Rio-92, deveria se concentrar na “identificação de realizações e nas áreas em que são necessários mais esforços para implementar a Agenda 21 e os outros resultados da Conferência”, bem como de que os esforços e desafios olvidados deveriam “resultar em compromisso político renovado e apoio para o desenvolvimento sustentável” e, nestes termos, deixava claro as responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, como já havia sido posto sobre os custos maiores a quem tem maior responsabilidade (adaptado de RESOLUÇÃO 55/199, p.2);

- competia à Comissão Preparatória debruçar-se sobre os compromissos de: “revisão global e avaliação da implementação da Agenda 21”; identificar as “principais realizações e lições aprendidas na implementação da Agenda 21”; identificar os principais “constrangimentos que impedem a implementação da Agenda 21”, propondo medidas com “prazos específicos”, mobilização e identificação das “instituições e das fontes de financiamento” para se alcançar este objetivo (adaptado de RESOLUÇÃO 55/199, tópico 15, p.4-5).

Além destes elementos trazidos aqui, nos compete, a nosso termo, refletir sobre outro conteúdo da Resolução 55/199 que, ao discorrer sobre os objetivos de se conduzir a uma revisão da Rio-92, especialmente quanto à aplicação e desenvolvimento dos termos propostos na Agenda 21, realizar uma série de reuniões (três para ser preciso) que construiriam o documento a ser aprovado na Cúpula de Johannesburgo.

Em nossa perspectiva, esse pormenor traz à tona a complexidade de como os documentos desse nível (acordos, tratados e resoluções internacionais) são *negociados* nas conferências e cúpulas. Na verdade, fruto de negociações anteriores – estes *tratados* não são trazidos ao evento em si para serem, ali, construídos, eles são (re)negociados efetivamente com as representações oficiais (governos/delegações) após terem sido objeto de um consenso diplomático entre as partes.

Nesta perspectiva, nos cabe avaliar que – da mesma forma como em outros eventos deste porte – os participantes já estavam previamente cientes daquilo que teriam que deliberar – acertando, assim, somente os detalhes, os termos, a dimensão e a disposição oficialmente aceita pelos líderes governamentais sobre o conteúdo abordado.

Portanto, não nos admira pensar o calvário que estes tratados (estas materialidades discursivas) atravessam até tornarem-se instrumentos de compromisso coletivo e de efetivo objeto de ação em relação às mudanças ambientais propostas de serem executadas. Para além da dimensão real, fica a dimensão simbólica (diplomática) com que isto ocorre – há muito mais empoderamento discursivo do que prático (as ações não acompanham os discursos).

A Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, orquestrada como balanço das ações sobre a implementação da Agenda 21 (o que deu certo, o que não deu certo, quais foram as falhas, o que faltou, os problemas ocorridos, quem não assumiu suas responsabilidades, etc.), serviu, segundo Lago (2006, p.87), para demonstrar que

o consenso político obtido na Conferência do Rio em torno do conceito de desenvolvimento sustentável parecia haver criado uma sólida base para a colocação em prática das recomendações da Agenda 21. Avanços inegáveis ocorreram nas áreas de conhecimento científico, progresso tecnológico e envolvimento do setor privado, ao mesmo tempo em que, na maioria dos países, se fortaleceu a legislação ambiental e cresceram a informação e a participação da sociedade civil.

Todavia, isto não havia se tornado, suficientemente, em algo que produziria resultados significativos em relação ao enfrentamento dos problemas ambientais. Citando o Secretário-Geral das Nações Unidas na época – Kofi Annan – Lago descreve que “o registro da década desde a Cúpula da Terra é principalmente uma demonstração de progresso penosamente lento e de uma crise ambiental que se aprofunda” (ANNAN apud LAGO, 2006, p.87).

Segundo Lago (2006, p.87), verificou-se desde a conferência do Rio de Janeiro em 1992, o “enriquecimento do arcabouço jurídico negociado no âmbito das Nações Unidas”, porém, observou-se, nesta mesma proporção, a incapacidade do mundo de fazer cumprir os documentos e termos acordados.

O descompasso entre a disposição dos governos de negociar e a vontade política de assumir os desafios criou na opinião pública um distanciamento que se justificaria na medida em que os principais atores manifestavam ceticismo nos meses que antecederam a Cúpula (LAGO, 2006, p.87).

Via-se, com isto, que os ânimos internacionais presentes na Cúpula de Johannesburgo não eram diferentes no que dizia respeito à esfera dos compromissos e das responsabilidades e, citando novamente, o Secretário Geral da ONU – Kofi Annan – o autor explicita: “como ocorre frequentemente, nossa compreensão – popular e científica – foi mais rápida do que a nossa resposta política” (ANNAN apud LAGO, 2006, p.88).

Para Lago (2006, p.88), Johannesburgo, veio atestar os problemas e a necessidade de ajustes entre o conflito exposto na dicotomia desenvolvimento econômico versus desenvolvimento sustentável. Desde a Rio-92, o mundo cresceu muito economicamente falando – “os dez anos que se seguiram à Conferência do Rio constituíram o período de maior crescimento econômico da história”. Segundo o autor,

este crescimento foi impulsionado por circunstâncias políticas, como o fim da Guerra Fria e a decisão da China de integrar ao seu modelo, progressivamente, aspectos do sistema capitalista; por avanços tecnológicos, que permitiram grandes saltos setoriais, como nas comunicações; e, sobretudo, pelo vertiginoso aumento do fluxo de transações comerciais e financeiras. Esse processo revelou o fortalecimento, em todo o mundo, da atração pelos padrões

de vida ocidentais, cuja existência passara a ser conhecida – mesmo nos locais considerados mais isolados – graças aos meios de comunicação (LAGO, 2006, p.88).

Frente ao explicitado, o autor argumenta ainda que o “desenvolvimento associado à globalização não segue os preceitos do desenvolvimento sustentável”. Para ele, os modelos econômicos empreendidos neste processo *globalizante*, parecerem “corresponder mais ao capitalismo selvagem do que à visão mais humanista contida no conceito de desenvolvimento sustentável”, deixando transparecer que os três pilares da sustentabilidade – o econômico, o social e o ambiental – acabem sendo justificados na ótica do capitalismo ocidental como valores econômicos, políticos e éticos (LAGO, 2006, p.88).

Fica evidente, na fala do autor, o conflito entre aquilo que é negociado no âmbito das Nações Unidas (“símbolo máximo da democracia multilateral”) e os valores negociados pelas “três principais instituições que administram a globalização: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (LAGO, 2006, p.89).

No conjunto destes elementos apresentados, Lago (2006), argumenta que a Cúpula de Johannesburgo já estava enfraquecida antes mesmo de começar e, com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, viu-se a tônica dos assuntos em discussão esfacelarem-se em problemas de outra ordem, provocando uma “mudança radical das prioridades da agenda política internacional que, também, não favorecia o debate sobre o desenvolvimento sustentável” (LAGO, 2006, p.92). Para o autor,

apesar de existirem múltiplos elementos que correlacionem segurança e desenvolvimento sustentável, com efeitos de médio e longo prazo, o momento político tinha como prioridade o curto prazo. Mesmo sem os atentados de 11 de setembro, os Estados Unidos poderiam não ter dado maior atenção à Cúpula, mas o contexto político permitiu que se justificasse a percepção de que Joanesburgo era uma distração, ou uma perda de tempo, diante de tantas questões urgentes na agenda internacional (LAGO, 2006, p.92).

De qualquer modo, estes elementos não implicaram em um fracasso total à Cúpula – não foi, segundo o autor – uma distração ou perda de tempo, como exposto na visão norte-americana – mas, por outro lado, foi capaz de mostrar o compromisso de países e o empenho de “comunidades e governos locais, empresas e organizações não-governamentais” com muitos dos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos na Agenda 21 desde a Rio-92 (LAGO, 2006, p.93).

Segundo Lago (2006, p.93), para além dos interesses particulares expressos por países e governos e mesmo diante dos conflitos impressos pelo processo de globalização, os termos

propostos dentro da Agenda 21 evidenciaram que o conceito de desenvolvimento sustentável “pode ter um impacto direto sobre as populações”, levando-as a impulsionarem que ações positivas fossem adotadas em todas as esferas com vistas às áreas sociais e ambientais.

Concluindo, para Lago (2006, p.110), a Cúpula de Johannesburgo contou com resultados positivos e negativos, assim como em qualquer outra conferência ou cúpula até então realizada em âmbito mundial – como o foram Estocolmo-1972 e Rio de Janeiro-1992, tendo como aspectos positivos a “fixação ou a reafirmação de metas para a erradicação da pobreza” além de proposições sobre o uso da água, questões sobre saneamento e saúde, controle sobre produtos químicos e perigosos e pesca e biodiversidade.

Outro aspecto positivo da Cúpula, conforme o autor aponta, foi a inclusão de dois temas de “difícil progresso em inúmeras negociações anteriores” e que diziam respeito ao uso de “energias renováveis e responsabilidade corporativa” e sobre a decisão política de “criação de um fundo mundial de solidariedade para a erradicação da pobreza” (LAGO, 2006, p.110).

Já, quanto aos aspectos negativos, o autor explicita que as críticas à Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo foram “infinitamente mais numerosas do que as menções às suas conquistas”, em especial pelos obstáculos levantados nas esferas econômica e política (LAGO, 2006, p.110).

Ao que nos parece, a efervescência do movimento ambientalista, que tomou fôlego após anos de uma *primavera silenciosa* e alcançou formas mais evidentes com as crises dos anos de 1970 e 1980, definitivamente tomou posse do debate global nos anos 1990, e o meio ambiente passou a figurar entre os elementos imprescindíveis (como saúde, educação, segurança, trabalho e emprego) de qualquer debate político (sério ou não, partidário ou não).

Isto representou, numa perspectiva realista, que as questões ambientais entraram de uma vez por todas no debate global, criando raízes no domínio público. Em um contorno otimista, podemos dizer que o movimento ambientalista efetivamente *empoderou-se* dos mesmos mecanismos de ação e de debate que, até então, pertenciam somente aos *diplomatas*. Porém, sob um olhar mais cético ou pessimista, o discurso ambiental ainda não se configurou enquanto capaz de provocar mudanças estruturais, minguando em mudanças lentas e pouco eficazes diante do volume de problemas ambientais que se aglomeram mundo afora.

RIO DE JANEIRO, 2012: A RIO+20 E ESTOCOLMO+40...

Aceitaríamos facilmente os desgostos
se a razão ou o fígado não
sucumbissem a eles.
Emile M. Cioran

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida por muitos como Rio+20 e Estocolmo+40, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, reunindo 191 Estados-Membros das Nações Unidas, 85 organismos internacionais e agências especializadas da ONU e contou com a presença de 80 chefes de Estado ou de Governo, sete vice-presidentes, nove vice-primeiros-ministros e mais 487 ministros de Estado⁶⁹.

Segundo os dados oficiais, participaram da Conferência Rio+20 mais de 45.000 pessoas, das quais 12.000 credenciadas como Delegados da Conferência. Outras 4.000 pessoas estavam habilitadas como representantes de veículos de comunicação, jornalistas, repórteres de redes de televisão e outras mídias e 9.856 inscrições de Organizações Não-Governamentais⁷⁰ e de grupos de interesse direto da sociedade civil, os Major Groups⁷¹.

Ainda, de acordo com os dados oficiais, o objetivo da terceira conferência mundial sobre desenvolvimento humano e meio ambiente foi a “renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável”, tendo em foco a “avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes”⁷².

Com dois temas principais em discussão: a *economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável*, a Conferência esteve organizada em três momentos: entre 13 a 15 de junho, houve a III Reunião do Comitê Preparatório, reunindo representantes governamentais para as negociações dos documentos adotados na Conferência; entre 16 a 19 de junho, aconteceram as sessões de Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável⁷³, um espaço aberto

⁶⁹ Fontes: “Rio+20 em Números”, website oficial da ONU. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20-em-numeros/>>. Acesso em: 8 jan. 2014; e “Relatório Rio+20: O Modelo Brasileiro”. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/banners/relatorio-rio-20-modelo-brasileiro>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

⁷⁰ Nos Parques Temáticos e Arenas organizados para a Conferência registrou-se, de acordo com o Relatório Rio+20 organizado pelo governo brasileiro, o acesso de 171 mil pessoas ao Parque dos Atletas; 135 mil ao Pêr Mauá; 18 mil à Arena da Barra; 20 mil ao Galpão da Cidadania; e 300 mil pessoas na Arena Socioambiental e à Cúpula dos Povos. No mais, o evento contou ainda com a segurança privada de quase 5.000 agentes (fora os 25.000 agentes das Polícias Civil e Militar mobilizados) e outros 6.600 trabalhadores (servidores públicos e contratados), dispostos diariamente durante o evento (RELATÓRIO Rio+20, 2012, P.13).

⁷¹ Os *Major Groups* se referem à designação dada aos grupos representantes da sociedade civil, como organizados na Agenda 21: mulheres, crianças e jovens, indígenas, organizações não-governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústria, comunidade científica e tecnológica e fazendeiros, que representaram a sociedade civil na Rio+20, produzindo ainda uma *Declaração Conjunta* sob a participação na mesma. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/major-groups-da-rio20-declaracao-conjunta/>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

⁷² Comitê Nacional de Organização da Rio+20. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 8 jan. 2014.

⁷³ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/dialogos-para-o-desenvolvimento-sustentavel-serao-realizados-entre-16-e-19-de-junho-com-apoio-da-onu/>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

pelo governo brasileiro para discutir, junto à sociedade civil, temas relativos às sessões, que posteriormente seriam levados aos Chefes de Estado e de Governo; e entre 20 a 22 de junho, o Segmento de Alto Nível da Conferência, com a presença e participação dos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas⁷⁴ e demais autoridades.

A Conferência Rio+20 foi convocada na Sexagésima Quarta Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em 31 de março de 2010 – Resolução 64/236, a partir do relatório do Segundo Comitê, com ênfase na Implantação da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

A Resolução 64/236 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que determinou a realização da conferência, também definiu seus objetivos e temas (como exposto há pouco), bem como estabeleceu a programação das reuniões do Comitê Preparatório (PrepComs) e das reuniões regionais, que foram realizadas em junho, antes da conferência oficial, tendo em vista a preparação dos documentos/acordos que seriam apresentados e discutidos, oficialmente, pelas delegações dos países, durante a conferência.

De acordo com nossa leitura, nos dezenove primeiros parágrafos desta resolução (ONU, RES/64/236), o documento reafirma, recorda e reitera conteúdos de documentos e acordos internacionais já referendados, além de uma série de outros programas que foram aceitos, no âmbito das Nações Unidas pelos países-membros, quanto ao enfrentamento das questões ambientais, especialmente aqueles listados no documento da Agenda 21.

Nestes parágrafos, destacamos as seguintes afirmações presentes na resolução 64/236, a respeito da posição da Assembleia-Geral da ONU:

- ✓ o compromisso de “implementar a agenda 21, o programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21, o Plano Johannesburgo de Implementação”, incluindo “objetivos e metas com prazo, e outros objetivos internacionalmente acordados, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ONU, RES/64/236, § 4);
- ✓ a reiteração de que o “desenvolvimento sustentável, em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais”, é um elemento chave da “estrutura

⁷⁴ Segundo GANEM (2012, p.39), não estiveram presentes à Conferência Rio+20, o presidente dos EUA, Barack Obama, embora representado pela Secretária de Estado, Hillary Clinton (apenas no último dia); da Chanceler Alemã, Angela Merkel; e do Primeiro Ministro Britânico, David Cameron.

abrangente das atividades das Nações Unidas”, e reafirmando a “necessidade constante de garantir um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e social, e proteção ambiental, como pilares interdependentes e que se reforçam mutuamente” (ONU, RES/64/236, § 9);

- ✓ a observação de que os “desafios persistem na obtenção dos objetivos dos três pilares do desenvolvimento sustentável⁷⁵”, especialmente no contexto da atual crise global (ONU, RES/64/236, § 10);
- ✓ a reafirmação de que a “erradicação da pobreza, a mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo”, e a “proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são objetivos globais e requisitos essenciais do desenvolvimento sustentável” (ONU, RES/64/236, § 12);
- ✓ o reconhecimento de que a “erradicação da pobreza é o maior desafio global enfrentado pelo mundo atualmente”, principalmente para os países em desenvolvimento, além de medidas combinadas e concretas serem “necessárias em todos os níveis para permitir que os países em desenvolvimento atinjam seus objetivos de desenvolvimento sustentável como relacionados aos objetivos e metas acordados internacionalmente” (ONU, RES/64/236, § 15);
- ✓ a reiteração de que “as mudanças fundamentais na forma em que a sociedade produz e consome são indispensáveis para que se atinja o desenvolvimento sustentável global”, e que “todos os países devem promover padrões sustentáveis de produção e consumo, sob a liderança dos países desenvolvidos, com todos os países beneficiando-se do processo”, considerando os Princípios do Rio, inclusive o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, estabelecido no parágrafo 7 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e também reiterando que “Governos, organizações internacionais relevantes, o setor privado e todos os grandes grupos devem ter

⁷⁵ Reiterando: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, que já haviam sido postos na Conferência Rio-92 e que foram reafirmados na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, pela ONU, em 2002. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/onu-estabelece-tres-pilares-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises-economico-social-e-ambiental.aspx>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

um papel ativo na mudança de padrões insustentáveis de consumo e produção” (ONU, RES/64/236, § 19).

Estes excertos revivem oficialmente os princípios estabelecidos desde a década de 1970 com a temática sobre *Desenvolvimento Sustentável*, reiterando, reafirmando e reforçando que o combate à pobreza, a proteção aos recursos naturais e à biodiversidade e a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo, são fundamentais para que a humanidade encontre uma situação de equalização entre a sobrevivência humana e a sobrevivência da natureza (meio ambiente/biosfera).

Notadamente, trata-se de um discurso que reverbera que pouco foi concretizado, diante do muito que já foi discutido até então, deixando transparecer que os mais de quarenta anos de discurso ambiental, mesmo tendo acompanhado a precarização das relações humanas com o meio ambiente, não foi capaz de mobilizar, efetivamente, estados, governos, instituições e sujeitos a promoverem mudanças mais significativas no cenário ambiental global.

Aliás, quanto ao aspecto discursivo, é importante observar no discurso ambiental produzido ao longo destes anos, questões como “o que foi dito?”, “como foi dito?” e “o que não foi dito”, a fim de compreendermos as diversas nuances de um mesmo discurso, tendo em vista seus diferentes interlocutores, públicos, instituições e sujeitos, memória e história, ideologias e contrastes, imagem de mundo, etc. (NOGUEIRA, 2001, p.34-35).

Com isto, cabe pensar sobre *o que foi dito*, no sentido de analisar os muitos compromissos firmados ao longo dos anos. Compromissos que foram assinados por pessoas, que representavam pessoas, governos, instituições, empresas, etc., cujos objetivos focavam o tratamento para os problemas ambientais.

Porém, ao olharmos *o como foi dito*, observamos que todas as palavras e seus significados não foram suficientes para transformar discursos em ações, pois, coletivamente, esperava-se que os signatários daqueles compromissos pudessem cumpri-los, independentemente das adversidades encontradas, superando os diferentes interesses particulares sobre cada tema ambiental apresentado.

Como apontado por Eni Orlandi (1999), todo discurso é realizado sob condições já dadas – pré-existentes, de diferentes fontes e de outras memórias – nas quais encontram-se práticas políticas, de conflito e de confronto, que assentam-se a partir de outros discursos e que, conseqüentemente, apontam para outros (mas não novos) discursos.

Com essa observação, ainda nos perguntamos: Quem fala por quem? De onde falam e para quem falam? Como as palavras ganham sentido a partir de quem as fala? O que podia ser

dito ou o que deveria ser dito, o foi? Como e de que forma os discursos ambientais e da Educação Ambiental foram e são apropriados neste processo histórico?

Os sujeitos economicamente menos favorecidos, frente à sua realidade de pobreza material, chegaram a tomar posse dos diferentes discursos? Quem falou por eles? Foram eles que, ultrapassando suas condições, ocuparam um lugar para serem ouvidos? Onde estão as omissões no discurso oficial que, ao falar da pobreza e da miserabilidade ambiental, apontando a Educação como possibilidade transformadora, falou deles, mas sem lhes dar voz?

E aqueles economicamente já favorecidos, providos em suas necessidades básicas e elementares, que dispunham de força para lançarem seus próprios discursos, de modo a serem ouvidos nas diferentes instâncias? Estes falaram por si! Falaram para si e, também, para todos os outros.

Todavia, em que pese a respectiva responsabilidade de considerar que muito (ou pouco) foi, realmente, feito para o tanto que, ainda, precisa ser feito, seria leviano deixar de apontar que saímos de uma situação autoritária (até fim dos anos 1960), na qual não havia espaço para as discussões e a informação era contingenciada, para uma situação na qual os problemas não podem mais ser renegados e a informação (mesmo que não acompanhada de todos os fatos), vêm a público com maior profundidade e acesso irrestrito⁷⁶.

Voltando à resolução da ONU (ONU, RES/64/236), esta conclama governos e todas as “organizações regionais e internacionais relevantes”, a garantirem a “implementação efetiva e o prosseguimento dos compromissos, programas e metas”, tendo em vista os prazos adotados na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, bem como, incentivando-os a “relatar os avanços concretos nesse sentido”, conforme proposto no Plano Johannesburgo de Implementação⁷⁷.

No mais, entre outros assuntos de ordem organizacional e instrucional (definição de compromissos e incentivos à participação e à realização de uma conferência em equilíbrio com os postulados para o desenvolvimento sustentável), a resolução expressa em seu texto (item “a” da determinação “20”), que o objetivo da Conferência será:

⁷⁶ Todavia, não se pode menosprezar que vivemos num mundo altamente estratificado, no qual grupos sociais com situações econômicas, políticas e sociais distintas têm dificuldades de acessar as informações disponíveis. Isso quer dizer que embora uma pessoa, que viva na extrema e absoluta pobreza saiba o que isto representa para si, não significa que ela tenha condições (ou possibilidade) de discutir isso no âmbito da informação e da tomada de decisão para que possa, a partir daí, ultrapassar essa condição.

⁷⁷ Trata-se do documento produzido na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo em setembro de 2002, com objetivos de avaliar e implementar a Agenda 21. Disponível em: <http://vitaecivilis.org/home/index.php?option=com_zoo&view=item&Itemid=148>. Acesso em: 8 jan. 2014.

garantir um compromisso renovado em nome do desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso obtido até o presente e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das maiores cúpulas de desenvolvimento sustentável, abordando desafios novos e emergentes. O foco da Conferência incluirá os seguintes temas a serem discutidos e aperfeiçoados durante o processo preparatório: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável (ONU, RES/64/236).

Podemos destacar, também, que o teor das colocações, afirmações, considerações, confirmações, etc. (ao menos no texto traduzido da resolução ao qual tivemos acesso), expressam um certo *apelo* (quase desesperador, mas sincero) de que é fundamental a participação dos países, o apoio dos governos e o financiamento aberto, para que se possa conseguir, o quanto antes (ainda que muito atrasado), os desejáveis níveis de equalização social na relação humanidade x meio ambiente ou, em outra interpretação, que os países possam, ao financiarem as ações, alcançar, em todos os níveis, os três pilares do desenvolvimento sustentável – o desenvolvimento econômico e social com a devida proteção ambiental.

OS ANTECEDENTES DA CONFERÊNCIA RIO+20

A Rio+20 foi um resultado político, diplomático, temporal e, talvez, simbólico, de todas as outras reuniões, cúpulas e conferências já realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas e seu sistema de organizações (UNESCO e PNUMA, por exemplo), cujos objetivos eram voltados a pensar os problemas ambientais globais e encontrar soluções a serem colocadas em prática.

Todavia, e considerando os possíveis recortes históricos, a Conferência das Partes para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), realizada na cidade de Copenhague, capital da Dinamarca, entre os dias 7 e 18 de dezembro de 2009, pode ser tomada como um dos mais significativos antecedentes à Conferência Rio+20, especialmente pelas expectativas e frustrações que gerou.

Isto porque, esperava-se que na Conferência de Copenhague, os países reunidos sob o patrocínio da ONU e suas organizações, chegassem a construção de um novo grande-acordo internacional sobre meio ambiente, que viria substituir o então esgotado (mas não totalmente realizado) Protocolo de Quioto⁷⁸.

⁷⁸ Proposto em 1997, teve início em 2005, porém, tinha prazo até 2012 para ser completamente executado.

Naquele momento, em 2009, havia a grande expectativa de que o mundo veria finalmente a construção de um acordo de compromissos entre os países industrializados e mais desenvolvidos (e ricos), e os países em-desenvolvimento (e mais pobres), com vistas a reduções significativas e efetivas nas emissões de gases do efeito estufa, mitigando e (afastando) os impactos catastróficos do aquecimento global.

Assim, Copenhague-2009 teria a função (já que havia gerado esta esperança), de estabelecer um efetivo comprometimento global nas reduções da emissão de gases do efeito estufa, com a adesão de cada país sobre o controle de suas próprias emissões, bem como a expectativa de que os países ricos financiassem (sem reservas) os custos para estas mudanças e ajudassem os países mais pobres em suas necessidades de soluções.

Para ABRANCHES (2010, s/p), a Conferência de Copenhague hospedou uma “cúpula de lideranças globais sem precedentes na história recente da diplomacia”, tendo sido a única na história das COP com a presença de mais de cem dirigentes globais, perdendo somente para a Rio-92.

Na opinião do autor, “nunca uma COP foi precedida por tantas manifestações e ações em favor de um acordo sobre mudança climática”, havendo, naquele momento, “uma sintonia com as principais recomendações da melhor ciência do clima disponível” (ABRANCHES, 2010, s/p). Na opinião do autor:

Apesar da presença da elite do poder político mundial e da inédita demonstração de mobilização da sociedade civil globalmente organizada pelo tema, o que definiu o caráter singular tanto da cúpula de lideranças globais quanto da COP15 foi o desfecho confuso e melancólico. **Como explicar que uma reunião que se dá no mais favorável contexto dos últimos tempos, com uma ampla janela de oportunidade aberta para um bom acordo, termine em ambiguidade e impasses subterrâneos?** (ABRANCHES, 2010, s/p, grifos nossos).

O grifo impresso ao excerto dá a dimensão das frustrações que esse evento rendeu, pois havia se configurado em Copenhague uma situação extremamente propícia à construção de um acordo que não se efetivou. Na análise de Abranches (2010, s/p),

Os dirigentes das principais nações do mundo se envolveram em negociações diretas, de conteúdo e de detalhe, sem trabalho prévio dos diplomatas e tecnocratas, como sempre acontece nesse tipo de encontro. Normalmente, os funcionários graduados negociam e escrevem o resultado, os governantes depuram o texto, assinam e tiram a foto comemorativa. **Em Copenhague, os líderes negociaram, discutiram o texto final, que não assinaram, e saíram sem foto ou fechamento formal da cúpula.** Em um processo de negociação direta como esse, sem instância superior de apelação e sem trabalho

diplomático prévio, resolvem-se os impasses que possam ser resolvidos amigavelmente e se elidem ou adiam aqueles que não têm solução amigável imediata (grifos nossos).

Como pode ser entendido, Copenhague teve o privilégio (e o azar) de contar com a presença de líderes mundiais que, representando suas nações e os anseios globais, foram incapazes, especialmente pela imposição de seus próprios discursos seculares de desenvolvimento e sustentabilidade (pressionados por suas correntes internas), de chegar a um acordo que contemplasse as necessidades locais e o interesse global.

Nas palavras de Abranches (2010, s/p), após a chegada dos chefes de Estado e Governo, a COP-15 “parou de vez”, pois uma “cúpula política de governantes interveio em uma reunião diplomática formal, com agenda prefixada e procedimentos regulamentares”, deixando claro que se abria, naquele momento, uma “via política de negociação, que não tinha roteiro para desembocar no leito da negociação legal, no quadro da Convenção do Clima da ONU”.

Para Abranches, (2010, s/p), ao encerrar a “fase técnica”, que tomou toda a primeira semana do evento e estava a cargo de diplomatas e especialistas, a conferência passou a viver um “impasse insolúvel” no plano diplomático. Segundo o autor, iniciava-se naquele momento, a “fase política”, sob a direção dos Ministros que chefiavam as delegações. Todavia, o impasse se aprofundou e os ministros “deixaram a solução para os chefes de Estado e Governo”.

Abranches (2010, s/p) aponta que acontecia ali uma “reunião política informal”, pois “nunca foram tantas as informalidades entre tantos e tão poderosos governantes”, o que acabou por descaracterizar aquilo que seria, oficialmente e nos moldes para tal, uma reunião/conferência oficial da ONU, nem de “outras organizações multilaterais institucionalizadas” como se poderia, de fato, esperar.

Como conclusão, Abranches (2010, s/p), pontua que:

a última plenária da COP15 foi aberta em condições muito especiais. As negociações, que levariam a documentos conclusivos dentro do processo formal da ONU, haviam sido interrompidas. Os dois documentos centrais que vinham sendo negociados nos dez dias iniciais da COP, de um acordo dentro da Convenção do Clima e a proposta para o segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto, não puderam ser concluídos porque, em princípio, seriam substituídos pelo Acordo de Copenhague, negociado pelos governantes. Não havia procedimento estabelecido para que o acordo substituísse esses documentos. O presidente da Convenção, o primeiro-ministro Lars Rasmussen, da Dinamarca, tentou fazer que o plenário aprovasse o acordo e o transformasse em documento oficial da ONU. Porém, sem instrução política dos governantes às delegações e sem a aprovação final

dos chefes de Estado e governo, não havia possibilidade de consenso no plenário (ABRANCHES, 2010, s/p).

O que ocorreu foi que o texto de conclusão de Copenhague não foi “negociado pelo conjunto de dirigentes presentes à COP15”, pelo contrário, ele foi negociado por um “pequeno número de governantes”, uma “cúpula de elite, dentro da cúpula”, sendo os principais responsáveis por sua “estrutura vaga e aguada” e forma final os países EUA, a França, o Reino Unido e os países do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) (ABRANCHES, 2010, s/p).

Com o inevitável desfecho, para frustração geral, encerrava-se a Conferência das Partes – a Conferência de Copenhague-2009, com os anseios de que em um momento futuro, seria possível construir algo mais do que intenções “vagas e aguadas” como ocorreu com o acordo final deste evento, que tinha tudo para dar certo, mas naufragou pela inconveniência das necessidades particulares dos envolvidos em relação às necessidades globais.

Por outro lado, em que pese uma análise menos catastrófica da conferência e a bem do debate, é fundamental dizer que Copenhague-2009, apesar da desilusão mundial, foi capaz de trazer à baila alguns pontos positivos acerca das questões ambientais.

Neste sentido é interessante apontar, segundo Abranches (2010, s/p), os principais pontos positivos da conferência:

pela primeira vez, desde que as negociações do clima foram paralisadas por impasses sucessivos [...], todos os governos dos maiores emissores do mundo aceitaram se comprometer com ações de mitigação.

o Acordo de Copenhague, se for efetivado pelos líderes que o negociaram [...], pode servir de instrução aos delegados para que redijam uma proposta formal para um documento legal, a ser adotado pelo plenário da próxima COP.

houve avanço mínimo, e ainda assim significativo, nas posições dos maiores emissores que, até agora, se recusavam a cooperar com o esforço global de mitigação: EUA, China, Brasil e Índia.

o impasse no financiamento foi resolvido [...], o financiamento de curto prazo, [...] estará disponível para as ações imediatas dos países em desenvolvimento.

houve progresso em transferência de tecnologia, outro ponto de impasse sistemático nas negociações anteriores (ABRANCHES, 2010, s/p).

Todavia, embora tenham sido levantadas questões importantes sobre a problemática ambiental global, em nenhum momento se discutiu (nem havia aparato para tal) questões ligadas à Educação Ambiental. Assim, em nossa leitura, Copenhague não aproveitou este momento para dizer algo mais sobre o tema.

OS RESULTADOS OBTIDOS NA CONFERÊNCIA RIO+20

O encerramento da Conferência Rio+20 não foi diferente dos encerramentos das outras (tantas) conferências realizadas anteriormente. Seja do ponto de vista dos avanços e retrocessos ou mesmo da frustração por avanços módicos, muito longe do sonhado pelos expectadores e muito além das possibilidades reais dos governantes, a Rio+20 também teve sua parcela de sucesso e de fracasso.

Como já analisado em relação aos outros eventos aqui trazidos e com ressonância àquilo que apontamos sobre as múltiplas dimensões em conflito neste processo de construir saídas para os problemas ambientais – a situação política (soberania e influência), o arcabouço instrumental (leis e obrigações), as perspectivas econômicas (diferentes interesses) e as condições sociais (educação, pobreza, etc.) –, os resultados da Rio+20 evidenciaram que a situação não seria diferente também naquela oportunidade.

Para Ganem (2012, p.57-58), as opiniões sobre o resultado do encerramento da Rio+20 foram divergentes, pois, para representantes do governo brasileiro, seu documento final “supera o das conferências anteriores”. Entretanto, para muitos representantes da sociedade civil e da mídia, o término da Rio+20, “culminou com uma onda de desesperança e pessimismo”, especialmente quanto aos desejáveis “avanços em relação aos temas principais da Conferência – economia verde, pobreza e governança – e quanto a temas ambientais específicos, sobretudo mudanças climáticas”, que não foram devidamente alcançados.

Segundo a autora (GANEM, 2012, p.59), em que pese as muitas críticas ao desfecho do evento e às repetições assistidas daquilo que já foi amplamente “ventilado” em todos os outros eventos do gênero sobre os problemas ambientais e as necessárias ações corretivas, a Rio+20, demonstrou que a sociedade está “pronta e disposta para efetuar mudanças necessárias”, pois o movimento que se iniciou não pode mais parar.

No mesmo sentido, argumentando sobre os aspectos positivos da Rio+20, Paula (2012, s/p), afirma que a Conferência teve desdobramentos que vão muito além do documento produzido, pois gerou “articulações, acordos e compromissos muito mais eloquentes do que os esperados documentos oficiais”, especialmente, segundo o autor, pelo empenho dos participantes (sociedade civil e organizações não-governamentais), do que propriamente por parte das autoridades presentes.

Todavia, o autor adverte que a Conferência não pode ter uma análise rasa entre sucesso e fracasso, justamente por seus resultados (os documentos oficiais produzidos) serem “muito

cheio de dedos”, já que foram frutos do “consenso entre representantes de quase 200 países” (PAULA, 2012, s/p).

Daí a dificuldade de produzir acordos ousados, inovadores, à altura dos desafios do desenvolvimento sustentável. Essa dificuldade não justifica, contudo, a análise rasa com que alguns apressados se dispõem a acusar, julgar, condenar e sepultar a Rio+20 depois de cravar-lhe no peito a estaca do “grande fracasso” (PAULA, 2012, s/p).

Neste sentido, na análise do autor (PAULA, 2012, s/p), a conferência não fracassou, já que “produziu um texto assinado por todos” e que ainda “aponta para novas condições de inovação”. Além disso, um evento deste porte, com tamanha mobilização humana e de recursos, “vai muito além do documento assinado por governos nacionais”, pois inicia-se na “própria mobilização e consciência que o encontro criou”.

Para o autor (PAULA, 2012, s/p), diante de uma grave crise econômica internacional, os governos ficam mais receosos de assumirem compromissos externos e a grande contribuição à Conferência Rio+20 foi dada pela sociedade como um todo. Para ele, para além de governos e organizações oficiais, não somente as pessoas, mas também as instituições e empresas sobressaíram-se muito mais do que as possibilidades contidas em acordos assinados, catapultando o evento a um “processo de mudança para um contrato social que faça mais sentido do que o contrato atual”.

Oficialmente o órgão das Nações Unidas no Brasil afirma que a Rio+20, como uma das maiores conferências já convocadas pela ONU, iniciou uma “nova era para implementar o desenvolvimento sustentável”. Essa Conferência foi uma “rara oportunidade para o mundo concentrar-se em questões de sustentabilidade – para examinar ideias e criar soluções” (ONU, 2012, s/p).

De acordo com os dados das Nações Unidas (ONU, 2012, s/p), na Conferência foram firmados compromissos da ordem de 513 bilhões de dólares, entre projetos principais e demais parcerias, além de programas de ações para mais 10 anos nas áreas de transporte, energia, economia verde, redução de desastres e proteção ambiental, desertificação, mudanças climáticas e aqueles relacionados diretamente ao desenvolvimento sustentável, bem como 705 compromissos extra-oficiais de iniciativa de governos, empresas, grupos da sociedade civil e universidades.

A Conferência Rio+20 para a ONU/Brasil (ONU, 2012, s/p), foi o momento em que os países “renovaram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável”, e prometeram

“promover um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as gerações do presente e do futuro”.

Na avaliação do Instituto EcoD (Instituto EcoD, 2012, s/p), os principais pontos da Rio+20 foram:

O engajamento da sociedade civil, simbolizado pela realização da Cúpula dos Povos, que reuniu milhares de pessoas de mais de 100 países, entre indígenas, religiosos, sindicalistas, representantes dos movimentos das mulheres e cidadãos independentes, que bradaram contra a inércia dos tomadores de decisão;

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que representaram as metas a serem perseguidas pelos países para avançar nas áreas ambiental, política e social;

O Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), que vai além do PIB e do IDH, que surge como um novo indicador mundial, tendo por objetivo incentivar a sustentabilidade dos governos, avaliando informações referentes ao capital humano, natural e manufaturado;

O Fórum da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, que surge como fórum de alto nível no âmbito das Nações Unidas, tendo como expectativa o maior comprometimento com o cumprimento das metas para o tema;

O fortalecimento do PNUMA, com a possibilidade de que o Programa possa atingir o status de agência da ONU com poder de decisão;

A redução das emissões de gases das grandes cidades, que foi o compromisso firmado por prefeitos das 59 maiores cidades do mundo, que se comprometeram a reduzir consideravelmente as emissões de gases do efeito estufa até 2020;

O investimento do setor privado, no qual grandes multinacionais firmaram diversos compromissos em prol do capital natural, além de metas relacionadas à Economia Verde, que contou com a adesão de 220 companhias;

O empoderamento da mulher, que repercutiu como essência do movimento, representado como força motriz do desenvolvimento sustentável;

A erradicação da pobreza, meta a ser alcançada frente ao maior desafio global do planeta, para a qual a ONU recomenda a cooperação internacional de investimentos e a facilitação de tecnologia para países em desenvolvimento;

O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, como meta para que os países atinjam a sustentabilidade na produção e consumo, por meio da adoção de um plano para mudar o comportamento das populações;

As Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas (CBDR), como princípio que espera dos países ricos maior empenho financeiro para implementação de ações frente às suas responsabilidades;

A Proteção dos Oceanos, com um novo instrumento internacional sobre os direitos do mar, buscando o uso sustentável da biodiversidade e conservação em alto mar, tendo em vista a carência de regulamentação internacional entre os países para as águas internacionais (Instituto EcoD, 2012, s/p).

De qualquer modo, o resultado oficial mais significativo da Conferência Rio+20 foi a construção do documento final intitulado “O Futuro que Queremos”, sendo este um pacto formal acordado pelos Chefes de Estado e Governo de 188 países, cujo significado representa o compromisso real dos países e que traça o caminho para a cooperação internacional com vistas ao desenvolvimento sustentável e seus pilares fundamentais.

O documento em si, destaca pontos importantes no conjunto do desenvolvimento sustentável – econômicos, sociais e ambientais – com ênfase no combate à pobreza e à fome; na proteção das florestas, oceanos e da biodiversidade; no incentivo à agricultura e às fontes de energia sustentável.

Encontra-se organizado em seis capítulos: I. Nossa Visão Comum; II. Renovação do Compromisso Político; III. A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza; IV. Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável; V. Quadro de Ação e Acompanhamento; e VI. Meios de Implementação, distribuídos em 283 itens, num texto de 53 páginas (no original em inglês).

Do que foi brevemente exposto sobre este documento, mesmo pesando outras possíveis avaliações e críticas, focamos nosso interesse sobre o que ele traz quanto à educação. Neste sentido, pesquisando a declaração “O Futuro que Queremos” (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012), não encontramos qualquer referência ao termo “educação ambiental”, obviamente, por não ser um documento direcionado a esta discussão.

Porém, no tocante à educação, numa concepção ampla e geral, o mesmo traz algumas posições, em especial, no capítulo V. Quadro de Ação e Acompanhamento, ocorrendo, na parte sobre “áreas temáticas e questões transversais”, um tópico específico sobre *Educação*, que contempla 7 itens com referências ao tema – itens 229 a 235 (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.46-47, da versão em português).

No item 229, o texto reafirma o compromisso de todos os países signatários com a educação, focando no comprometimento de reforçar a cooperação internacional para “alcançar o acesso universal à educação primária, especialmente para os países em desenvolvimento”. Complementa, ainda, que a educação de qualidade em todos os níveis é uma “condição essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero” e outros (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.46).

No item 230, há o reconhecimento de que as gerações mais jovens são “guardiões do futuro, e que é necessário melhorar a qualidade e o acesso à educação para além do nível primário”. Em vista disso, os signatários, tomam a resolução de dotar os sistemas educacionais de meios para “preparar melhor os jovens para a promoção do desenvolvimento sustentável”, através dos seguintes pontos: uma “melhor formação de professores”; “desenvolvimento de currículos em torno da sustentabilidade”; “desenvolvimento de programas escolares que abordem as questões ligadas à sustentabilidade”; “programas de formação que preparem os estudantes para carreiras em áreas relacionadas com a sustentabilidade”; “uma utilização eficaz de tecnologias de informação e comunicação para melhorar os resultados da aprendizagem”. Isso tudo com apelo para uma “maior cooperação entre escolas, comunidades e autoridades, em seus esforços para promover o acesso à educação de qualidade em todos os níveis” (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.46).

No item 231, os signatários solicitam o encorajamento dos Estados-Membros para uma promoção da “conscientização para o Desenvolvimento Sustentável entre jovens, nomeadamente, através da promoção de programas de educação não formal”, tendo em vista as metas já acordadas pelas Nações Unidas (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.46).

O item 232, ao enfatizar a importância de uma “maior cooperação internacional para melhorar o acesso à educação”, aponta para a “construção e reforço de infraestrutura em educação”, aumentando o “investimento em educação, particularmente investimentos para melhorar a qualidade da educação para todos os países em desenvolvimento”, inclusive encorajando os países a criarem bolsas de estudo para “ajudar a atingir metas de educação global” (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.46).

O item 233 se volta para a decisão dos signatários da declaração no que se refere ao compromisso de “promover a Educação para o Desenvolvimento Sustentável” e “integrar o desenvolvimento sustentável mais ativamente na educação” para além das metas já construídas globalmente (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.46).

No item 234, enseja-se o forte encorajamento para que as instituições de ensino “considerem a adoção de boas práticas em gestão da sustentabilidade em seus campi e em suas comunidades”, com a participação ativa dos alunos, professores e parceiros locais, “ensinando o desenvolvimento sustentável como um componente integrado a todas as disciplinas” (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.47).

Por fim, o item 235, ressalta a importância de “apoiar instituições de ensino, especialmente instituições de ensino superior em países em desenvolvimento, para efeitos de investigação e inovação para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no domínio da

educação”, desenvolvendo “programas de qualidade e inovadores”, incluindo o “empreendedorismo e formação profissional de habilidades e competências” para “promover os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável” (DECLARAÇÃO FINAL RIO+20, 2012, p.47).

Nos itens de 229 a 235 da Declaração *O Futuro que Queremos*, exceto pelo foco repetitivo e insistente nos princípios de uma *educação para o desenvolvimento sustentável*, o documento não traz nada de novo, ou qualquer outra contribuição, que já não tenha sido expressa anteriormente em discursos formulados desde Estocolmo-1972.

Em síntese, a Declaração Final da Rio+20 reafirma a preocupação com as questões ambientais com base nos mesmos princípios das conferências anteriores, evidenciando que estes problemas (poluição do ar, da água, do solo; exploração e esgotamento dos recursos naturais; ameaça à biodiversidade; aquecimento global e mudanças climáticas, etc.), estão a ameaçar a sobrevivência do planeta e de todas as espécies que nele habitam.

A declaração também reafirma a necessidade de que todos os países/nações empenhem mais esforços e recursos financeiros para que sejam alcançadas as soluções desejáveis, notadamente nas bases do desenvolvimento sustentável e da economia verde, alterando o quadro catastrófico que se anuncia, especialmente para os países/nações em desenvolvimento e àqueles em situações ainda mais precárias.

Aliás, de fato, em vista da recorrência do termo *educação para o desenvolvimento sustentável* – que se configurou num tipo de proposta única desde a Rio-92, não podemos dizer que algo diferente tenha sido construído ao longo da história.

Repetidamente vemos os discursos ambientais, em qualquer nível de discussão, mas em especial quanto à Educação, serem recolocados em foco em todos os momentos em que ocorreram os encontros e conferências. Não há, por assim dizer, para além do discurso internacional generalizado, um movimento real, consistente e efetivo, que conte com investimento e acordos concretos, capaz de levar a cabo as pequenas e lentas iniciativas que vêm ocorrendo mundo afora.

Para Ganem (2012, p.41), a Declaração “O Futuro que Queremos”, resultante da Conferência Rio+20, é, de fato, “quase um vazio de metas”, constituindo-se num “protocolo de intenções” sem efetivos compromissos reais, de tempo e prazo, dos países signatários. Para a autora,

Fica evidente que “O Futuro que Queremos” contém muitos reconhecimentos de ausência de progresso ou mesmo de retrocessos, bem como diretrizes de

ação, mas as decisões sobre ações concretas foram adiadas. Um resultado esperado diante da necessidade de aprovar um documento consensual entre 193 nações com problemas díspares. Mas, mesmo com pouca expectativa em torno da Conferência, muitos atores envolvidos manifestaram grande insatisfação. As organizações não governamentais recusaram-se a referendar o documento oficial, impedindo a menção final de que o documento foi elaborado com a participação da sociedade civil (GANEM, 2012, p.43).

Na visão da autora, os resultados alcançados exacerbam a “baixa prioridade manifestada pelos governantes, sob a justificativa de que a crise econômico-financeira impede maiores investimentos nos problemas ambientais”, de tal modo que este posicionamento acabou por contrariar as “expectativas daqueles que viram a crise como oportunidade de mudança para uma sociedade sustentável” (GANEM, 2012, p.44).

Seja como for, os desdobramentos da Conferência Rio+20 são tanto positivos quanto negativos quanto forem as análises e opiniões emitidas pelos atores e pelos interessados envolvidos na discussão (pessoas, instituições, governos e governantes), especialmente porque o evento – grandioso como só – tem espaço para todos os movimentos em curso. Todavia, o que fica registrado, é a repetição dos discursos já proferidos, dos compromissos e das promessas realizadas, especialmente, por aqueles que mandam nos destinos do planeta.

Nenhuma diplomacia supera, em qualquer grau e nível, as correntes internas e seus interesses divergentes – não há um movimento que possa convergir às soluções, se este movimento não conta com o necessário consenso das partes envolvidas, bem porque, se a Rio+20 viu a grandeza dos movimentos sociais como outra marca do que o futuro espera, também viu a pequenez dos governos diante de suas necessidades internas tendo em vista a crise financeira mundial instalada.

O conflito que a Rio+20 expôs ao mundo contemporâneo foi, novamente, o de que não existem soluções prontas para os antigos problemas, e que pobreza e fome, exploração dos recursos naturais locais e regionais, nacionais e internacionais, desenvolvimento tecnológico e mobilização social estão indissociavelmente ligados à necessária condição de que países (todos) têm de fazer concessões e recuos em prol do coletivo global.

Não há, em que pese a ordem internacional dos fatores políticos-econômicos-diplomáticos-sociais, uma resposta única, uma saída prática e simples para os problemas ambientais e, de resto, para os problemas de desenvolvimento sustentável nos três pilares institucionais. Assim, a Rio+20 deixou claro que temos que encontrar não só soluções para os problemas, mas também mecanismos para colocá-los em prática e compromissos coletivos para que sejam levados a cabo.

OUTROS DISCURSOS: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA...

O pessimista deve inventar para si mesmo, a cada dia, outras razões para existir: é uma vítima do *sentido* da vida.

Emile M. Cioran

Até hoje, foram realizadas três grandes conferências, com ambiciosos e audaciosos objetivos de discutir, no mais amplo âmbito global, os grandes problemas ambientais da humanidade e, com uma grande dose de otimismo e expectativa, tentar encontrar soluções que resultassem em ações efetivas que pudessem (possam) resolver, deter, reduzir e mitigar os inúmeros impactos ambientais que a ação humana estava e está a provocar em sua relação com o planeta (meio ambiente, biosfera e tudo o mais).

Todos estes grandes *encontros* e um grande número de outros eventos menores que ocorrem antes, durante e depois de cada uma das três grandes conferências, em todas as partes do globo, capitaneados pela ONU ou por suas organizações e instituições e com o apoio de diferentes governos/nações, também contribuíram para que algo fosse, de fato, construído em prol de soluções.

Todavia, sabemos, com maior ou menor grau de informações e diante das evidências existentes⁷⁹, que os problemas ambientais enfrentados pela humanidade, sejam nos países economicamente mais favorecidos (com maior capacidade de ação sobre os problemas que os afetam) ou nos países em desenvolvimento (economicamente menos favorecidos e com menor capacidade de ação sobre seus problemas), ainda não alcançaram soluções adequadas, o que demonstra que MUITO ainda precisa ser feito.

Quanto a isto, independentemente de haver ou não *boa vontade* no que se propunha nestes encontros, percebe-se a existência de conflitos de interesses, ou seja, mesmo diante de claras intenções para se chegar a soluções concretas e eficazes, cada um dos integrantes/participantes (governos, instituições, etc.), apresentam necessidades e objetivos nem sempre comuns, seja pelos anseios locais (necessidades internas), seja pelas aspirações e ambições externas, o que acaba contribuindo negativamente para que grandes ações sejam implementadas.

Invariavelmente, no que se refere aos aspectos políticos e econômicos (a ordem dos fatores altera sim o produto), foram sempre questões locais, regionais e nacionais que acabaram prevalecendo sobre as necessidades coletivas e globais, uma vez que o *pequeno vil metal* está sempre no centro das atenções, pois alguns, mais abastados, não estão dispostos a distribuir e os outros, que possuem tão pouco, estão sempre solicitando mais.

⁷⁹ Acerca disto, é interessante rever os relatórios: *Panorama da Biodiversidade Global 3* (PANORAMA, 2010); *Ecossistemas e Bem-Estar Humano* (ECOSSISTEMAS, 2006); *Desertificação e Mudanças Climáticas no Semiárido Brasileiro* (DESERTIFICAÇÃO, 2011); *Keeping Track of Our Changing Environment* (KEEPING TRACK, 2011); *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial GEO-3* (PERSPECTIVAS GEO-3, 2004); e *Estado do Mundo 2012* (ESTADO DO MUNDO – ANO DE 2012, 2012).

Além disto, como apontamos no início deste trabalho, há também os aspectos instrumentais e legais, que levam em conta as premissas estabelecidas pela diplomacia e pelo direito internacional que regem as ações de uma nação sobre outra, caso determinada nação cause qualquer prejuízo que vá além de suas fronteiras. Os grandes debates, em todos os momentos, provaram a complexidade de se pensar soluções e dar força de lei a estas ações, obrigando os países – signatários ou não – a arcarem com os prejuízos que porventura vierem a causar a outrem.

Outro conjunto de fatores que tiveram papel determinante neste processo de sucesso ou fracasso, muito mais no sentido de exercer pressão sobre os principais atores (líderes e governantes de um modo geral), se deve às dimensões sociais e culturais inerentes a todas as sociedades humanas, pois sabemos que, em maior ou menor grau, cada sociedade exerce seus amplos direitos e deveres conforme o acesso que tem aos múltiplos bens materiais, imateriais e culturais, bem como aos serviços disponíveis aos indivíduos e à coletividade.

Cada sociedade desempenha seu papel diante de condições a que está submetida. Assim, de um modo bastante simplificado, é possível dizer que quanto menor for o grau de satisfação e realização das necessidades básicas (educação, saúde, segurança, moradia, etc.), menor será o poder dos indivíduos de exercerem sua cidadania local e internacional. Em contrapartida, na medida em que o grau de bem estar-social cresce, maior se torna o poder de ação e pressão dos indivíduos nos planos local e internacional.

Todos estes elementos nos sugerem uma ampla reflexão acerca das questões ambientais (intenções, propostas, soluções e práticas), bem como, necessariamente, a busca por novos conhecimentos e entendimentos que possam ampliar nosso grau de visão – que possam nos mostrar uma imagem mais ampla [a foto maior] dos acontecimentos. Isto não é um caminho simples no âmbito coletivo, quiçá individualmente. Ainda assim, diante destes apontamentos, é sempre bom nos permitirmos pensar nas possibilidades.

Reiterando o que já dissemos e em sendo possível fazer um *balanço geral* dos acontecimentos, poderíamos dizer que a história que o mundo presenciou neste pequeno percurso temporal, foi a da construção de um discurso ambiental eficiente, com compromissos e empenhos válidos, capazes de se converter concretamente em acordos, tratados e outros documentos (alguns até com força de lei), muitos dos quais resultaram em ações concretas, porém, ainda não suficientes para resolver os grandes problemas que ainda permanecem no cenário mundial.

Quanto ao Brasil, este percurso histórico das três grandes conferências é bastante significativo, tanto do ponto de vista de ter-se colocado em evidência internacional, já que, das

três conferências, duas foram realizadas aqui, como também pelo posicionamento que tomou nestes três eventos, seja este controverso, como ocorreu em Estocolmo-1972, quando afirmou o direito de todos ao desenvolvimento sem interferências externas (consequentemente, o direito de poluir), ou pelo empenho em aglutinar forças em prol de mudanças globais com vistas ao propalado “desenvolvimento sustentável”, como foi na Rio-92 e desde então (COSTA, 2012).

Em todos estes três grandes eventos, e nos menores ao longo destes anos, nosso país buscou marcar posição no cenário internacional, atualizando seu discurso político-diplomático e legal-institucional, saindo de um posicionamento econômico-individualista (insustentável) para uma abordagem econômica-coletivista (sustentável), a fim de obter resultados positivos na agenda ambiental global, na tentativa de ser um protagonista capaz de produzir consensos entre os diferentes interesses existentes (COSTA, 2012).

Esses pouco mais de quarenta anos sobre os quais discorreremos aqui, foram acompanhados de perto por um número grande de militantes da causa ambiental (teóricos, acadêmicos, cientistas, diplomatas, políticos, etc.), no plano internacional e nacional, que vivenciaram processos e participaram da construção de um arcabouço histórico que permitiu ao mundo (ou aos interessados) entender um pouco mais sobre a temática ambiental e o tratamento dado por diferentes agentes (países, governos, instituições, lideranças, etc.) aos problemas ambientais enfrentados local e globalmente ao longo dos anos.

Assim, com o intuito de buscar aprofundar alguns aspectos e esclarecer detalhes que pudessem ajudar a interpretar o significado do percurso das propostas para o tratamento das questões ambientais, formulamos um pequeno conjunto de questões relativas à temática e enviamos a algumas personalidades, cuja história pessoal, profissional, acadêmica e de militância, esteve ligada, direta ou indiretamente a assuntos, temas e discussões que abordamos nos conteúdos e recortes do presente trabalho de pesquisa.

Por meio de um questionário aberto, com seis questões amplas, pensamos em propor um diálogo, ainda que de modo remoto, com pessoas que pudessem trazer alguma contribuição para aquilo que buscamos elucidar em nosso trabalho de pesquisa. Pensamos, com isso, aprimorar nossa reflexão sobre o processo histórico das conferências, o envolvimento de seus atores, as facilidades e dificuldades do processo, e também sobre o olhar para a Educação Ambiental e suas perspectivas.

Como apresentado no tópico sobre os procedimentos metodológicos, o questionário foi enviado a possíveis respondentes por e-mail (correio eletrônico) e através de mensagens postadas em perfis da rede social Facebook®, acompanhado da carta de apresentação, na qual

discorreremos sobre os objetivos de nossa pesquisa e sobre o objeto de nosso interesse, salientando a autorização para o uso das respostas⁸⁰.

Conforme dito, a escolha dos respondentes foi a mais livre possível, dentro de um rol de personalidades que circulam no cenário histórico das discussões sobre meio ambiente e Educação Ambiental, e a lista inclui políticos e autoridades, pessoas ligadas a instituições e organizações, autores, escritores e pesquisadores, além de militantes e pessoas engajadas neste debate.

Da mesma forma, todos os contatados foram informados que tinham a liberdade de responder ou não ao convite e enviar suas respostas, inclusive, fazendo questionamentos e observações que considerassem pertinentes. Cabe esclarecer que todas as respostas utilizadas nesse estudo tiveram seu uso autorizado para esta pesquisa.

Assim, tendo em vista a primeira pergunta, que trata dos avanços nas propostas para o tratamento das questões ambientais no plano internacional e, em particular, no Brasil, dois dos quatro respondentes, R.2 e R.3, avaliam que os avanços foram poucos, ou nenhum, e que houve retrocessos.

A visão de R.3 é bastante pessimista, ao apontar que, nesse processo histórico, não houve avanço, mas retrocesso. O respondente chama a atenção para o fato de que vivemos em uma época que ele denomina de “efervescência do conservadorismo dinâmico” ou “modernização conservadora” ou ainda de “predominância de um ambientalismo pragmático”. Segundo ele, isso significa que nada acontece fora dos interesses do mercado, pois prevalece a lógica do “mudar para não transformar”, com todos os resultados que tal perspectiva pode acarretar.

Não destacaria nenhum avanço, pelo contrário, retrocesso. Ocorre que estamos vivendo em plena efervescência do “conservadorismo dinâmico”, ou da “modernização conservadora”. Estamos vivendo um período de plena hegemonia do Ambientalismo Pragmático, ou de Resultados, o que significa que toda perspectiva de enfrentamento da questão ambiental ocorre dentro dos marcos do modelo, nada se faz fora do realismo político que permite tão somente soluções de ordem econômica que beneficiem, antes de tudo, o Mercado. A relativa apatia ou inércia que assistimos atualmente gira em torno mais do confronto entre setores econômicos hegemônicos que rivalizam os ganhos e perdas econômicos em função da reversão ou da agudização da mudança climática, do que propriamente o fracasso no universo político no âmbito das relações internacionais. De Estocolmo para cá, aparentemente muita coisa mudou, que poderia significar um processo de conquistas, mas que no fundo, representa a lógica do mudar para não transformar: do

⁸⁰ Toda esta correspondência encontra-se registrada em mensagens eletrônicas nas redes sociais (arquivo e histórico), bem como nos e-mails enviados e recebidos entre proponente e respondentes.

ecodesenvolvimento à economia verde, as estruturas de poder e de governabilidade global não só permaneceram inalteradas, como se alinharam na perspectiva de uma maior apropriação privada dos bens ambientais e de sua mercantilização, o que não parece muito promissor para a sustentabilidade ampliada, pois sabe-se que esse modelo se caracteriza pela Sociedade de Risco, e que ele é gerador de desigualdade social (RESPONDENTE 3).

A posição de R.3, segundo nossa percepção, é de que o mercado ajusta-se às necessidades coletivas, porém, sem perder o molde original de sustentar e manter-se a si mesmo intocável, com o mesmo conjunto de ações, apropriando para si o discurso político e ambientalista conservador e pragmático, tolerando, em limites controláveis e aceitáveis, todos os movimentos ambientalistas mais organizados e estruturados, inclusive, desqualificando-os, quando ameaçado por eles.

R.2, por sua vez, entende também que os avanços foram poucos e assevera, de forma contundente, que neste pequeno percurso histórico, os próprios ambientalistas sentem um enfraquecimento do movimento de Educação Ambiental em comparação com o que acontecia em tempos anteriores. É importante destacar a menção que o mesmo faz sobre a *criminalização* sofrida por militantes desses movimentos, em eventos recentes.

Poucos avanços, infelizmente, e muitos retrocessos. Recentemente durante o 2º congresso internacional de educação ambiental dos países lusófonos (*)⁸¹, as narrativas dos colegas estrangeiros eram “saudosistas”; ou seja: havia mais força na educação ambiental de outrora. Hoje os ambientalistas estão sendo vistos como bandidos, a exemplo da prisão indevida dos 30 ativistas do Greenpeace, entre outros exemplos. Contudo, sem querer ser pessimista demais, temos algumas coisas importantes, em especial aqui no Brasil. A resistência contra a década do desenvolvimento sustentável, a lei 9795/99, o Programa Nacional de Educação Ambiental, as redes de educação ambiental, os movimentos sociais organizados que explicitam a dimensão ambiental na linha prioritária de lutas (RESPONDENTE 2).

Vale lembrar que, nesse recorte histórico mais amplo e temporal, o movimento ambientalista muitas vezes foi visto como uma ameaça e contrário ao desenvolvimento econômico das sociedades (e todos os *benefícios* desde desenvolvimento). Em muitas ocasiões, o discurso a favor das causas ambientais foi fortemente criticado pelos governantes e por outras autoridades que, financiados por forças produtivas e apoiados pelos meios de comunicação de massa, continuamente o desacreditaram e desqualificaram perante as populações.

⁸¹ A esta referência [R.2] indica o seguinte website: <<http://redeluso.blogspot.com.br/p/principios.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Paralelamente a isto, outro aspecto que pode ser tomado sobre a questão de um possível enfraquecimento do movimento ambientalista, está na incorporação do discurso ambiental por parte das grandes empresas poluidoras (assim como de bancos, governos e outras instituições). Ou seja, em nome do mercado e de sua lógica econômica, os próprios poluidores tomaram para si parte do discurso ambientalista, minimizando os impactos de suas ações, assim como financiando propagandas que melhoram sua imagem perante as comunidades, camuflando o fato de que muito pouco mudou no cenário global.

Todavia, o respondente observa que, mesmo neste cenário, houve ganhos nesse processo, como no caso do Brasil, onde a lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como as redes de Educação Ambiental e os movimentos sociais organizados, constituíram-se em espaços de resistência para as questões ambientais.

Os outros dois respondentes também apontam avanços no Brasil, tanto no sentido da “internalização da questão ambiental no conjunto de políticas públicas e privadas” (R.1), quanto no sentido de uma evolução “surpreendente” no modo como o país administrava a questão ambiental, deixando uma posição “conservadora” para uma posição mais favorável a um “modelo limpo de desenvolvimento” (R.4).

Na fala de R.1, observamos um questionamento importante, que é o de se pensar quem, de fato, se mobilizou e por quais motivos (reais) o fez para que Estocolmo-1972 acontecesse, especialmente quando analisamos as diferenças de posicionamento entre os países desenvolvidos daqueles em desenvolvimento, justamente no tocante às questões ambientais e como os problemas afligiam a ambos distintamente.

A questão é: quem de fato se mobilizou para Estocolmo e com quais interesses? As deliberações, que foram um marco para o debate ambiental, não avançaram muito em nenhum dos temas centrais. Isso se explica em função dos fortes interesses econômicos envolvidos e como estes interesses se relacionavam com a garantia de acesso a certos recursos naturais. De qualquer forma, poderia dizer que avanços no Brasil ocorreram em termos de apropriação e internalização da questão ambiental no conjunto de políticas públicas e privadas e de desenvolvimento tecnológico, permitindo a mitigação de alguns dos impactos mais brutais (ligados a desperdício, despejos, consumo energético, emissão de gases, etc.). Contudo, a lógica de apropriação e uso dos recursos naturais permaneceu a mesma, se intensificando em escala global, como meio para garantir a reprodução econômica desta sociedade (RESPONDENTE 1).

Em nossas leituras e apontamentos, percebemos um discurso que reitera que o movimento partiu inicialmente de uma situação de incômodo com as questões de poluição nos países desenvolvidos que, já tendo conquistado certo nível de “bem-estar” social e material,

podiam pressionar por outras melhorias, o que não ocorria nos países economicamente menos favorecidos.

Outros discursos se referem à constatação de que a exploração humana sobre o meio ambiente poderia causar, para além dos impactos sentidos na época (poluição e degradação ambiental), a escassez de matérias primas para a produção dos bens a serem consumidos pelos mais abastados.

Este impacto gerou reserva (e medo) da influência dos países desenvolvidos (ricos e industrializados) sobre os rumos das economias dos países menos desenvolvidos (pobres), levando estes últimos a assumirem uma postura mais contundente contra a interferência externa quanto ao que podiam ou não fazer com seus recursos naturais. Estava implícito, neste discurso, que todos teriam o direito de decidir o que fariam e o quanto poluiriam para alcançar o sonhado patamar de bem-estar e desenvolvimento material assemelhado aos países ricos.

Já R.4 observa aspectos “visionários” e “revolucionários” na Conferência de Estocolmo, uma vez que, em sua concepção, o evento “antecipou em duas décadas” as discussões que viriam a acontecer sobre desenvolvimento sustentável na Rio-92. Isto revela como o mundo se apropriou, neste percurso, do discurso ambiental, absorvendo todas as suas características e propósitos.

No plano internacional, a cúpula da ONU em Estocolmo foi visionária e revolucionária, pois antecipou em duas décadas a tendência predominante na Rio 92 e no Século 21 de desenvolvimento sustentável. A posição do Brasil nesses mais de 40 anos, evoluiu de modo surpreendente. Em Estocolmo, era uma posição muito conservadora, adversária mesmo da possibilidade teórica de um modelo limpo de desenvolvimento. Em 92, ao mesmo tempo que o desmatamento da Amazônia aumentava, o Brasil sediou a Rio 92, já estabelecendo as bases de uma reformulação de sua política de desenvolvimento e ambiente. Porém, a mudança somente viria nos últimos 10 anos, quando o país sinalizou que deseja seguir uma trajetória de sustentabilidade (RESPONDENTE 4).

Quanto a posição do Brasil, tendo em vista o enfrentamento das questões ambientais, R.4 percebe que, desde Estocolmo-1972, uma mudança vem se concretizando, na qual o país afasta-se de uma posição “muito conservadora/adversária”, para uma situação em que absorve os princípios do “desenvolvimento sustentável”, modificando sua trajetória mantida até então.

Com relação à análise da atuação dos diferentes atores (países/governos, instituições, pessoas, etc.) neste movimento histórico de pensar soluções aos problemas ambientais enfrentados pela humanidade, ou seja, de como pode ser vista a história do movimento ambiental, os respondentes expressam distintos posicionamentos.

Para R.1, e de forma parecida para R.3, a atuação é “muito distinta”, uma vez que governos e empresas “atuam de forma mais ostensiva e similar”, ficando a “política governamental” suscetível aos interesses de grupos econômicos, enquanto que os movimentos sociais e organizações não-governamentais, ao empunharem “bandeiras ambientais”, sinalizam um aspecto positivo na luta ambiental.

De modo similar, R.2, expressa o contraponto entre as divergentes formas de agir de governos como Equador (sobre a dependência do petróleo), do Uruguai (legalização do aborto e do uso da maconha), Japão (manutenção da usina de Fukushima, mesmo após o desastre) e Austrália (que recusou-se a assinar o protocolo de Kyoto), apontando que os movimentos sociais foram mais suscetíveis à adoção da temática ambiental em suas lutas originais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), por exemplo.

A atuação é muito distinta. Governos e empresas atuam de forma mais ostensiva e similar. Isso não é novidade, uma vez que dada a correlação de forças sociais, governos são em grande medida eleitos com forte apoio de setores empresariais e não raramente estes ocupam cargos estratégicos na estrutura de Estado. Dependendo de quais setores apoiam, a política governamental pode ser mais ou menos agressiva no uso de recursos naturais. Vejo movimentos sociais assumindo bandeiras ambientais, o que é positivo. Isso tem se intensificado na América Latina. Por outro lado, muitas ongs se profissionalizaram e viraram prestadores de serviços, atreladas a interesses de empresas e governos, o que reduziu sua autonomia e sua atuação orgânica aos movimentos sociais. Pessoas têm procurado reduzir consumo e mudar comportamentos, mas isso não vem acompanhado de clareza do que se passa na escala macrossocial e planetária. As ações são bastante individualizadas e pouco coletivas (RESPONDENTE 1).

A posição de R.1 anuncia o embate entre Governo/Mercado e Sociedade/População, uma vez que os primeiros reiteram uma dinâmica econômica de interesses concretos face ao acúmulo e proteção de negócios, ao passo que a sociedade fica à mercê das ambições desse sistema, sendo conivente ou refém do percurso e do regime econômico vigente.

Nesse caminho, ainda que haja espaço para os movimentos ambientalistas, em maior ou menor grau, ou eles estão à margem da credibilidade social, sendo tachados como contrários ao desenvolvimento econômico ou apocalípticos, quando são definidos como os *ecochatos* ou *ecoterroristas*, ou estão impregnados pelo discurso instituído, alijados da necessária autonomia de recursos e, como expõe R.1, infelizmente ligados aos “interesses de empresas e governos”.

Podemos dizer, diante do exposto, mesmo considerando as diversas vertentes dos movimentos ambientalistas, que sobra influência dos governos e empresas em prol de seus negócios e falta autonomia aos movimentos que, quando não exageram em suas ações ou estão

limitados pela escassez de recursos a que dispõem, acabam se limitando a agir, sem conflitos maiores, em causas pontuais e bastante localizadas.

Um exemplo da América Latina pode ser ofertado pelo presidente do Equador, que se recusou ao crescimento do petróleo. No Uruguai, temos a legalização do aborto, casamento gay e uso da maconha! Acompanhando o “The Guardian” (jornal britânico), observamos uma seção especial de ambiente com vários temas debatidos e noticiados. Mas no Japão, continua o consumo via usina nuclear (Fukushima), ou no caso da Austrália, que se recusou a assinar o protocolo de Kyoto. No caso brasileiro, houve certos avanços no governo em instituir leis (a própria CF88 é boa pro ambiente, artigo 225). A transversalização do ambiente nas escolas também foi um fato importante. Os movimentos sociais acolheram a dimensão ambiental em suas lutas, como o MST, por exemplo, além de outros bons exemplos. Aqui em MT, o tradicional direitos humanos incorporou a bandeira ambiental e nosso grupo se intitula “Fórum de Direitos Humanos e da Terra” (*)⁸². A luta vegetariana se alastrou, até os direitos animais estão mais presentes. Contudo, as tradicionais arenas tomadas por nós, hoje, entram em disputas, com a presença do agronegócio nas conferências de meio ambiente, entre outros exemplos. Penso que temos retrocessos no governo Dilma, em especial à questão indígena, mas também temos coisas importantes (RESPONDENTE 2).

R.2 lembra bem o movimento que ocorre na América Latina e as forças que tentam, como podem, fazer enfrentamento às escolhas que não congregam com as necessidades ambientais, todavia, isto não muda o cenário global, pois outros atores internacionais (como bem cita os casos de Japão e Austrália), ainda persistem nas mesmas posições tomadas anteriormente, mesmo com os impactos sentidos na atualidade.

De acordo com R.2, os aspectos positivos que impulsionaram certos movimentos, como o da Constituinte de 1998, que estabeleceu a proteção ao meio ambiente em seus fundamentos (entre outros direitos e obrigações), assim como a abordagem transversal da temática ambiental nos currículos escolares (temas transversais), ainda persistem ao lado do engajamento dos movimentos sociais ligados à terra e ao trabalho na causa ambiental.

Contudo, segundo a resposta de R.2, o que mais se destaca na ação dos atores é que o debate ambiental, e seu movimento de enfrentamento, são apropriados também pelo lado *predador*, no qual o “agronegócio” entra na disputa para debater as questões ambientais sob uma ótica bastante particular, e com muita influência sobre a sociedade, haja vista a defesa destes grupos ao venderem o discurso de assegurar a produção de alimentos para sustentar as populações.

⁸² A esta referência [R.2] indica o seguinte website: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2014 (conferido).

R.3, em sua resposta, assevera que a participação dos atores está intimamente atrelada aos interesses do mercado e ao modelo econômico instituído, que privilegia o acúmulo, que distorce as necessidades, que altera as prioridades e que não reconhece a face do impacto global da exploração predatória sob o meio ambiente, perpetuando, mesmo diante dos fatos, um modelo econômico insustentável e socialmente injusto.

A pergunta inicial de certa forma já responde essa questão; vejo as atuais estruturas de governo completamente comprometidas com o poder das grandes corporações multinacionais, numa aliança que não pode ser explícita aos olhos da sociedade. Enquanto certas instituições dos governos atuam num jogo de faz de conta aprimorando as institucionalidades ambientais em prol da sustentabilidade; por outro lado, outras instituições governamentais avançam com a fronteira do desenvolvimentismo e com a estratégia do anti-ecologismo, as mesmas instituições que promovem alianças com o setor produtivo, que está empenhada na supressão dos serviços ecossistêmicos prestados gratuitamente pela Natureza, para convertê-los em bens de consumo, tecnificados, a serem inseridas no Mercado. Enquanto esse setor governamental propaga a formulação ideológica da economia verde, o setor produtivo se encarrega da tecnificação da natureza e sua conversão em mercadoria. Eles não podem, mas a crise ambiental representa um vigoroso ciclo de acumulação (privada) do Capital. Por outro lado, é promissor ver iniciativas de determinadas organizações da sociedade civil, que procuram desvelar as redes do poder econômico, o perfil das grandes fortunas e das grandes empresas, as relações promíscuas entre setores parlamentares e a iniciativa privada, como parte da estratégia da desalienação das condições sociais de reprodução do Capital (RESPONDENTE 3).

Ao citar o exemplo de como um governo pode ser contraditório em suas próprias ações, o respondente delinea a capacidade dos governantes em embalar o discurso ambiental de proteção e de criação de leis que, mesmo promovendo ações ambientalmente acertadas, não deixam de associar-se ao setor produtivo, assumindo a mesma postura do mercado, ligando-se a modelos desenvolvimentistas que não coadunam com aquilo que é postulado em outras ações.

A partir da resposta, podemos considerar que os governos e suas estruturas organizacionais, atuam ao mesmo tempo a favor e contra a sociedade, deixando transparecer os conflitos internos entre as diversas correntes que agem intimamente nas relações de poder dentro dos sistemas partidários vigentes, porém, privilegiando sempre a acumulação pelo setor privado.

Não obstante, o respondente pondera que esta não é uma luta que já está ganha pelo sistema (mercado) e que, mesmo desproporcional em suas relações de forças e poder, ainda conta com a atuação de iniciativas verdadeiras e promissoras (os movimentos ambientalistas),

que buscam, da forma como podem, desmascarar as “relações promíscuas” que existem na sociedade, entre “setores parlamentares e a iniciativa privada”.

Já R.4, em sua resposta, inclui um novo ator na discussão, que é a Ciência, sendo esta, para ele, um componente importante no processo de promover conhecimento e engajamento institucional, uma vez que esta traz informações seguras para a tomada de decisões, contribuindo para organizar quais ações devem ser tomadas para que se alcancem os objetivos desejáveis e necessários.

Quero destacar o papel da ciência. A convenção da ONU sobre mudanças climáticas talvez tenha sido aquela onde mais o conhecimento científico desempenhou um papel decisivo. Os acordos seguem os determinantes da ciência em primeiro lugar através do importante trabalho do IPCC. Ainda assim, nota-se que somente o conhecimento científico sobre os riscos presentes e futuros não é suficiente, pois não se chegou a um acordo global de redução das emissões de gases de efeito estufa. Ainda que os riscos a longo prazo, sejam extremamente preocupantes, o assunto ainda não mobilizou suficientemente as pessoas, o setor privado e os governos de modo a que ações concretas sejam empreendidas. Isso está acontecendo num quadro em que soluções tecnológicas para redução de emissões já existem na mesa de negociações. Há uma inércia institucional que tem se mostrado muito mais difícil de contornar do que fora imaginado em 1992 (RESPONDENTE 4).

Esse posicionamento do respondente é interessante, pois qualifica dois aspectos da própria Ciência, um deles o de que o conhecimento científico fornece dados e informações que permitem entender os problemas e pensar nas soluções e, outro, de que a Ciência, por si só, não é suficiente para impulsionar os tomadores de decisões a materializarem ações em prol das soluções pretendidas.

A par disto, observamos que o respondente identifica, duas dificuldades a serem superadas: primeiro, de que os problemas existentes, embora de conhecimento geral, ainda não conseguiram mobilizar “suficientemente” as pessoas e os governos; segundo, de que, mesmo existindo possíveis soluções técnicas/tecnológicas, há uma constante “inércia institucional”, que arrasta indefinidamente, por questões econômicas, diplomáticas e burocráticas, as ações a serem tomadas.

Os dois aspectos e as duas dificuldades trazidas por R.4 expressam, em nossa percepção, um pouco do que já foi apontado em relação à existência de uma consciência global sobre os problemas ambientais, que não contam com a mesma força de ação coletiva em prol de ações concretas, bem como sobre a lentidão governamental global tanto da ONU, como de seus braços e instituições, e de países/nações e seus chefes de governo e lideranças, em construir acordos que superem a morosidade do próprio sistema internacional.

De acordo com nossos quatro interlocutores, o cenário global sobre o que foi proposto e colocado em prática desde Estocolmo-1972, como sugerido na terceira questão, não é nada promissor, pelo contrário, é desalentador, tanto pelas evidências já apontadas da existência de soluções tecnológicas não empregadas, quanto pela inércia de governos, governantes, instituições e lideranças (nas muitas instâncias e organismos locais e internacionais) em colocá-las em prática.

A par deste cenário pouco promissor, R.1 expressa que os “comportamentos individuais” são relevantes, porém, modestos, frente às necessidades constatadas e – ao apontar a educação como elemento chave – identifica que sua universalização se restringiu à comunicação, transmissão de informações, porém, sem compor uma abordagem emancipatória do indivíduo – assumindo, na fala do autor, “tons moralistas e não reflexivos”, que não proporcionaram a concretização das propostas engendradas desde Escotolmo-1972.

A ambientalização de políticas públicas e privadas, apesar de que isso está ocorrendo sob uma lógica nem sempre favorável à sustentabilidade. A alteração de comportamentos individuais, o que é relevante, mas modesto diante de necessidades de mudanças estruturais. A universalização da educação ambiental, mesmo que nem sempre cumprindo um caráter educativo, se restringindo normalmente a processos de comunicação, capacitação e treinamento, sob uma proposta pedagógica comportamentalista e tecnicista. Não raramente esta assume tons moralistas e não reflexivos. O desenvolvimento tecnológico, o que ajudou na redução de impactos, mas novamente é limitada em seu alcance, uma vez que tecnologia não é sinônimo de mudança estrutural na forma de nos relacionarmos e produzirmos (RESPONDENTE 1).

Em sua resposta, R.2 afirma que vivenciamos uma “dramática” situação do mundo, na qual “quase ninguém colocou em prática” o que foi recomendado, deixando claro que quando não foi “apenas omissão”, foi “retrocesso duro”, o que nos permite, a partir de suas palavras, ponderar que o cenário posto nos últimos quarenta anos, embora tenha assegurado um movimento ambientalista contínuo, não permitiu que este superasse os interesses do sistema econômico vigente.

Bem, tive que reler as principais determinações de Estocolmo para conseguir responder esta pergunta. Ainda bem que o fiz, porque é dramática a situação do mundo, quase ninguém “colocou em prática” as recomendações ali postas. Em alguns casos não foi apenas omissão, foi retrocesso no duro! (RESPONDENTE 2).

Nesse cenário, é importante observar o conflito entre o movimento ambientalista e a lógica econômica, não no sentido de forças e de contradições que ambos carregam, mas no sentido de pensar como um ou outro pode, de tempos em tempos, levar às sociedades, de modo geral, seus interesses, suas preocupações e suas ideologias.

Diante disso é importante fazer o questionamento sobre quais seriam os fatores determinantes que levam as pessoas a tomar por verdadeiras as afirmações dos movimentos ambientalistas em contraposição aos grandes interlocutores empresariais ou governamentais, tendo em vista a problemática ambiental que vem sendo posta, cotidianamente.

Como é possível, frente a atual situação ambiental global evidenciada pelas tragédias climáticas, poluição em geral, desertificação, má distribuição da água potável, queda na produção e distribuição de alimentos, etc., etc., etc., que as sociedades tendam a acreditar no discurso capitalista de que tudo não passa de um alarde apocalíptico e de que a solução está, ainda, no desenvolvimento sustentável?

Qual é, e como pode ser definido, o discurso desenvolvimentista propalado que torna cômodo aceitar que as soluções são fáceis, simples e imediatas, quando, na verdade, são complexas, estruturais e de longo prazo?

Muito deste conflito, a nosso ver, é expresso na fala de R.3 ao referir-se sobre o “interesse do capital” que tenta impor sua lógica e, portanto, sua ideologia, numa visão de mundo que, ao camuflar os problemas reais das sociedades bem estruturadas e com seu nível de bem estar plenamente alcançado, não evidencia o cruel sistema de expropriação e acumulação de capital junto às sociedades economicamente menos favorecidas.

O interesse do Capital em impor a sua lógica, a sua visão de mundo, a sua perspectiva de lidar com a crise ambiental, para explorar todo o potencial de acumulação (privada) do Capital, na expectativa de combinar, quando possível, proteção ambiental com oportunidades de lucro, produção industrial com eco-eficiência (RESPONDENTE 3).

Todavia, em que pese um contrapeso na interpretação dos acontecimentos, R.4 chama atenção para o fato de que as sociedades, naquele momento em Estocolmo-1972, ainda não dispunham de todas as informações sobre os problemas ambientais existentes, o que, no decorrer das décadas seguintes, veio a ser organizado e, então, disponibilizado.

Estocolmo se preocupou prioritariamente com a questão da poluição da água, do ar, do solo pelas atividades humanas, principalmente com os efeitos da poluição na saúde humana. Em 1972, pouco se conhecia da seriedade do aquecimento global, de riscos à manutenção da camada

protetora de ozônio, isto é, dos impactos verdadeiramente globais das atividades humanas sobre o funcionamento do sistema terrestre. De fato, Estocolmo trouxe uma nova consciência ecológica e determinação de um caminho de desenvolvimento limpo a nível local, sem contaminação ambiental. Foi um divisor de águas nesta questão (RESPONDENTE 4).

Para o respondente, em 1972, discutia-se a poluição da água, do ar, do solo e os efeitos desta para a saúde humana, enquanto que pouco se conhecia sobre os grandes problemas globais das ações humanas sobre o ambiente terrestre, como o aquecimento global e a redução da camada de ozônio que afetam, de forma ainda mais contundente, os países mais pobres.

Em nossa acepção, entendemos que R.4 expressa que Escotolmo-1972, foi o “divisor de águas” que proporcionou ao mundo ampliar a visão sobre os problemas ambientais globais, superando as discussões sobre os problemas locais (sem deixá-los para traz), apontando a necessidade de tratamento mais amplo para todas as questões existentes.

Sobre os elementos que podem ser apontados para que os diversos acordos, tratados e convenções estabelecidos nestes encontros alcancem o seu efetivo cumprimento, ou seja, o que vem facilitando ou dificultado a construção de acordos internacionais e sua aplicação, as interpretações de nossos entrevistados revelam, com certa clareza, elementos determinantes como: os “interesses econômicos do mercado”, a “cultura dominante fundada na cisão sociedade-natureza”, e a “falta de democratização dos meios de comunicação” (R.1); a “noção [hegemônica] de desenvolvimento”, os interesses do “velho capital”, e o “consumismo de poucos com a riqueza da minoria” (R.2); a “alienação” estrutural, as “determinações econômicas” ocultas; e a “estrutura do modelo de desenvolvimento” (R.3); e a “distinta dimensão econômica” que separa os pequenos interesses (no caso dos produtores de CFCs) dos grandes interesses globais (no caso da matriz de energia fóssil) (R.4).

Em síntese, com base nas respostas trazidas, ponderamos que o modelo econômico existente e toda a estrutura que o camufla e protege, garantindo privilégios aos já privilegiados, expropriando os desprivilegiados, alienando o cidadão comum e garantindo a ilusão do consumo como essência do bem-estar coletivo, é a força motriz que garante o insucesso das ações em prol de uma sociedade mais justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

O determinante são os interesses econômicos de mercado. Aliado a isso, temos: hegemonia de ideologia desenvolvimentista, cultura dominante fundada na cisão sociedade-natureza, padrão de formação educacional despolitizador e instrumental, política estruturada em lógica eleitoral de 4 anos, perdendo a dimensão de longo prazo, fragilização dos movimentos

sociais, falta de democratização dos meios de comunicação (RESPONDENTE 1).

Esta pergunta dá um bom artigo, que pena que sua entrevista é por mensagem, porque uma entrevista oral conseguiria arrancar melhor as expressões, desde que a oralidade leva menos tempo e as pessoas poderiam falar mais. Mas retomando sua questão, na minha opinião a noção de DESENVOLVIMENTO ainda é a causa maior contra o ambiente. Embutido na dimensão desenvolvimentista, está o velho capital, é claro. Recentemente imitamos os EUA instituindo o chamado “Black Friday”, numa verdadeira obsolescência planejada. “Eu compro, logo existo!”. O consumismo de poucos é a fome de muitos. A riqueza da minoria é a degradação ambiental da Terra (RESPONDENTE 2).

Não vejo outra alternativa que não se trabalhar na perspectiva da desalienação: enquanto não se trabalhar as determinações econômicas envolvidas nesse processo histórico, enquanto a estrutura do modelo de desenvolvimento hegemônico não for dissecada e compreendida pela sociedade, não será possível fazer face ao enfrentamento crítico do atual sistema e rumar à alternativa societária (RESPONDENTE 3).

Podemos contrastar dois acordos internacionais que tratam questões de perturbações globais: aquecimento global e proteção da camada de ozônio. Desde o Protocolo de Montreal de 1988, todos os países têm buscado maneiras de drasticamente reduzirem a emissão de precursores da destruição da camada de ozônio estratosférica e com sucesso. Ali, tratava-se de mudar a produção industrial de CFCs por outras formas destes compostos industriais que não destruíssem a camada de ozônio. Um pequeno número de grandes corporações da indústria química produzia os CFCs e estas desenvolveram substitutos em poucos anos. Já para a questão do aquecimento global, o problema é de distinta dimensão econômica. A maior fonte de emissões de gases de efeito estufa provem das emissões fósseis para geração de energia. A indústria da energia fóssil perfaz quase 20% do PIB global do mundo! Diferentemente da questão dos CFCs, transformar a matriz energética para formas que não emitam ou emitam muito menos significa uma gigantesca transformação no modelo industrial do Século XX. A indústria fóssil tem enorme inércia e não dá sinais de que uma outra trajetória de produção de energia – predominantemente de fontes renováveis – estará ocupando o cenário principal nas próximas décadas (RESPONDENTE 4).

Ademais, como expressa R.4, pensar nas soluções globais, seria propor e executar a “gigantesca transformação no modelo industrial” existente e, diante dos elementos apontados pelos respondentes, para pensarmos em qualquer mudança significativa, teríamos que executar radicalmente mudanças estruturais nos sistemas econômico-industriais estabelecidos na sociedade contemporânea.

Isto posto, diante das aceções dos respondentes, aferimos não parecer existir elementos facilitadores à construção e aplicação de acordos internacionais, especialmente pelos

diversos momentos históricos em que os interesses econômicos se sobressaíram aos interesses coletivos.

Com relação ao papel da Escola e da Educação Ambiental no processo de enfrentamento das questões ambientais presentes na sociedade, pensando no que podem fazer diante do que nos espera, como proposto na quinta questão, dois respondentes indicam que a escola é “necessária/indispensável” (R.1) e “essencial” (R.4), asseverando sobre o papel que esta instituição assume na sociedade e sobre sua responsabilidade em promover mudanças, embora seja ela mesma, e de modo contraditório, uma instituição que ainda reproduz moldes “predatórios” da natureza (R.1).

A escola é uma instituição necessária à sociabilidade nesta sociedade (criado por esta, na verdade). Portanto, não há nenhuma transformação possível que possa ignorá-la. Contudo, exatamente por ser uma instituição indispensável, o é no sentido de reprodução do padrão societário dominante. Logo, atuar em sentido crítico e transformador das relações sociais e com a natureza exige atuação intencional e organizada dos educadores e educadoras na definição das políticas escolares (currículo, gestão, formação, etc.) e atitudes cotidianas comprometidas com a mudança. Do contrário, a escola atuará na perpetuação de um modelo de uso predatório da natureza, mesmo adotando atividades de educação ambiental, que descoladas da materialidade escolar tornam-se tímidas e por vezes inócuas, ampliando a ilusão sobre o que há de fato acontecendo no planeta. A educação ambiental não foge muito disso. Educação é condição de mudança, mas não a faz sozinha e nem se constitui fora das relações sociais. Logo, em sua complexidade, pode gerar processos emancipatórios e ampliar a alienação. Depende... Há consideráveis exemplos de EA no Brasil que caminham em sentido crítico e transformador, mas também há o inverso e isso não pode ser desconsiderado e deve ser enfrentado para que a EA cumpra um papel de enfrentamento dos problemas ambientais (RESPONDENTE 1).

A partir da resposta de R.1, podemos discutir que a escola encontra-se numa encruzilhada, pois, é uma “instituição indispensável” ao processo de mudança desejável e que não pode ser ignorada, cuja atuação deve ser intencional e organizada. Porém, ainda de acordo com o respondente, se esta atuação “intencional e organizada” não ocorrer, a escola acabará também por reproduzir o “padrão societário dominante”, perpetuando um modelo que ainda assenta-se na relação de exploração insustentável.

Da leitura da resposta de R.4, entendemos que a escola, mesmo sendo “essencial”, ainda compactua com uma “inércia institucional”, estando incapaz de superar o modelo anacrônico e burocrático existente, impedindo que as atuais gerações superem o modelo concebido para um modelo – como diz o respondente – “inovador de coexistência com os finitos recursos naturais do Planeta”.

Essencial! A inércia institucional mencionada anteriormente somente pode ser vencida através da educação dos jovens para buscarem um modelo inovador de coexistência com os finitos recursos naturais do Planeta. A transformação deve se dar na base e a educação ambiental é fator importantíssimo para isso (RESPONDENTE 4).

Todavia, como exposto na fala de R.4, verifica-se que o processo de mudança deve estar ligado à escola, sendo esta a “base” (o alicerce) para que as mudanças ocorram e, em nosso entendimento, isto implica que ainda cabe à Educação Ambiental o papel de fio condutor destas mudanças.

O respondente R.2, por sua vez, identifica a escola como uma instituição que não acompanha as mudanças sociais que vivenciamos hoje, sendo resistente às inovações e à necessidade de abarcar novos saberes (diversidade étnica e cultural, temas complexos e controversos, como sexualidade e outros).

Normalmente a escola é careta e não acompanha as revoluções da contracultura, nem dos movimentos sociais. A universidade também é assim obsoleta, dura na mudança, resistente na inovação. Contudo, há diversos exemplos de bons projetos, programas e vivências em educação ambiental nas escolas. Tenho vivido as inovações das escolas sustentáveis, que para além de ecotécnicas, tem criado muitas coisas diferentes e belas. Há uma esperança por ai, ainda que vaga, morosa ou quase invisível. Mas há mudanças em marcha... (RESPONDENTE 2).

Ao que se percebe, é certo que a escola, uma vez inserida nesse processo de transformação social, não tem como escapar à necessidade de proporcionar uma nova perspectiva à educação e, portanto, à Educação Ambiental, servindo como espaço para mudanças, nos moldes desejáveis para o enfrentamento das questões ambientais. De fato, o respondente aponta que existem novos modelos sendo colocados em prática, destacando a possibilidade de esperança, de expectativas de mudanças.

Para R.3, a escola deve atuar na “perspectiva da transformação social”, seguindo em frente com uma “pedagogia da indignação e do conflito”. O respondente parece apontar, exatamente, as falhas que a escola perpetua e arrasta em seu fazer diário, mesmo depois – como ele observa– da Conferência de Tbilisi, que estabeleceu os princípios e práticas para a Educação Ambiental no mundo.

Na perspectiva da transformação social, com a pedagogia da indignação e do conflito, para explicitar as contradições do sistema (o que no fundo já era de se esperar desde Tbilisi, com as recomendações de se efetuar uma leitura

crítica e contextual, de modo interdisciplinar, acerca do desenvolvimento e das múltiplas dimensões da vida social). Na perspectiva da reprodução social, a pedagogia do consenso e da hegemonia reproduzindo-se nas práticas cotidianas escolares pautadas pela EA (RESPONDENTE 3).

Entretanto, entendemos, a partir da fala do respondente, que a escola ainda segue na esteira da “reprodução social”, sem sabermos, ao certo, se a “pedagogia do consenso” é positiva ou negativa no enfrentamento das questões ambientais, uma vez que ainda são reproduzidas no ambiente escolar as práticas pedagógicas hegemônicas que colocam o ser humano distante da interdependência da natureza e de seus elementos.

Em síntese, com relação à Educação Ambiental, observamos que todos os respondentes, de modo muito próximo, qualificam que esta tem papel fundamental nas transformações sociais, tornando-se base para que ocorram mudanças com vistas ao tratamento dos problemas ambientais. Essa é também a concepção que temos assumido desde nosso trabalho de Mestrado e em nossas ações como professor da educação básica.

Sobre os rumos que os entrevistados percebem para a Educação Ambiental no Mundo e no Brasil, observamos ser este um ponto extremamente complexo e as respostas podem nos ajudar a refletir sobre essa relevante questão para nosso estudo. Os respondentes sinalizam, e de formas bastante diferenciadas, a existência de contradições internas – metodológicas e ideológicas (R.1), de avanços e retrocessos (R.2), de permanências e disputas (R.3), e de limitações conceituais (R.4).

Nesse sentido, podemos ponderar, a partir das falas dos respondentes, que os rumos para a Educação Ambiental são diversos, tanto em relação ao Mundo quanto para o Brasil, pois existem distintos elementos constitutivos para a sua ação frente aos diferentes contextos sociais, culturais, políticos e econômicos existentes e, portanto, particulares a cada país, governo, instituição, organização e à própria sociedade sob análise.

Para R.1, os rumos para a Educação Ambiental são cheios de “contradições”, visto que existem avanços significativos (a “consolidação de políticas públicas”, a “inserção nas escolas”, a “produção intelectual e de metodologias”), mesmo persistindo em sua condução a subordinação aos “grandes interesses econômicos” vigentes.

Rumo cheio de contradições. No Brasil, avançamos na institucionalização, na consolidação de políticas públicas e espaços públicos, na inserção em escolas, instrumentos de gestão ambiental, movimentos sociais e universidades, e na produção intelectual e de metodologias. Contudo, ficamos subordinados aos grandes interesses econômicos e nos situamos de modo secundário em grande parte das políticas de educação e ambientais. Há também um relativo domínio de propostas que se restringem ao debate ético, técnico e comportamental,

perdendo outros elementos decisivos para um processo educativo voltado para a formação humana. No mundo, depende. Vejo panorama similar ao nosso na América Latina e a questão social está intrinsecamente posta aí e em países como Espanha, Canadá e Austrália. Todavia, em outros países europeus e EUA, a proposta de EA continua centrada em uma leitura biológica e comportamentalista (RESPONDENTE 1).

Isto nos remete ao que já ponderamos sobre o discurso existente nas recomendações internacionais para a Educação Ambiental que, significativo em proposições, é pouco eficaz em mobilizar forças para a superação da morosidade dos sistemas e sua burocracia reinante, deixando aos indivíduos a responsabilidade pelas mudanças.

Do mesmo modo, percebemos isto nas ponderações do respondente, quando este expressa que há um “domínio de propostas que se restringem ao debate ético, técnico e comportamental”, enquanto que o desejável, na concepção do mesmo, seria um “processo educativo voltado para a formação humana”.

R.2, em sua resposta, destaca o fato de que a Educação Ambiental alcançou um status importante na sociedade, em especial pelo aspecto de promover a mobilização de pessoas (ativistas e militantes) e pelas pressões que exerce na sociedade, propondo questões, reflexões e mobilizações em prol das causas ambientais,

Isso dá uma tese! Hahahah, desculpe a brincadeira, mas é uma questão que exige enorme envergadura e um tempo longo (que não disponho) para responder. Em síntese, percebo que a educação ambiental, assim como o movimento ecologista, desempenhou bem algumas funções. Se hoje somos presos ou indesejados, é sinal que nossas pressões deram bons resultados de controle social. Pessoalmente já fui ameaçada de morte duas vezes, em ambos os casos porque defendia os direitos indígenas em MT. Mas parece que a cada passo que damos pra frente, as violações socioambientais nos obrigam a recuar dois passos. O mundo, assim como tudo na vida, oferece simultaneamente coisas boas e ruins. Há exemplos maravilhosos de projetos em educação ambiental, mas há degradação ambiental sem precedentes no mesmo tempo considerado. Enquanto a emancipação feminina é um fato, o índice de estupro aumentou consideravelmente em todo o mundo. São antagonismos e controvérsias que teremos que aprender a lidar. Não será possível ser otimista demais, nem pessimista demais. Talvez um complexo do meio termo, que consiga ser crítico para enxergar as violências de nossa era, porém jamais perder a esperança numa Terra mais inclusiva, justa e com mais proteção ecológica (RESPONDENTE 2).

Contudo, em nossa leitura e a partir dos elementos trazidos pelo respondente, vemos o acirramento do conflito ambiental, no qual encontramos a mobilização de pessoas em prol de ações efetivas no mesmo lugar em que pessoas são perseguidas e presas ao defenderem estas mobilizações. O simples fato, ao observamos a fala do respondente, da ocorrência de ameaça

de morte (por duas vezes), exemplifica o conflito de interesses entre o bem comum e os negócios privados.

Também nos chama atenção o fato, exposto por R.2, de que há exemplos bons e ruins, em todos os sentidos, na luta pela resolução dos problemas ambientais, em especial quando este aponta os “maravilhosos projetos em educação ambiental” ao mesmo tempo em que se vê uma “degradação ambiental sem precedentes”.

Observa-se, segundo R.2, que o mundo caminhou em direção a ações efetivas (a emancipação da mulher é só uma delas), porém, este processo não foi seguido da redução do impacto das ações humanas no ambiente global. Ao contrário, como diz o respondente, verifica-se um “antagonismo” entre a lenta efetivação no processo de equalização dos problemas ambientais, enquanto acompanhamos um acelerado processo de degradação planetária.

Resta saber, como aponta o respondente, se seremos mais ou menos otimistas em relação ao futuro que já chegou e, à medida que observamos todos os grandes problemas ambientais que afligem a humanidade direta ou indiretamente em menor ou maior grau de impacto, considerar como será nossa ação em prol de soluções efetivas.

R.3, em sua resposta, nos leva a refletir sobre o conflito que vivem – já há muito tempo, a nosso ver – as instituições educacionais e a própria Educação Ambiental, uma vez que, na fala do mesmo, observamos o conflito existente entre posicionamento crítico e posicionamento pragmático, no qual o primeiro, ao propor mudanças e transformações, entra em conflito direto como os ditames do segundo, que prevê a continuidade das mesmas fórmulas ideológicas existentes, reproduzindo uma “visão de mundo” que, fadidamente, repisa na responsabilização dos indivíduos, atribuindo à eles a mudança de comportamentos individuais como solução para os problemas existentes.

A permanência da luta ideológica entre as macro-tendências político-pedagógicas da EA, especialmente entre a Crítica e a Pragmática; a primeira remando contra a correnteza, agarrando-se nas brechas do sistema para pedagógica e politicamente criticar suas contradições, a segunda, seguindo a velha forma da propaganda ideológica incutindo essa visão de mundo a-histórica e descontextualizada de que a solução da crise ambiental passa pela mudança de hábitos e comportamentos individuais (RESPONDENTE 3).

R.4, por sua vez, emite uma resposta que propõe uma reflexão ampla sobre a questão originalmente formulada, apontando que a Educação Ambiental, enquanto expressão conceitual, de práticas e fundamentos, é “algo limitante”, apontando que o correto, de acordo

com sua percepção, deveria ser “educação para a sustentabilidade”, cujo conceito estaria mais próximo do paradigma do desenvolvimento sustentável.

O nome educação ambiental é algo limitante. O mais correto seria educação para a sustentabilidade, onde o conceito é alargado para abranger os novos paradigmas de desenvolvimento sustentável. Isto é, tecnologias são importantíssimas e não são inimigas do ambiente saudável. Trata-se de dominá-las e torná-las úteis para o fornecimento das necessidades básicas de uma vida digna para a população mundial (via segurança alimentar, hídrica e energética), por um lado, e igualmente avançarem para buscar incessantemente novas maneiras de utilização sustentável dos recursos naturais, sem causar mais aquecimento global, reduzindo o impacto na biodiversidade e na disponibilidade hídrica (RESPONDENTE 4).

Em nosso entendimento, vemos que o respondente, ao defender este conceito de “educação para a sustentabilidade”, reforça (positivamente) os elementos norteadores do “desenvolvimento sustentável”, como estes foram organizados já no relatório “Nosso Futuro Comum” e estruturados na Conferência Rio-92 e que, desde então, pautam as discussões internacionais sobre Meio Ambiente.

Na concepção de R.4 é possível observar que este conceito de “educação para a sustentabilidade”, pode alargar e ampliar os horizontes educacionais, dando conta de “abranger os novos paradigmas de desenvolvimento sustentável”. Todavia, a nosso ver, mesmo tendo esta nova formulação um valor conceitual positivo, ainda não responde às necessidades de mudanças que vemos ser necessárias frente aos problemas ambientais existentes.

Por fim, é interessante abordar o que o respondente diz a respeito do uso das tecnologias a favor das mudanças. Para ele, as sociedades devam aliar tecnologia às soluções, dominando-as e colocando-as aos serviços das necessidades coletivas, permitindo que se encontrem “novas maneiras de utilização sustentável dos recursos naturais”, sem causar mais prejuízos ao ambiente global.

A título de síntese ou como conclusão para este capítulo, levando em consideração todas as respostas (ou depoimentos, se for o caso), aos questionamentos que propusemos, podemos organizar alguns elementos-chave que emergem a partir do conjunto das visões de nossos respondentes:

- Os interesses econômicos foram e são determinantes nas relações existentes na sociedade, especialmente no que diz respeito aos modelos de desenvolvimento vigentes e às propostas para o enfrentamento das questões ambientais;

- Há um constante vai-e-vem, idas e vindas, avanços e retrocessos quando se trata do que já foi proposto e feito desde a primeira grande conferência, para o enfrentamento dos problemas ambientais;
- A Escola, mesmo estando atrelada a um modelo que não atinge a plena emancipação do sujeito (pois permanece permeada de concepções a-críticas e a-históricas), reproduzindo muito dos modelos sociais vigentes, ainda é peça fundamental na transformação das sociedades e na busca pela mobilização em prol da responsabilidade planetária. A Educação Ambiental, do mesmo modo, é elemento essencial para as possíveis transformações das relações entre o homem e o meio ambiente;
- É inequívoco que houve progresso desde Estocolmo-1972 sob vários aspectos, entre os quais a mobilização de pessoas e instituições, governos e empresas, a apropriação dos conhecimentos técnicos e científicos, etc., contudo, este progresso tem sido extremamente lento e podado pelos antagonismos e contradições que o próprio sistema engendrou, enquanto que, neste mesmo contexto, viu-se uma acelerada degradação ambiental, nunca antes sentida;
- O discurso ambiental e as recomendações internacionais para a Educação Ambiental, foram eficazes em produzir movimentos, em gerar debates e propor soluções. Todavia, ainda não são capazes de mobilizar as sociedades para o enfrentamento dos grandes (e pequenos) problemas ambientais postos à humanidade, superando a inércia e a morosidade de governos, instituições e empresas.

De modo geral, podemos dizer que as falas dos respondentes, apontam aspectos positivos e negativos neste processo histórico, cabendo, por fim, ponderar sobre quais os possíveis caminhos a serem seguidos para que os aspectos positivos compensem em ações e mudanças, os aspectos negativos, que ganham em volume.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS...

Quando se aprende a beber nas fontes do
vazio, deixa-se de temer o futuro. O
tédio opera prodígios: converte a
vacuidade em substância, é ele próprio
vazio nutritivo.
Emile M. Cioran

SOBRE O TEMA, O BRASIL E O MUNDO NAS TRÊS CONFERÊNCIAS

Na perspectiva política e diplomática o Brasil foi bastante atuante no cenário ambiental global – seja na participação em Estocolmo, 1972, como, obviamente, por sediar os outros dois *mega eventos*, que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro em 1992 e, vinte anos depois, em 2012, e outros eventos menores, mas também significativos.

O mesmo pode ser dito sobre a participação de tantos outros países e suas intervenções, seja na dimensão das contribuições ou na perspectiva dos entraves colocados, e isto não significa fazer menção espacial a um ou outro país, mais ou menos desenvolvido, mais ou menos poderoso, mais ou menos rico, muito embora sempre se evidencie, em maior grau, alguns extremos, como no caso das *superpotências* (EUA, Inglaterra, Alemanha, Rússia, etc.), ou de outros grandes atores, como propriamente o Brasil, a China e a Índia.

Aliás, no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU, existem os países fundadores, que é o caso do Brasil e de outras 50 nações, que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942 e a ratificaram na Conferência de São Francisco, em 1945, e os países que vieram a assinar a carta de princípios nos anos seguintes⁸³.

Atualmente, fazem parte da ONU 193 países, estando fora da lista de países-membros o Vaticano, que possui status soberano e é reconhecido internacionalmente; a República de Kosovo, cuja situação ainda não foi oficialmente reconhecida; Taiwan, que encontra-se sob o domínio da República Popular da China e que pleiteia sua reinclusão na organização; e os Territórios Palestinos, cuja situação internacional ainda não foi definida.

Desta forma, ao falarmos sobre a atuação dos países no cenário global da ONU e das inúmeras conferências retratadas aqui, é importante entender que coube, e somente aos países-membros, o direito a voto e a veto em todas as deliberações, restando aos países observadores e convidados, endossar as decisões tomadas por aqueles que detinham maior influência e poder de persuasão ou convencimento nos respectivos momentos históricos dos eventos.

Seja como for, desde Estocolmo-1972 a temática ambiental não é mais vista do mesmo modo, em qualquer âmbito, pois, como afirmam Neves & Dalaqua (2012, p.13), desde aquela ocasião, o “tratamento internacional dos temas de meio ambiente e desenvolvimento evoluiu muito”, uma vez que, e sobremaneira, a “cooperação internacional se fortaleceu, o conhecimento científico avançou e novos conceitos políticos surgiram”.

⁸³ Países-Membros da ONU. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/paises-membros/>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

Para os autores (NEVES & DALAQUA, 2012, p.14), em 1972 reverberava, todavia, uma discussão ambiental voltada muito mais aos problemas da poluição ambiental de modo geral (solo, ar, água, sonora, visual, etc.), enquanto que outras questões, que ainda não repercutiam amplamente àquela época, não tinham vez no rol dos temas prioritários. Aliás, para os autores, a “abordagem bastante específica adotada em Estocolmo também destoa da amplitude com a qual a questão ambiental é debatida hoje”.

Sobre a atuação do Brasil, naquele momento específico, os autores expressam que os “delegados brasileiros reconheciam a ameaça representada pela poluição ambiental”, contudo afirmavam que “era preciso diferenciar os problemas ambientais existentes nos países periféricos – relacionados com o grande número de pessoas vivendo na pobreza – da poluição gerada por uma falta de planejamento nas grandes economias industriais” (NEVES & DALAQUA, 2012, p.14).

A tese defendida, portanto, pelas autoridades brasileiras, segundo os autores, era de que “todos os países tinham responsabilidades para com o meio ambiente”, no entanto, “os países desenvolvidos, amplamente urbanizados e com elevados padrões de consumo, deveriam ser considerados os grandes responsáveis pelos altos níveis de poluição” (NEVES & DALAQUA, 2012, p.14).

Esta visão brasileira era compartilhada pela China que, junto com o Brasil, liderou a aliança dos países periféricos em Estocolmo. Este grupo político defendia que o crescimento econômico dos países em desenvolvimento não deveria ser limitado por medidas ambientais, as quais deveriam ser, primeiramente, de responsabilidade dos países desenvolvidos. Ademais, também era dever das nações industrializadas investir em pesquisas sobre as questões ambientais e facilitar a difusão dos avanços alcançados para os países em desenvolvimento (NEVES & DALAQUA, 2012, p.14-15).

É neste momento que se constrói, internacionalmente, o posicionamento do Brasil e de muitos outros países, de forma enérgica e contundente, na defesa dos interesses locais, a área histórica [e equivocada] de que os países deveriam ter total soberania sobre a exploração [e sobre a poluição] de seus recursos naturais. Aliás, um posicionamento que, segundo os autores, era visto como “um comportamento não cooperativo” pelos países desenvolvidos (NEVES & DALAQUA, 2012, p.15).

Este posicionamento, de fato um equívoco que viria a ser constatado posteriormente, segundo os autores, foi devido ao momento econômico que o país atravessava, pois ao mesmo tempo em que experimentava um expressivo crescimento econômico “ocorria uma expansão de valores nacionalistas dentro do país” (NEVES & DALAQUA, 2012, p.16).

É sabido que a política externa do governo Médici privilegiava o desenvolvimento e afirmava a soberania do Brasil na exploração de seus recursos naturais. No entanto, o chamado “milagre econômico” brasileiro durou pouco. Ainda na década de 1970, o crescimento do Brasil diminuiu drasticamente e, em pouco tempo, o modelo de desenvolvimento brasileiro estava sendo seriamente questionado (NEVES & DALAQUA, 2012, p.16).

Esta mudança no panorama econômico e a queda nos índices de crescimento, fez com que o discurso ambiental deixasse de ser visto com “tanta desconfiança pelo governo brasileiro”, que acabou alterando, a partir daí, a sua política externa e passou a buscar, então, uma conciliação entre as metas do “crescimento econômico” com as metas das “preocupações ambientais” (NEVES & DALAQUA, 2012, p.16).

Já em 1992, durante a Conferência do Rio, o desempenho brasileiro revelou uma postura “mais responsável com problemas ambientais globais”, pois, além de sediar o evento, o país também se mobilizou a “favor do desenvolvimento sustentável, mantendo posições consistentes e favoráveis aos princípios da Agenda 21” (NEVES & DALAQUA, 2012, p.17).

Para os autores (NEVES & DALAQUA, 2012, p.17), este evento em particular, ao costurar o acordo da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, evidenciou que os países mais desenvolvidos – dados os seus respectivos níveis de industrialização –, acabariam assumindo um volume maior de compromissos (e responsabilidades) do que os países em desenvolvimento, demonstrando um pacto global influenciado pela participação de países como China e Brasil⁸⁴.

Desde a Rio-92, os conhecimentos científicos sobre os problemas ambientais evoluíram substancialmente, não permitindo a qualquer nação, nos anos seguintes e no início do Século XXI, a omissão diante dos acontecimentos globais, surgidos na cena maior, como a situação complicada do aquecimento global e as responsabilidades comuns por isso.

Em todo mundo, o cenário era de transformação, tendo em vista as muitas mudanças (e crises) sociais, culturais, políticas e econômicas que ocorreram neste período. Além do mais, o final dos anos 1990 trazia consigo uma simbologia particular, referente à entrada num novo século, num outro milênio, com muitas expectativas na redemocratização do mundo e da liberdade geral que se experimentava, com um novo olhar para o futuro – o Século XXI.

⁸⁴ NEVES & DALAQUA, 2012, p.17-18, ressaltam que sobre muitos dos acordos construídos na Eco-92, o Brasil teve um posicionamento muito patrimonialista e soberano, especialmente no tocante aos aspectos de garantir o uso econômico e o domínio sobre suas florestas e de sua biodiversidade.

Para Neves & Dalaqua (2012, p.20), o papel do Brasil continuava sendo importante no cenário ambiental mundial, assim como de muitos outros países que buscavam soluções ou que tinham condições de atuar no processo. Todavia, as mobilizações do governo brasileiro, embasadas em informações técnicas e outros conhecimentos científicos considerados mais seguros sobre os problemas ambientais, permitiram que o país “continuasse a ser um ator decisivo nas conferências sobre mudança climática”.

Em um período de 40 anos o Brasil passou de uma posição de resistência à agenda ambiental – a situação dos anos 1970 –, para um posicionamento de associação a ela nos anos 1990 e, na primeira década do século XXI, passou a defender mais fortemente os princípios do desenvolvimento sustentável, capitaneando esforços em todas as frentes tanto no sentido desse desenvolvimento, quanto de apoio a novas tecnologias e alternativas energéticas, contribuindo para que o país e o mundo assumissem uma agenda mais proativa frente aos problemas ambientais globais (NEVES & DALAQUA, 2012, p.20-21).

No cômputo geral, os autores analisam que estes quarenta anos demonstraram um “progresso substancial na consolidação do desenvolvimento sustentável como uma das prioridades da agenda internacional”. Para eles, “tal avanço ficou evidente na institucionalização do interesse da ONU pelo tema”, bem como na “criação de uma série de tratados internacionais relacionados com os diversos aspectos da sustentabilidade do desenvolvimento” (NEVES & DALAQUA, 2012, p.24).

Ainda assim, Neves e Dalaqua (2012, p.28) chamam atenção para o fato de que, embora as questões ambientais estejam na pauta de discussões internacionais (e locais), e de que estas não serão descartadas, haverá um momento em que as ações necessárias para “mitigar o aquecimento global e se adaptar aos seus efeitos inevitáveis”, passarão a constar do “topo da agenda política internacional”.

SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O mosaico no qual se configura o passado e o presente da Educação Ambiental no Brasil não é algo organizado ou sequenciado – ao contrário, é cheio de lacunas e descontinuidades, embora historicamente fundamentado pelos diferentes momentos, cujos princípios e práticas foram definidos ao rigor dos conceitos consensualmente construídos pelos muitos protagonistas, suas crenças, ideologias e convicções ao longo dos anos.

De fato, trata-se de um panorama composto como uma *grande colcha de retalhos* que os ventos (e as conveniências) levaram e trouxeram ao acaso (por sorte, farsa ou tragédia), mas que são fruto daquilo que podiam ser (feliz ou infelizmente) para o momento e, especialmente, para a mentalidade dos diferentes atores em cada pequeno instante da história.

Aliás, momentos são as únicas constantes neste processo infinito entre reconhecer os problemas ambientais (de toda espécie, ordem e grandeza), discutir as possibilidades de solução para eles (reflexão e consenso), e pôr em prática ações (fazer algo, mobilizar-se) com vistas a resolvê-los, à luz das propostas internacionais para a Educação Ambiental.

No Brasil, segundo Carvalho (2008, p.13),

a EA aparece na legislação em 1973 enquanto atribuição da primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) ligada à Presidência da República. Esta secretaria foi criada em atendimento às recomendações da Conferência de Estocolmo (1972), um dos marcos iniciais do debate ambiental em nível internacional. Mas é principalmente nas décadas de 80 e 90, com o avanço da consciência ambiental, que a EA se expande no Brasil e se torna objeto de um conjunto significativo de políticas públicas e da agenda de movimentos sociais.

Para a autora, o ciclo de conferências da ONU nas décadas de 1970 e 1980, foi promovido dentro de um “conjunto de outras temáticas voltadas para questões sociais (gênero, população, cidades, etc.)” – o que a autora chama de “ciclo social” –, que acabaram fomentando a mobilização internacional que, neste período⁸⁵, “estimulou, durante essas décadas, a adoção, por parte de diversos países, de políticas e programas mediante os quais a EA passou a integrar políticas públicas nacionais” (CARVALHO, 2008, p.14).

Neste espectro de influências internacionais, segundo Carvalho (2008, p.14), a Educação Ambiental no Brasil avançou a partir dos anos 1980 e se consolidou “de forma significativa nos anos 90 a partir da Conferência da ONU” (Rio-92), inclusive com a criação da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), ocorrida durante a realização do Fórum Global nesta conferência.

⁸⁵ Celso Bredariol e Liszt Vieira, no livro *Cidadania e Política Ambiental*, chamam atenção para o fato de que “do pós-guerra até a Conferência de Estocolmo, em 1972, não havia propriamente uma política ambiental, mas políticas que resultaram nela”. No Brasil, naquele momento, os temas dominantes eram o “fomento à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos externos, os conservacionistas que defendiam a proteção da natureza através da exploração controlada [...], e os nacionalistas que defendiam a exploração pelos brasileiros”, sendo que a legislação que dava base a essa política é da década de 30 e “era formada pelos códigos de águas, florestal, de caça, pesca e mineração” (BREDARIOL & VIEIRA, 1998, p.79-80).

Para Carvalho (2008, p.15), as principais políticas para Educação Ambiental acabam se concretizando nos anos 1980, com a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental⁸⁶, em 1981; com a inclusão da Educação Ambiental como “direito de todos e dever do Estado” na Constituição Federal de 1988⁸⁷; e nos anos 1990 com os seguintes eventos:

1992 – Criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC);

1994 – Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA);

1997 – Elaboração dos Parâmetros Curriculares pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, onde “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais;

1999 – Aprovação da Política Nacional de EA pela Lei n. 9.795 (CARVALHO, 2008, p.15).

Loureiro (2006b) por sua vez, assevera que, no Brasil, a Educação Ambiental se fez “tardamente” e, mesmo constatando a “existência de registros de projetos e programas desde a década de setenta”, foi somente em meados da década seguinte que ela começou “a ganhar dimensões públicas de grande relevância, até mesmo, com sua inclusão na Constituição Federal de 1988”. Segundo o autor,

Dentre as ações anteriores, é interessante lembrar as primeiras medidas governamentais promovidas pela extinta Sema, que realizou cursos de ecologia para profissionais do ensino fundamental, e, entre 1986 e 1990, esta, em conjunto com Capes, CNPq, UnB e Pnuma, o primeiro formato de curso de especialização em Educação Ambiental do país (LOUREIRO, 2006b, p.79).

O autor ainda destaca que outro “marco nacional anterior” ocorreu quando o Conselho Federal de Educação definiu, por meio do Parecer 226, que a Educação Ambiental teria “caráter interdisciplinar”, vindo a oficializar o posicionamento do governo acerca do debate, comum na época entre as secretarias estaduais e municipais de educação, que discutiam “se esta deveria ser inserida no ensino formal como uma disciplina ou não, apesar de todas as orientações

⁸⁶ A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), posteriormente, é oficializada pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002.

⁸⁷ Sobre “Educação Ambiental na Legislação Brasileira” e “Evolução Histórica da Legislação Ambiental Brasileira”, ver **Educação Ambiental Legal**. Brasília: MEC/ Secretaria de Ensino Fundamental – Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2003. Disponível em: <<http://migre.me/hpHPP>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

internacionais serem refratárias a qualquer tentativa de torná-la uma disciplina específica” (LOUREIRO, 2006b, p.79).

Para Loureiro (2006b, p.79-80), instalado nos anos 1970, “sob a égide do regime militar”, o debate ambiental se deu muito mais por “força de pressões internacionais do que por movimentos sociais de cunho ambiental”, tendo em vista que a “política ambiental brasileira foi gerida de forma centralizada, sem a articulação popular efetiva na definição de suas diretrizes e estratégias”.

Segundo o autor, este conjunto de fatores históricos e de clima político daquele momento (anos 1970 e 1980), centralizou o debate educacional, implicando que a Educação Ambiental acabasse sendo inserida “nos setores governamentais e científicos vinculados à conservação dos bens naturais, com forte sentido comportamentalista, tecnicista e voltada para o ensino da ecologia e para a resolução de problemas” (LOUREIRO, 2006b, p.80).

A par destes eventos e culminando com a Conferência Rio-92, Loureiro (2006b, p.81), avalia que as fragilidades da Educação Ambiental são atestadas especialmente pelo fato de ela estar inserida, até aquele momento, não como “parte de área da educação e sim como de meio ambiente”. Para ele,

A falta de percepção da Educação Ambiental como processo educativo, reflexo de um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais na educação. (LOUREIRO, 2006b, p.81).

Segundo o autor, isto fez com que a Educação Ambiental ficasse distante da reflexão sobre o movimento ambientalista, ignorando os propósitos e significados políticos daquele movimento, o que levou à “incorporação acrítica por parte dos educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas dominantes”. Com isso, foi estabelecido um modelo de educação dualista, dividido entre o social e o natural, com posições “fundamentadas em concepções abstratas de ser *humano* e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental” (LOUREIRO, 2006b, p.81).

Com isto, explica Loureiro (2006b, p.81), concretizou-se no país, até o final da década de 1990, uma Educação Ambiental que “ignorou princípios do fazer educativo e a diversidade e radicalidade inserida no ambientalismo”, o que fez com que essa educação perdesse seu sentido “como vetor da transformação social e civilizacional”.

Assim, a Educação Ambiental se constituiu de modo precário como política pública em educação. Algo que se manifesta até hoje na ausência de programas e recursos financeiros que possam implementá-la como parte constitutiva das políticas sociais, particularmente a educacional, como uma política de Estado universal e inserida de forma orgânica e transversal no conjunto de ações de caráter público que podem garantir a justiça social e a sustentabilidade (LOUREIRO, 2006b, p.82).

Para Loureiro (2006), em que pese este cenário que pouco alento traz ao panorama da Educação Ambiental, é necessário observar que, ainda assim, o país conseguiu produzir ações importantes no cenário, uma delas o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), instituído em 1994, com atualizações em 2003 e 2004 e outra, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados oficialmente em outubro de 1997, com o mérito de incluir a temática ambiental não como uma disciplina, mas como conteúdo a ser abordado de forma articulada pelas diversas áreas de conhecimento.

O autor também destaca a realização da I Conferência Nacional de Educação Ambiental (Centro de Convenções de Brasília, 7 a 10 de outubro de 1997⁸⁸), patrocinada pelos Ministérios do Meio Ambiente e Educação, que produziu o documento “Declaração de Brasília para a Educação Ambiental”, cujo conteúdo “aborda grandes temas com seus problemas e recomendações”⁸⁹ (LOUREIRO, 2006, p.83-84).

Neste conjunto de *aspectos mais positivos* Loureiro (2006, p.84-85), aponta ainda a oficialização da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, com a promulgação da Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, observando que esta lei traz uma “preocupação com a construção de condutas compatíveis com a ‘questão ambiental’ e a vinculação de processos formais de transmissão e criação de conhecimentos a práticas sociais”. Desse modo, a PNEA representa uma “defesa das abordagens que procuram realizar a práxis educativa por meio de um conjunto integrado de atividades curriculares e extracurriculares”, que possibilitam ao aluno “aplicar em seu cotidiano o que é aprendido no ensino formal”.

O autor conclui observando que a história da Educação Ambiental no Brasil caracteriza-se como fruto de um processo “contraditório, plural e dinâmico”, no qual o poder público explicita o “caráter da sustentabilidade que assume em relação não somente a esta, mas em relação à gestão do ambiente em sentido amplo”. Por fim, observa que a Educação Ambiental “ainda não se consolidou em termos de política pública de caráter democrático,

⁸⁸ Outras informações disponíveis em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8069>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

⁸⁹ Loureiro (2006, p.83-84), descreve que o evento contou com a participação de 2.868 pessoas de entidades governamentais e da sociedade civil, além de representações oficiais e órgãos governamentais. Contudo, foi um evento que gerou polêmicas quanto à organização e articulação entre o governo federal e os estaduais.

universal e incluyente, o que, inclusive, justifica os recentes encaminhamentos em âmbito federal” (LOUREIRO, 2006, p.87-88).

Utilizando-se da metáfora da Educação Ambiental no Brasil como um *fractal* – “uma estrutura que se repete identicamente em todos os lugares”, Dias (2001, p.71)⁹⁰, discorre sobre o fato de que a mesma apresentou uma “caminhada evolucionária, demasiadamente lenta, sem a agilidade necessária para se adaptar aos novos desafios”.

Nas palavras do autor, a Conferência de Tbilisi, em 1977, já havia sinalizado para o mundo os “caminhos para a incorporação da dimensão ambiental em todas as formas de educação”, entretanto, faltou, a partir daí, que os atores envolvidos (governos, instituições, empresas, lideranças, etc.), assumissem o compromisso de “torná-la efetiva”, concretizando as ações propostas.

Para ele, os outros eventos pós-Tbilisi ainda revelavam a “incipiência dos esforços em nível internacional” para se construir os princípios e práticas para a Educação Ambiental e, mesmo com o “agravamento das alterações ambientais no início da década de 1990”, o mundo esperava que as “recomendações expressas na Agenda 21 geradas na Rio-92 finalmente fossem consideradas como uma estratégia de mudanças em relação à Educação Ambiental” (DIAS, 2001, p.71). Na avaliação do autor, feita mais de dez anos atrás,

Cinco anos depois, durante a Rio+5, representantes de 83 países relataram que apenas 10% dos recursos prometidos haviam efetivamente sido liberados. Em 1998, a Conferência de Tessalônica admitiu a insuficiência dos resultados obtidos.

Agora, no início de uma nova década, encontramos o processo de Educação Ambiental, em nível internacional, ainda improdutivo. Poucos países conseguiram estabelecer o processo preconizado e acordado nos encontros internacionais (DIAS, 2001, p.71).

Sob este cenário, Dias (2001) reconhece que conquistas haviam sido alcançadas, todavia, não tinham sido suficientes para “provocar as mudanças de rumo que a velocidade de degradação ambiental requer”. Para ele, a intensidade com a qual “se devasta e se desequilibra os sistemas que asseguram a sustentabilidade humana na Terra”, continua “infinitamente superior à nossa capacidade de gerar respostas adaptativas culturais, principalmente em nível educacional”, e a Educação Ambiental “ainda não representa uma força suficiente para interferir na inércia daquele movimento e modificar a sua trajetória de desestabilização” (DIAS, 2001, p.71-72).

⁹⁰ Genebaldo Freire Dias – A situação da Educação Ambiental no Brasil é fractal. In: Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. MEC/SEF, 2001, p.71-75.

Para Dias (2001), o caso da Educação Ambiental no Brasil era “sintomático”, pois os “documentos contendo as orientações estruturais para o seu desenvolvimento” haviam sido gerados mais de uma década atrás. Segundo o autor, “durante trinta anos ouvimos dizer que a educação seria prioridade”, mas a realidade é que o país não se encontrou, ainda, nesta área.

As secretarias estaduais de educação, nas suas infinitas metamorfoses, sempre à deriva das oscilações políticas, não têm orientações duradouras. Mudam os políticos, mudam os secretários, mudam os diretores, mudam as idéias, mudam os planos, os quatro anos acabam e tudo estava para começar. Daí um novo mandato, e tudo se repete. **A situação é fractal.**

Nas secretarias municipais de educação, o empobrecimento ainda é maior. Uma mescla de desqualificação profissional, desmotivação, salários cronicamente baixos e freqüentemente atrasados, instalações escolares precárias e prefeitos corruptos formam uma mistura explosiva e colocam a Educação Ambiental fora de foco (DIAS, 2001, p.72, grifo nosso).

Para o autor, naquele momento havia ainda um longo caminho a ser percorrido, com “muito esforço e competência”, sendo que a “reversão da situação atual requer esforços em muitas áreas, além da educacional”. Repetindo seu conceito de *fractal*, afirma que esta é uma situação que se repete, nos detalhes, da mesma forma como no todo, no qual a situação da Educação Ambiental “transcende o Brasil e espalha-se pela Terra”, pois poucas sociedades estão tomando consciência do que está acontecendo (DIAS, 2001, p.74).

Tendo em vista o lapso temporal entre as discussões apresentadas no trabalho de Dias (2001) e o momento atual, e diante da experiência de dez anos trabalhando com a Temática Ambiental e a Educação Ambiental no Ensino Fundamental, temos a considerar que o cenário não mudou. Pois, continuamos patinando nas mesmas práticas, nas mesmas repetições, imbuídos do mesmo discurso, sem produzir novos conhecimentos ou novas formas de agir sobre o mundo, como já havíamos apontado em nosso trabalho de Mestrado (FERRARI, 2009).

Entre erros e acertos, avanços e retrocessos a Educação Ambiental no Brasil seguiu seu rumo aos sobressaltos, seja por interferência política (atores oficiais) ou pela contribuição popular (atores engajados) e construiu-se enquanto um vasto campo de possibilidades (e também de limitações), compondo-se enquanto uma expectativa.

Impregnada pelos pressupostos (e as eternas repetições) dos postulados nas décadas de 1970 e 1980, viu-se esta força motriz (fundamentos, princípios e práticas), ser deixada de lado pelas implicações do *Desenvolvimento Sustentável* e de todos os compromissos propalados internacionalmente pelo discurso ambiental desenvolvimentista imposto ao mundo a partir dos anos 1990.

Como ficou evidente desde a Rio-92 e da Agenda 21, o carro chefe enquanto saída estratégica (ou solução milagrosa), foi o discurso do desenvolvimento sustentável que contaminou a Educação Ambiental, tornando-a, a partir de então, já nos anos 2000, uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável.

Os pressupostos desta educação remontam ao Capítulo 36 da Agenda 21⁹¹, cujos tópicos iniciais (36.1 e 36.2), expressam os postulados fundamentais:

36.1. O ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. Este capítulo formula propostas gerais, enquanto que as sugestões específicas relacionadas com as questões setoriais aparecem em outros capítulos. A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e o PNUMA e celebrada em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas deste documento.

36.2. As áreas de programas descritas neste capítulo são:

- (a) Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável;
- (b) Aumento da consciência pública;
- (c) Promoção do treinamento.

Essa abordagem para a Educação e, conseqüentemente, para a Educação Ambiental, pautada na premissa do discurso do desenvolvimento sustentável, ganha envergadura maior a partir da Resolução 57/254 da Assembleia-Geral da ONU⁹², realizada em sua quinquagésima sétima sessão, em 20 de dezembro de 2002 (78ª Sessão Plenária), que nomeou a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2005 à 31 de dezembro de 2014.

A partir desta resolução e em conformidade com os postulados construídos nos momentos anteriores (relatórios do PNUMA/UNESCO e outros), definia-se para o período, a exigência de uma educação (ampla e universalizada), porém, com padrões de qualidade com vistas a realizar uma “educação voltada para o desenvolvimento sustentável”, cujo objetivo principal seria “integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem”⁹³.

⁹¹ Fonte: *Diretório de Documentos sobre a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

⁹² Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

⁹³ Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/education-for-sustainable-development/>>. Acesso em: 15 jan. 2014. – UM ADENDO: Estas informações estão no sítio da UNESCO, página em língua portuguesa,

Em tese, está proposto que:

A educação para o futuro sustentável significa incluir questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem, por exemplo, mudança climática, redução de riscos de desastres, biodiversidade, redução da pobreza e consumo sustentável. **Também requer métodos participativos de ensino e aprendizagem para motivar e empoderar alunos a mudar seus comportamentos e tomar atitude em favor do desenvolvimento sustentável.** A Educação para o Desenvolvimento sustentável promove competências como pensamento crítico, reflexão sobre cenários futuros e tomadas de decisão de forma colaborativa (Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, UNESCO, 2014, grifos nossos).

E também, em tese, o que estes postulados trazem não são mais do que repetições discursivas, construídas ao longo de décadas, com nova roupagem linguística, porém, com as mesmas intenções de sempre, ou seja, atrelar a responsabilidade de mudança no cenário ambiental mundial a um novo comportamento do ser humano, sendo este o responsável, em todas as sociedades, por alterar a situação reinante de exploração da biosfera sem consciência das consequências desta ação.

É exatamente este discurso que passa a reinar no Brasil nos anos 2000, um discurso que não considera a fragmentação da sociedade, suas micro e macro realidades, e que ignora a participação popular, dando ênfase a uma perspectiva muito mais unidirecional – já enraizada na burocracia brasileira – de que as decisões tomadas nos altos escalões (com todas as influências do poder reinante) são as melhores para todos.

Assim, neste cenário em que se mudam os termos, mas se mantêm os mesmos conceitos e as repetições discursivas estabelecidas nos primórdios da história, é que o Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, atrelado ao Ministério da Educação, estabelece a Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012⁹⁴, com as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*⁹⁵.

Neste documento oficial, com poder instrucional normativo, mas sem força de lei no âmbito legal, ficam estabelecidos o “objeto” e o “marco legal” para a Educação Ambiental no

contudo, inseridas no menu/opção de conteúdo intitulada [Ciências Naturais] e, estranhamente não no menu/opção respectiva à [Educação].

⁹⁴ Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866>. Acesso em: 15 jan. 2014.

⁹⁵ Esta Resolução é tomada pelo Conselho Pleno a partir do Parecer CNE/CP n.º 14/2012, homologado por despacho pelo Ministro da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17631&Itemid=866>. Acesso em: 15 jan. 2014.

sistema educacional brasileiro, fornecendo, obviamente, as diretrizes curriculares nacionais, com seus “princípios e objetivos” e sua “organização curricular”.

O documento inicia com as considerações de praxe sobre as recomendações já instituídas para a Educação Ambiental, recuperando:

- A Constituição Federal do Brasil de 1988 (inciso VI, § 1º, art. 225), que trata da obrigação do Estado em promover a Educação Ambiental; e a Lei n.º 6.938, de 31/08/1981, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo que a Educação Ambiental deve ser ministrada em todos os níveis de ensino (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.1);
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n.º 9.394/96 que, embora não traga nenhuma alusão específica à Educação Ambiental, diz que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social e que os currículos devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.1);
- A Lei n.º 9.795 de 1999 e Decreto n.º 4.281 de 2002, que estabeleceram e regulamentaram a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), tendo-a como componente essencial e permanente da educação nacional (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.1);
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.1);
- O Parecer CNE/CP n.º 8, de 6 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, definindo que a educação para a cidadania compreenda a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.1);
- O atributo *ambiental*, na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana, que se constituiu como um elemento estruturante que demarca o campo político de valores e práticas e de mobilização dos sujeitos para com a

prática político-pedagógica transformadora e emancipatória, capaz de promover a ética e a cidadania ambiental (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.1);

- O papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental como elemento essencial diante do cenário e da preocupação nacional e internacional com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2).

Estes itens expressam, a par de seus próprios conteúdos, tanto aspectos legais efetivos, com poder e obrigação de lei, como a Constituição Federal, LDB e PNEA, bem como força conceitual e organizativa, como as diretrizes curriculares, além dos próprios atributos reconhecidos para a Educação Ambiental e seu papel – histórico e social – na transformação dos indivíduos.

O Capítulo I da Resolução n.º 2/2012, estabelece, em seus seis artigos o *Objeto* e o *Marco Legal* para a Educação Ambiental no Brasil e, no Art. 1º, a par do que determina a Constituição Federal e da Política Nacional de Educação Ambiental, ficam estabelecidos os seguintes objetivos:

- Sistematizar os preceitos definidos na CF e PNEA, bem como os avanços que ocorreram na área, de modo a contribuir para a formação de sujeitos concretos que vivem em determinado ambiente e em seus contextos e condições (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2);
- Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos político-pedagógicos das escolas, para que sua concepção supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes curriculares (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2);
- Orientar os cursos de formação de docentes para a educação básica, assim como os sistemas educativos dos diferentes entes federados (Estados e Municípios) (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2);

O art. 2º, estabelece que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, sendo esta uma atividade intencional da prática social, devendo imprimir ao desenvolvimento

individual um caráter social na relação do indivíduo com a natureza e com os outros seres humanos, buscando alcançar a ética ambiental (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2).

O art. 3º considera que a Educação Ambiental busca a construção de conhecimento, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, bem como o cuidado da comunidade para com a vida, a justiça e a equidade socioambiental, além da proteção ao meio ambiente natural e construído (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2).

Os art. 4º e 5º expressam a dimensão da Educação Ambiental para a responsabilidade cidadã na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza, bem como a concepção de que essa educação não é uma atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo, devendo assumir as dimensões políticas e pedagógicas que lhe são próprias (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2).

Como conclusão, no art. 6º, o documento aponta que a Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre natureza, sociocultura, produção, trabalho e consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.2).

Em síntese, podemos considerar que os objetivos e o marco legal reforçam os princípios para a Educação Ambiental e seu papel na sociedade, de uma perspectiva de sua não-neutralidade na relação com a cultura, com os interesses em conflito, com a relação do sujeito com a natureza, bem como a relação dele com o mercado, o trabalho e os meios de produção. Contudo, para além disto, não recupera nenhum novo entendimento, pelo contrário, (re)estabelece o mesmo discurso construído historicamente nas últimas quatro décadas.

O Capítulo II – Marco Legal, art. 7º ao 11º, traz, obviamente, os marcos legais e institucionais para a Educação Ambiental, reafirmando-a como componente integrante, essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades da educação – art. 7º (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.3).

Assim, explicita-se que a Educação Ambiental deve respeitar a autonomia e a dinâmica escolar e acadêmica, devendo ser construída como prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades – não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico, excetuando-se os projetos, cursos, disciplinas e programas temáticos, nos quais será facultada enquanto componente curricular específico – art. 8º (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.3).

Nos art. 9º, 10º e 11º, está assentado que a Educação Ambiental deve ser tratada nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional (em todos os níveis e modalidades do ensino superior), de forma indissociável à ética socioambiental e orientada

pelos princípios e objetivos já organizados, sendo que a dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade do país (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.3).

Sobre o exposto evidencia-se a inexistência de qualquer novo item ou marco legal para o assunto, exceto o fato de a Resolução deixar claro, como regra, que a Educação Ambiental não deverá ser tratada ou construída como disciplina, especialmente evidenciando-se este preceito para o Ensino Fundamental, o que acaba com o debate sobre o tema, sobre se deveria ou não ser instituída enquanto disciplina no ensino formal (é claro, excetuando-se os casos particulares, como projetos, oficinas e outros).

O Título II – Princípios e Objetivos – Capítulo I – Princípios da Educação Ambiental traz, num único artigo – o 12º –, e em seus seis incisos, os princípios básicos definidos pela Resolução para o desenvolvimento da Educação Ambiental no país, discorrendo sobre os seguintes conceitos:

- Totalidade – como categoria de análise fundamental em formação e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- Interdependência – como a relação entre meio natural, socioeconômico e cultural, com enfoque humanista, democrático e participativo;
- Pluralismo – como centro na discussão de ideias e concepções pedagógicas;
- Continuidade – na perspectiva da vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais, com vistas à qualidade social da educação;
- Articulação – enquanto abordagem e perspectiva crítica e transformadora frente aos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, considerando as dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- Respeito e Pluralidade – em relação às características da diversidade individual e coletiva, étnica, social e cultural, disseminando direitos de existência e permanência, de multiculturalidade e pluriétnicidade e do desenvolvimento da cidadania planetária (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.3-4).

Veja-se que estes princípios são amplos, gerais e globais e, ao mesmo tempo em que buscam reafirmar os preceitos da dinâmica do processo educativo, também dimensionam as relações de totalidade e interdependência e de pluralismo e articulação, no anseio de construir uma Educação Ambiental dinâmica. Contudo, mais uma vez, repetem o conjunto do que já foi proposto em documentos anteriores.

O Capítulo II – Objetivos da Educação Ambiental, traz em seus dois artigos, aquilo que já era disposto na Lei n.º 9.795/1999, como metas a serem concretizadas conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino (art.º 13); e o que deve ser contemplado, pelas instituições de ensino (em todos os níveis), com base nos referenciais já dispostos, no tocante à Educação Ambiental (art. 14).

Neste capítulo, o art.º 13 encontra-se dividido em nove incisos que propõem:

- Desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente, fomentando novas práticas sociais e de produção e consumo, bem como garantindo a democratização e o acesso às informações sobre o cenário ambiental local, regional, nacional e global (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4);
- Estimular a mobilização social e política, fortalecendo a consciência crítica sobre a dimensão socioambiental, assim como incentivar a participação individual e coletiva, de modo permanente e responsável, com vistas a preservação e o equilíbrio do meio ambiente (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4);
- Estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas, visando a construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4);
- Fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, assim como fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade e os melhores valores humanos (igualdade, respeito, direitos humanos, etc.), valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre culturas (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4);
- Promover o cuidado com a comunidade e a vida, com a integridade dos ecossistemas, com a justiça econômica, a equidade social e étnica, promovendo

os conhecimentos sociais e formativos do País (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4);

Estes objetivos, como dito, são as metas para que a Educação Ambiental seja realizada em seu amplo espectro social e cultural, e em todas as possíveis dimensões. Assim, em destaque, pode-se dizer (para além das repetições), que a proposta oficializada, contempla o argumento de que a sociedade, em toda a sua expressão e diversidade, de modo democrático, pode conseguir, através da educação, alcançar meios de entender e solucionar os problemas ambientais.

No art. 14, dividido em cinco incisos, são contemplados os objetivos da Educação Ambiental para as instituições de ensino, apontando:

- Que a abordagem curricular enfatize a natureza como fonte de vida, relacionando a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, ao trabalho, ao consumo e à pluralidade social; que ela seja integrada e transversal, contínua e permanente, com vistas à amplitude da educação, seus níveis e dimensões (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4);
- Que, ao ocorrer o aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos sob a dimensão socioambiental, sejam valorizados a participação, a cooperação e o senso de justiça e responsabilidade ambiental da comunidade educacional (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4);
- Que sejam incentivadas a pesquisa e a apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente para a cidadania ambiental, com estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis e integrados (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.4-5).

Os objetivos para as *escolas* e *instituições* reproduzem a necessidade histórica de que a educação (em toda sua dimensão), seja ampla, democrática, emancipadora e, quanto à dimensão ambiental, que seja transformadora, apontando novos caminhos para a superação dos problemas ambientais. No mais, destaca-se a ideia de que a *escola* deva ser um espaço sustentável, o que é contraditório, pois, para que isto aconteça a autonomia deste espaço deve

ser levada à máxima expressão, o que inclui as bases pedagógicas, administrativas e, obviamente, as financeiras, para sua sustentabilidade (conceitual e ambiental).

O Título III – Organização Curricular é constituído por três artigos (15, 16 e 17), sendo que o art. 15 aborda o compromisso da instituição educacional e de seu papel socioeducativo, além de indicar que sua organização e gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

Os parágrafos de 1 a 3, se referem aos instrumentos da proposta curricular (projeto político-pedagógico e planos de curso); ao planejamento dos currículos, que devem considerar os níveis, idades e especificidades de cada fase, etapa e modalidade; e ao tratamento pedagógico do currículo, que deve ser diversificado, valorizando a pluralidade e as diferenças (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.5).

O art. 16, disposto em três incisos, discorre sobre a inserção dos conhecimentos relativos à Educação Ambiental nos currículos das modalidades e níveis da educação, considerando que os mesmos devem ocorrer pela transversalidade, mediante a abordagem de temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdos já constantes do currículo e pela combinação entre transversalidade e tratamento nos componentes já instituídos (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.5).

O art. 17, aborda como os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações de vida, os princípios e os objetivos, e o planejamento curricular e a gestão das instituições de ensino devem ocorrer na consecução da Educação Ambiental junto às instituições de ensino, considerando, em seus três incisos, os seguintes aspectos:

- I: Estimular: a visão integrada e multidimensional da área ambiental, incluindo as influências políticas, sociais, econômicas e outras na relação entre sociedade, meio ambiente e natureza; o pensamento crítico por meio de estudos diversos sob a ótica da sustentabilidade socioambiental; o reconhecimento e a valorização da diversidade e dos múltiplos saberes; a reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais visando à conquista da justiça ambiental; o uso de diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas em prol do meio ambiente (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.5);
- II: Contribuir: para o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza e de suas múltiplas paisagens e

elementos, bem como analisar suas potencialidades, sua dinâmica e as alterações provocadas pela sociedade; para a revisão de práticas escolares de modo a construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades em suas diversas dimensões; para o estabelecimento de novos olhares e atitudes sob as relações entre mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo e organização social; para a construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora com vistas aos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.6); e

- III: Promover: a observação e o estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e com os ciclos naturais do planeta; ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais em todas as suas dimensões e manifestações; projetos e atividades – em todas as suas possibilidades e potencialidades – que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza e às suas intrínsecas dimensões ambientais e ecossistêmicas; experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos – socioambientalmente responsáveis – que gerem a integração e a interação dos indivíduos com a preservação e a sustentabilidade da vida na Terra; o trabalho de grupos e outras formas de atuação coletiva que favoreçam o desenvolvimento da educação em todas as suas dimensões, com foco na proteção e preservação do meio ambiente, da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.6).

Em síntese o capítulo acima referido, expressa os arranjos e abordagens a serem dados à organização dos currículos educacionais – em todos os níveis, modalidades e instâncias da educação –, objetivando construir uma Educação Ambiental dinâmica, crítica e transformadora, que dê conta das necessidades prementes em relação ao elemento humano e sua existência planetária.

Nesse sentido, observa-se a perspectiva sob a qual o *currículo escolar* é tratado, colocando-o como elemento estruturador, potencialmente capaz de conduzir a instituição escolar (em qualquer nível ou modalidade) a concretizar sua função social transformadora.

Todavia, na prática, isto não representa uma proposta viável para além do discurso oficialmente instituído, haja vista que é exatamente o currículo escolar o elemento que mais sofre com os ânimos, as adversidades e as disputas das políticas partidárias.

A Resolução termina com o Título IV – Sistemas de Ensino e Regime de Colaboração que, em seus oito artigos, descreve a forma como serão encaminhados e como será feita a integração entre os diversos, autônomos e distintos sistemas de ensino (federal, estaduais, municipais, institucionais, etc.), para que a Educação Ambiental seja elemento permanente e indissociável da educação em todas as suas práticas e expressões.

Assim, o art. 18 discorre sobre o dever dos Conselhos de Educação dos entes federados, de estabelecer normas complementares que tornem efetiva a Educação Ambiental em todas as fases, etapas, modalidades e níveis de ensino sob sua jurisdição (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.6).

O art. 19, estabelece a necessidade de articulação entre os órgãos normativos e executivos (Estados e Municípios) e as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, visando que os cursos e programas de formação capacitem os profissionais (formados ou em formação) para atuarem na dimensão da Educação Ambiental, conforme os preceitos estabelecidos.

Os art. 20 e 21 dizem respeito às instituições superiores de ensino, no sentido de que os cursos de formação prescrevam, de forma adequada, os conteúdos para devida formação para o trabalho com a Educação Ambiental, bem como que as instituições se constituam enquanto espaços educadores sustentáveis, educando para a sustentabilidade socioambiental (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.7).

O art. 22 discorre sobre a importância de que as instituições de ensino superior fomentem e divulguem estudos, pesquisas e experiências com a Educação Ambiental, propiciando o estabelecimento de diálogo e parceria com a comunidade, contando, para tanto com o financiamento incrementado pelos órgãos públicos de fomento à pesquisa (Resolução CNE/CP n.º 2, 2012, p.7).

O art. 23 orienta que os sistemas de ensino, em regime de colaboração, criem políticas de produção e de aquisição de materiais didáticos e paradidáticos, com engajamento da comunidade educativa, orientados pela dimensão socioambiental.

Os art. 24 e 25 são quesitos oficiais, nos quais está estabelecido que o MEC e os órgãos correspondentes nas instâncias estaduais, distritais e municipais, devem incluir o atendimento das diretrizes da resolução nas avaliações para fins de credenciamento e reconhecimentos, de

autorização e renovação de autorização e de reconhecimento de instituições educacionais e de cursos, e (art.25), informa da entrada em vigor da resolução na data de sua publicação.

O que o título quarto traz, para além dos direcionamentos estabelecidos, é que a articulação entre as diferentes instâncias e instituições, seja em relação ao MEC e conselhos federal, estadual e municipal de educação ou entre escola e universidade, ocorra de forma efetiva e produtiva, cumprindo papel fundamental na realização da Educação Ambiental. Isso se refere tanto a dimensão da formação de recursos humanos como ao ensino, pesquisa e extensão próprios à academia em relação com a comunidade em que se insere, e também quanto a necessidade de fomento dos órgãos competentes para a pesquisa, elaboração e aquisição de materiais didáticos e paradidáticos.

Notadamente o conteúdo da Resolução do Conselho Nacional de Educação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, vem a se somar a tantas outras diretrizes curriculares estabelecidas no mesmo âmbito e para os mesmos fins sem, necessariamente, propor algo de novo para a Educação Ambiental.

Assim, mesmo considerando positivamente a iniciativa institucional do Conselho Nacional de Educação em propor esta resolução, não vemos nela qualquer inovação crítica ou metodológica, pois continua a colocar a responsabilidade para o enfrentamento da problemática ambiental nos indivíduos. Ademais, notamos que a Resolução, por si só, como qualquer prescrição oficial, não se constitui, efetivamente em um mecanismo operacional capaz de colocar em prática a Educação Ambiental, fornecendo subsídios reais para seu financiamento, a sua elaboração e sua execução.

POR FIM, SOBRE UM POUCO MAIS DE 40 ANOS DE HISTÓRIA

Por mais inconsequente e atrevido que possa parecer, tentamos sintetizar esta discussão em algumas poucas laudas que podem dar sentido e conteúdo a este trabalho que buscou realizar uma análise da temática ambiental sobre o que vem sendo feito e proposto (e realizado) nos termos do discurso ambiental e das orientações para a Educação Ambiental, nas recomendações internacionais desde pouco antes da Conferência de Estocolmo-1972 até a Conferência Rio+20 em 2012.

Primeiramente, podemos afirmar que já faz algum tempo que setores importantes da sociedade global (governos, organizações internacionais, centros de pesquisa, instituições governamentais e não governamentais e outros), têm conhecimento dos muitos problemas

ambientais que afligem e atingem a humanidade, muito embora, no princípio, provavelmente, não soubessem da dimensão que eles teriam no longo prazo.

O cenário de dúvidas sobre o futuro transformou-se com a publicação do livro *Primavera Silenciosa* em 1962, por meio do qual boa parte do mundo passou a entender o que realmente significava a interferência humana na natureza, cujas ações em prol de um “progresso” equivocado, desmedido e predatório alteravam o delicado equilíbrio ambiental, além de levarem à exaustão os recursos naturais, até então tidos como inesgotáveis.

Em vista da situação que se constatou com o pós-guerra em 1945 e que se estendeu até fins da década de 1960, setores empresariais, governamentais e acadêmicos começaram a se mobilizar para discutir o assunto. Contudo, cada qual tinha uma visão *idealizada* e particular sobre o que vinha a ser o melhor para o mundo, no que diz respeito ao enfrentamento dos problemas ambientais e, especialmente, quanto à manutenção de seus objetivos econômicos.

Naquele momento, esta visão sustentava a manutenção do desenvolvimento e do padrão de riqueza nos países ricos e industrializados à custa da perpetuação da miséria e da pobreza nos países economicamente desfavorecidos e socialmente desiguais, considerando estes últimos como meros fornecedores de matéria prima e recursos energéticos para sustentarem a produção e o consumo nos países desenvolvidos.

Sob esse cenário, construiu-se o relatório “Os limites do crescimento” que, baseado em modelos matemáticos e de controle social, questionava a situação do desenvolvimento mundial em meio à crise de esgotamento dos recursos naturais, especulando sobre o direito dos países em desenvolvimento de crescerem.

Isto, somado a outros fatores, como o aumento da poluição do ar, da água e do solo e suas consequências para a vida humana, levou à mobilização de setores sociais já ajustados em seus níveis de bem-estar, culminando com a realização da primeira grande conferência mundial para discutir a temática ambiental, que gerou um importante documento com ações afirmativas para que o mundo mudasse este cenário sombrio.

A Declaração de Estocolmo, redigida na conferência de 1972, foi seguida por outros documentos produzidos em outras reuniões nos anos seguintes, todos apontando, essencialmente, o mesmo problema: os efeitos desastrosos da inconsequente ação humana sobre o meio ambiente planetário, colocando em risco a sobrevivência e a manutenção da vida para as futuras gerações.

Estocolmo-1972 teve o mérito de trazer para o plano internacional a discussão sobre como os problemas ambientais teriam de ser enfrentados pela humanidade dali em diante, gerando debates, negociações, produção de acordos internacionais e outros mecanismos, com

visibilidade para os riscos que os modelos econômicos, predatórios, impunham à sustentabilidade global.

Paralelamente a isto, porém, com efeitos mais lentos do que os desejáveis, a Conferência de Estocolmo, ainda foi capaz de produzir um novo cenário na diplomacia internacional. A partir daquele momento, o mundo vislumbrou a perspectiva dos países serem responsabilizados, internacionalmente, pelos danos que viessem a causar a outras nações.

Em 1972, nascia, através da Diplomacia de Estado, a premissa de se criar o Direito Ambiental Internacional, propondo mecanismos legais que obrigassem os países a responsabilizarem-se por ações prejudiciais ao meio ambiente e atuando também no sentido de pressionar todas as nações a fecharem acordos e tratados em prol de objetivos comuns.

Ainda no que tange às questões ambientais, bem como às questões educacionais, assistiu-se, nos anos seguintes pós-Estocolmo, a uma série de encontros internacionais, voltados à proposição de “modelos” e “padrões” para o que ficou definido como Educação Ambiental, cuja essência era servir de mecanismo/engrenagem para a modificação da sociedade.

Nestes preceitos, caberia à Educação Ambiental produzir, nas pessoas (e esta era a visão naquele momento), as transformações necessárias que valorizassem o meio ambiente, alterassem a relação homem x natureza, bem como os modelos econômicos de produção e consumo, sem, necessariamente, alterar a essência do sistema capitalista de acumulação de bens e riquezas.

Ademais, ainda nas décadas de 1970 e 1980, o mundo atravessou uma série de crises econômicas, que colocavam em risco muitos dos padrões de produção e consumo nas sociedades já estruturadas, ameaçando, sobremaneira um estilo de vida que, de fato, era incompatível com a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Aliás, produziu-se, para além dos limites do crescimento, outro relatório muito mais amplo e centrado na capacidade coletiva de se propor soluções, que apontava para a necessidade de outro modelo, que visasse a justiça social, a responsabilidade planetária e o desenvolvimento econômico sustentável. Via-se nascer, naquele momento, nos idos anos de 1987, no relatório “Nosso Futuro Comum”, a semente tardia da responsabilidade coletiva pelas ações humanas no planeta.

Mesmo a despeito do contundente “Nosso Futuro Comum”, que revitalizou o debate sobre as consequências da falta de limites para o desenvolvimento econômico e tecnológico, a crise econômica que atingiu o mundo naquele momento, deixou pouco espaço para os interesses (e as necessidades) ambientais. Nos encontrávamos, novamente, diante de uma situação em que

os custos para as mudanças eram altos demais e os países ricos não estavam dispostos a pagar a conta sozinhos.

Em meio a isto, e com a finalidade de se avaliar o que havia sido feito em relação aos avanços em prol do meio ambiente, mais uma vez a Organização das Nações Unidas convocou uma conferência para pôr às claras o que as nações e seus governos haviam realizado, efetivamente, daquilo que fora adotado nos acordos e tratados internacionais nas décadas de 1970 e 1980, para mudar o cenário de degradação ambiental.

Assim, em 1992, a cidade do Rio de Janeiro, sediou o grande evento que mobilizou o mundo e a opinião pública em prol de se discutir os amplos problemas ambientais que afetavam o planeta e as possíveis medidas para reduzir os impactos, já sem um ponto de retorno.

De fato, esta conferência conseguiu reunir chefes de estado e de governos que se dispuseram a sentar e discutir os problemas existentes e, paralelamente, mobilizou entidades não-governamentais que acompanharam o evento e propuseram soluções alternativas para estes problemas. Entretanto, as ações promovidas pelas ONGs, não foram capazes de mobilizar os governantes ali presentes a endossarem as mudanças vistas como necessárias e a investirem nas soluções apresentadas.

O cenário que fica destes primeiros 20 anos (1972-1992) é o de que muito foi discutido entre as nações e seus governos, muito foi proposto e acordado em tratados e assentados em documentos, propostas e ações, tanto simples quanto grandiosas. Porém, muito pouco saiu do papel, muito pouco foi feito para enfrentar os problemas que, àquela altura dos acontecimentos, já eram graves e ameaçadores à humanidade.

Se estas duas décadas foram responsáveis por socializar a amplitude dos problemas ambientais mundiais, escancarando as deficiências dos modelos econômicos hegemônicos e promovendo, inclusive, a mobilização de pessoas e organismos com vistas à conscientização global, infelizmente, nelas também aconteceram as cenas de maior exploração ambiental do planeta.

Foram duas décadas em que, em nome do desenvolvimento econômico para a superação das crises internas, viu-se proliferar os meios e os mecanismos de exploração ambientais mais impactantes como, por exemplo, a ampliação do uso da matriz energética baseada nos combustíveis fósseis.

O que se viu, verdadeiramente, foi a intransigência dos países ricos na defesa de seus interesses obtusos em detrimento das necessidades dos países mais pobres e daqueles em desenvolvimento. De qualquer modo, é certo afirmar que o interesse na manutenção do modelo econômico baseado na exploração de recursos naturais e no consumo, havia prevalecido.

A Conferência de 1992, organizada com a intenção de discutir propostas de mudanças que viessem a ser efetivadas, produziu um grande conjunto de acordos internacionais, mas, infelizmente, muito pouco em termos de ações efetivas. Embora tenha sido um evento grandioso, pouco contribuiu para que os compromissos assinados fossem colocados em prática.

Podemos considerar que a Rio-92 solidificou, de uma vez por todas, a discussão ambiental em todos os níveis sociais, em todas os países e nações, em todos os seguimentos institucionais, educacionais e empresariais e mobilizou, em definitivo, movimentos ambientalistas por todo o mundo. No entanto, não foi capaz de enfrentar as idiossincrasias de um sistema global que privilegia os padrões de produção e consumo e a acumulação de riqueza do modelo capitalista e deixa de fora a necessidade de bilhões de pessoas que, como estatísticas, não negociam seu papel no cenário político-econômico mundial.

Nos anos seguintes, mais uma série de reuniões e encontros foram realizados, todos com o mesmo objetivo de propor ações e ratificar acordos com vistas a mudanças no cenário ambiental global. Reiterava-se, nestes encontros, muito do que já havia sido proposto nos anos anteriores, repetindo-se os mesmos dizeres e reproduzindo-se os mesmos discursos.

Como exemplos destes compromissos firmados, podemos citar a ambiciosa Agenda 21 e o Protocolo de Quioto, que propõem mudanças significativas e, se tivessem sido executados a contento pelas nações, poderiam, efetivamente, ter produzido mudanças significativas em prol de uma sociedade mais justa, economicamente responsável e ambientalmente sustentável. Porém, mesmo tendo produzido alguns resultados positivos, o efeito destes acordos não foi capaz de compensar o avanço da degradação ambiental.

Dez anos depois da Rio-92, Johannesburgo, sediou a conferência internacional que produziria um balanço geral dos dez anos da conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro. Aliás, mais do que colocar em pauta as responsabilidades assumidas e não cumpridas pelos participantes da Rio-92, o evento de 2002 pautou-se pela reafirmação dos princípios do desenvolvimento sustentável e pelo compromisso dos países em alcançá-lo.

Tempos depois, com ambições consideráveis, os líderes mundiais aceitaram o compromisso de participar da reunião de Copenhague, em 2009, na qual esperava-se, com dimensões mais discretas, porém, com aspirações mais pretenciosas, que os países pudessem construir um acordo coletivo que viesse a mudar a face do mundo em relação aos problemas ambientais – desde o compromisso de redução de emissão de poluentes (gases do efeito estufa) até o financiamento de ações aos países mais pobres.

Infelizmente nada aconteceu e via-se outra vez a intransigência das nações mais ricas e dos segmentos mais privilegiados dos países pobres em não abrir mão de suas regalias,

recusando-se a financiar os custos das mudanças que deveriam ser feitas para evitar o pior no curso de longo prazo. Embora todos reconhecessem a dimensão dos problemas ambientais enfrentados pela humanidade e as possíveis consequências para as gerações futuras, as necessidades do presente continuavam sendo o limite para as ações globais.

Tempos depois, acreditou-se, mais uma vez e de novo, que a realização de uma conferência internacional pudesse produzir esforços em direção ao compromisso global pela sustentabilidade planetária. Assim, a cidade do Rio de Janeiro, sediou, novamente, outra conferência, agora identificada como Rio+20, contabilizando quarenta anos da “novela” ambiental, com a intenção de mobilizar governos, empresas, instituições e a sociedade para, *outra vez* sentarem à mesa de negociações e costurarem algum tratado que satisfizesse as necessidades de desenvolvimento e pudesse mitigar os problemas ambientais gerais.

Na Rio+20, deixando para traz concepções limitadoras como “os limites do crescimento”, avançando para além do “nosso futuro comum” e de uma “agenda para o século 21”, foi produzido um novo relatório, baseado nos três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e proteção ambiental), preocupado agora, com o “futuro que queremos”.

Todavia, persiste ainda, a noção de um desenvolvimento econômico que mantém as origens de acumulação de capital e, mesmo subsistindo o compromisso de desenvolvimento com vistas à equidade social e o foco na proteção ambiental, sabe-se que todo desenvolvimento, mesmo sustentável, implica na exploração dos recursos planetários disponíveis.

Talvez, como em uma tragicomédia, os líderes mundiais das nações mais ricas, pressionados pelas demandas postas acima deles, tenham se recusado a abandonar seus privilégios, salientando que não estavam dispostos a pagar a conta para que o mundo pudesse resolver os problemas ambientais. O discurso engendrado por eles esconde, novamente, a essência de que os países pobres e os em desenvolvimento servem somente como fornecedores de mão de obra, matéria prima e recursos energéticos para a manutenção da imagem de prosperidade sustentada pelas nações economicamente mais favorecidas.

Seja como acaso, acidente, farsa ou persistência, o que estes mais de quarenta anos revelam da história humana é o registro de que poucos estiveram e estão dispostos a abrir mão de seu *pequeno quinhão de privilégio*, contribuindo para a erradicação da miséria e da pobreza de outros. Mesmo diante dos problemas ambientais, que a esta altura dos acontecimentos atinge a toda humanidade indistintamente, e do discurso ambiental e da Educação Ambiental continuar forte e vigoroso, a real mobilização global ainda é tímida.

Todos admitem que algo tem de ser feito, seja para retardar as consequências mais drásticas das mudanças ambientais ou para adaptar o mundo às novas necessidades, porém,

entre admitir o problema e agir sobre ele, há uma distância muito grande, e poucos estão dispostos a fazer mudanças profundas e radicais em seus modos de vida.

Diante do exposto, seria inconsequente pensar que só há exemplos negativos. A humanidade caminhou, fomos capazes de produzir benfeitorias em âmbito local, regional, nacional, internacional e global. Temos de admitir que o mundo mudou, isto é fato, não podemos negar.

Mesmo lentamente e de forma desproporcional em relação ao volume dos problemas, nossa sociedade foi capaz de incorporar a discussão ambiental. As escolas, de modo geral, apesar de suas deficiências e da demora em assimilar mudanças, desenvolvem algum tipo de proposta para a Educação Ambiental e, mesmo não sendo o melhor dos mundos, a discussão sobre meio ambiente está presente nela de alguma maneira.

Neste período de pouco mais de quarenta anos sobre os quais discorreremos neste trabalho, o mundo se transformou em vários aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, tecnológicos e ambientais. Mesmo com as tímidas mudanças no enfrentamento das questões ambientais, foram gerados compromissos efetivos, leis e legislações que devem ser respeitados.

Observa-se que, bem ou mal, até grandes empresas, responsáveis por muitos dos problemas ambientais existentes, se apoderaram dos discursos ambientais, tomando posicionamentos impensáveis até algumas décadas atrás, assumindo compromissos e ônus de suas ações e cumprindo determinações impostas por legislações e acordos ambientais extranacionais.

Realmente o mundo está diferente, não tanto como gostaríamos, tendo em vista nossa incapacidade de concretizar muitos dos compromissos que foram assumidos mas, de certo modo, temos hoje mais consciência dos problemas que nos afligem e do que pode ser feito, se houver a necessária mobilização para a ação.

Definitivamente, em bom sentido, o mundo mudou para melhor. Porém, estas mudanças, tendo beneficiado boa parte da população humana, ainda relega a bilhões de outros seres humanos a extrema pobreza, a falta de comida e água potável, um teto e um lar, uma identidade e uma cidadania planetária.

Ainda assim, o que há conosco afinal? Onde se concentra e como colocar em ação a capacidade individual e coletiva de mobilizar governos, governantes e agentes para que as mudanças propostas saiam do papel e possam acontecer? Como é possível concretizar o discurso ambiental nos termos do desenvolvimento sustentável global, produzindo a justiça social e a responsabilidade ambiental?

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. A COP-15: Apontamentos de Campo. **Estudos Avançados**, vol. 24, n.º 68, São Paulo, 2010. Dossiê Teorias Socioambientais. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100011>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

ABRANCHES, Sérgio. COP-15: O rescaldo do fracasso. Website **EcoPolítica**. Artigo, 21 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ecopolitica.com.br/2009/12/21/cop15-o-rescaldo-do-fracasso/>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

Agenda 21. Ministério do Meio Ambiente. Brasil. Portal Internet: Responsabilidade Socioambiental – Agenda 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Crescimento Populacional Entre Países Pobres e Ricos – O fosso demográfico global: regiões com alto crescimento e com decrescimento populacional. Website **EcoDEBATE** Cidadania & Meio Ambiente, Artigo, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2013/01/18/fosso-demografico-global-regioes-com-alto-crescimento-e-com-decrescimento-populacional-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A incrível pirâmide da desigualdade social: Milionários são apenas 0,6% da população, mas abocanham doze vezes mais riqueza que 69,3% dos habitantes da Terra. Website **Controvérsia**, Artigo, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=16270>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Considerações sobre projeções populacionais e econômicas para 2050 e seus impactos sobre a pobreza e o meio ambiente. Website **APARTE - Inclusão Social em Debate** – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Artigo, maio 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/popdesenvsustentavell_01mai07.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ALVES, Luciana e Sá. **A Educação Ambiental e a Pós-Graduação**: um olhar sobre a produção discente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. 297p.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística II**: princípios de análise. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005, p.187-264.

BLACKBURN, Anne M. Steps along the path: the UNESCO/UNEP international environmental education program. **The Environmentalist**, Winter 1983, volume 3, issue 4, p. 269-276, Selsevier Sequoia. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/BF02316389>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 26. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2002.

BRANCO, Samuel Murgel. **Evolução das Espécies: o pensamento científico, religioso e filosófico**. São Paulo: Moderna, 1994.

BRANCO, Samuel Murgel. **Energia e Meio Ambiente**. São Paulo: Moderna, 1990.

BREDARIOL, Celso; VIEIRA, Liszt. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/hgApa>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a Educação Ambiental. Belgrado, Iugoslávia, 13 a 22 de outubro de 1975. In: São Paulo (Estado): Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, São Paulo: SME, 1994. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/category/publicacoes/>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A Educação Ambiental no Brasil. In: **Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação a Distância. Boletim Salto para o Futuro, ano XVIII, bol. 01, mar. 2008, p.13-20. Disponível em: <<http://migre.me/hpINy>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

Convenção sobre Mudança do Clima (CMC). Organização das Nações Unidas, Nova York, 9 maio 1992. Edição e tradução: Ministério da Ciência e Tecnologia / Ministério das Relações Exteriores, Brasil, 1998. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/convencao_clima.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2013.

CORDANI, Umberto G. Ecos da Eco 92 na reunião da SPBC. **Estud. Avançados**, vol. 6, nº. 15, São Paulo, maio/agosto 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2013.

COSTA, Juliana Jerônimo. Rio+20 e a evolução da política ambiental do Brasil. Website Wordpress – Blog: **O Barômetro – Relações Internacionais**. Arquivos, jan. 2012. Disponível em: <<http://obarometro.wordpress.com/2012/01/18/rio20-e-a-evolucao-da-politica-ambiental-do-brasil/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CZAPSKI, Sílvia. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC – Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 1998. Disponível em: <<http://migre.me/hpIKj>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20: O Futuro que Queremos. Organização das Nações Unidas (ONU). Resolução adotada pela Assembleia-Geral em 27 julho de 2012 – **Resolução 66/288**. Versão traduzida e revisada por Júlia Crochemore Restrepo e Daniel José da Silva. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://migre.me/hmfHN>>. Acesso em: 9 jan. 2014

Declaração de Thessaloníki. Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade. Thessaloníki, Grécia. ONU/UNESCO, 8 a 12 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://migre.me/eNB3A>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Rio de Janeiro, jun. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

Declaração de Tbilisi. Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Tbilisi, Geórgia, 14 a 26 de outubro de 1977. In: São Paulo (Estado): Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, São Paulo: SME, 1994. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/category/publicacoes/>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. XXI Reunião Plenária do Secretariado-Geral, em 16 de junho de 1972. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. Instituto Nacional do Semiárido – INSA / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Campina Grande: 2011. Editores, Ricardo da Cunha Correia Lima, Arnóbio de Mendonça Barreto Cavalcante, Aldrin Martin Perez-Marin. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/?page_id=57>. Acesso em: 9 jan. 2014.

DIAS, Karla Ferreira. **Abordagem ambiental nos livros didáticos de Química aprovados pelo PNLEM/2007: Princípios da Carta de Belgrado**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, 2012. Disponível em: <<http://mestrado.prppg.ufg.br/pages/35022>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

DÍAZ, Alberto Pardo. **Educação ambiental como projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. Trad. Fátima Murad.

DIAS, Genebaldo Freire. A situação da Educação Ambiental no Brasil é fractal. In: **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília: MEC/ SEF – Secretaria de Educação Fundamental, 2001, p.71-75. Disponível em: <<http://migre.me/hpHmH>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

DOLLAR, David; KRAAY, Aart. Comercio exterior, crecimiento y pobreza. **Finanzas & Desarrollo**, Septiembre de 2001. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2001/09/>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Oportunidades e Desafios para Empresas e a Indústria. Secretariado da Avaliação Ecossistêmica do Milênio. CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. PNUMA/Ministério do Meio Ambiente. Edição em Português – Março de 2006. Disponível em: <<http://migre.me/hqFKK>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Website da Representação da UNESCO no Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/education-for-sustainable-development/>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

Estado do Mundo 2012: rumo à prosperidade sustentável. Worldwatch Institute; Introdução: Robert Engelman. Organização: Erik Assadourian e Michael Renner. Tradução: Claudia Strauch, com a colaboração de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiro, Nara Maria Salomão Ribeiro e Sonia Regina de Castro Bidutte. Salvador, BA: Uma Ed., 2012. Disponível em: <<http://www.wiiuma.org.br/>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

FERRARI, Alexandre Harlei. **Educação ambiental em escolas de ensino fundamental da rede municipal de Araraquara:** do projeto político-pedagógico à sala de aula. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2009, 221p.

FERREIRA, Isabelle Azevedo; FRANÇA Júnior, Luís Celestino de. Os ecos da ECO na mídia: A ECO-92 nas páginas do jornal cearense O Povo. **VI Congresso Nacional de História da Mídia: 200 anos de mídia no Brasil – Historiografia e Tendências.** Universidade Federal Fluminense, Anais: GT – História do Jornalismo, 13 a 16 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Os%20ecos%20da%20ECO%20na%20midia.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

GADOTTI, Moacir. **A Carta da Terra na Educação.** São Paulo: Edit. e Livr. Paulo Freire, 2010. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/wp-content/uploads/2012/CCP_Mat_Ref_Livros/EdL_A_Carta_da_Terra_na_Educacao_Moacir_Gadotti.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável. In: TORRES, Carlos Alberto (Org.). **Paulo Freire e a Agenda da Educação Latino-Americana no Século XXI.** Buenos Aires: CLACSO e ASDI, 2001, p.81-132. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/torres/gadotti.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

GANEM, Roseli Senna. De Estocolmo à Rio+20: Avanço ou Retrocesso? **Cadernos Aslegis**, n.45, p. 31-62, jan/abr 2012. Disponível em: <www.aslegis.org.br>. Acesso em: 8 jan. 2014.

Instituto EcoD. Divulgação do documento “O Futuro que Queremos” marca encerramento da Rio+20. Website **Instituto EcoD**, Posts Economia e Política, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/junho/divulgacao-do-documento-o-futuro-que-queremos?tag=economia-e-politica>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

IZUWA, Magali et al. **A inserção do enfoque ambiental no ensino formal de Goiás.** Brasília: IBAMA, 1997. Série Meio Ambiente em Debate, n. 11.

Keeping Track of Our Changing Environment: From Rio to Rio+20 (1992-2012). United Nations Environment Programme (UNEP), Nairobi. Published October 2011. Disponível em: <http://www.unep.org/geo/GEO5_Products.asp>. Acesso em: 9 jan. 2014.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco (IRBr) / Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) – Ministério das Relações Exteriores, 2006.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs:** do serviço invisível à profissão possível. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <[emprende.org.br/pdf/ONG's, OSCIP'S e Terceiro Setor/A invenção das ONGs.pdf](http://emprende.org.br/pdf/ONG's,_OSCIP'S_e_Terceiro_Setor/A_invencao_das_ONGs.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2013.

LE MOS, Haroldo Mattos. A Agenda 21 no Brasil. **Instituto Brasil PNUMA.** Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Portal Internet: Saiba Mais – Agenda 21, 2006. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/agenda21.html>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; et. al. Análise Nacional: Conteúdos, gestão e percepção da educação ambiental nas escolas. In: TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Orgs.). Educação na diversidade: **o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC/UNESCO, 2006, p.33-77.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental.** 2ª. ed. São Paulo: Cortez Ed., 2006b.

LÜDKE, Menga (Hermengarda Alves Ludke); ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAIA FILHO, Romero Gonçalves. **Conflito entre as determinações da Convenção sobre Diversidade Biológica e as regras do Acordo TRIPS.** Brasília: FUNAG – Ministério das Relações Exteriores, 2010. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Conflito_entre_as_determinacoes_da_convencao_sobre_diversidade.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

MAZZUOLI, Valério de Olivera; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Direito Internacional do Meio Ambiente e o Greening da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. **Rev. Direito Fundação Getúlio Vargas.** São Paulo: 9(1), p.199-242, jan-jun 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322013000100008>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso:** a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55372947/McCORMICK-John-Rumo-ao-Paraiso-A-historia-dos-movimentos-ambientalistas#download>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

MEDINA, Naná Mininni. Breve Histórico da Educação Ambiental. In: PADUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene Francisca (Orgs.). **Educação Ambiental: Caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997, p. 265-269.

MEDINA, Naná Mininni. **Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º grau**. Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília: IBAMA, 1994.

MELLO, Fátima. A Cúpula dos Povos e as lutas do Fórum Global de 1992. **Núcleo Justiça Ambiental e Direitos** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Rio de Janeiro, website, 9 abr. 2012. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/2012/04/a-cupula-dos-povos-e-as-lutas-do-forum-global-de-1992/>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

MENEZES, Eduardo Frigoletto. Crescimento populacional elevado: causa ou consequência da pobreza. **O Jornal**, Alagoas, Artigo Opinião, 7 maio 2005. Disponível em: <<http://www.frigoletto.com.br/Materias/opiniaoo705.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

NEVES, Luiz Augusto de Castro; DALAQUA, Renata Hessmann. De Estocolmo72 à Rio+20: uma análise sobre a atuação brasileira nas principais conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento. In: Cadernos Adenauer, XIII (2012), Edição Especial: Caminhos para a Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2012, p.13-29. Disponível em: <<http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/31345/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: FERNANDES, Eugénia M.; ALMEIDA, Leandro S. (Edts.). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação psicológicas**. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos em Educação e Psicologia – CEEP, 2001, p.15-47. (Capítulo em arquivo pdf., p.1-51). Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4355>>. Acesso em: 26 mai. 2013.

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**. Vol. 6, n.º 15, São Paulo: maio/agosto, 1992, p.79-93. Disponível em: <<http://migre.me/eMsGI>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

Organização das Nações Unidas – Brasil. **Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável**. Comunicado, 29 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Resolução n.º 64/236**: Implementação da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Assembleia-Geral das Nações Unidas. ONU, 64ª Sessão, 31 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/gares1.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Resolução n.º 44/228**. Assembleia-Geral das Nações Unidas. ONU: United Nations Department of Economic and Social Affairs (DESA), website, 22 dez. 1989. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/44/ares44-228.htm>>. Acesso em 14 jan. 2013. Tradução livre.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Resolução n.º 55/199**. Assembleia-Geral das Nações Unidas. ONU: Resolutions adopted by the General Assembly at its 27th session. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/55/199&Lang=E>. Acesso em: 31 mai. 2013. Tradução livre.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Resolução n.º 2398**. Assembleia-Geral das Nações Unidas. ONU: A/RES/2398 (XXIII), The The problems of human environment; 1733rd plenary meeting, 3 December 1968. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2398%28XXIII%29&Lang=E&Area=RESOLUTION>. Acesso em: 2 jan. 2014.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Resolução ECOSOC E/RES/1346 (XLV)** - Question of convening and international conference on the problems of human environment. *The Economic and Social Council*, 1555th plenary meeting, 30 July 1968. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/RES/1346%28XLV%29>. Acesso em: 2 Jan. 2014.

Organização das Nações Unidas (ONU). **UN Conference on Environment and Development (1992)**. Earth Summit, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>>. Acesso em 14 jan. 2013.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011**: Pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões. Organização das Nações Unidas: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), New York, 2011. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/public/cache/offonce/home/publications;jsessionid=477CEE31BA7192EA264F36B70F8CE9A6.jahia01>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Panorama da Biodiversidade Global 3. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília: PNUMA/Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA), 2010. Disponível em: <<http://www.cbd.int/GBO3/>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

PAULA, Caco de. Rio+20 teve grandes resultados. Website **Planeta Sustentável**. Artigo, 3 jul. 2012. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/riomais20/2012/07/03/rio20-teve-grandes-resultados/>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

Perspectivas do Meio Ambiente Mundial GEO-3. Disponível em: Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA) – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Universidade Livre da Mata Atlântica (UMA), 2004. Disponível em: <http://www.wiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/index.htm>. Acesso em: 9 jan. 2014.

RAMOS, José Maria Rodriguez. Dimensões da globalização: comunicações, economia, política e ética. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. FAAP, vol. 1, n.º 1, julho/2002, p. 97-112. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/dimensoes.htm>. Acesso em 9 jan. 2014.

RIOS-NETO, Eduardo L. G. A relação entre população e desenvolvimento 15 anos após a Conferência do Cairo. **abep Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. ABEP – UNFPA, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/brasil-15-anos-ap%C3%B3s-confer%C3%A2ncia-do-cairo>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Tratados e organizações internacionais em matéria de meio ambiente. **Col. Entendendo o meio ambiente – Volume I**. Coordenação Geral – Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo Fábio Feldmann. São Paulo: SEMASP, 1997a.

São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Convenção sobre mudança do clima. **Col. Entendendo o meio ambiente – Volume VI**. Coordenação Geral – Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo Fábio Feldmann. São Paulo: SEMASP, 1997b.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed., revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Priscila. Ecos da Eco. **São Paulo em Perspectiva**, 6(3): 123-125, julho/setembro 1992. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n03/v06n03_16.pdf>. Acesso em 14 jan. 2013.

The Conference on Education (TCE). In: The Countryside in 1970. Second Conference, London 10-12 November 1965 – Reports of Study Groups. The Nature Conservancy and the Council for Nature. London: The Royal Society of Arts and The Garden City Press Limited, Letchworth, 1965, p.13-1 at 13-3.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Orgs.). Educação na diversidade: **o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC/UNESCO, 2006.

Tratado De Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis E Responsabilidade Global (TEASSRG). Texto Oficial. Ministério do Meio Ambiente, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/htms/docsrefs.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

VIEZZER, Moema Libera. Somos todos aprendizes: lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental. **Artigo – MV Consultoria de Educação Socioambiental**. Toledo, PR: out. 2004. Disponível em: <http://www.recea.org.br/acervo/artigo_MOEMA-Tratado.doc>. Acesso em: 22 jan. 2013.

ANEXO...

CARTA DE APRESENTAÇÃO COM QUESTIONÁRIO PROPOSTO

<p>Araraquara/SP, novembro de 2013.]</p> <p>Olá,</p> <p>Gostaria de agradecer-lhe a atenção, a oportunidade e me apresentar.</p> <p>Meu nome é Alexandre Harlei Ferrari, sou aluno do curso de doutorado no programa de pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Campus de Araraquara, orientado pela Profa. Dra. Maria Cristina de Sant’Ana Zanqui.</p> <p>Nosso projeto de pesquisa busca propor uma discussão sobre as recomendações internacionais para a Educação Ambiental e o reflexo destas recomendações nas propostas educacionais brasileiras. Para tanto, optamos por trabalhar dentro do período histórico que compreende as três conferências mundiais: Estocolmo/1972, Rio de Janeiro/1992 e Rio de Janeiro/2012.</p> <p>Diante da discussão a que nos propomos, temos a intenção de ouvir, na medida do possível, alguns expoentes brasileiros que contribuíram para o debate e a produção de conhecimento acerca deste conjunto de acontecimentos e informações que alteraram a percepção mundial sobre as questões ambientais e sobre a educação ambiental.</p> <p>Assim, desde já agradecendo a disposição em nos ouvir, gostaríamos de poder contar com sua colaboração ao responder o questionário que segue, bem como solicitar sua autorização para a inclusão das respostas no corpo do texto da tese de doutoramento que está em vias de ser concluída.</p> <p>Questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na sua opinião, diante dos pouco mais de 40 anos de mobilização, a partir de Estocolmo/1972, que avanços você destaca em relação às propostas para o tratamento das questões ambientais no plano internacional e especificamente no Brasil? 2. Como você analisa a atuação dos diferentes atores (países/governos, instituições, pessoas etc.) neste movimento histórico de pensar soluções aos problemas ambientais enfrentados pela humanidade? 	<ol style="list-style-type: none"> 3. Daquilo que foi proposto desde Estocolmo, o que vem sendo efetivamente colocado em prática? 4. Que elementos podem ser apontados como dificultadores para que os diversos acordos, tratados e convenções estabelecidos nestes encontros alcancem o seu efetivo cumprimento? 5. Como você vê o papel da Escola e da Educação Ambiental no processo de enfrentamento das questões ambientais presentes na sociedade? 6. Que rumos você percebe para a Educação Ambiental no Mundo e no Brasil? <p>Contato e Correspondência:</p> <p>Alexandre Harlei Ferrari Rua Bênia, 2790 – Bl. F – Apto. 22 Araraquara/SP – CEP 14810-247 Telefone: (16) 3214.5590</p> <p>E-mail: alexandre.ferrari@educararaquara.com.br</p> <p>Facebook: https://www.facebook.com/alexandre.ferrari.940</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5492814431442078</p> <p>Grupo de Pesquisa: http://dep.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.isp?grupo=0330708COV5EQ0</p> <p>Profa. Dra. Maria Cristina de Sant’Ana Zanqui Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Campus de Araraquara Rodovia Araraquara-Jau, Km 1 – Araraquara/SP – CEP 14800-901 Telefone: (16) 33016241 – Ramal: 6371</p> <p>E-mail: mzcanqui@clar.unesp.br</p> <p>Facebook: https://www.facebook.com/mariacristina.zanqui</p> <p>CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/684795886203252</p> <p>Grupo de Pesquisa: http://dep.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.isp?grupo=0330708COV5EQ0</p>
--	--